

The background of the cover is a light gray, textured map of a city. A winding river, represented by a series of connected dots, flows from the top right towards the bottom left. Two specific urban blocks are highlighted with a darker, more detailed grid pattern. The first block is located in the upper left quadrant, and the second is in the lower left quadrant. Thin black lines radiate from a central point within each of these highlighted blocks, extending outwards across the map. Several small black squares are scattered along the river and in other parts of the city map.

OBSERVATÓRIO

DE REMOÇÕES

2015 - 2017

RELATÓRIO FINAL DE PROJETO

OBSERVATÓRIO DE

REMOÇÕES

2015 - 2017

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

COORDENAÇÃO

Raquel Rolnik, Karina Leitão,
Francisco Comaru, Regina Dulce Lins

LABCIDADE, LABHAB, LABJUTA
FAUUSP E UFABC

SÃO PAULO 2017

Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos / LABHAB da FAUUSP
Laboratório Espaço Público e Direito à Cidadania / LABCIDADE da FAUUSP
Laboratório Justiça Territorial e Ambiental / LABJUTA da UFABC

Observatório de Remoções 2015- 2017: Relatório final de projeto

Coordenação: Raquel Rolnik, Karina Leitão, Francisco Comaru e Regina Dulce

Lins. – São Paulo: FAUUSP, 2017.

238 p. : il. ; 19,5 x 22,5cm

ISBN: 978-85-8089-107-2

1. Favela (Remoção) – Grande São Paulo. 2. Habitação Popular (Remoção) – Grande São Paulo. 3. Habitação (Aspectos Legais). 4. Relatórios. I. Rolnik, Raquel coord. II. Leitão, Karina, coord. III. Comaru, Francisco, coord. III. Lins, Regina Dulce IV. Título

CDD 711.1381

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
MAPEAMENTO	09
OBSERVANDO DE PERTO	
ÁGUA ESPRAIADA (SP)	37
DOUGLAS RODRIGUES (SP)	103
ECOVIAS (DIADEMA)	123
ESCOLA POPULAR (MAUÁ)	153
PLATAFORMA	165
SEMINÁRIOS	
REMOÇÕES, RESISTÊNCIAS E INTERVENÇÕES URBANAS	181
APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA PLATAFORMA DE REMOÇÕES	195
FRONTEIRA TRINACIONAL	
ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE	207
FICHA TÉCNICA	235

INTRODUÇÃO



foto 1: processo de mapeamento colaborativo realizado na Água Espraiada. Karina Leitão, 2016.

O Observatório de Remoções surgiu como primeira experiência voluntária de professores e estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em 2012, que naquele momento eram pesquisadores do LABCIDADE e LABHAB da FAU/USP, com o objetivo de reunir em uma base cartográfica informações sobre as remoções em curso na cidade de São Paulo, até então dispersas e inacessíveis ao público¹. A 2ª fase do Observatório de Remoções inicia-se em 2015, com financiamento da Fundação FORD, incluindo neste momento além da FAU/USP, a Universidade Federal do ABC, e os municípios que compõem o grande ABC, além de São Paulo. A natureza do projeto redefine-se para um projeto de pesquisa-ação, permanecendo, entretanto, o objetivo mais amplo de *identificar, mapear e entender em escalas distintas, pessoas e grupos afetados por remoções forçadas de suas áreas de moradia assim como suas causas*. O projeto estruturou-se em duas frentes de atuação: mapeamento colaborativo e ações colaborativas nas comunidades ou observando de perto.

1 <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br>

O mapeamento colaborativo tem buscado registrar de forma georreferenciada remoções e ameaças de remoções em São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá e Diadema. O objetivo principal do mapeamento colaborativo é possibilitar a visibilidade de processos coletivos que implicam no desalojamento de pessoas e famílias de seus locais de moradia. Para isso, foi desenvolvida uma plataforma online, já em funcionamento, vinculada ao site do projeto², onde qualquer pessoa poderá, a partir de uma conexão com a internet, lançar registros de ameaça de remoção ou remoção de forma interativa. Esses registros, vinculados a um pequeno questionário, são georreferenciados e formam um banco de dados que pode ser baixado por qualquer pessoa que acesse o site. A ideia é que a plataforma seja apropriada especialmente pelas famílias que têm sofrido ameaças e remoções, movimentos de luta por moradia, por pesquisadores do tema e defensores de direitos humanos.

Durante esta fase do projeto foi possível realizar através do mapeamento, na escala de um conjunto de municípios da grande São Paulo uma visão geral das remoções no território metropolitano assim como a proposição preliminar de uma tipificação dessas remoções (razões; atores envolvidos; procedimentos). Por outro lado, ao observarmos de perto esses processos, identificamos que se trata, sempre, de populações extremamente vulneráveis cuja situação se relaciona a múltiplas dimensões da sua precariedade habitacional que muitas vezes tem origem em

múltiplos despejos e remoções: o despejo do aluguel, formal ou informal; a super densidade dos lotes de origem quer seja em favelas consolidadas ou em conjuntos habitacionais; a situação de rua, população carcerária. Este primeiro esforço de mapeamento produziu um banco de dados empíricos e georreferenciado, considerável e único, sobre 671 comunidades em assentamentos precários, removidas ou ameaçadas de remoção, entre os anos de 2010 a 2016, em largas porções da região da Grande São Paulo. Os registros contabilizados das remoções e ameaças de remoções foram confrontados com perímetros de: obras de infra-estrutura (metrô, monotrilho, rodovias: Rodoanel, Rodovia dos Imigrantes); projetos de urbanização de favelas e de provisão de habitação de interesse social; Operações Urbanas Consorciadas; projetos de parques, parques lineares e recuperação de mananciais. Só 14,33% dessas comunidades não se encontram em nenhum desses perímetros.

Construíram-se ao mesmo tempo instrumentos de comunicação para divulgar resultados do projeto:

(i) plataforma digital colaborativa que se encontra ativa e aberta para denúncias e registros realizados e realizáveis por qualquer usuário no site (blog): (<https://www.observatorioderemoções.fau.usp.br/mapa-denuncias/>). As denúncias dizem respeito a territórios em processos de remoção ou ameaçados, nos quais foram ou poderão ser desrespeitadas as condições de moradia digna em municípios da RMSP. Os dados e informações produzidos

2. www.observatorioderemoções.fau.usp.br

e disponíveis na plataforma tratam das práticas e procedimentos adotados por políticas públicas e ações privadas quando se relacionam com os processos de remoção. A construção da plataforma é desenvolvida desde 2015 e este processo contou com oficinas e diálogos com moradores de áreas ameaçadas, movimentos de moradia e advogados populares. Sua publicação online marca uma etapa importante do Observatório de Remoções em que usuários, lideranças, moradores de comunidades e pesquisadores contribuem para o crescimento e consolidação do mapeamento.

(ii) um site na rede Facebook (<https://www.facebook.com/observatorioderemocoies>) e atualmente há 1.842 seguidores; até o momento (desde setembro de 2015 o site teve 19 mil acessos). Este instrumento revelou-se bastante efetivo em campanhas de chamamento de voluntários, como por exemplo o mutirão de mapeamento da comunidade Douglas Rodrigues.

(iii) “Pílulas”: pequenos vídeos online para informar os leitores do blog e do facebook para a situação dos atingidos por remoções na RMSP.

NA ESCALA DO OBSERVANDO DE PERTO: ESTUDOS DE CASOS

Para uma compreensão mais abrangente e aprofundada das circunstâncias em que ocorrem, dos atores envolvidos e das causas e consequências das remoções, faz-se essencial uma aproximação junto a grupos e comunidades vulneráveis e que estão sob

ameaça. Por outro lado, as remoções, assim como outros processos que afetam diretamente as condições de vida da população de baixa renda, no mais das vezes, foram e tem sido documentados a partir do olhar de pesquisadores, jornalistas, acadêmicos, muitas vezes solidários, mas que não fazem parte das comunidades vulneráveis.

A atuação a partir da escala “Observando de perto” no âmbito de ações colaborativas com as comunidades afetadas permitiu: compreender em parte o significado das remoções na vida das famílias sob a atual conjuntura; incorporar o olhar do ponto de vista de quem está sob a ameaça da remoção.

A observação de perto, inserida no âmbito do Observatório de Remoções, utiliza o método de pesquisa-ação para denunciar casos de violação de direitos, a provisoriidade e precariedade no atendimento habitacional, as ameaças que pairam sobre famílias que são parcamente informadas sobre seus destinos, visando a produção de contra-narrativas e uma contra-cartografia que elucide a ação dos agentes destas transformações espaciais, a territorialização de recursos e processos que têm sido tradicionalmente pouco publicizados, pouco discutidos publicamente.

Para além da exploração analítica do caso para fins de pesquisa, a ação do Observatório também pode, em conjunto, com os atingidos, produzir contra propostas à remoção assim como um maior conhecimento da realidade sócio-espacial dos assentamentos ameaçados, instrumentalizando esta população, no sentido do seu fortalecimento na disputa pelo direito à moradia digna e à cidade.

Os textos a seguir registram a reflexão da equipe do observatório sobre esta experiência, tanto na escala do mapeamento como do observando de perto.

A publicação aqui apresentada está organizada de forma a apresentar reflexões sobre o mapeamento colaborativo realizado, os estudos de caso intitulados “observando de perto” que qualificam as nossas reflexões a partir de uma abordagem de pesquisa-ação e de formação popular, além de reflexões sobre a plataforma desenvolvida no âmbito do projeto e os seminários organizados para maior debate sobre a pesquisa. Por fim, acrescentamos os resultados do trabalho da pesquisa-ação realizada no âmbito da fronteira trinacional, em Foz do Iguaçu (UNILA)³.

3 Com coordenação da Professora Cecília Anglielli, membro da primeira equipe de voluntários do observatório de remoções e uma das idealizadoras do projeto desenvolvido entre 2015-2017.

Conferir <https://paisagensperifericas.wordpress.com/linhas-de-pesquisa/observatorio-das-remocoes>.

MAPEAMENTO COLABORATIVO DE REMOÇÕES E AMEAÇAS DE REMOÇÕES EM SÃO PAULO, SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, DIADEMA E MAUÁ

Luciana Bedeschi, Stella Paterniani, Raquel Rolnik, Regina Lins, Gabriel Negri, Ana Carvalho, Bruno Dias

INTRODUÇÃO

Antes de relatarmos os resultados obtidos através do mapeamento colaborativo das remoções e ameaças de remoções em São Paulo e municípios do Grande ABC, e elencar as hipóteses de avaliação sobre estes dados, é bom considerar que registros e dados sobre remoções e ameaças de remoção de famílias de seus locais de moradia – ainda que estes sejam precários ou em risco – não estão disponíveis à pesquisa, nos municípios pesquisados, e nem publicizados como determina a orientação legal do Comentário Geral nº 07 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹ sobre remoções forçadas, que impõe aos Poderes Públicos transparência sobre dados de remoções e acesso à informação. Neste sentido, a elaboração de uma plataforma, com liberdade para a produção de registros, combinando diversas fontes de informação sobre remoções e ameaças, nos diversos municípios, com diferentes bases de informações, foi uma

das atividades chave do projeto Observatório de Remoções.

Até o presente momento, os registros na plataforma originam-se de moradores e ex-moradores de áreas atingidas por remoções e entidades da sociedade civil envolvidas com a pauta² das parcerias com movimentos de luta por moradia³; além de leituras de bancos de dados das defensorias públicas dos municípios⁴ e de notícias veiculadas na imprensa⁵. Além disto, uma das bases fundamentais para a pesquisa foi o HABISP, base de dados *online* da Prefeitura de São Paulo, disponível desde 2010, que contém todos os assentamentos informais listados de acordo com o último censo de favelas realizado pela prefeitura – totalizando 1700 favelas e 2086 loteamentos – assim como todas as ações previstas nas favelas, tanto de urbanização quanto previsões de reassentamento. O banco de dados HABISP de 2010 foi atualizado em 2013 pela

1 O CDESC, órgão da Organização das Nações Unidas, monitora nos países signatários o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais. O Brasil aderiu ao PIDESC, através do Decreto 591 de 1992

2 Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns”, da PUC-São Paulo.

3 Movimentos de luta por moradia vinculados à União dos Movimentos de Moradia (UMM), à Frente de Luta por Moradia (FLM), à Central de Movimentos Populares (CMP), ao Movimento de Defesa do Favelado (MDF), ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

4 Dados da Defensoria Pública de São Paulo; do HABISP; e das Defensorias Públicas de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá.

5 Criamos, por meio da ferramenta Google Alerts, alertas semanais para os termos “despejo”, “reintegração de posse” e “reintegração de posse São Paulo”. Isso, aliado à consulta regular dos jornais de grande circulação, ajudou-nos a consolidar nosso banco de dados.

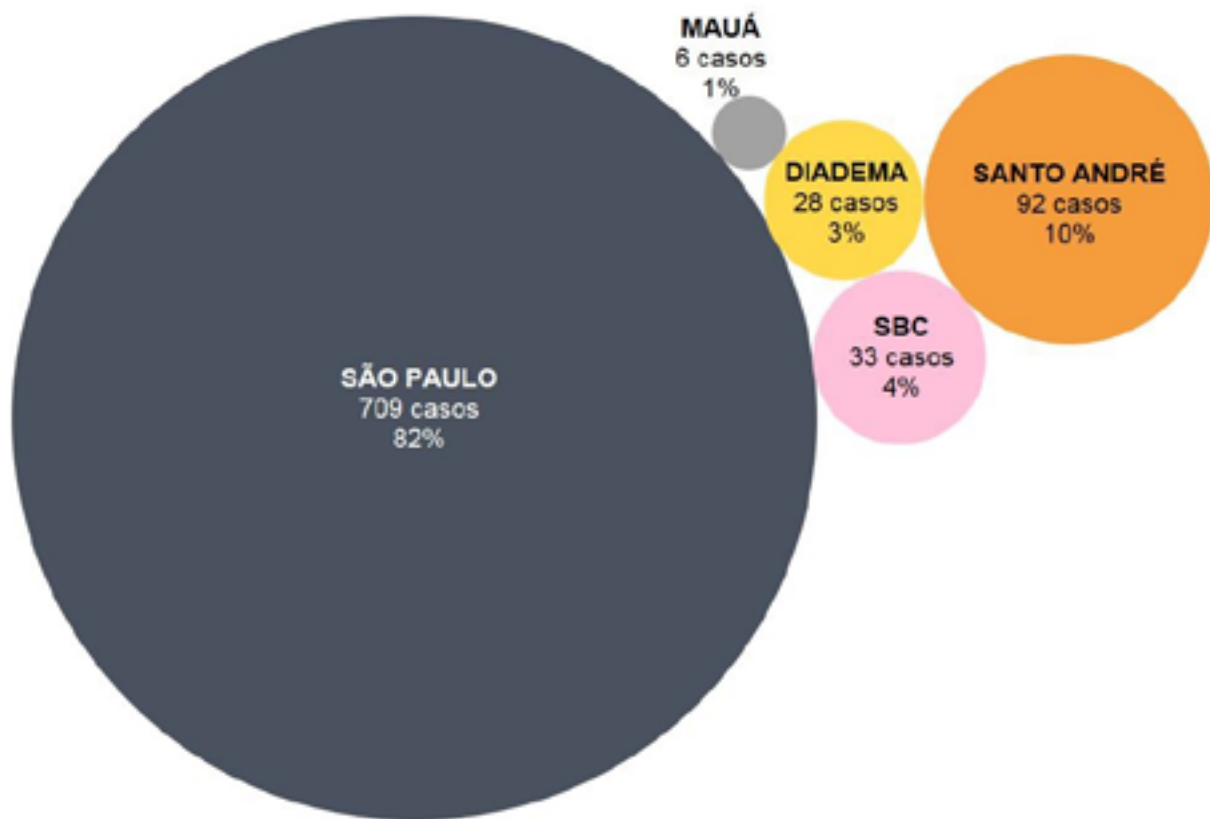


figura 1: distribuição dos casos em nossa base de dados. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016

prefeitura, a partir de revisão dos perímetros das ZEIS, confrontadas com os resultados do Censo IBGE 2010 (aglomerados subnormais).

Para este artigo, utilizamos a base de dados oriunda de nossa plataforma colaborativa tal como se apresentava na data de 30 de setembro de 2016, que soma 868 casos de ameaças de remoção e remoções parciais nas cidades de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Este é o universo do qual partimos. Desses processos de

remoção e ameaças, 709 (82%) concentram-se em São Paulo e 159 (18%) nas supracitadas cidades do ABC, conforme a figura 1.

Importante mencionar a diferença de tratamento e de disponibilização de dados sobre remoções e projetos que envolvem remoções entre São Paulo e nas cidades do ABC que compõem nossa base de dados (Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá). Os dados de São Paulo abrangem o período de 2010 a 2016, o que inclui uma revisão e

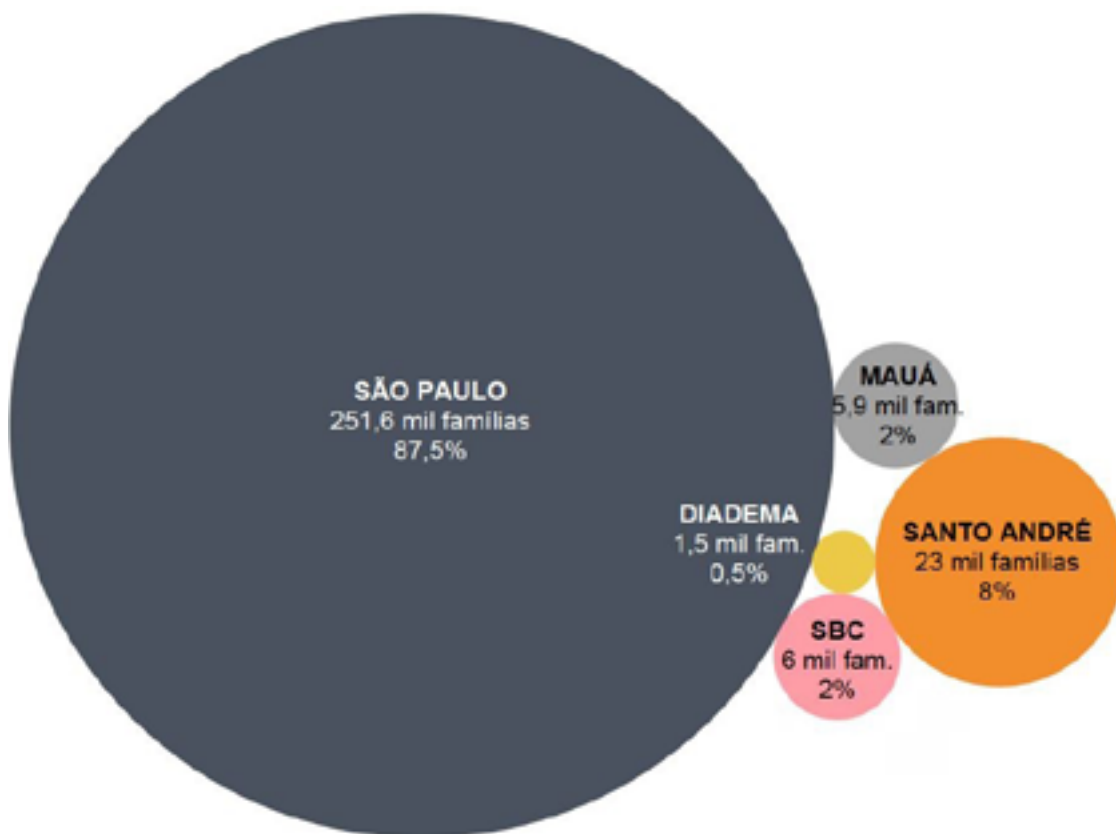


figura 2: distribuição do número de famílias em nossa base de dados. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016

atualização do banco de dados da primeira fase do Observatório de Remoções, que terminou em 2013⁶, bem como as fontes variadas já mencionadas: Defensorias Públicas, movimentos de moradia, ONGs, imprensa, atingidos e HABISP. Os dados das supracitadas cidades do ABC restringem-se aos anos de 2015 e 2016, abrangem exclusivamente a pesquisa da segunda fase do OR, e a maior parte deles foi obtida primeiramente junto às prefeituras e aos movimentos de luta por moradia.

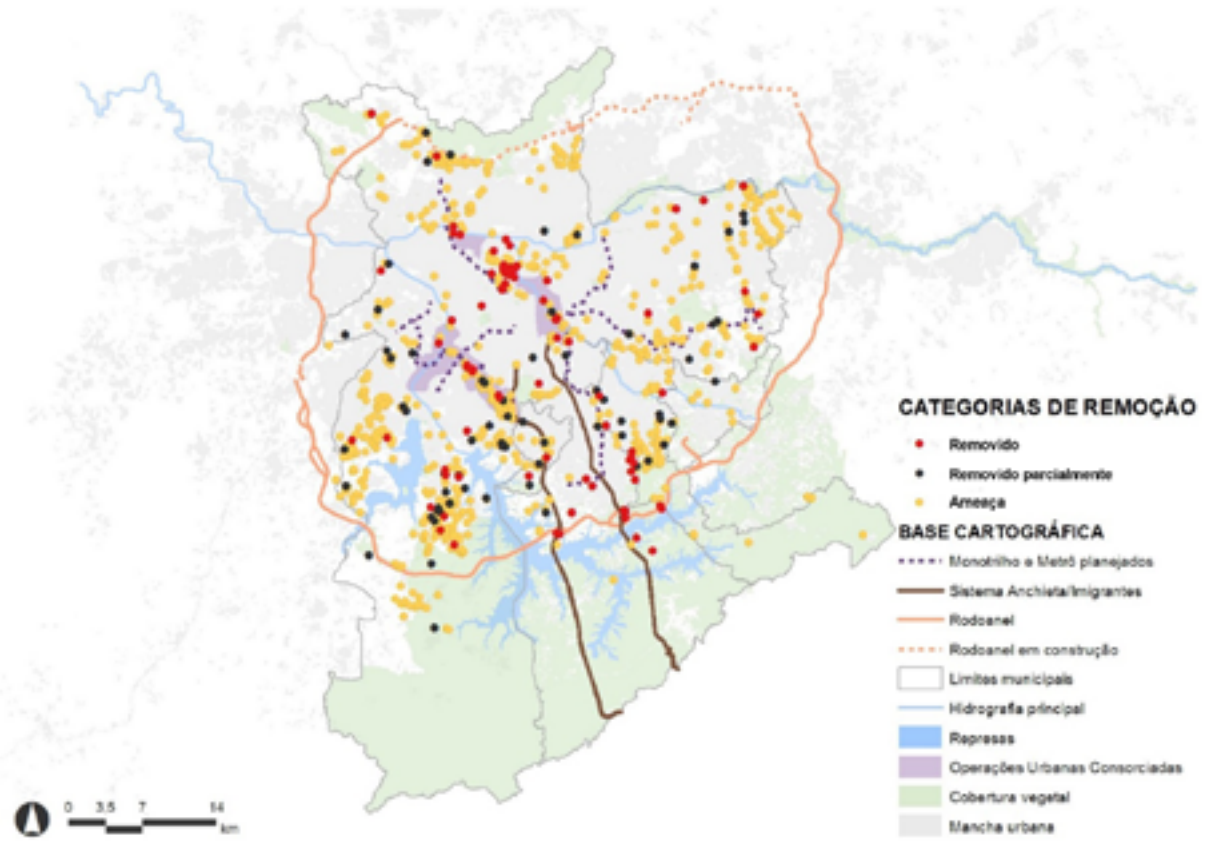
Em Diadema, os dados foram também obtidos, junto ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Dos 868 casos, que constituem nossa base de dados, temos a informação acerca do número de famílias afetadas para 710 comunidades, ou seja, 82% dos casos, distribuídos conforme a figura 02, totalizando assim quase 288 mil famílias afetadas por ameaças de remoção ou remoção. Fazendo um exercício estatístico, se considerarmos a média de número de pessoas por família no Brasil como 3,3

6 Cujos resultados estão disponíveis em https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/06/Observatorio_REMOCOES.pdf, acesso em 06/12/2016.

Categoria	Comunidades		Total famílias
	Total	%	
Ameaça	706	81%	222.128
Removido	94	11%	23.076
Removido parcialmente	68	8%	42.722
Total	868	100%	287.926

tabela 1: distribuição das categorias “ameaça”, “removido” e “removido parcialmente” constantes do banco de dados do Observatório de Remoções. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.



mapa 1: distribuição territorial das categorais “removidos”, “Removidos parcialmente” e “ameaças”. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

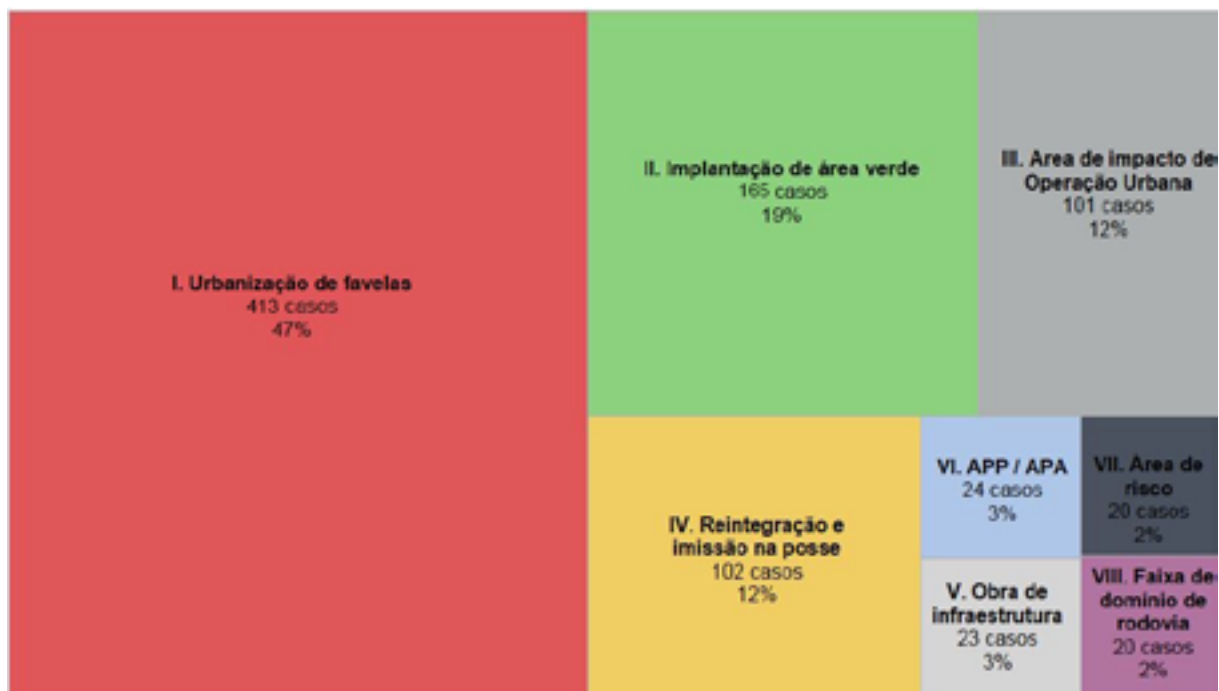


figura 3: motivos de ameaças e remoções. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

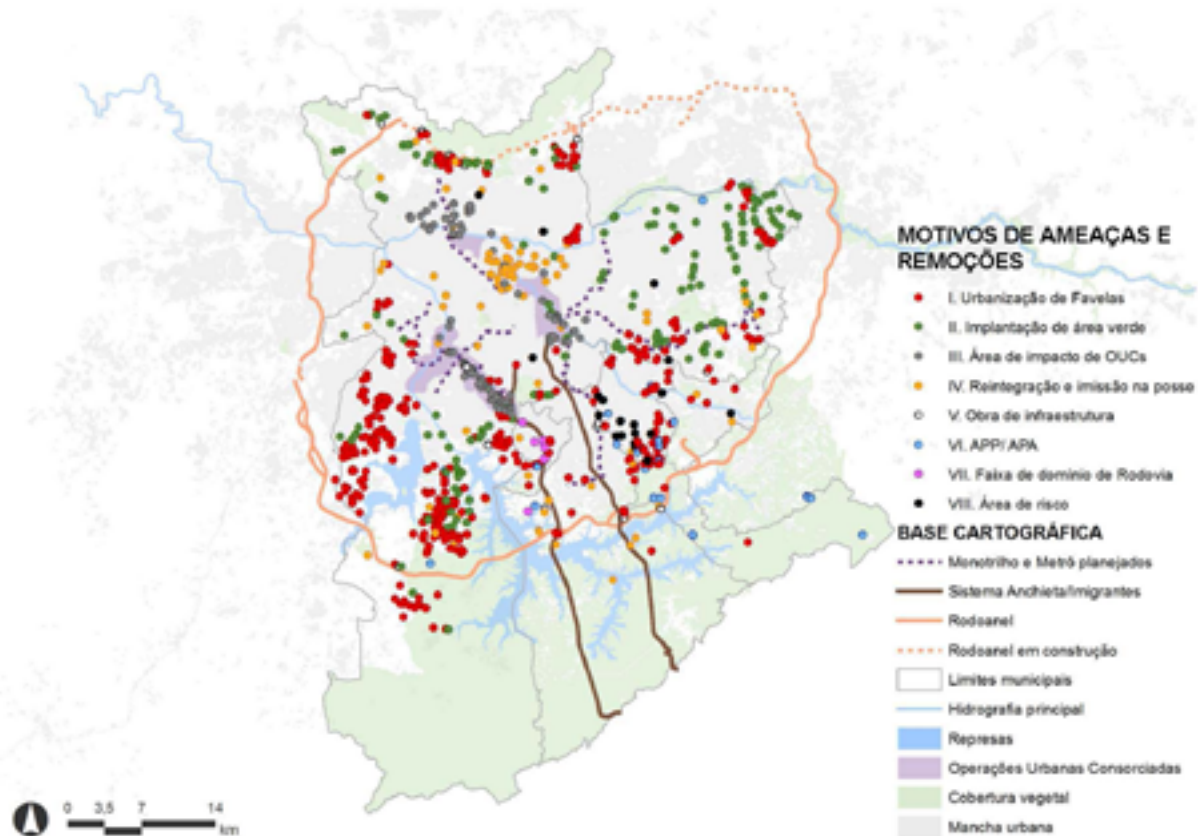
(de acordo com o censo de 2010 do IBGE), temos uma estimativa de quase um milhão de pessoas afetadas por remoções ou ameaças de remoção em São Paulo e nas cidades do ABC. Isso corresponderia quase 10% da população da cidade de São Paulo, ou a cerca de 7% da população das cidades incluídas no mapeamento.

Do nosso universo de 868 casos, 706 (81%) são casos de ameaças de remoção; 94 (11%) são casos em que houve remoção total das famílias; e 68 (8%) são remoções parcialmente efetivadas, isto é, remoção parcial das famílias da região, conforme a tabela 1. Essas ocorrências distribuem-se no território conforme o mapa 1.

Adotamos como definição de remoção, ou ameaça de remoção, processos coletivos em que pessoas, em geral de baixa renda, são retiradas (ou ameaçadas de serem retiradas) de forma involuntária de seus locais de moradia.

Partimos, então, dessas 868 entradas no banco de dados sobre ameaças de remoção e remoções, histórias que nos chegaram por meio de diversas fontes, uma miríade de informações e experiências. Uma das informações que muito nos interessava era: quais eram os motivos alegados para justificar a remoção.

Então, a partir de nossa leitura dos dados, reorganizamos essas 868 histórias em nove categorias



mapa 2: distribuição territorial dos assentamentos ameaçados ou removidos conforme motivo alegado.

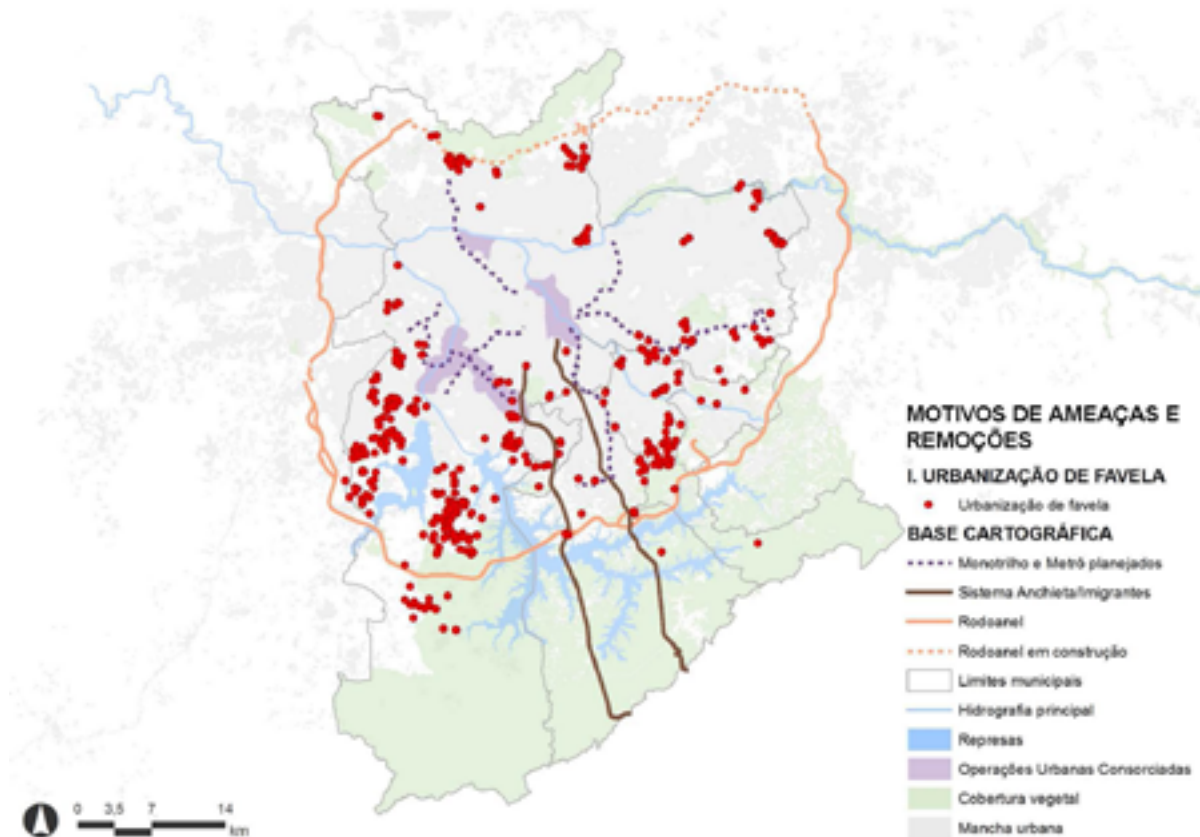
Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

de motivações de remoção ou ameaças, na seguinte ordem de ocorrência, do mais frequente para o menos frequente: urbanização de favelas; implantação de área verde; área de impacto de operação urbana; demanda de proprietário de terreno ocupado; imissão na posse; obra de infraestrutura; APP/APA; área de risco; e faixa de domínio de rodovia, conforme a figura 3. Esses casos localizam-se territorialmente conforme o mapa 2.

MOTIVOS DE REMOÇÃO E TERRITÓRIOS: REFLEXÕES

a) Apresentação dos motivos

A categoria mais frequente de motivação para a ameaça de remoção ou remoção presente em nosso banco de dados, com quase 50% das ocorrências (413 casos), são processos, projetos e obras de urbanização de favelas, conforme a figura 3. Essa



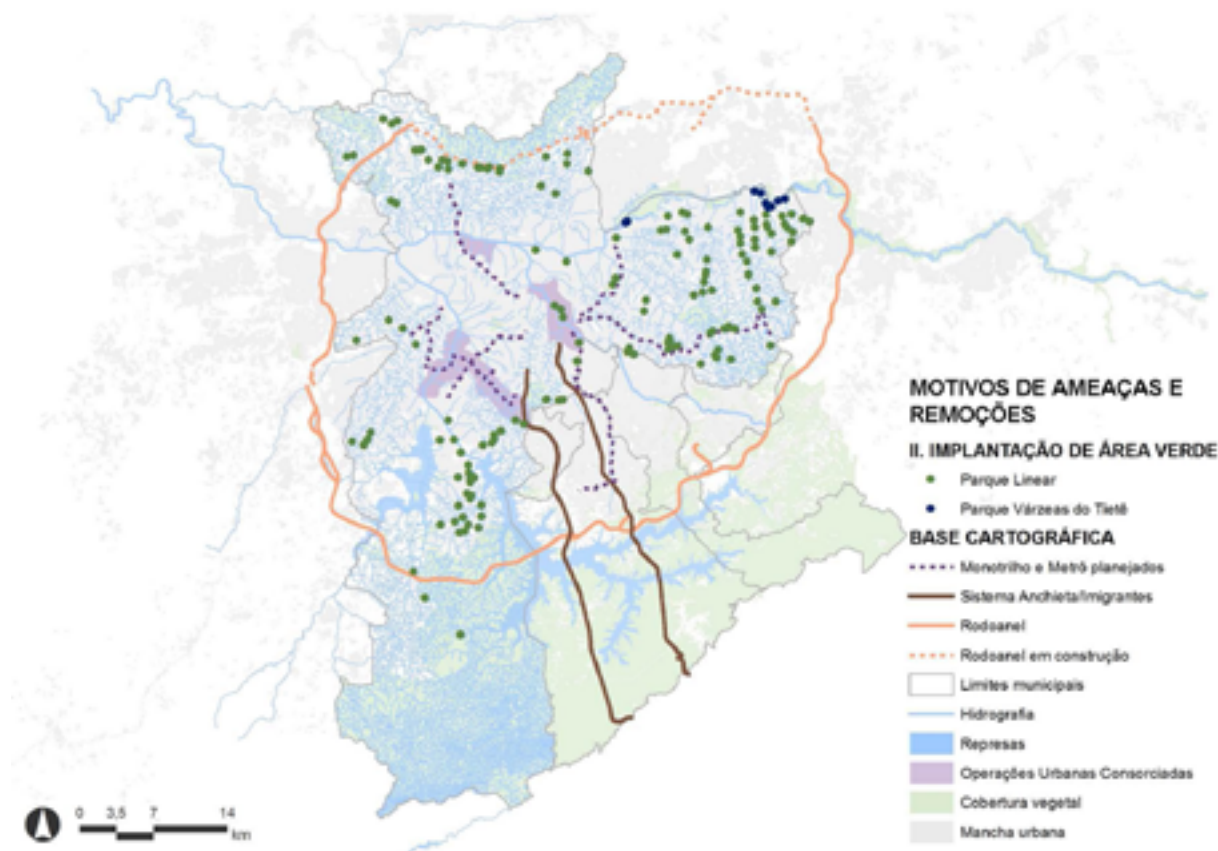
mapa 3: distribuição territorial de ameaças de remoção e remoções devido a urbanização de favelas.

Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

motivação aparece inflacionada em nosso mapeamento porque entendemos como ameaça toda favela com previsão de reassentamento que constava na base HABISP, incluindo os assentamentos vinculados aos Programas Mananciais e Renova São Paulo. Importante mencionar, justamente devido à proeminência dos dados do HABISP que 87% dos casos de urbanização de favelas em nosso banco de dados – isto é, 361 casos dos 413 – referem-se a

ameaças de remoção, referentes a projetos e expectativas, e não a *remoções* já realizadas.

A urbanização de favelas é geralmente entendida pela literatura específica não como um processo de deslocamento e remoção, mas como um processo de consolidação, e qualificação urbana, com implantação de infraestrutura básica (saneamento, água, energia, asfaltamento etc.), bem como sua integração à “cidade formal”. A urbanização

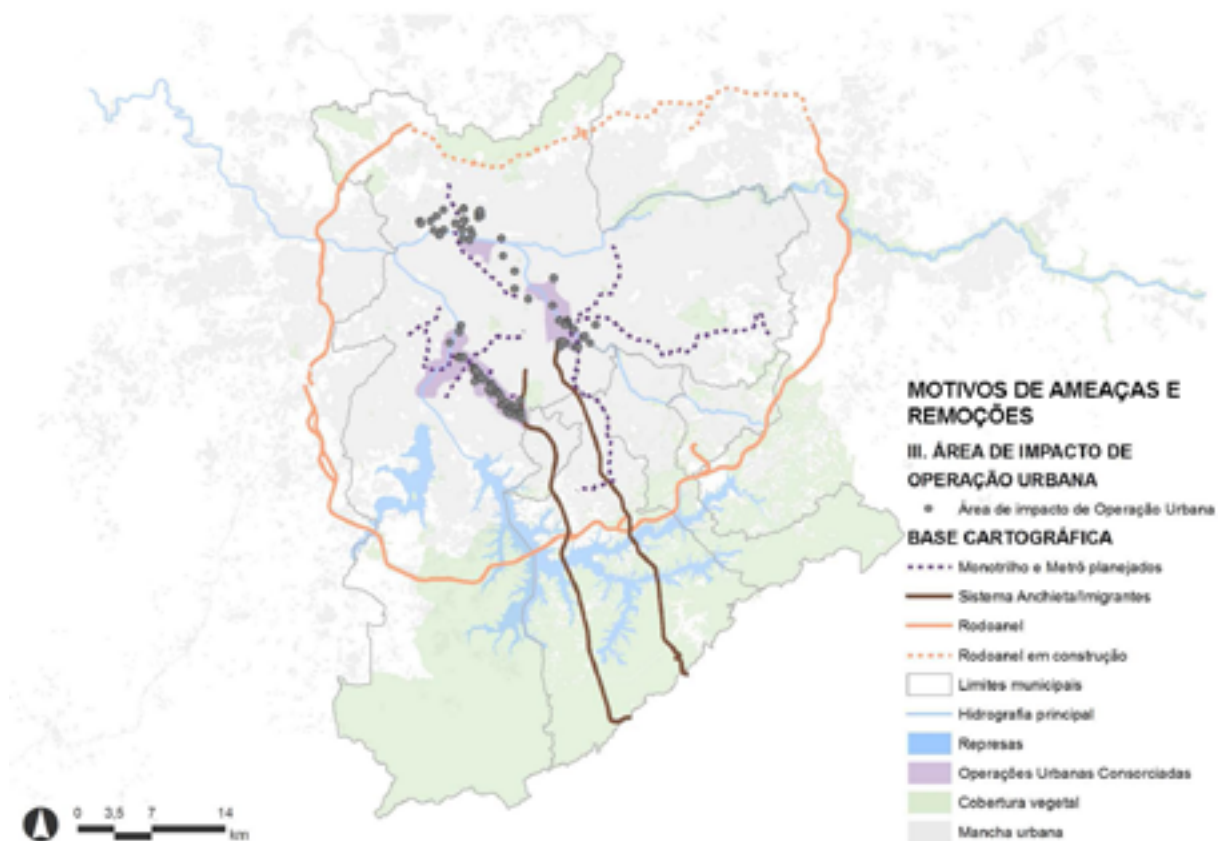


mapa 4: distribuição territorial das ameaças de remoção e remoções devido a implantação de área verde. Destaque para a base da hidrografia da cidade de São Paulo. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

de favelas é considerada uma pauta historicamente progressista também pelos movimentos organizados em torno dos direitos dos favelados e ativistas da luta pela reforma urbana. No entanto, o que nossa pesquisa revela é que mesmo em tais projetos de urbanização tem havido remoções de famílias com violações de direitos. Chamamos atenção para o fato de que o que é comumente chamado na literatura de qualificação urbana e consolidação de assentamentos precários coloca as famílias sob

ameaça de remoção e/ou as remove de seus locais de moradia – remoções cujos motivos, inclusive, são passíveis de questionamento e poderiam eventualmente ser evitados ou acomodados no interior do próprio assentamento.

O segundo motivo mais frequente de ameaça de remoção e remoção, implantação de área verde, é uma tipologia que, em nossa base de dados, só ocorre em São Paulo. O HABISP identifica o Programa 100 Parques para São Paulo, da Gestão



mapa 5: distribuição territorial da ameaças de remoção e remoções em áreas de impacto de Operações Urbanas Consorciadas. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

Gilberto Kassab (2006-2012), que previa a criação de parques lineares, e portanto muitas favelas localizadas em beiras de córregos estavam marcadas para serem removidas. O mapa 4 mostra os casos de implantação de área verde identificados em nosso levantamento, sobrepostos ao desenho da hidrografia da cidade e São Paulo, mostrando o quanto vários parques planejados se localizam sobre margens de córregos atingindo favelas ali implantadas.

O terceiro motivo que apareceu como mais frequência são áreas sob impacto de Operações Urbanas Consorciadas (OUC) – parcerias público-privadas voltadas para a transformação urbana orientadas como frentes de expansão do mercado imobiliário, e mais particularmente, em São Paulo, onde atua com mais intensidade o capital imobiliário financeiro. Apesar dos perímetros de várias OUCs, como veremos adiante, incluir favelas, as intervenções nestas não têm sido orientadas pelo

direito à moradia e pela justiça fundiária, via reassentamento adequado, que entendemos conter: o consentimento da família removida e o mínimo tempo para o reassentamento, se este não puder ser imediato, e de preferência próximo à moradia anterior; ou urbanização e regularização fundiária. Dos registros, destacamos três perímetros: OUC Água Espraiada; OUC Água Branca⁷; e OUC Bairros do Tamanduateí, conforme mapa 4. Frisamos que os registros na base de dados expressam o movimento de 2010 a 2015; entretanto é notório que tanto a Operação Urbana Faria Lima como a Água Espraiada já removeram muitas famílias em períodos anteriores a esse, que não abarcam o escopo do nosso projeto.

Nosso banco de dados, via plataforma colaborativa, reúne 102 casos de remoção ou ameaça de remoção em decorrência de ações possessórias promovidas por proprietários de terrenos ou edifícios ocupados, sendo que 97 deles são casos de reintegração de posse, e 5 são casos de imissão na posse. As reintegrações de posse são ações possessórias que envolvem disputas pela posse, podendo envolver atores públicos e privados; as imissões na posse, por sua vez, são declarações judiciais de posse em processos de desapropriação e em favor exclusivo de um ente público que promoveu o depósito judicial de 80% do valor do imóvel em favor do desapropriado. Mais de 50% dos 102 casos se referem a imóveis particulares ocupados e se concentram na região central da cidade.

Sabemos que o volume de casos de remoções em ações possessórias é expressivo porque praticamente todos os dias a grande imprensa noticia algum caso de reintegração de posse com despejos coletivos, na capital e no ABC. No entanto, as reintegrações de posse realizadas por demanda de proprietário de terreno ocupado chegaram à nossa base de dados principalmente por meio de movimentos de moradia, ONGs e através da mídia. Sem ter disponíveis bases de dados oficiais – diferentemente dos supracitados casos das operações urbanas, das urbanizações de favelas e das implantações de área verde – optamos pela criação um elemento comparativo partindo da base E-Saj – portal de serviços do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo⁸ – e seus registros de sentenças das reintegrações de posse.

A experiência com os levantamentos de sentenças de primeiro grau, na base de dados E-Saj permitiu romper, ao menos superficialmente, com o problema da falta de informações sobre o volume de casos judiciais entre particulares distribuídos no território. Com um levantamento das sentenças de primeiro grau, proferidas por juiz singular, foi possível verificar conflitos fundiários judicializados que causam remoções em São Paulo, a partir do ano de 2010 e nas cidades Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá a partir de 2013.

As decisões de juízes de primeiro grau foram territorializadas para indicar em que regiões de São Paulo e em quais municípios do Grande ABC as

7 As informações sobre a OUC Água Branca nos chegaram especialmente pelos pesquisadores do ObservaSP, projeto também integrado ao LabCidade, um dos laboratórios que sedia o Observatório de Remoções na FAUUSP. A região da Água Espraiada constituiu-se um caso de pesquisa em outra frente do Observatório, denominada Observando de Perto. No que diz respeito à OUC Bairros do Tamanduateí, nossas informações foram obtidas junto ao Movimento de Defesa do Favelado.

8 Disponível em < <https://esaj.tjsp.jus.br> > acesso em 04/03/2017.

demandas judiciais que causam remoções, como despejos (regidos pela Lei de Locações) e reintegrações de posse (regidas pelo Código de Processo Civil), ocorrem com mais intensidade (ver mapas 6 e 7). Para organizar o conjunto das sentenças no território, sobretudo na cidade de São Paulo, onde a Comarca é dividida em 14 Fóruns Regionais foi, inicialmente, produzido um cartograma com os limites dos 14 Fóruns Regionais da Comarca de São Paulo. Na delimitação temporal da busca lembramos que as sentenças relativas aos processos na capital começaram a ser disponibilizadas no ano de 2010, que coincide com o primeiro ciclo de registros do observatório de remoções (2010-2012), e as sentenças para os conflitos nas Comarcas do Grande ABC a partir do ano de 2013, neste sentido não será possível uma comparação entre as Cidades, ou Comarcas, pesquisadas.

Optamos em produzir cartogramas considerado totais gerais por comarca ou foro regional. Na análise da Comarca de São Paulo, verificou-se existir diferenças territoriais em relação à extensão dos 14 Fóruns Regionais. Neste sentido, optou-se pela leitura de densidade, onde o número de sentenças de cada regional foi convertida pelo área em km² da comarca respectiva.

O despejo por falta de pagamento de imóveis locados para moradia é um indicador de problema habitacional bastante comum na narrativa de grupos e movimentos de luta por moradia que acompanhamos ao longo do projeto. O indicador se relaciona diretamente a renda da família. Assim, o despejo e o risco de despejo da moradia alugada, é apontada como causa fundamental de crescimento

dos números de famílias sem teto, engrossando as fileiras das ocupações que reivindicam moradia e reforma urbana.

O levantamento de sentenças buscou inicialmente verificar a distribuição de sentenças de despejo por falta de pagamento. O despejo por falta de pagamento é uma causa de remoção individual pelo despejo forçado, atingindo individualmente mas podendo também causar o despejo de um grupo, como caso, dos imóveis encortiçados. Portanto apesar de individuais – e portanto não mapeados - a escala de produção de sentenças de despejos por falta de pagamento foi investigada a partir da divisão das cidades mapeadas, chamadas especificamente de Comarcas.

Para o levantamento das sentenças de despejo por falta de pagamento, decorrentes da Lei de Locações, consideramos, na base de dados E-Saj, todas as hipóteses de aluguel residencial, excluindo da contagem de decisões, nos Fóruns Regionais e Comarcas, todas as sentenças de despejo decorrentes de locações não residenciais, ou seja, todos os resultados para as sentenças com os verbetes comércio ou “imóvel comercial” ou “locação comercial” foram excluídas da tabulação.

Revela o cartograma das sentenças de despejo por falta de pagamento que, com base em totais, as regiões Norte (Fórum Regional de Santana) e depois Centro (Fórum Central) e Sul (Fórum Regional de Santo Amaro) apresentam maior número sentenças de despejos em relação às demais regiões da cidade. Quando medidos os mesmos totais, mas considerando densidades territoriais, de acordo com a área das jurisdições regionais, as regiões Norte (Fórum Regional de

DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS DE DENGUE EM SÃO PAULO - 2006

TOTAIS

- 0
- De 1 a 2 500
- De 2 501 a 5 000
- De 5 001 a 10 000
- Acima de 10 000

DISTRIBUIÇÃO DA DENSIDADE DE CASOS DE DENGUE EM SÃO PAULO - 2006

DENSIDADE casos/km²

- 0
- 0,1 a 25,0
- 25,1 a 50,0
- 50,1 a 100,0
- Acima de 100,0

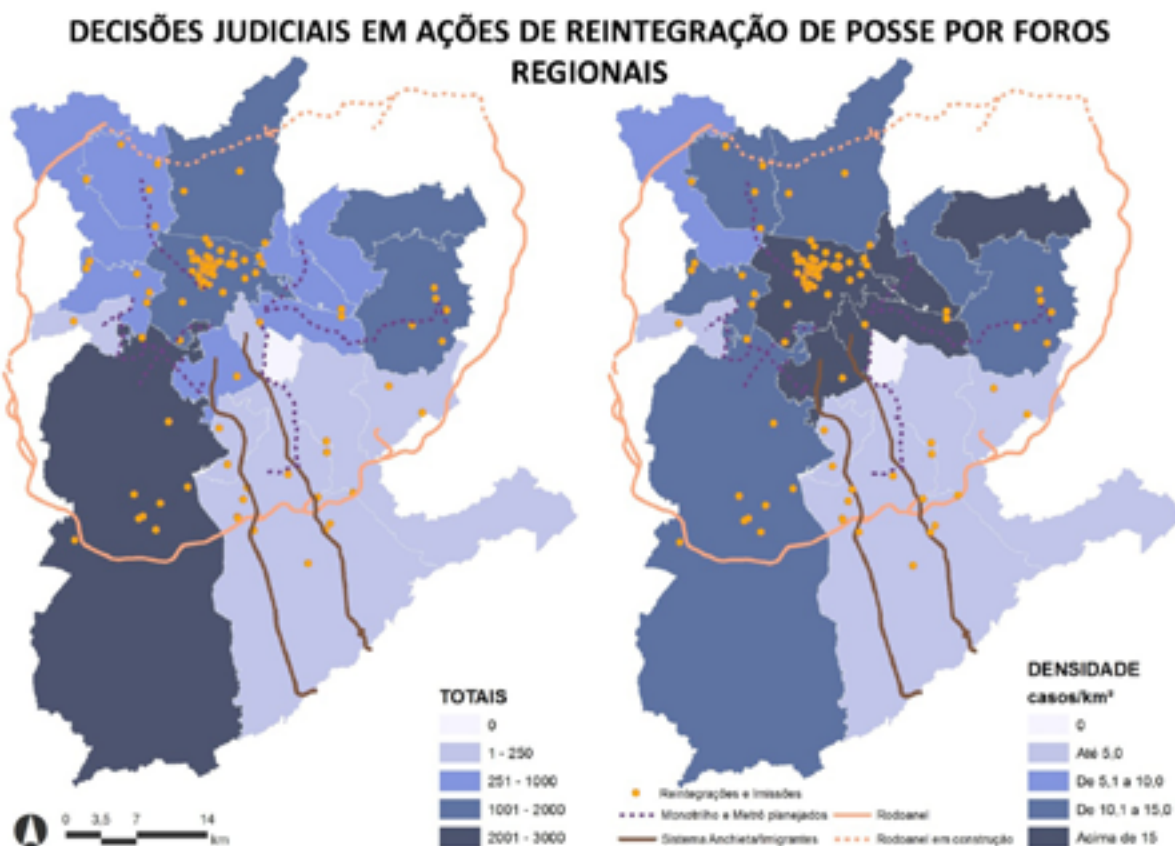
* Rastreamentos e imissões
 - - - Metrô planejados
 - Rodovias em construção
 - Rodovias

0 3,6 7 14 km

Santana), Leste (Fórum Regional do Tatuapé) e Sul (Fórum Regional do Jabaquara) apresentam os números mais expressivos de decisões de despejo.

(Jabaquara e Vila Prudente) estando também sujeitas a implantação de obra de infraestrutura - como é o caso do Rodoanel (Trecho Norte, em Santana).

20

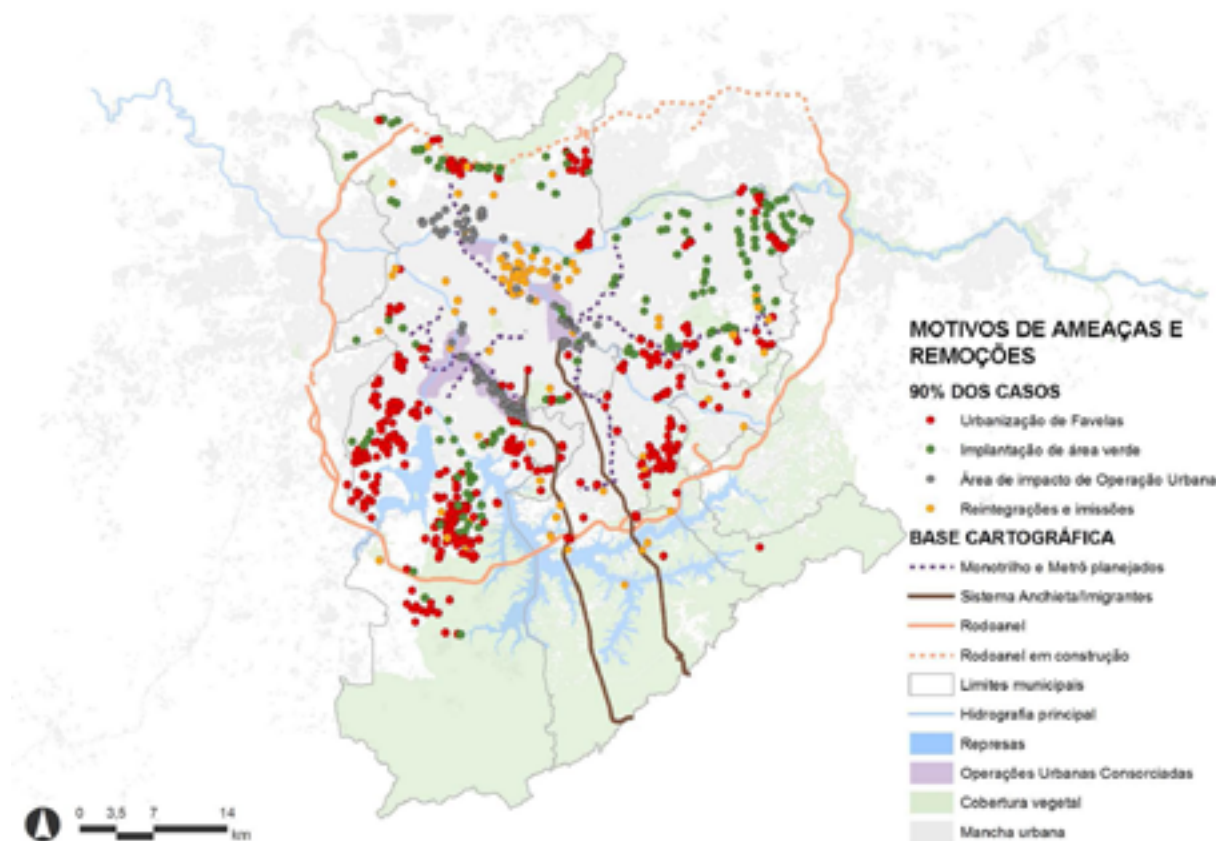


mapa 7: distribuição territorial das sentenças de reintegrações de posse em imóveis particulares em 14 Fóruns Regionais da Comarca de São Paulo e Comarcas do Grande ABC. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

as sentenças resultantes para reintegrações de posse excluídas as hipóteses de “arrendamento mercantil” ou leasing ou “busca e apreensão” ou “bem móvel” cujos conflitos decorrentes também geram reintegrações de posse, ou ações possessórias. Os resultados alcançados demonstraram o que o nosso mapeamento também revelou, a partir dos informes dos movimentos de moradia:

um expressivo volume de conflitos possessórios (individuais e coletivos) no centro da cidade de São Paulo.

Desta forma, 90% do nosso banco de dados apresenta esses quatro motivos, ou tipologias, de remoções e ameaças de remoção, como mencionadas: urbanização de favelas; implantação de área verde; área de impacto de operação urbana; ações possessórias



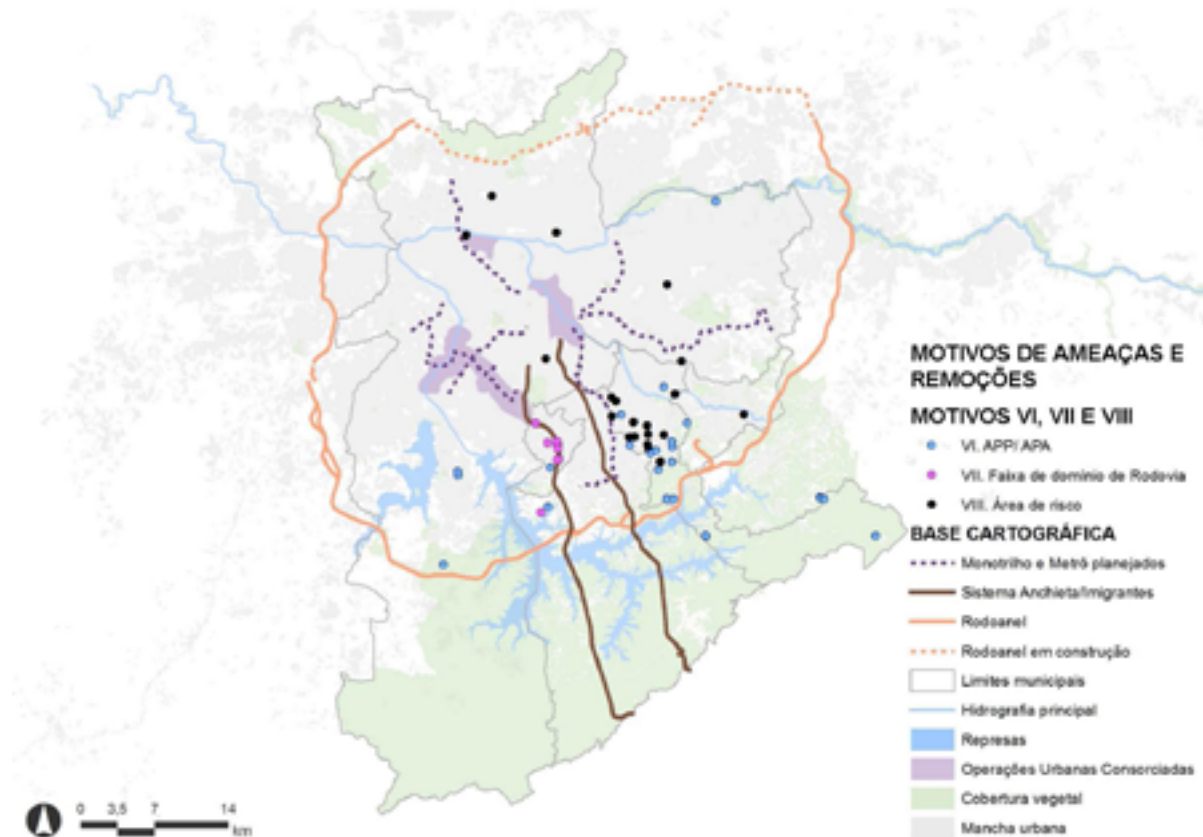
mapa 8: distribuição territorial das ameaças de remoção e remoções com os quatro casos mais frequentes: urbanização de favelas; implantação de área verde; área de impacto de operação urbana; reintegrações de posse a partir de demanda de proprietário de terreno ocupado. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

promovidas por proprietários de terrenos ou edifícios ocupados (esta última incluindo casos de reintegração de posse e de imissão na posse), conforme o mapa 8.

Outras motivações também apareceram, embora com menos frequência: obras de infraestrutura; Área de Proteção Permanente/ Área de Preservação Ambiental (APP/APA); área de risco; e faixa de domínio de rodovia, conforme o mapa 9.

No que diz respeito à obra de infraestrutura, chamamos a atenção aos casos nas áreas do entorno do projeto do Rodoanel Norte e dos projetos de metrô. As áreas em APP/APA concentram-se nas áreas de proteção aos mananciais, especialmente na área da Billings/Guarapiranga.

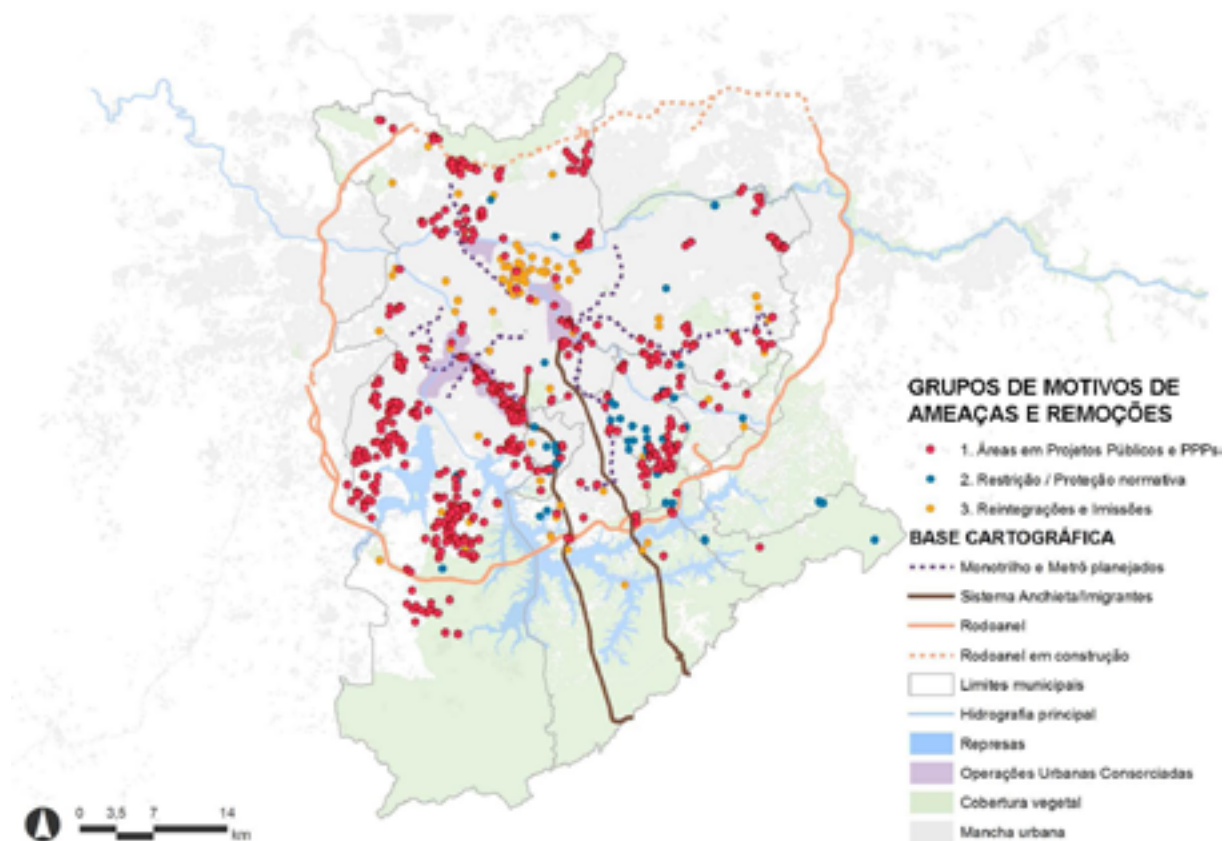
Mantivemos a categoria “área de risco” pela justificativa que nos chegou como motivação alegada



mapa 9: distribuição territorial das ameaças de remoção e remoções sob justificativa de obra de infraestrutura; área de preservação ambiental/ proteção permanente; área de risco; e faixa de domínio de rodovia. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

da remoção; importante perceber que elas se concentram em Santo André e que a justificativa é da Prefeitura de Santo André, como área de risco não-consolidável ou consolidável com remoção. Os casos de ameaça ou remoção sob alegação de áreas de faixa de domínio de rodovia são casos em Diadema, nas rodovias do sistema Anchieta-Imigrantes, da Ecovias.

A partir da análise destas motivações, optamos por rearranjá-las em três grupos de razões para remoção: (i) áreas incluídas em projetos públicos ou de parcerias público-privadas (operações urbanas; de implantação de áreas verdes; obras de infra-estrutura; e urbanização de favelas) (81%); (ii) áreas de restrição/proteção normativa (APP/ APA, faixas de domínio de rodovias; áreas de risco



mapa 10: distribuição territorial das ameaças e remoções a partir de tres grande grupos.

Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

geotécnico) (7%) e (iii) áreas em disputa judicial de propriedade (reintegrações de posse a partir de demanda de proprietário de terreno ocupado e imissões na posse) (12%), que se distribuem territorialmente conforme o mapa 10.

b) Cruzando os motivos: territorialidades e seus efeitos

Note-se que chamamos ao longo deste texto de motivos de remoção, no entanto, não são excluídos entre si nem, revelam os processos e conflitos que marcam a política urbana e a estruturação das nossas cidades. Chamamos atenção, então, para algumas interpretações possíveis a partir da leitura da distribuição territorial das remoções na

metrópole, de processos de reestruturação urbana em curso.

Uma primeira questão de nossa pesquisa é: quem e está sendo removido e o que os dados oficiais não revelam? O que tanto nosso banco de dados como nossos casos do “Observando de Perto”⁹ evidenciam é que não há um único alvo de remoção ou de ameaça de remoção no que diz respeito ao tempo de existência das favelas e comunidades e seu grau de consolidação: estão sendo removidas ou sob ameaça de remoção tanto favelas que existem há muito tempo – mais de vinte, trinta, cinquenta anos – quanto ocupações novas. Veja-se, por exemplo, um de nossos trabalhos de mapeamento colaborativo ou “Observando de perto”⁹, as favelas da Rede Comunidade Água Espraiada (ver gráfico 1).

Maria Fernandes, moradora da favela Bernardino de Campos, na Água Espraiada, conta que há trinta anos mora na região: “Antes, na outra viela, e já [morava] há muitos anos aqui”. Lembra quando “Maluf fez a avenida”. Antes, ainda, morava no Parque Santo Antonio. Dona Ercília também mora na região desde antes da avenida, assim como Seu Eraldo, que mora desde 1991 e lembra: “era de paralelepípedo”. A criação da hoje Avenida Prof. Roberto Marinho, zona sul de São Paulo, é um marco temporal que aparece como divisor dos modos de vida das famílias: antes e depois da avenida. Importante considerar que uma obra de infraestrutura como essa valorizou a região,

especialmente por encurtar o tempo necessário de deslocamento para algumas regiões da cidade. Alguns moradores, como Golô, foram removidos de suas casas e indenizados quando da criação da Avenida, em 1994. Com a indenização, Golô continuou na região e comprou uma casa mais pra cima – saiu do Fedoro (assim batizada por ser uma área com forte odor do córrego poluído) e mudou pro Cheiroso (uma área topograficamente mais alta, e onde o mau cheiro não chegava). Assim como Golô, outros moradores também receberam indenização quando foram removidos por conta da Avenida. As opções, contaram-nos os moradores, era receber 1500 reais, 3 mil reais ou uma unidade habitacional em Cidade Tiradentes, situada no extremo leste de São Paulo. Alguns moradores que receberam indenização, como é o caso de Golô, se deslocaram entre favelas e áreas da região. No entanto, por já terem recebido uma vez, se fixavam residência em outra área que seria removida mais adiante, não podiam ser indenizados novamente. Essas histórias correspondem a um primeiro território que emerge da leitura do mapeamento: a expansão do pólo corporativo da zona sul, que tem início com a extensão da Av. Faria Lima, na década de 1990, e impacta a vida e a permanência de moradores como Golô na região da Água Espraiada. Neste, a combinação de obras viárias e de mobilidade e operações urbanas, aliadas a uma ação intensa do polo corporativo financeiro, define uma região aonde, se de um lado, a permanência de assentamentos populares

9 Denominamos uma das frentes do Observatório de Remoções de “Observando de perto” e, nela, trabalhamos junto a algumas favelas, comunidades e ocupações sob ameaça de remoção ou com moradores de regiões que já haviam sofrido ameaça de remoção, abrangendo as seguintes comunidades: ocupação Douglas Rodrigues, comunidades da Água Espraiada, comunidades sob faixa de domínio da Ecovias (ver os textos do capítulo 2 sobre os “Observando de Perto”).

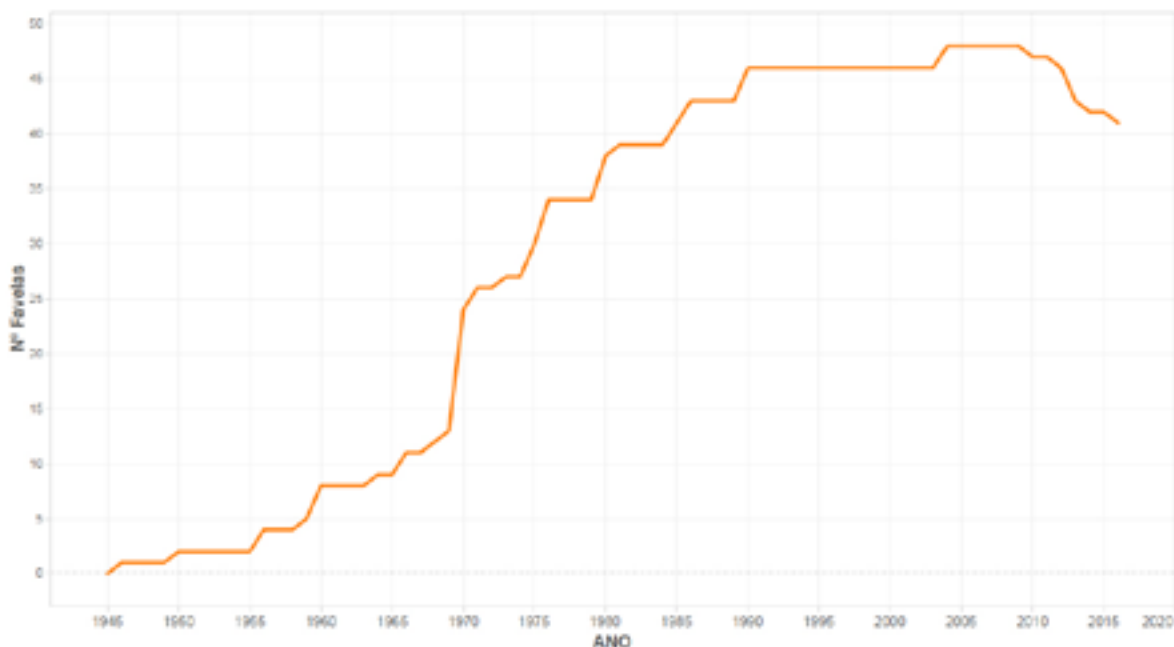


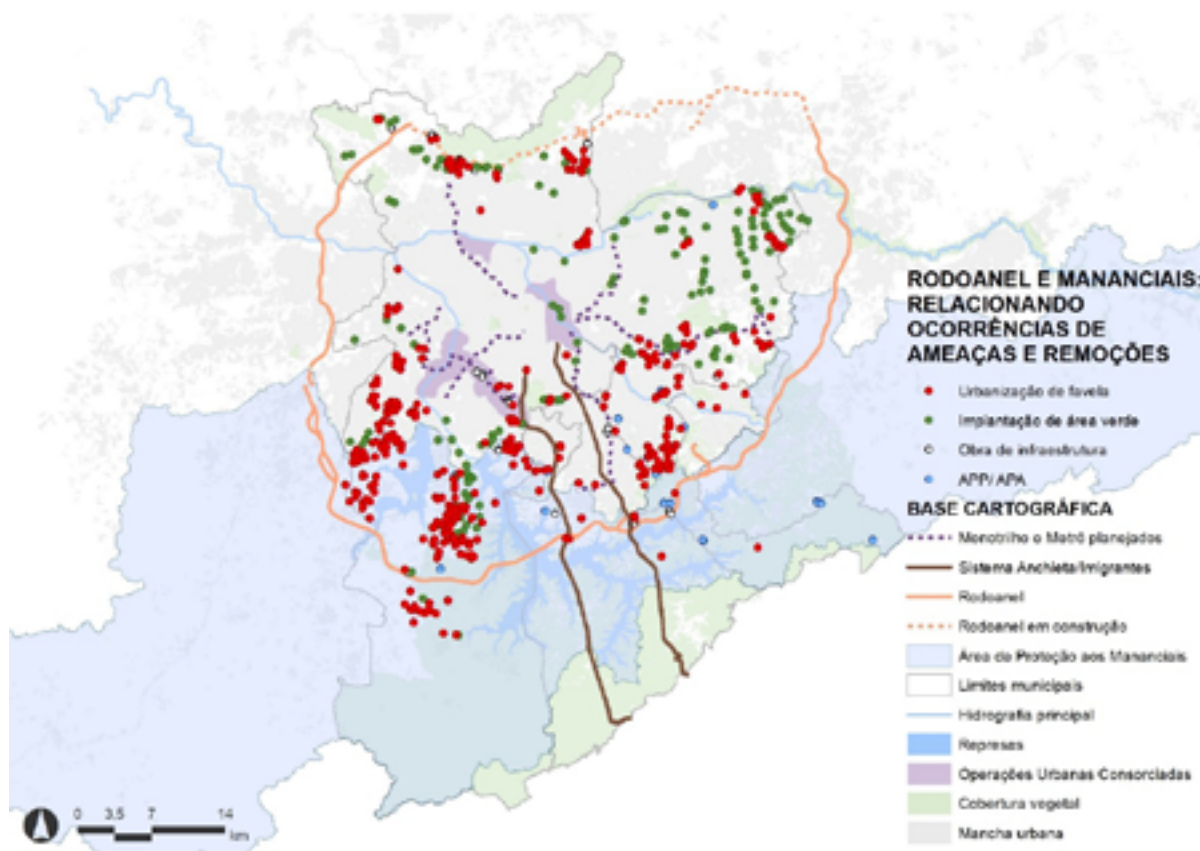
gráfico 1: tempo de existência das favelas na região da Água Espraiada. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

vai ficando cada vez mais comprometida, de outro, a ausência de solução habitacional definitiva vai desenhando um percurso de migrações de favelas mais consolidadas para núcleos novos na mesma região.

Um segundo território corresponde à zona sul, mais especificamente à região de proteção dos mananciais, atualizando um conflito que perdura pelo menos desde os anos 1990, e que o Programa Mananciais, desde então, busca, sem êxito até o momento resolver. Trata-se do conflito de difícil equação entre demanda por moradia e preservação ambiental, já que se refere a famílias de baixa renda morando precariamente em áreas de proteção aos mananciais de abastecimento de água da grande São Paulo. No mapa 11, incorporamos a mancha

da área de proteção aos mananciais, e o que vemos é que muitas favelas marcadas tanto como alvo de urbanização quanto como removidas para implantação de área verde (e não só as categorizadas como APP/APA) encontram-se em área de proteção dos mananciais, configurando então este território como um daqueles aonde se encontram hoje populações alvo de remoções e portanto um dos territórios de concentração destes processos.

Por fim, destacamos a região aonde está sendo implantado o trecho norte do Rodoanel como um território em reestruturação, provocando remoções, assim como a constituição de novos assentamentos precários, como veremos adiante... Cruzando nossos dados de pesquisa com as informações

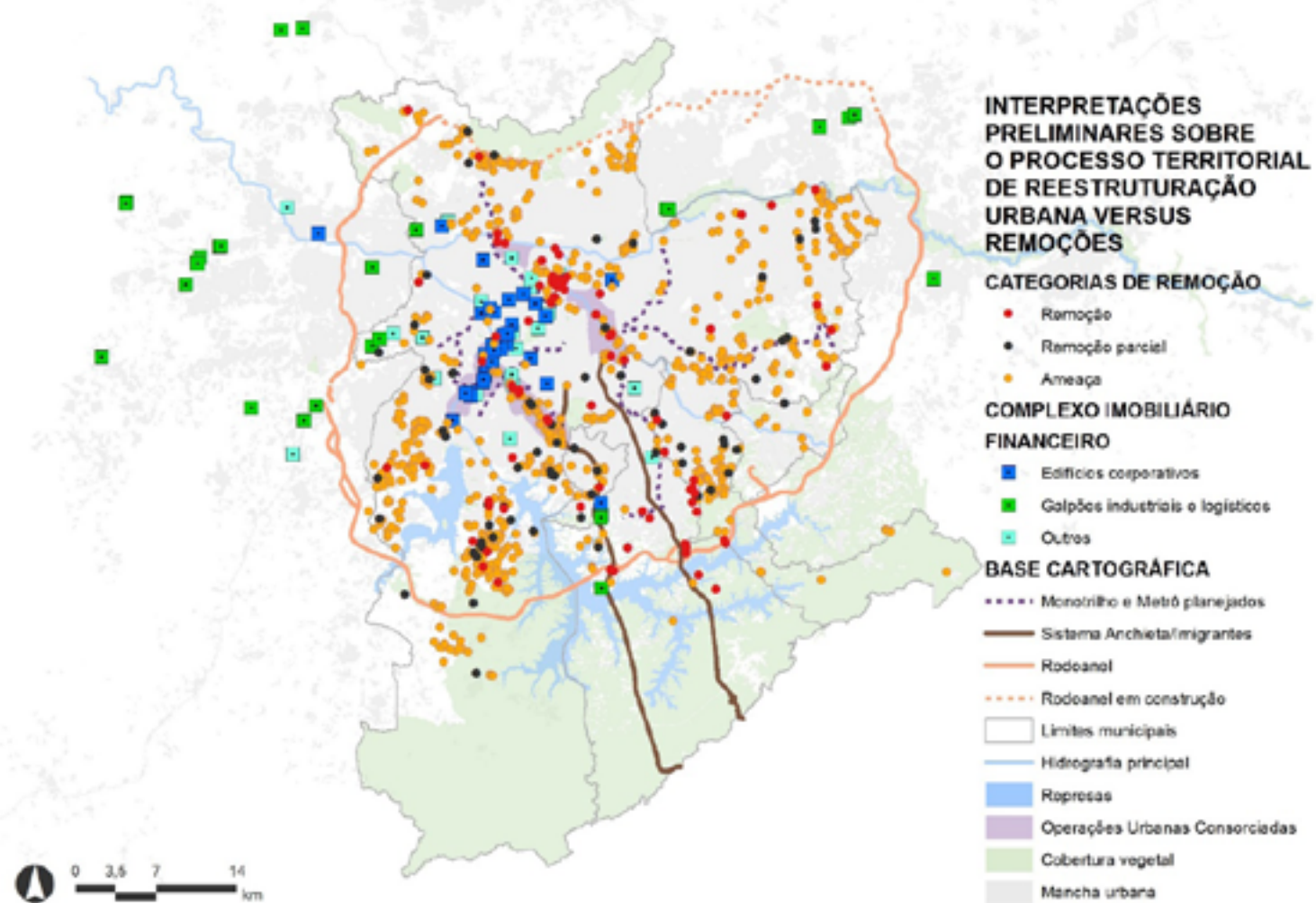


mapa 11: rodoanel e mananciais: territórios de ocorrências de remoções e ameaças.

Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

do projeto “Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil”, desenvolvido também no Labcidade/FAUUSP, verificamos que a área no trecho de obra do Rodoanel norte consolida-se como uma das atuais frentes de expansão do complexo imobiliário financeiro – com novas características, ligadas à expansão dos investimentos em galpões e atividades de logística.

Historicamente, a área de concentração do complexo imobiliário financeiro na cidade de São Paulo foi a região centro-sudoeste, que, como vimos no primeiro exemplo apontado, ainda está em franca expansão, especialmente a região da Operações Urbana Consorciada Água Espraiada. Os produtos imobiliários dessa expansão, especialmente nos anos 1990, foram torres corporativas, hotéis de bandeira internacional, shopping centers e centros



mapa 12: frentes de expansão do complexo imobiliário financeiro na metrópole e concentração de remoções e ameaças de remoção. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

de convenções. Atualmente, essa expansão está adquirindo novos desenhos e, na zona norte, tem se expandido com a implantação de galpões logística (veja mapa 12). Essa reestruturação urbana e do capital provoca mudanças no entorno, como uma valorização do preço da terra que produz efeitos por toda a zona norte, inclusive na região mais próxima da região central, uma vez que os investimentos acumulados na região e a própria obra do Rodoanel

agregam rapidez ao tempo de deslocamento na cidade para acesso a serviços para boa parte da região. Neste sentido, não houve surpresa ao perceber, em comparação com a supracitada pesquisa no Tribunal de Justiça, o expressivo volume de sentenças de despejo, por totais e por densidade, neste mesmo perímetro.

No relatório produzido pelo Observatório de Remoções na primeira fase da pesquisa, em 2012,

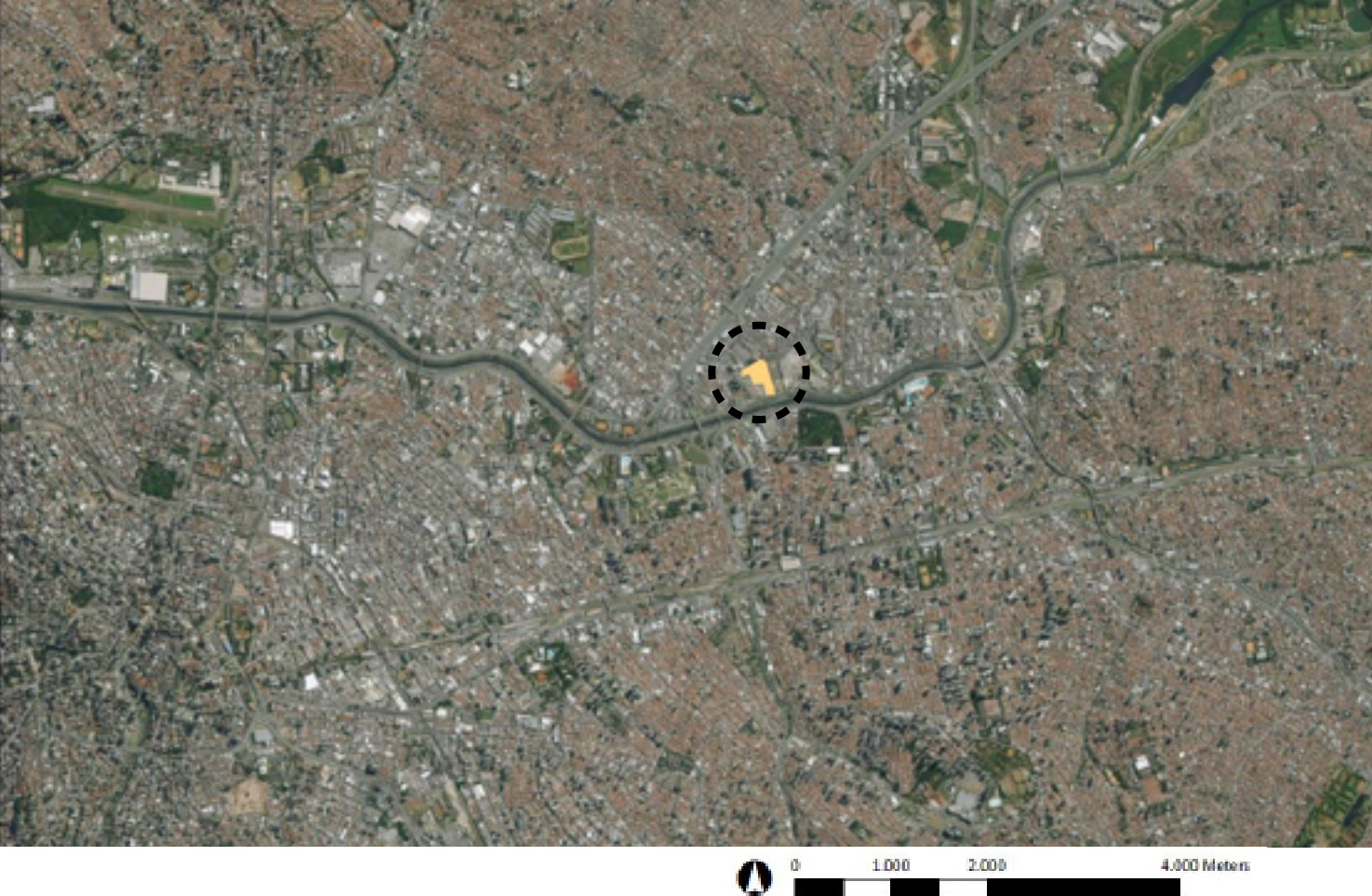


figura 4: foto aérea da região da Vila Maria, com destaque para a ocupação Douglas Rodrigues (em amarelo). Vê-se ao sul a marginal Tietê e a oeste, a Rodovia Dutra. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

identificando já o processo e implantação do trecho norte do Rodoanel como territorialidade que produziria efeitos e combinaria motivos para remoções, lê-se: “[...] *Os efeitos sobre o preço da terra e dos imóveis já se fazem sentir na Zona Norte da cidade de São Paulo desde 2011, no qual só com a perspectiva de realização da obra do Trecho Norte do Rodoanel a região registrou o maior aumento imobiliário da cidade, cerca de 28%.*” (Observatório de Remoções, 2012). Se esse

aumento do valor imobiliário na região já foi expressivo há alguns anos atrás, no período mais recente, isso tem adquirido proporções ainda mais gritantes. Temos, a partir de nossa pesquisa, três indicadores que confirmam essa hipótese já anunciada em 2012 no relatório supracitado. O primeiro refere-se à pesquisa conduzida nos Tribunais de Justiça como exposto acima, e que indica que a Zona Norte foi uma das regiões com maior volume de sentenças de

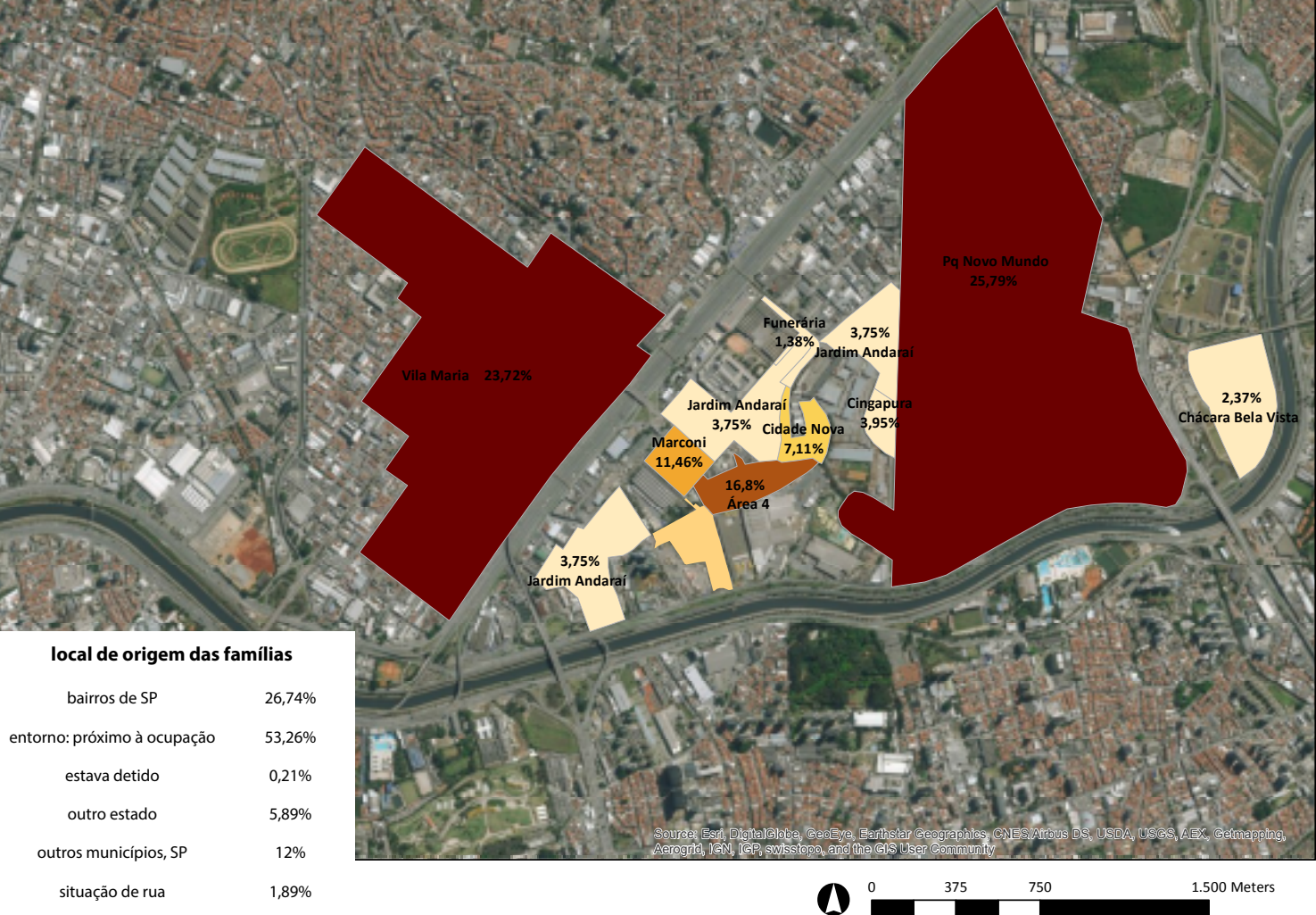


figura 5: local de residência anterior das famílias que moram na Ocupação Douglas Rodrigues, destacando os bairros do entorno.
Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

despejo por falta de pagamento de aluguel, especialmente nas regiões de Santana e Freguesia do Ó. O segundo indicador é empírico, observado a partir de nossa pesquisa de campo na ocupação Douglas Rodrigues, região da Vila Maria. Finalmente visitas a campo realizadas pelo consultor do projeto Benedito Barbosa também indicam mudanças importantes na região.

A ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria, zona norte de São Paulo, próximo à região

central (figura 4), foi uma das áreas de atuação do Observatório em parceria com movimentos de moradia na linha de pesquisa “Observando de perto”. Uma das atividades que desenvolvemos em conjunto com os moradores e o Movimento Independente de Habitação da Vila Maria, que organiza a ocupação, foi um mapeamento georreferenciado com *survey* aplicado a cada casa, vinculando os moradores, as características socio demográficas dos domicílios.

Razão da chegada	Total (%)	Razão da chegada das famílias que vieram do entorno	Total (%)
Problemas de renda	65,5	Problemas de renda	75,9
Questões familiares	10,5	Questões familiares	9,9
Saída forçada	6,8	Saída forçada	4,0
Sair da coabitação	4,7	Sair da coabitação	4,4
Mudou de cidade ou estado	2,0	Mudou de cidade ou estado	NSA
Situação de rua	1,9	Situação de rua	NSA
Outros/não sabe/não respondeu	8,4	Outros/não sabe/não respondeu	3,8

tabela 2 e 3: respectivamente razão da chegada na ocupação.e razão da chegada entre as famílias do entorno.

Obs.: NSA - Não sabe / não respondeu. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

Outra informação relevante diz respeito às famílias que foram morar na ocupação porque não conseguiam mais pagar o aluguel: trata-se de 65,5% das famílias do total de questionários respondidos. Cruzando ambas as informações – os motivos que levaram as pessoas a ir morar na ocupação e onde moravam antes –, vemos que 75% das famílias que moravam no entorno foram morar na ocupação por problema de renda, não podendo mais arcar com despesas de aluguel. A renda insuficiente para o pagamento de aluguel, uma das raízes do problema habitacional no país, neste caso, se combina com um processo de reestruturação urbana que redefine toda uma região da cidade, impossibilitando que esta continue a

abrigar populações de menor renda que até então ali se localizavam.

Ainda em relação à zona Norte da cidade, o consultor Benedito Barbosa realizou uma série de visitas na região e constatou que na direção da Rodovia Fernão Dias, antes e depois do Rodoanel, no Jardim Joana D'arc e Jardim Fontalis, próximo a subestação de Furnas, é possível enxergar da Rodovia um mar vermelho de barracos que se perdem na vista do horizonte e passando para o outro lado da construção do Rodoanel na Avenida Zezefredo Fagundes e na margem direita da Rodovia. Praticamente toda semana surge um novo assentamento.



foto 1: recente da Ocupação Paris, Zona Norte, Trecho Norte do Rodoanel. LABJUTA, 2016.

As construções são em geral, contíguas ao Rodoanel e nas margens da Fernão Dias. Os processos de ocupação na maioria das vezes são espontâneos e quando você encontra uma liderança local, em geral não possui qualquer relação com os Movimentos de Moradia organizados.

A presença destes novos assentamentos precários na região corrobora a tese de que parte importante da atual dinâmica habitacional da metrópole tem a ver com processos que combinam o aprofundamento da crise econômica com o os processos de reestruturação urbana que aumentam o valor dos imóveis e aluguéis em determinadas regiões da cidade, dificultando os segmentos de renda mais baixa a arcar com os

custos dos alugueis e impossibilitando os novos núcleos familiares que se formam de acessar uma moradia em área já consolidada, formal ou informal. No limite, isso tem levado a um aumento expressivo no número de famílias que cotidianamente se engajam em novas ocupações espontâneas, promovidas por grupos que não possuem vínculos com os movimentos sociais organizados.

Do outro lado da região norte, no sentido norte e oeste da construção do Rodoanel, na região de Perus, Jaraguá, Brasilândia, Jardim Paulistano, em lenta construção segue-se o mesmo cenário de degradação socioambiental, de abandono e de ocupações aceleradas.



foto 2: Ocupação Paris, ao lado do trecho norte do Rodoanel, próximo a Rodovia Fernão Dias. LABJUTA, 2016.

Na região de Perus e Brasilândia e do Jardim Paulistano, mais acidentada topograficamente pela presença de vales e morros, nada parece estancar o avanço das ocupações que se constitui num movimento quase ininterrupto rumo a Serra da Cantareira, adentrando outras regiões ambientalmente frágeis (áreas de parques, APPs, etc.), desmentindo as previsões do Governo do Estado de São Paulo que afirmavam que os trechos norte e oeste do rodoanel iriam servir como uma barreira física para as novas ocupações na região – o que claramente não se confirmou.

Na margem esquerda, acima nos morros do Bairro de Taipas, impressiona a vista do entorno

pela expansão das ocupações e também pelo abandono da periferia, as ruas em geral ainda são de terra, há uma enorme dificuldade de acesso à água, praticamente e a única presença do Estado nestas regiões é, vez ou outra, de viaturas policiais, e uma enorme quantidade de favelas, novas e antigas, que se misturam em um cenário meio marrom e meio cinza dos telhados de fibra.

O fenômeno que se percebe é que quando ocorre uma reintegração de posse ou uma remoção forçada há um desdobramento em outras tantas novas ocupações – como uma espécie de “efeito dominó”. Como não há solução habitacional, há um novo processo de reocupação agora em diversos outros assentamentos.



foto 3: Visão do Trecho Norte do Rodoanel na Comunidade do Morro de Taipas. LABJUTA, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos avanços do projeto Observatório de Remoções do Município de São Paulo e cidades do grande ABC diz respeito à articulação entre o mapeamento remoto com uso de bases de dados variadas e a frente de mapeamento colaborativo, o âmbito do “Observando de perto”. O trabalho realizado no período em questão permitiu consolidar uma base de dados, bem como uma plataforma colaborativa de registros de casos de ameaças de remoção e remoção, contribuindo para a organização das informações sobre remoções e fornecendo insumos para pesquisas futuras, vis a vis uma melhor compreensão dos fatores associados, das causas e consequências dos processos

de remoção, que como se sabe, impacta diretamente centenas de milhares de pessoas na nossa metrópole.

As primeiras leituras decorrentes do banco de dados formado a partir da utilização da plataforma foram aqui apresentadas, incluindo os principais motivos alegados para remoção ou ameaça de remoção e onde eles se situam georreferencialmente. Cruzando essas informações com outras pesquisas (como a frente Observando de Perto, também do OR; a pesquisa com os Tribunais; e a pesquisa sobre a frente de expansão do capital financeiro imobiliário, chamando atenção para uma de suas frentes, a saber, a vinculada ao trecho norte

do rodoanel; todas mencionadas ao longo deste texto), elaboramos leituras, que ainda necessitam de aprofundamento, a partir de novas investigações complementares, das ameaças de remoção e remoção em São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema e Mauá. Apresentamos a área de proteção aos mananciais, o Rodoanel e o polo corporativo sul como processos territoriais que produzem efeitos e combinam diferentes motivos de remoções e ameaças de remoção.

Assim, combinando e buscando a complementação de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos – como entrevistas, observação

participante, aplicação de survey, levantamento e análises em arquivos, diálogos com outros pesquisadores, e clipping de notícias – foi possível apresentar esta contribuição que permite ampliar a compreensão dos processos de remoção e ameaça de remoção, que impactam essencialmente a população de baixa renda. Foi possível também investigar sobre as relações entre tais processos de remoção e ameaça de remoção e a política urbana e habitacional, bem como com as centenas de milhares de vidas desautorizadas a se fixar territorialmente na cidade, com a não garantia da segurança na posse de suas moradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto nº 591 de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm > acesso em: 04/ 4/2017
- FIX, Mariana. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- LABCIDADE. Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil. São Paulo, LabCidade, 2017
- LEMOIS. L. e ROMEIRO. P. Bairros do Tamanduateí, São Paulo: interesse público ou garantias para o privado? Anais do XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
- LIMA, Pedro. Habitação social em projetos de reestruturação urbana: o novo e o velho na OUC Água Branca em São Paulo. Anais do XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
- MENDONÇA, Pedro. Três contradições das PPPs paulistas: da provisão habitacional aos negócios imobiliário-financeiros. Anais do XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
- MENEGON, Natasha. Planejamento, território e indústria: as operações urbanas em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.
- OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. Por um Observatório das Remoções no município de São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/06/Observatorio_REMOCOES.pdf (acesso em 13/03/2017)
- PEREIRA, Isabel; MENDONÇA, Pedro. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. Anais do XVII Enanpur, São Paulo, 2017.
- SÃO BERNARDO DO CAMPO. Plano Local de Habitação de Interesse Social. Disponível em: <http://sihisb.saobernardo.sp.gov.br/sihisb/index2.jsp> (acesso 04 04 2017)
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Habitação. HABISP: Mapeando a Habitação na Cidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/>> (acesso 04/4/2017)
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-Saj-Portal de Serviços. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=740000>> (acesso em 04/4/2017)



foto 1: vista da construção do monotrilho a partir da comunidade Bartolomeu Feio. Observatório de Remoções, 2016.

O CASO ÁGUA ESPRAIADA: A NARRATIVA E A CONTRA-NARRATIVA DAS REMOÇÕES

Karina Leitão, Lara Ferreira, Luciana Bedeschi, Stella Paterniani, Beatriz Nobumoto, Thalissa Burgi, Midori Hamada

O caso da Água Espraiada foi selecionado dentro deste projeto por diversos fatores, dentre os quais se destacam: a grande extensão da área e da população atingida direta ou indiretamente (cerca de 1373 ha), o grande número de pessoas removidas (11 mil famílias até o momento, mais 8 mil ameaçadas de remoção até 2020), o volume de pessoas vivendo em regime de habitação provisória oriundas da região da Água Espraiada (aproximadamente 3000 famílias, cerca de 10% das famílias em bolsa-aluguel do município), e ainda, registros de violação de direitos nos processos de remoção, que levantaram questionamentos e instigaram-nos a um acompanhamento da situação das famílias atingidas e ameaçadas. A magnitude do caso, a trajetória histórica de ameaças de remoção da região (conforme já mapeadas em importantes teses FIX, 2001; FERREIRA, 2017), culmina nos dias atuais em um processo que podemos designar como

um grande *imbróglho*, de múltiplos agentes, múltiplos fatores incidindo sobre um vasto território e atingindo muitas vidas com a ameaça e com remoções que ao fim e ao cabo, favorecem o interesse privado e à expansão do capital imobiliário na região, em detrimento da permanência dos moradores dos assentamentos populares consolidados na área.

Note-se que as remoções na região têm sido objeto de estudo em diversas pesquisas acadêmicas, sob diversos focos e recortes. Merecem destaque três desenvolvidas na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo - FAUUSP, e com as quais dialogamos no projeto. Elas demonstram, a partir de diversas abordagens, as transformações históricas e mais recentes na região, iluminando os processos de remoção e os diversos agentes das transformações sócio-espaciais. São elas, o trabalho final de graduação de Mariana Fix (1996), o mestrado de Sara Macedo (2017) e o doutoramento de Paulo Emilio B. Ferreira (2017)¹, o que demonstra uma atenção da academia há pelo menos duas décadas para os processos de transformação nesse perímetro. A ‘observação de perto’ para este caso em especial, inserida no âmbito do Observatório de Remoções, coloca-se como uma abordagem complementar a estas pesquisas citadas, e foca-se no método de pesquisa-ação para denunciar casos

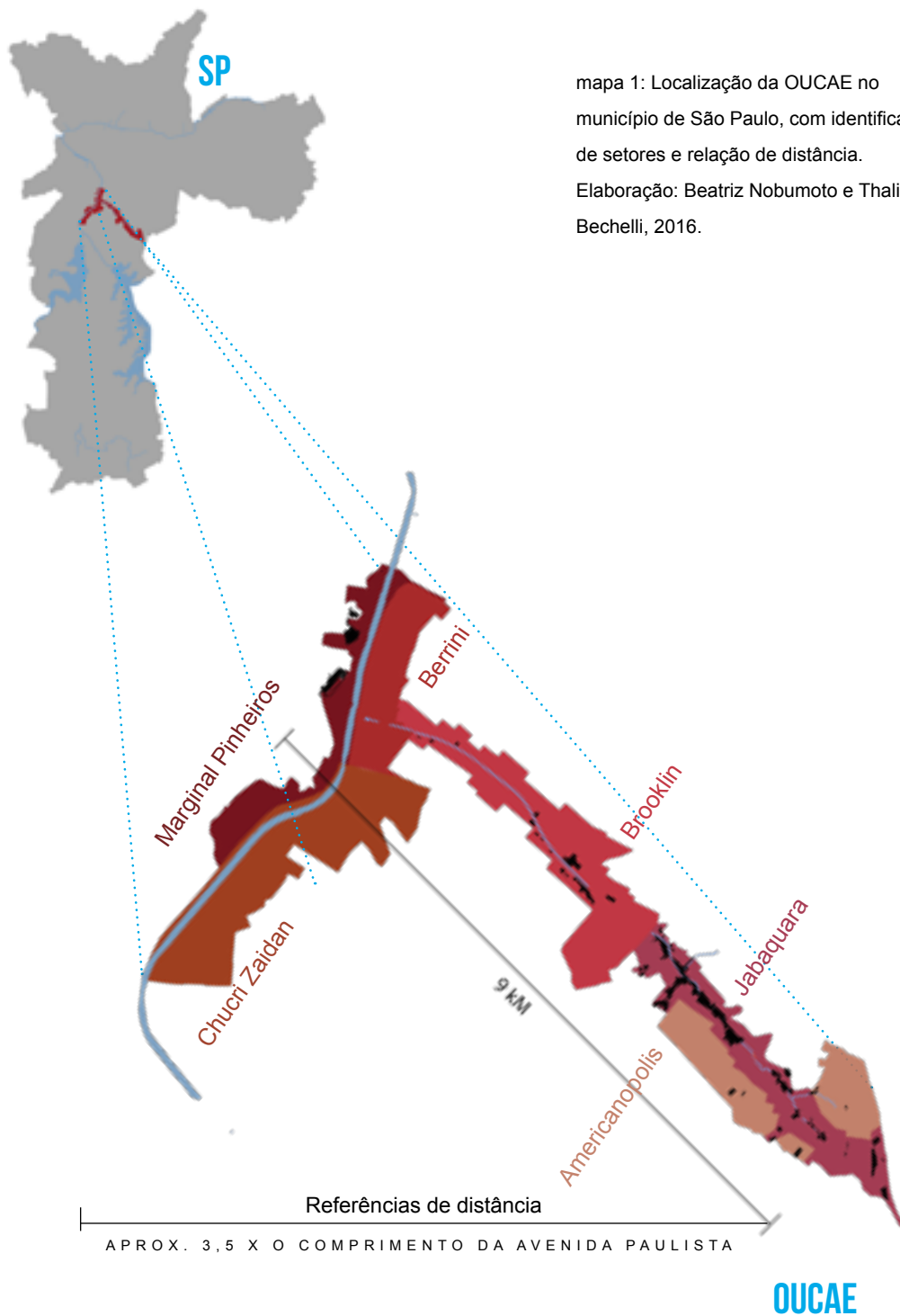
de violação de direitos, a provisoriedade e precariedade no atendimento habitacional, as ameaças que pairam sobre famílias que são parcamente informadas sobre seus destinos, e visa a produção de contra-narrativas e uma contra-cartografia que elucide a ação dos agentes destas transformações espaciais, a territorialização de recursos e processos que têm sido tradicionalmente pouco publicizados, pouco discutidos publicamente, redundando em uma ação que dá sinais de privilegiar a abertura de frentes de expansão do mercado imobiliário, mediante a legitimação da ação estatal.

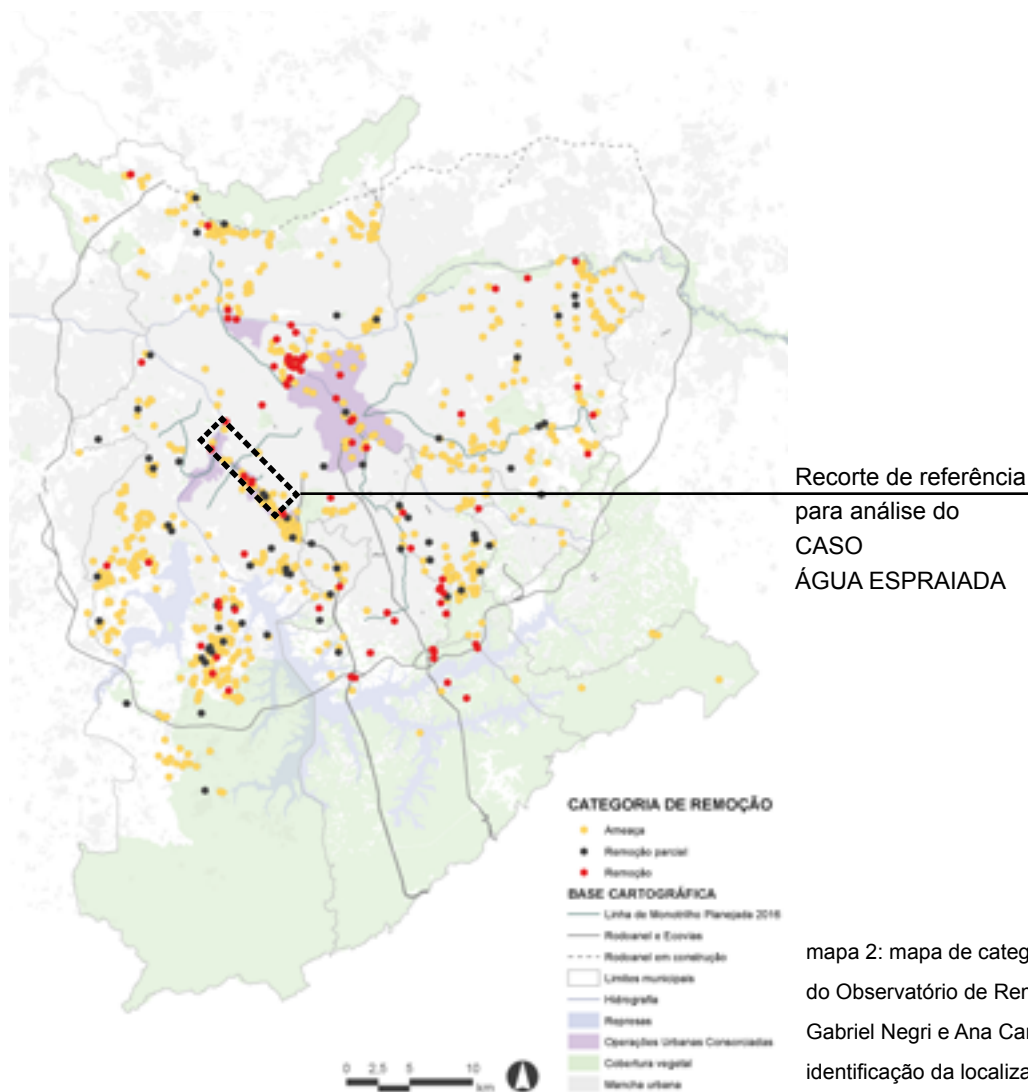
Como se pode verificar, este estudo trata de uma região que coincide com a área de abrangência da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada - OUCAE, que por sua vez enseja, junto com outras obras, processos de remoção que têm acontecido na região, motivadas por diversas justificativas e com diferentes naturezas.

LOCALIZAÇÃO

A OUCAE situa-se no município de São Paulo, na região chamada de Centro-Sul. O perímetro da OUCAE delimita uma região situada entre diversos bairros: Morumbi, Vila Andrade, Itaim Bibi, Santo Amaro, Campo Belo e Jabaquara. O perímetro, em formato assemelhado a um T (mapa 1), conforma

1 A pesquisa de Mariana Fix, data de 1996 sob o título “O estado e o capital nas margens do rio Pinheiros” (sob orientação da Profa Dra Erminia Maricato) , e resultou no livro “Parceiros da Exclusão” de 2001 em que a autora analisa o papel os agentes e resultados das operações urbanas Faria Lima e Água Espraiada. A pesquisa de Sara Messagio Macedo (2017) - sob orientação da Profa Dra Paula Santoro, disponível no site teses usp, disserta sobre o processo indenizatório no programa de reassentamento de famílias vulneráveis para as obras de expansão do Metrô: Linha 17 – Ouro. Já a tese de Paulo Emilio Buarque Ferreira (sob orientação da Profa Dra Erminia Maricato), também disponível no site <teses usp>, se concentra no estudo das estratégias de desfavelamento na região da operação urbana em questão, e ainda, defende que a maioria dos assentamentos populares da região poderia ser objeto de projetos de urbanização de favelas, posto que são consolidáveis ou consolidados.

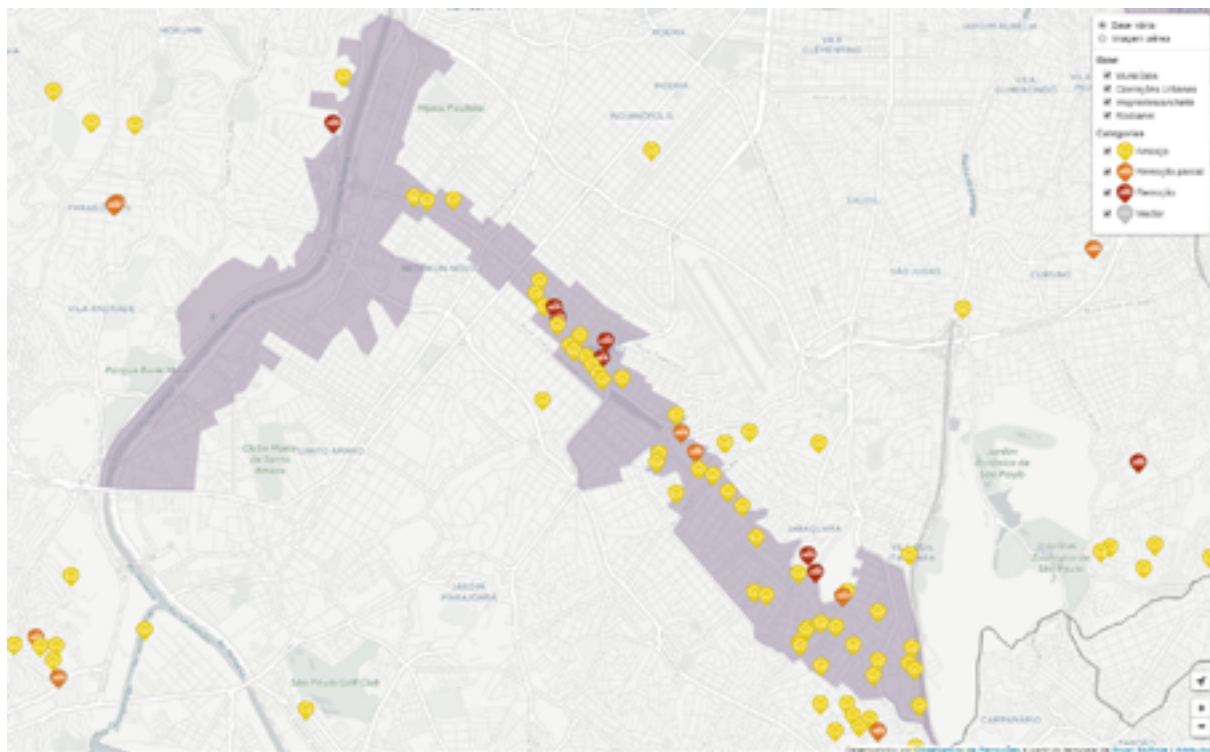




mapa 2: mapa de categorias de remoção do Observatório de Remoções (elaboração Gabriel Negri e Ana Carvalho, 2016), com identificação da localização da OUCAE.

uma região de 9 km lineares de extensão margeando o córrego Água Espraiada, que vai desde a Marginal Pinheiros até ao Parque do Estado – Rod. Imigrantes. A OUCAE está dividida oficialmente em setores territoriais, que adotamos aqui para efeito de análise e localização, são eles setor Marginal, setor Berrini, setor Chucrí-Zaidan, setor Brooklin, setor Jabaquara, setor Americanópolis (conforme a lei 13260/2001).

No mapeamento geral do Observatório de Remoções, consideramos que todos os assentamentos ainda existentes dentro do perímetro demarcado da OUCAE estão em processo ou ameaça de remoção reiterados por esse instrumento urbanístico, mas na Observação de Perto, pudemos verificar como esse motivo principal se desdobra e afeta a população de diferentes maneiras.



mapa 3: OUCAE na plataforma online do Observatório de Remoções. Elaboração: Gabriel Negri e Ana Carvalho, 2016

ÁGUA ESPRAIADA NO MAPEAMENTO GERAL DO OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

Por Gabriel Negri

A base de dados pública e online do Observatório de Remoções conta com um total de 883 entradas das quais 714 se enquadram na cidade de São Paulo, das quais 67 são do perímetro ou do entorno direto da OUCAE, ou seja, 9,4% das denúncias do município possuem algum grau de relacionamento com esse processo. Colocamos que nem todas estão diretamente influenciadas pela Operação Urbana, pois um total de 12 comunidades incluem justificativas de remoção variadas como implantação de parques lineares, Programa Renova São Paulo e urbanização de favelas, porém estão a uma distância máxima de até 900m do perímetro. Quanto às 55 denúncias restantes, são os casos que se aplicam aos terrenos sob administração da DER, áreas de influência da linha 17 do metrô e por estarem no perímetro de influência da OUCAE.

Do nosso universo das 67 denúncias temos um total de 56 comunidades em ameaça de remoção, 4 que até o momento sofreram uma remoção parcial (Beira Rio, Pingo de Ouro, Rocinha Paulistana e Tanquinho, sendo essa última em função do Renova SP) e 7 que foram removidas em sua totalidade (Buraco Quente, Campos União, Comando, Cruz das Almas e Nova Minas Gerais em função do metrô, Zacarias de Góis que estava na área da Operação e a favela Real Parque que sofreu reintegração de posse).

Historicamente, as intervenções na região da OUCAE foram pautadas pelo argumento de que melhorias na mobilidade são de interesse público, coletivo e beneficiariam a cidade como um todo, o discurso oficial reitera essas ideias. Por exemplo, a criação e ampliação da Avenida Jornalista Roberto Marinho; seus projetos de continuidade para interligação com a rodovia dos Imigrantes e a criação de um parque linear, o Via Parque; além do mais recente projeto da linha Ouro 17 do Metrô (monotrilho), são exemplos dessa primazia. O argumento da universalidade dos benefícios de investimentos em mobilidade funcionam, no caso, perversamente: como justificativa para embasar desapropriações e remoções forçadas de famílias e pessoas cuja permanência na região colide com os interesses dos vultosos investimentos privados de capital imobiliário e de infraestrutura, que veem na área possibilidade de expansão e retorno financeiro.

Após a primeira fase do projeto Observatório de Remoções, iniciada em 2012, onde já se estudava o caso da OUCAE com base nos dados oficiais e tese de Camila Maleronka (2010)², a segunda fase do Observatório optou pelo detalhamento da pesquisa, com opção pela observação de perto e pesquisa-ação na região. Nesta pesquisa, a observação de perto no caso Água Espraiada visou a denúncia de casos

irregulares e injustos de remoção e o acompanhamento da população já removida ou ameaçada de remoção na região, procurando uma leitura conjunta, a troca de informação e a tradução das informações oficiais e extra-oficiais, que na maioria das vezes apresentam-se ininteligíveis para a população afetada e a opinião pública em geral, não versadas no idioma da burocracia estatal. Para além da exploração analítica do caso para fins de pesquisa, a ação do Observatório visa uma instrumentalização desta população, no sentido do fortalecimento para uma disputa mais justa pelo direito à moradia digna e à cidade.

NOTAS SOBRE A PESQUISA

Os Assentamentos Precários³

Se por um lado tratamos do perímetro como um todo na análise, por outro, a pesquisa tem como enfoque todos os assentamentos designados como precários pela SEHAB (Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, partindo da base de informações oficiais da prefeitura, o HABISP - sistema de informação habitacional criado pela gestão municipal 2009-2012) dentro do perímetro da OUCAE ou por ele afetado, o que representa, segundo dados oficiais, cerca de 8942 famílias atualmente. Trabalhamos com 52 assentamentos

2 MALERONKA, C. Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento 'operação urbana consorciada' à luz da experiência paulistana. Tese de doutorado. São Paulo, FAUUSP, 2010.

3 Cabe ponderar sobre a designação de precários e informais para os assentamentos estudados no âmbito do Observatório de Remoções. Reconhecemos a limitação do termo e seu caráter eventualmente pejorativo, a precariedade não define a complexidade da vida nesses assentamentos. Na ausência de um termo mais apropriado para designar os locais de moradias das camadas mais populares, adotamos esses que têm sido largamente utilizados pelo campo progressistas sobre favelas, com a ressalva de que a precariedade e a informalidade não definem por si só esses lugares tão complexos e dinâmicos.



foto 2: vista superior do assentamento Guian Corruias. A região da OUCAE apresenta inúmeras morfologias edilícias mas são as moradias populares que nos interessa aqui observar, assim como para os seus moradores. Lara Ferreira, 2016.

(contados a partir de 2009), nos setores Brooklin, Jabaquara e Americanópolis, alguns deles inclusive já removidos. Concluímos que já houve remoção de pelo menos 11 mil famílias desde a década de 80 (somando-se os dados oficiais, de pesquisa da Mariana Fix (1996), e a contagem do Observatório de Remoções). Sabemos que cerca de 6000 famílias a mais têm previsão de remoção para o período até 2020 – devido a obras relativas ao Via-Parque – e

que destas apenas uma parte tem reassentamento na área possivelmente garantido. Esse número, no entanto, é questionável, por dois principais motivos: i) a própria contabilização, por parte do Estado, de domicílios a serem removidos, como veremos adiante, é problemática; e ii) o atendimento às famílias removidas muito raramente tem sido o reassentamento, e, quando o tem, nunca são 100% das famílias que são reassentadas. A tônica dos

atendimentos por remoções no âmbito da OUCAE tem sido o cadastro das famílias em programas habitacionais, a indenização e o auxílio-aluguel. A gestão municipal (2013-2016) comprou e desapropriou terrenos para a construção de HIS (habitação de interesse social) nas proximidades das remoções previstas, mas não há garantia de que tais edifícios serão construídos, nem mesmo que serão destinados às famílias da região. Grande parte das famílias removidas entre 2010 e 2016 receberam indenização, e se deslocaram para outros lugares da cidade, na maioria dos casos mais longe ou em situação mais precária do que a que se encontravam na Água Espraiada; uma outra parte da população removida (cerca de 3 mil famílias) encontra-se em situação de Bolsa-Aluguel aguardando atendimento definitivo, conforme já explicitado. Cabe ressaltar que entendemos que as indenizações têm sido realizadas muitas vezes com valores, não explicitados, aleatórios ou injustos do ponto de vista do trabalho na habitação e do tempo de moradia. E no que tange o bolsa-aluguel, seu baixo valor, seu caráter de provisoriedade e seu tempo indefinido, tem ensejado um quadro de inseguranças.

A Pesquisa-Ação na Água Espraiada

O processo de pesquisa no território Água Espraiada procurou compreender as complexidades nele presentes e apresentadas pelos interlocutores que apareciam: moradores, líderes

comunitários, poder público, outros pesquisadores. Nossa ação foi sendo desencadeada pelas diferentes portas que as chaves informativas nos iam abrindo: as informações da Defensoria Pública, as respostas do Poder Público a nossos pedidos de informação⁴.

Encontramos uma complexidade de questões no campo, ainda maior do que a pesquisa de dados prévia havia nos indicado. O ‘caso’ Água Espraiada compreende vários agentes, de intervenção urbanística e de remoção. Trata-se de remoções ensejadas pela Operação Urbana na região, pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagens), Metrô, obra do Via-Parque, onde procuramos as informações específicas correspondentes de forma a repassá-las para os moradores, procurando assim fundamentar a sua ação. Ao mesmo tempo, através das conversas individuais ou em grupo, compreendemos a necessidade da partilha e coletivização dos casos. Mesmo tratando-se de motivos individuais ou territorialmente afastados encaramos a necessidade de um reconhecimento coletivo da sua posição como moradores e de seus direitos. E das ameaças como violação à sua estabilidade e a esses mesmos direitos.

Para o desenvolvimento do trabalho, os pesquisadores da equipe decidiram confrontar informações oficiais com aquelas levantada em campo, e assim, entender a história de ameaças e remoções através das informações recolhidas no território, iluminada pela narrativa de seus moradores⁵.

4 As informações disponibilizadas pela Prof.^a Maria Lucia Refinetti (membro do Conselho Gestor Água Espraiada), a já citada pesquisa de doutoramento de Paulo Emílio B. Ferreira (2017), as informações recolhidas junto aos moradores. Continuamos buscando informações, mas também uma aproximação dialógica com diferentes agentes do território. Aproximamo-nos dos moradores atingidos preocupados em compreender as suas demandas, disponibilizando os nossos dados e auxiliando-os no processo de luta.



foto 3: Reunião realizada pela equipe do Observatório com a presença de moradores e ex-moradores dos assentamentos do setor Brooklin, atingidos ou ameaçados por remoção. Lara Ferreira, 2016.

As histórias narradas neste documento recuperam informações verbais de alguns dos tantos moradores da região que concederam entrevistas e compartilharam sus histórias com a equipe de pesquisadores do Observatório de Remoções em 2016. Suas experiências e a confiança deles em nosso engajamento nos comoveu muitas vezes. A reprodução dessas histórias tem a intenção de publicizar, em alguma medida, aquilo que

como pesquisadores vivenciamos no território da Água Espraiada e trazer à tona a dimensão humana dos impactos vividos por famílias removidas e ameaçadas de remoção. As pré-existências no território não são apenas físicas, as histórias vividas e o espaço construído socialmente fazem parte de um repertório de vidas, que para nossa equipe importa: as pessoas não são meros números como tratadas no relatório

5 Toda a equipe do Núcleo FAUUSP no projeto esteve envolvida na pesquisa do caso, mas foram abertas algumas frentes de trabalho que contaram com a coordenação atenta de alguns pesquisadores: a leitura dos documentos legais e oficiais (desenvolvida por Luciana Bedeschi), uma leitura dos sujeitos impactados por essa ameaça (Stella Paterniani), e uma leitura cartográfica das informações (coordenada por Lara Ferreira). O objetivo era a montagem de contra-narrativas sobre a Água Espraiada, que já vinha sendo construída pela equipe do projeto, através da produção de posts, vídeos e ilustrações críticas (destacam-se aqui a participação de Delana Corazza, Carolina Sacconi, Lucas Gervilla e Gabriel Nilson).

das obras na região, os impactos das obras não são poucos, o respeito com os direitos humanos de quem vive nessa área precisa ser considerado e cumprido.

A produção de contra-narrativas foi reflexo do acompanhamento que a equipe do Observatório já desenvolvia junto do caso. Acionada pela mobilização dos moradores das favelas Buraco Quente e Comando, removidos em 2013 por ação da CDHU-SP, e que aguardavam o reassentamento nas prometidas unidades habitacionais, e pelo alerta identificado pelo número de pessoas em Bolsa Aluguel no Município de São Paulo, oriundas daquela região, a equipe do Observatório tentou procurar mais interlocutores que explicassem o que estava acontecendo.

A primeira situação observada decorrente deste acompanhamento se refere à demanda judicial de duas moradoras do Buraco Quente que queriam adiar a imissão na posse de suas moradias para o final do ano letivo, para que seus filhos não perdessem o ano escolar, entramos em contato com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e com os juízes que cuidavam do caso.

QUADRO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS ATINGIDOS E AMEAÇADOS PELO PERÍMETRO OUCAE

Identificamos, através dos mapeamentos disponibilizados pela Prefeitura (recorremos às informações do HABISP), 51 assentamentos precários dentro do perímetro designado como OUCAE, e 1 outro (Imigrantes) na área limite e com ameaça

derivada das intervenções da OUCAE. Alguns desses assentamentos já haviam sido removidos, para além dos já mencionados Comando e Buraco Quente, os assentamentos Jardim Edith e Nova Minas Gerais, ambos bastante noticiados pelos seus reassentamentos divulgados como “exemplares” em edifícios de HIS, mas cheios de contradições, na mesma região dos assentamentos dos moradores reassentados, e pelos seus projetos assinados por escritórios de arquitetura reconhecidos. Outros tinham sido removidos sem grande repercussão como o assentamento Campos União e Zacaria de Gois (ou Água Espraiada II).

A pesquisa do Observatório começou focada nos assentamentos do setor Brooklin (ver figura 1). Também aí encontrou-se algumas incompatibilidades e questões abertas. Neste setor encontramos 11 assentamentos atingidos por uma ameaça de remoção originária de um leilão público aberto para a compra desses terrenos, anteriormente propriedade do DER. O Leilão havia sido barrado pelos próprios moradores, mas o processo continuava aberto na Defensoria Pública e os moradores inseguros face à sua permanência na região e nas suas casas.

Conforme pesquisa do Prof. Paulo Emilio Ferreira (2017), sabíamos de uma abertura de frente de remoção no setor Jabaquara, o que implicaria a remoção de outros 15 assentamentos, inclusive do assentamento Imigrantes, fora do perímetro OUCAE, mas dentro da ação da OUCAE por estar na saída do projeto do Túnel Viário licitado no final de gestão Kassab (2009-2012),

mas cancelado pela gestão Haddad (2013-2016). Oficialmente a resposta para a remoção de tantos assentamentos seria a construção de HIS na região, destinadas a reassentar as famílias removidas. O financiamento dessas HIS está previsto na lógica da Operação Urbana enquanto instrumento urbanístico, financiadas pela lógica do próprio instrumento urbanístico. As informações de datas de remoção, de números de remoções e reassentamentos, e motivos de remoção de todos aqueles assentamentos para a construção de um parque linear, começavam a demonstrar incongruências e instigavam os pesquisadores a olhar mais de perto. No começo de 2016, iniciou-se uma articulação mais intensa com os moradores do setor Jabaquara.

O Alcance das Remoções e Ameaças nos Assentamentos Precários

Perante a complexidade de informações que fomos recebendo e coletando das diferentes fontes, entendemos a necessidade de mapear estas informações. Esperávamos produzir mapas que representassem e reproduzissem a quantidade e multiplicidade de informações, e facilitassem a compreensão sobre todas as diferentes ameaças, sobre os fenômenos, sobre todos os atores. Como o nosso foco se colocou nos assentamentos populares, na sua maioria favelas, procuramos organizar as diferentes informações, em modo de tabela por cada assentamento. De entre as informações recolhidas, procuramos representar territorialmente as seguintes, que possibilitassem a representação do alcance da questão:

- a **situação de remoção** de cada assentamento: removido, removido parcialmente, ameaça direta – com motivo conhecido, ou ameaça indireta – sem motivo conhecido. Para efeito de análise, consideramos que dentro do perímetro da OUCAE, todos os assentamentos sofrem alguma ameaça pelo processo de expulsão e gentrificação histórico e em curso;
- o **motivo de remoção**: para cada assentamento procuramos o motivo principal da ameaça ou da justificativa utilizada para a remoção, seja através dos meios oficiais, ou pelas narrativas contadas pelos moradores;

Para além destas informações, para um dimensionamento das remoções na Água Espraiada, tentamos averiguar qual o número de famílias por assentamento, e quais as datas do seu surgimento. Para estas duas informações recorremos às informações recentemente disponibilizadas no HABITASAMPA - sistema de informação habitacional criado pela gestão municipal 2013-2016.

Em seguida apresentamos o quadro destas informações por assentamento, assim como a sua localização num mapa produzido pela equipe e que serviu de base para os restantes contra-mapeamentos que produzimos para a Água Espraiada.



ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS [2009-2016]

As informações em seguida apresentadas, foram recolhidas em fontes oficiais tais como o site da Prefeitura, referente aos mapeamentos da SEHAB/SP (Habisp e HabitaSampa), à pesquisa e cadastro das famílias das comunidades do setor Jabaquara, realizadas pela empresa Diagonal, por ocasião do cadastramento para atendimento para a construção da Via-Parque, e a informações recolhidas em outras pesquisas. Estas foram organizadas de acordo com cada assentamento, possibilitando a sua sistematização, e a elaboração dos contra-mapeamentos que pretendíamos.

No decorrer da pesquisa, algumas destas informações foram questionadas, como a data de surgimento dos assentamentos, segundo HabitaSampa,

ou o número de famílias divulgado pelo poder público, por oposição a uma densidade aparentemente superior que encontramos em visitas às comunidades.

Consideramos de todo o modo a apresentação destes dados importantes, pois possibilitam uma aproximação quantitativa do impacto desta Operação.

Para além dos dados recolhidos em fontes oficiais, ou produzidos pela equipe, associamos a alguns dos assentamentos os relatos e depoimentos dos moradores com os quais tivemos a oportunidade de conversar. Esta iniciativa, mantém a intenção de confronto entre as narrativas e as contra-narrativas, presente em toda a pesquisa aproximada ao caso.



mapa 4: mapa dos assentamentos precários dentro da OUCAE no período de 2009 a 2016, utilizados para os mapeamentos realizados pela equipe do Observatório de Remoções, no estudo de caso.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

1: Jardim Edith | Setor: Brooklin

Situação: Removido em 2009

Motivo de Remoção: Provisão Habitacional

Número de famílias: 900***

Relato: Maria da Conceição morou na favela do Jardim Edith. A remoção do assentamento deu lugar à ponte estaiada, inaugurada em 2008. Na remoção, Maria teve sua casa demolida e ela não foi indenizada pela construção. Recebeu auxílio aluguel e aguardava uma unidade definitiva até ser excluída pelo programa habitacional. Maria procurou a Defensoria Pública e com uma liminar conseguiu restabelecer-se ao programa. Entretanto, a ação foi julgada improcedente e Maria está excluída de atendimento onde ela deseja, ou seja, no Brooklin, até que ela exclua seu nome do cadastro CADMUT, relativo ao uma casa na Bahia onde ela nunca morou.

2: Bartolomeu Feio | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 20*

Surgimento: 2004*

Legenda do quadro de assentamentos:

(sem estrela) informação derivada da pesquisa OR

* informação HABISP ou HABITASAMPA

** informação cadastro Diagonal

*** informação derivada de outras fontes

3: Gabriel de Lara (ou Viela do Canão) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 20*

Surgimento: 2004*

Relato: Maria mora na “Viela do Canão”. Lembra com carinho de quando tomava banho no córrego, comia peixe pescado na hora, e diz que era tudo muito lindo. “*Deu saudade da árvore*”, ela comenta enquanto revê fotografias antigas (FOTO 3). Na viela onde mora, moram mais oito famílias e ela explica que isso é um problema na hora do governo organizar o atendimento: “*Para o governo, são três números, três lotes, três famílias. Mas moram 38 famílias nesses três lotes*”.



foto 3: o Canão. Cano que cruzava o córrego Água Espraiada antes da canalização. Morador não identificado, sem data. Fotografia de morador, sem data.

4: Arizona | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 35*

Surgimento: 1980*

5: Volta Redonda | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Númeo de famílias: 66*

Surgimento: 1976*

6: José dos Santos Jr. | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 50*

Surgimento: 1976*

Relato: Dona Ercília também mora na região desde antes da canalização do córrego Água Espraiada e a criação da avenida homônima, assim como Seu Eraldo, que mora desde 1991 e lembra: “era de paralelepípedo”. A criação da hoje Avenida Prof. Roberto Marinho é um marco temporal que aparece como divisor dos modos de vida das famílias: antes e depois da avenida. Importante considerar que uma obra de infraestrutura como essa valorizou a região, especialmente por encurtar o tempo necessário de deslocamento para acesso aos serviços.



foto 4: viela em assentamento da OUCAE. LABHAB, 2016.

7: Brooklin | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 30*

Surgimento: 1990*

Relato: Alguns moradores, como Golô, foram removidos de suas casas e indenizados quando da criação da Avenida, em 1994. Com a indenização, Golô continuou na região e comprou uma casa mais pra cima – saiu do Fedoro (assim batizada por ser uma área com forte odor do córrego poluído) e mudou pro Cheiroso (uma área topograficamente mais alta, e onde o mau cheiro não chegava). Golô mora com a esposa e três filhos, todos nascidos na região da Espraiada. Trabalha com limpeza e polimento de avião; já foi lavador de carro e feirante. Diz que a vida melhorou com a construção da avenida. Assim como Golô, outros moradores também receberam indenização quando foram removidos por conta da Avenida. As opções, contaram-nos os moradores, era receber 1500 reais, 3 mil reais ou uma unidade habitacional em Cidade Tiradentes. Alguns moradores se deslocaram entre favelas e áreas da região em decorrência da criação da avenida, tendo recebido a indenização. No entanto, por já terem recebido uma vez, se fixavam residência em outra área que seria removida mais adiante, não podiam ser indenizados novamente.

8: Zacaria de Gois | Brooklin

Situação: Removido em 2010

Motivo de Remoção: Sem informação

Número de famílias: 7*

Surgimento: 1986*

9: Canão | Brooklin

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 20*

Surgimento: 1946*

10: Campos União | Brooklin

Situação: Removida em 2012

Motivo de Remoção: Metrô

Número de famílias: 40*

Surgimento: 1985*

11: Favela do Piolho (ou Sonia Ribeiro) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 400*

Surgimento: 1956*

Relato 1: Letícia morava no Campo Limpo, quando se casou, há 14 anos, veio morar na comunidade do morro do Piolho. Inicialmente morou em uma casa de dois cômodos e agora mora em uma de quatro. Gosta muito de morar aqui porque é perto do centro, perto de Santo Amaro, perto de tudo. Porém, todo final de ano recebe ameaça de ter sua casa removida. Se sente mal porque é ruim em morar em um lugar que “*não é da gente*”, sente-se em constante instabilidade, sem pé no chão.

Relato 2: Francisca veio do Maranhão, chegou em São Paulo em 1992 e foi morar na região da Água Espraiada, na comunidade do Morro do Piolho. Depois de dez anos, mudou-se para um terreno vizinho, para a Comunidade do Buraco Quente, onde disseram que ela poderia construir sua casa e se estabilizar. Construiu sua casa com dois cômodos embaixo e quando ela começou a construir o andar de cima soube que

as casas do terreno seriam removidas pelo Governo do Estado. Outras casas começaram a ser removidas aos poucos fazendo com que as tubulações de água e esgoto ficassem obstruídas, entupidas, parassem de funcionar. Um dia Francisca chegou em casa e sua casa estava alagada por esgoto. Ela continuou por um tempo morando dentro da casa naquela situação, foi ao escritório da CDHU pedir esclarecimentos e ajuda e disseram que ainda não tinha chegado a sua hora de sair, de ser removida. Sem nenhuma resolução por parte do poder público, Francisca teve de abandonar sua casa. Foi morar com a filha no Taboão da Serra. Depois de uns dias voltou a sua casa para ver como estava a situação e haviam invadido e roubado tudo de sua casa. E o esgoto continuava lá.

Quando finalmente conseguiu negociar com a CDHU, foi oferecido por sua casa o valor de 50 mil. Ela não aceitou, pois não conseguiria comprar casa alguma com esse dinheiro, então optou por uma unidade habitacional no futuro conjunto habitacional que a CDHU diz que vai construir no terreno do Buraco Quente. Enquanto o apartamento da CDHU que lhe foi prometido não sai, ela recebe um auxílio R\$ 480,00 e ela paga R\$ 650,00 de aluguel. Tem problema de saúde e não consegue trabalhar. Assim que saiu do Buraco Quente, foi morar no Campo Limpo e hoje mora no Taboão da Serra. Emocionada, disse que quer voltar pro Buraco Quente porque foi lá que criou seus laços e seus cinco filhos.



foto 5: Francisca em depoimento para o Observatório.

Frame dos vídeos de Lucas Gervilla, 2016

12: Bernardino de Campos | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 70*

Surgimento: 1976*

Relato 1: Maria Fernandes, moradora da favela Bernardino de Campos, na Água Espreiada, conta que há trinta anos mora na região: “*Antes, na outra viela, e já há muitos anos aqui*”. Lembra quando “*Maluf fez a avenida*”. Antes, ainda, morava no Parque Santo Antônio. Ela conta que está há mais de dez anos cadastrada no Minha Casa, Minha Vida.

Relato 2: Joel nasceu há 35 anos na comunidade do DER, na região da antiga Águas Espreiadas. Trata-se de uma ocupação de aproximadamente 600 famílias que hoje em dia o Governador do Estado quer remover para leiloar os terrenos para construtoras. Os moradores então se uniram, fecharam a espreiada, acamparam (ou melhor, fizeram piquenique) em frente ao Palácio do Governo até que ele os atendeu. Conseguiram impedir que alguns terrenos que já estavam em processo de serem leiloados fossem. Joel comenta que ao longo dos 35 anos a única melhoria que teve na área foi a pavimentação da avenida, que veio acompanhada com essa disputa territorial, “*Se não lutarmos a gente perde*”. Acredita que a remoção não traria nenhum benefício à população, “*Nós nascemos aqui, vivemos a vida inteira aqui, para que vamos sair daqui?! Eu trabalho aqui!*”.



foto 6: Joel em depoimento para o Observatório

Frame dos vídeos de Lucas Gervilla, 2016

13: Linda Tv. Patrícia | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 38*

Surgimento: 1966*

14: Beco da Tibiriça (ou Vila Rica) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 17*

Surgimento: 1986*

Relato: Fátima mora em uma viela na Rua Sônia Ribeiro, 679. Ela conta que comprou sua moradia mas que não tem nenhum papel.

15: Tibiriça | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 72*

Surgimento: 1950*

16: Comando | Brooklin

Situação: Removida em 2013

Motivo de Remoção: Metrô

Número de famílias: (com Buraco Quente) 400*

17: Buraco Quente | Brooklin

Situação: Removida em 2013

Motivo de Remoção: Metrô

Número de famílias: (junto com Comando) 400*

Surgimento: 1980**

Relato 1: Lucilene nasceu no Buraco Quente há 31 anos. Foi moradora da comunidade até ser removida em 2012, optou pela unidade habitacional e recebe um auxílio aluguel enquanto o apartamento não sai. Nunca quis sair do seu lugar, seus filhos estudam em escolas da região,

marido trabalha na região e é lá que eles nasceram e tem suas vida. Saindo do Buraco Quente, foi morar na comunidade do Morro do Piolho, de aluguel. Logo depois houve um incêndio, perdeu todas suas coisas.

Conseguiu uma outra casa, na comunidade do Zoião, do outro lado da Avenida Roberto Marinho (antiga Água Espraiada). Uma casa de um cômodo, um aluguel de R\$ 600,00 por mês, sem as contas. O valor que recebe do atendimento é de R\$ 400,00 reais. *“Eu nunca quis sair daqui, eu não pedi pra ser retirada, essa foi a única casa que achei”*. Lucilene é da comissão da luta por moradia das comunidades do Buraco Quente e Comando.

Relato 2: Washington tem 52 anos e nasceu na favela do Buraco Quente. Foi removido em 2012 e optou pela moradia. Enquanto o apartamento não é entregue, está morando em Vargem Grande Paulista, pagando um aluguel de R\$ 400,00 e recebe um atendimento de R\$ 470,00. Para pagar as demais contas, trabalha com reciclagem. Em 2012 a subprefeitura que o alertou sobre a obra do Monotrilho, que seria responsável por remover sua comunidade do local e que a CDHU faria um conjunto habitacional para os removidos que tivessem interesse. Ele diz que foi para Vargem Grande com sua família porque tinha conhecidos por lá e que continuar na Água Espraiada era inviável porque era tudo muito caro ou optar por pensão, mas pensão também não era uma boa opção porque é individual e ele tinha família. Ele sente falta de ter uma moradia, está cansado de pagar aluguel, diz que o auxílio aluguel é insuficiente.



foto 7: área vazia onde antes era a comunidade do Buraco Quente. Ao fundo a construção do Monotrilho. Observatório de Remoções, 2015.

18: Zoião (ou Favela do Buté) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 186*

Surgimento: 1990*

19: Emboabas (ou Favela do Buté) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 133*

Surgimento: 1960*

20: Cesar Ravasco (ou Favela do Buté) | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Leilão. Ex-terrenos do DER

Número de famílias: 25*

Surgimento: 1956*

21: Levanta Saia | Brooklin

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Precariedade

Número de famílias: 100*

Surgimento: 1966*

Relato 1: Seu Loureira mora na região há trinta anos, e conta que Maluf desapropriou “*para fazer piscinão*”. Antes, morava no Jardim Eliane. Matogrossense, veio com a esposa para São Paulo, se separou e casou-se de novo. Quando “*a favela saiu*”, ele também foi removido de sua casa. Enquanto conversávamos, sentadas em frente ao comércio de Tietá, na Rua Ipiranga, alguém chega com um folheto de anúncio de empreendimento que será construído ali, o Viza 400 (foto 8). Observamos que ali, onde estamos, não há mais casas, na previsão do projeto: “*Pela planta do prédio, aqui já era jardim*”, observa seu Loureira.

No projeto, que circulou de mão em mão, o jardim previsto é muito diferente dos jardins que saltam aos olhos quando se caminha pelas favelas, casas, assentamentos precários, comunidades e becos da região da Água Espraiada. Orquídeas, gerânios, azaléias, bromélias e muitas flores se misturam com ervas, espadas de são jorge, comigo-ninguém-pode, arruda e muito abre-caminho.



foto 8: panfleto publicitário do empreendimento Viza400. LABHAB, 2016.



foto 9: Seu Loureira na frente de um dos jardins de moradores da comunidade Levanta Saia. LABHAB, 2016.

Relato 2: Tieta, paraibana, morou de aluguel em diversos lugares, regulares e irregulares, hoje mora e trabalha no Levanta Saia. Veio para São Paulo em 1989 e quando chegou, foi trabalhar na casa de uma mulher que a acusou de ladra: *“fiquei quinze dias no apartamento com uma cabeça de peixe [para comer]”*. De lá, foi trabalhar em outra casa, onde ficou seis anos com carteira assinada. Depois trabalhou cinco anos como segurança. Nessa época, pagava aluguel no Corruíras. A empresa a demitiu, sem pagar seus direitos, e o processo corre na justiça até hoje. Ela conta que em 2007 só não passou fome por causa do Bolsa-Família. Está na Água Espraiada há quinze anos. Seu sonho é ter sua casa particular, é ter a escritura, lá em João Pessoa.



foto 10: Tieta na janela do seu comércio na comunidade Levanta Saia. LABHAB, 2016.

Relato 3: O movimento de mudar entre favelas é bastante comum: Nazaré, moradora da Levanta Saia, veio de Alagoas há cinco anos e já morou no Piolho. Nazaré conta que quando o “barraco saiu” do Piolho, *“avisaram, fizeram reunião, cadastraram”*. Ela fez o cadastro para a irmã e voltou para Alagoas. A irmã recebeu 1100 reais e com o dinheiro comprou uma casa no DER, onde mora até hoje. Nazaré voltou para São Paulo depois de quinze anos e foi para a favela Levanta Saia. Quando chegou,

fez seu barraco e *“chegaram tirando foto e falaram para o meu menino que o povo ia vir no dia seguinte tirar o barraco”*. Conta que os meninos da comunidade arrumaram advogado e quando a prefeitura chegou para remover o barraco, o advogado disse: *“paga indenização que ela sai”*. O barraco ficou. Faz três anos que pediu o relógio de água. E a Prefeitura disse que não dá porque não consta no mapa. Teria que se reunir com a prefeitura para abrir processo; nunca mais vieram, conta. No final de 2015, Nazaré conta, a Prefeitura apareceu com a PM e fechou rua, teve violência e barraco derrubado. Diziam que ali não podia construir porque era avenida e os barracos estavam na calçada. Até a Igreja do Tijolo foi derrubada. Um dos barracos derrubados foi o de Carlos André, morador da região há três anos. Vindo do Maranhão em 2000, Carlos morou no Piolho, na Cupecê, no Jardim Ângela e, finalmente, no Levanta-Saia. Nazaré se comove ao contar que um dos guardas da PM a agrediu dizendo que ele morava na represa, como poderia ela querer morar no Brooklyn?. Nazaré conta essa história, com os olhos marejados, dizendo não confiar na justiça dos homens, mas ter esperança na justiça divina.



foto 11: a equipe do Observatório com Tieta e Nazaré, em visita à comunidade Levanta Saia. LABHAB, 2016.

22: Arco Verde | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 18**

Surgimento: 1959*

28: Taquaritiba (ou Iboti) | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 557**

Surgimento: 1970*

23: Rocinha Paulistana | Jabaquara

Situação: Parcialmente removida

Motivo de Remoção: Via Parque

Número de famílias: 1108**

Surgimento: 1990*

29: Henrique Mindlin | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 360**

Surgimento: 1970*

24: Beira Rio | Jabaquara

Situação: Parcialmente removida

Motivo de Remoção: Via Parque

Número de famílias: 640**

Surgimento: 1968*

30: Vietnã | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 873**

Surgimento: 1970*

25: Alba | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 578**

Surgimento: 1975*

31: Paraguai | Americanópolis

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Provisão Habitacional

Número de famílias: 98**

Surgimento: 1960*

26: Souza Dantas | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 653**

Surgimento: 1973*

32: Afonso XIII | Americanópolis

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem Informação

Número de famílias: 15*

Surgimento: 1970*

27: Babilônia | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 385**

Surgimento: 1969*

33: Guian Corruiras | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 227**

Surgimento: 1960*

34: Nova Minas Gerais | Jabaquara

Situação: Removida em 2013

Motivo de Remoção: Provisão Habitacional

Número de famílias: 230**

Surgimento: 1975*

35: Pingo de Ouro | Americanópolis

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 45*

Surgimento: 1970*

36: Rua das Rolinhas | Americanópolis

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Provisão Habitacional

Número de famílias: 12*

Surgimento: 1970*

37: Ponte Fonte de São Bento | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 130**

Surgimento: 1964*

38: (Sem nome) | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

39: Porto Seguro | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 65*

Surgimento: 1975*

40: (Sem nome) | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

41: Esmeralda Monteiro | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 61*

Surgimento: 1970*

42: Americanópolis | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 41**

Surgimento: 1970*

43: Muzambinho | Jabaquara

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Via Parque

Número de famílias: 190**

Surgimento: 1976*

44: Cidade de Santos | Americanópolis

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 205*

Surgimento: 1970*

45: Vila Fachin | Americanópolis

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 7*

Surgimento: 1970*

46: Sinhazinha | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 16*

Surgimento: 1980*

47: (Sem nome) | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

48: Imprensa Nilópolis | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 174*

Surgimento: 1971*

49: Imprensa Colonos | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 424*

Surgimento: 1971*

50: Jardim Lurdes | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 13*

Surgimento: 1985*

51: Dersa | Jabaquara

Situação: Ameaça Indireta

Motivo de Ameaça: Sem informação

Número de famílias: 239*

Surgimento: 1970*

52: Imigrantes | (fora do perímetro OUCAE)

Situação: Ameaça Direta

Motivo de Ameaça: Infraestrutura Viária

Número de famílias: 249**

Surgimento: 1981*

MAPEAMENTO TEMPORAL

A organização das informações que recebíamos sobre cada assentamento era simultânea ao processo de pesquisa e elaboração cartográfica. A necessidade de mapear algumas destas informações tornou-se uma necessidade devido à amplitude do território que lidávamos. Uma das informações oficiais que questionávamos era o alcance das remoções sobre a habitação popular, na região e no processo histórico. Questionamos tanto o surgimento oficial de cada assentamento,

assim como o seu desaparecimento. Esse foi o pressuposto para criarmos a série de mapas: Mapeamento Temporal.

Casos de violência e atentado contra os direitos das famílias moradoras em situação mais vulnerável na região, têm sido contados desde os anos 80 (FIX, 2001) e se mantêm atuais, como a pesquisa do Observatório parecia demonstrar. Para recontar essa história recorreu-se à leitura cartográfica sobre fotografias aéreas, disponíveis

publicamente (GOOGLE EARTH) ou cedidas para efeitos de pesquisa pela Emplasa. Esta série de mapas: o Mapeamento Temporal foi realizado na colaboração de outra pesquisadora de graduação da FAUUSP em bolsa de iniciação científica ligada ao LABHAB (Thalissa Bechelli).

Foi desenvolvida uma cartografia com base em um mosaico de fotografias aéreas da região entre a Marginal Pinheiros e o Parque do Estado. A partir dessas foram marcados os limites da Operação Urbana Água Espraiada (OUCAE), os cursos d'água afetados pela operação e a presença de assentamentos nos diferentes anos. O levantamento foi feito a partir de locais reconhecidos como assentamentos pelo HabitaSampa e com datas de surgimento fornecidos pela mesma fonte, estendendo o olhar para outros locais e realizando a busca a partir de um padrão de desenho e de adensamento: a escassez de recuos, as dimensões mínimas e a cobertura em laje costumam caracterizá-los no desenho urbano. Entretanto, em função da escala de observação e da distorção de algumas fotografias, as datas de surgimento, ao serem comparadas, se mostrarão diferentes para as fontes oficiais (baseadas nos dados do HabitaSampa), contra-oficiais narradas por moradores e àquelas reconhecidas a partir da visualização na cartografia.

A identificação dos assentamentos por ano foi feita separando-os em três grupos: assentamentos precários, assentamentos precários surgidos no período entre as imagens base apresentadas e assentamentos precários removidos. Mesmo os que desapareceram, parcial ou

totalmente, ficaram registrados ao longo dos períodos para que no final fosse possível quantificar as existências e modificações dos assentamentos no recorte temporal analisado.

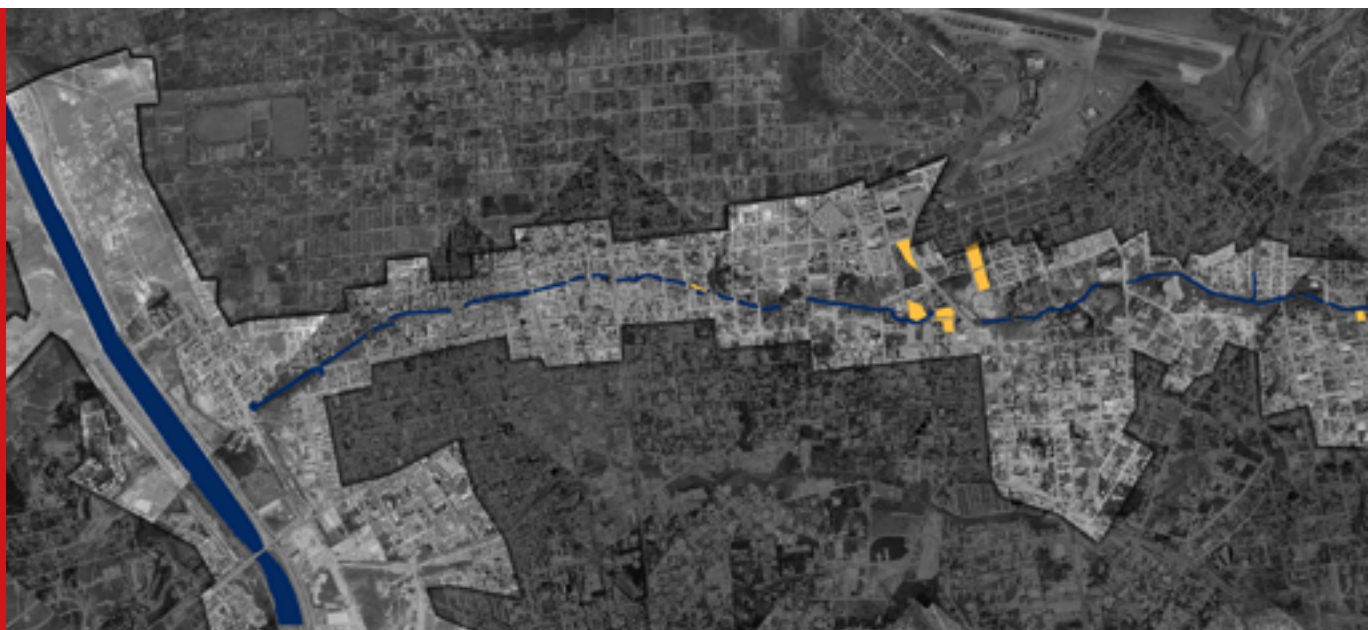
Para além de 2016 foram elaborados dois mapas onde foram marcadas as obras, tanto de infraestrutura quanto de provisão habitacional, previstas pela OUCAE para mostrar, de modo geral, as transformações no local, os pontos com potencial de valorização e qual tipo de edificação está sendo removida.

Partindo de 1958 até 2016, procurou-se a representação gráfica da mancha urbana que apresentava ter morfologia irregular, assim como o seu desaparecimento em cada mapa. Esta metodologia tem as suas óbvias limitações de imprecisão. Mas tratando-se de um território tão vasto, através desta representação reconhecemos os momentos e localizações de remoção e suas relações com outras ações no território, entre eles a construção de infraestrutura viária ou o processo de verticalização de determinada região. No final, arriscou-se sobre o impacto territorial de remoção que o atual projeto aprovado terá sobre a região.

1958



1973





MAPAS TEMPORAIS: mapas dos assentamentos precários dentro da OUCAE no período de 1958 a 2016, utilizados para os mapeamentos realizados pela equipe do Observatório de Remoções, no estudo de caso.
Elaboração: Thalissa Bechelli e Lara Ferreira, 2016.

*O não aparecimento do assentamento no mapa não significa a sua inexistência, mas impossibilidade de visualização na foto aérea naquela data.

mapa 5: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 1958.



mapa 6: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 1973.

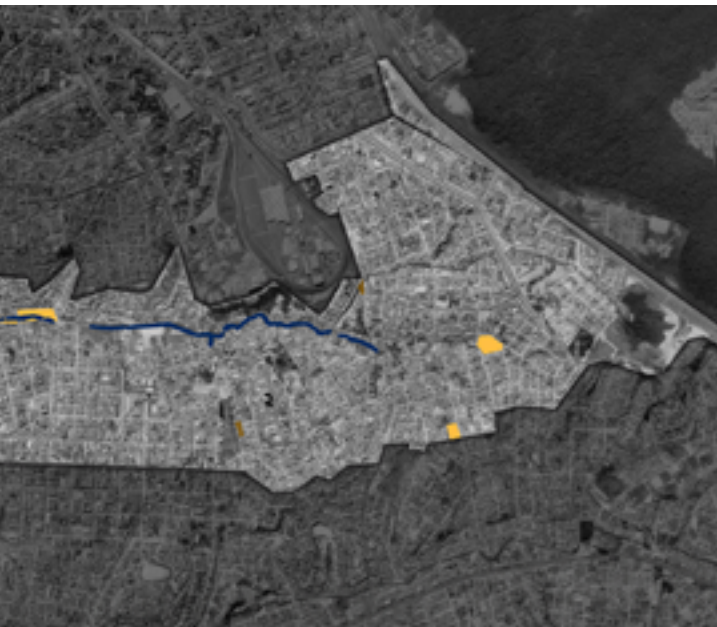
-  LIMITE OUCAE
-  CURSO D'ÁGUA
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS SURGIDOS NO PERÍODO
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS REMOVIDOS

1980

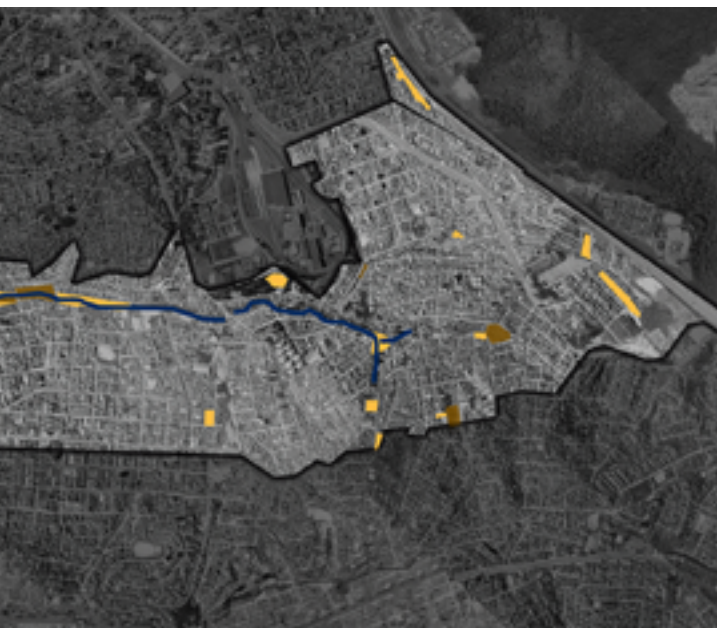


1986





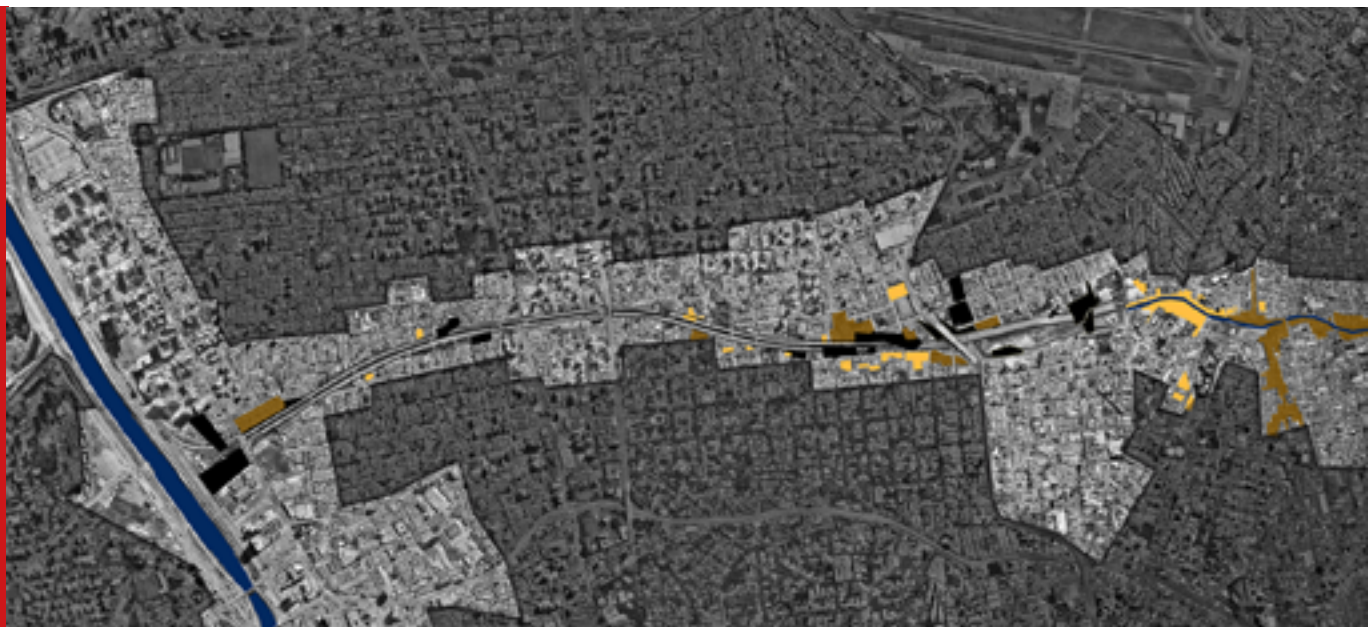
mapa 7: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 1980.



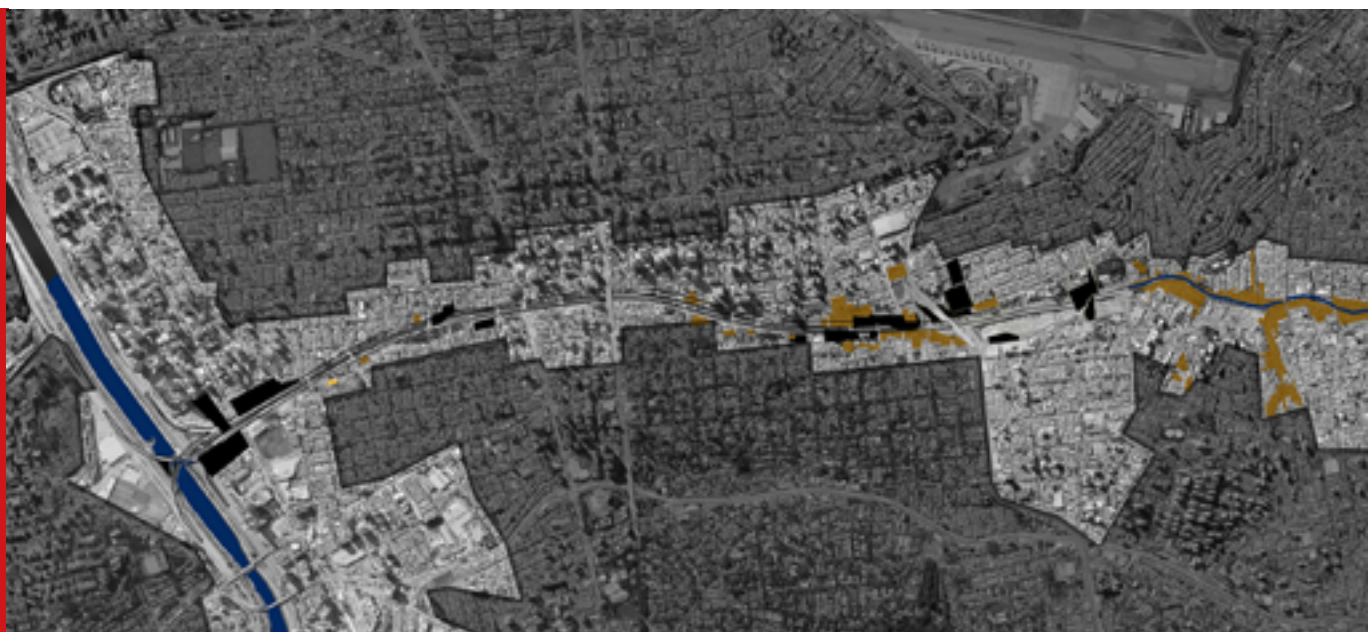
mapa 8: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 1986.

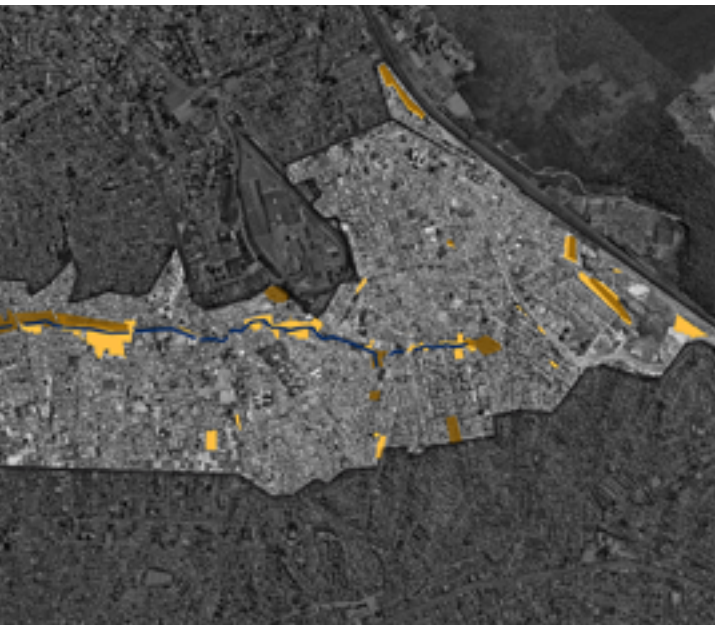
-  LIMITE OUCAE
-  CURSO D'ÁGUA
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS SURGIDOS NO PERÍODO
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES
-  ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS REMOVIDOS

2004

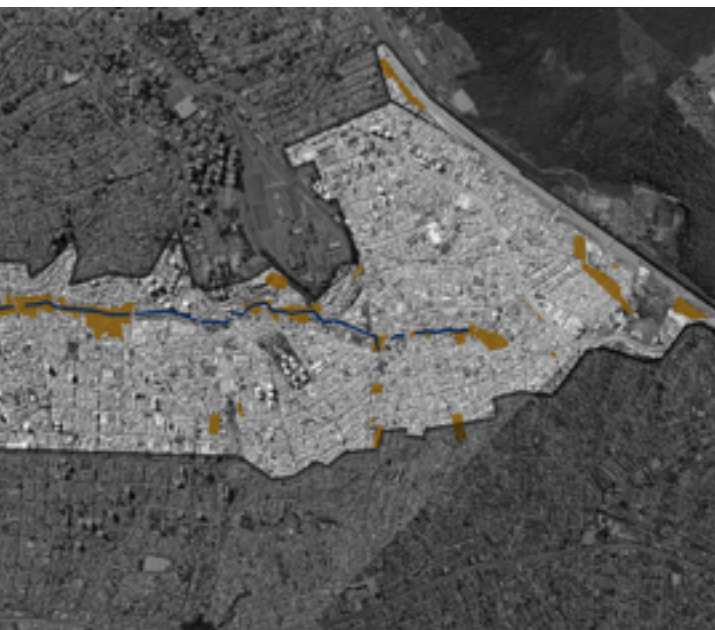


2010





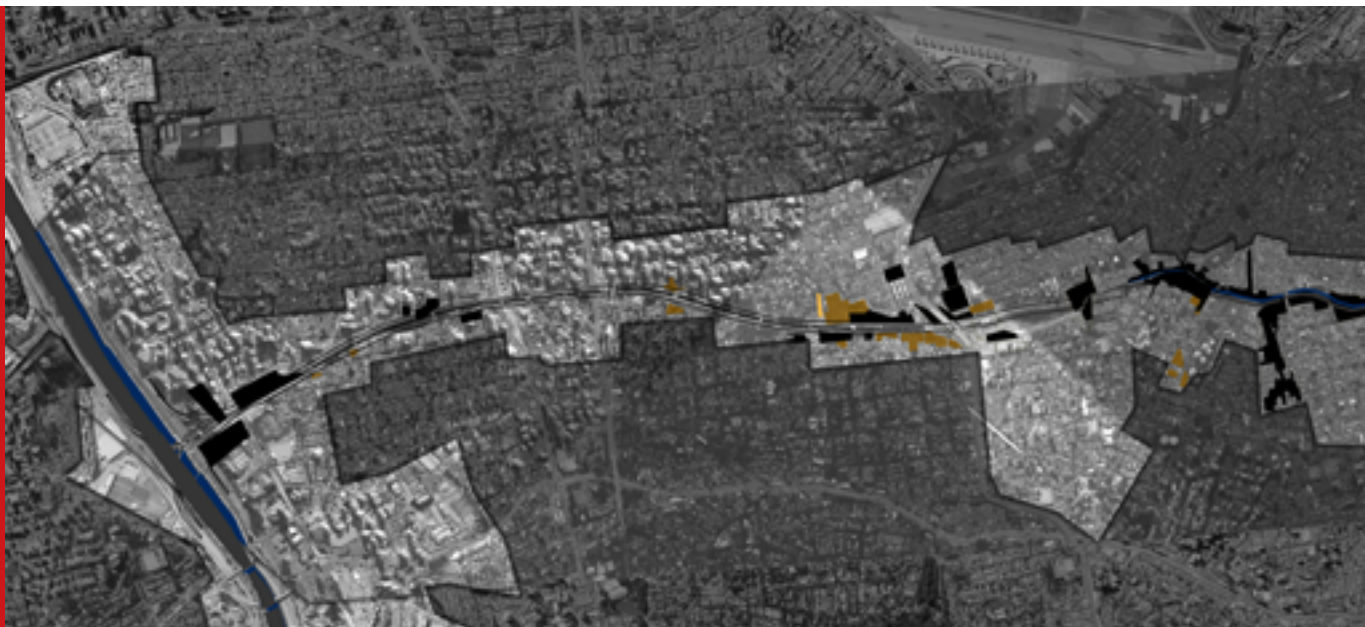
mapa 9: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 2004.



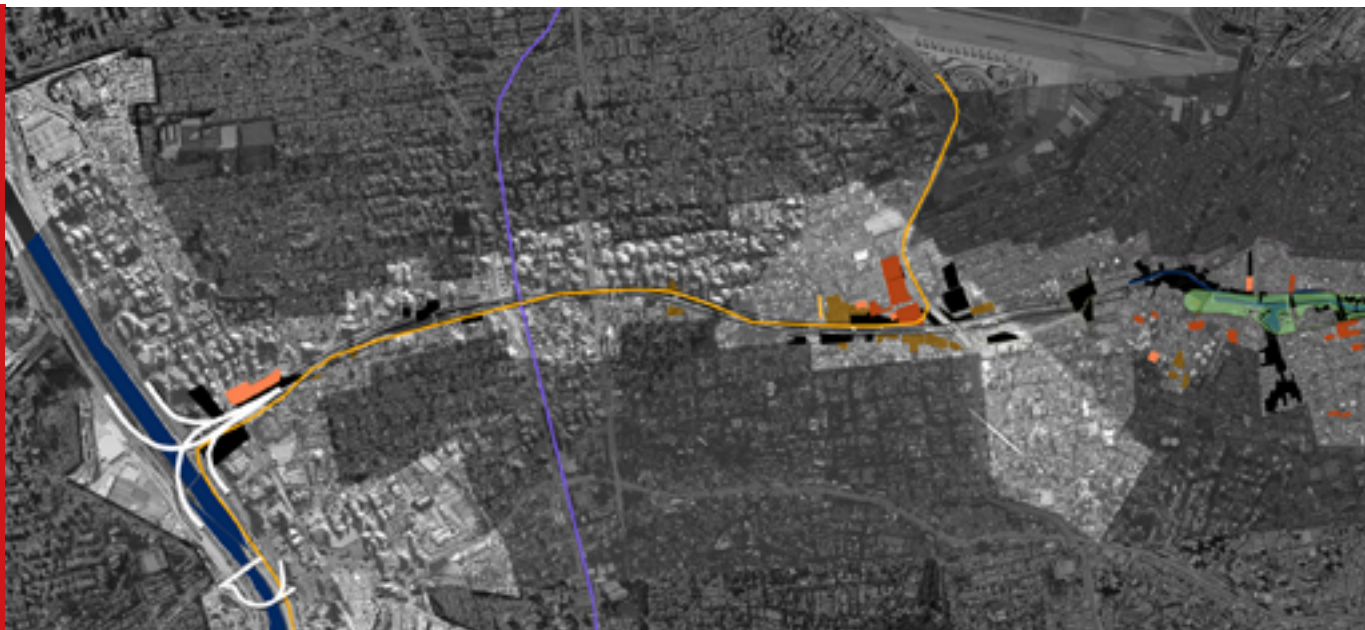
mapa 10: assentamentos precários existentes dentro dos limites da OUCAE até 2010.

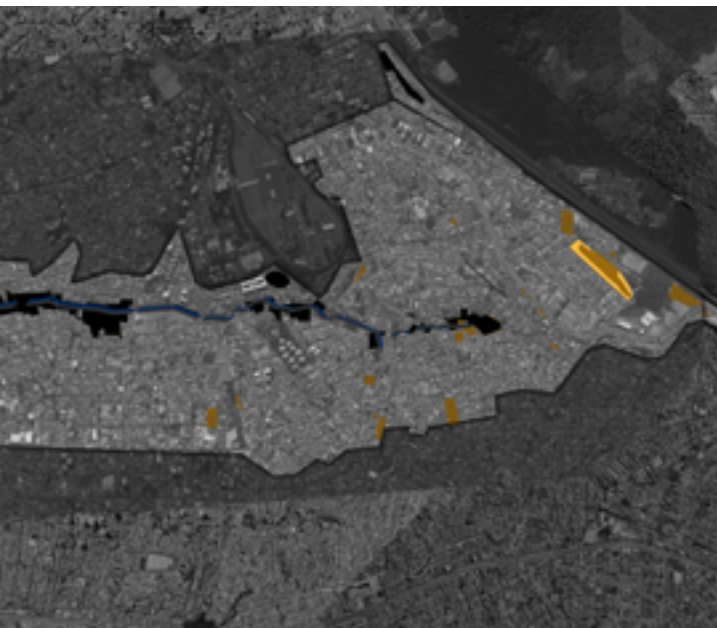
- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS SURGIDOS NO PERÍODO
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS REMOVIDOS

CENÁRIO DE REMOÇÕES PREVISTO

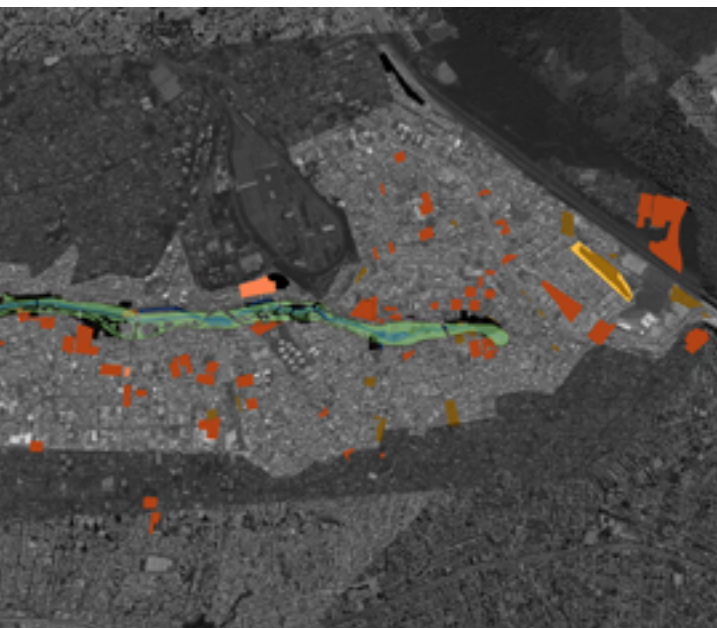


CENÁRIO DE INTERVENÇÕES PREVISTO





mapa 11: cenário de remoções previsto segundo os objetivos da Operação Urbana Água Espaiada.



mapa 12: cenário de intervenções previsto segundo os objetivos da Operação Urbana Água Espaiada.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS SURGIDOS NO PERÍODO
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EXISTENTES
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS REMOVIDOS
- METRÔ - LINHA 17 LILÁS
- METRÔ - LINHA 5 OURO
- VIA PARQUE
- HIS - OBRAS CONCLUÍDAS
- HIS - OBRAS PREVISTAS



foto 12: encontro de ex-moradores do Comendo e Buraco Quente com a presença do Observatório de Remoções, realizado na rua, na frente dos escombros onde antes se localizavam as comunidades. Observatório de Remoções, 2015.

Trabalho de campo com moradores

Nossos primeiros encontros realizaram-se com os ex-moradores das favelas do Buraco Quente e do Comendo, aconteceram na rua, em assembleia, em frente ao que restou dessas comunidades (foto 12), casas esparsas em meio aos escombros da favela, demolida sob justificativa da construção do monotrilho. Nessas ocasiões, estiveram presentes, tanto ex-moradores que optaram por atendimento provisório (bolsa-aluguel), como moradores que optaram por indenização. Boa parte desses primeiros encontros, dos quais chegaram a participar mais de cinquenta pessoas, foi dedicada a esclarecimentos sobre o

processo de usucapião reivindicado pelos moradores e sobre a posse dos terrenos.

No caso da favela do Comendo, o usucapião coletivo foi proposto pelo advogado ainda em 2007, com o objetivo de urbanizar a área. As obras do monotrilho do metrô interromperam o processo, individualizando o atendimento às famílias, às quais oferecendo ora indenizações, ora unidades habitacionais. Essa intervenção foi nociva, na avaliação das lideranças, por individualizar um processo de luta por terra que estava sendo coletivizado.

A partir daí, realizamos reuniões e assembleias que ocorreram em finais de semana⁶ para esses

6 Os encontros realizaram-se nas datas: 14/04/2015; 12/09/2015; 28/11/2015; 12/03/2016; 09/04/2016; e 14/05/2016.



foto 13: crianças presentes na reunião dos moradores do setor Brooklin com o Observatório. Atrás o mapeamento realizado com os relatos dos moradores presentes, associados a cada assentamento. Geilson Sampaio, 2016.

encontros foram convidados os ex-moradores do Comando e Buraco Quente, assim como todos os moradores atingidos ou ameaçados por remoções das restantes comunidades do setor Brooklin. Nossos encontros, aconteceram em reuniões coletivas, na Rua João Álvares Soares, em uma casa que havia passado pela situação dos leilões do DER, e portanto também sofria ameaça, e cujo morador participava conosco das reuniões. Foram nesses encontros que começamos a desenvolver o que chamamos de contra-mapeamento, ou um mapeamento com contra-narrativas. Ouvíamos dos moradores suas situações de moradia e íamos localizando as histórias no mapa com o perímetro oficial da OUCAE (foto 13). Foi assim que soubemos

que a casa de Nadir estava com rachaduras; que a casa de Laudelina tinha passado pelo leilão do DER mesmo não estando dentro de um assentamento popular; que a casa do Cláudio, morador há trinta anos da favela Levanta-Saia, era de bloco; que Doroty foi removida, recebeu indenização e está em outro assentamento vizinho num processo de usucapião; quais áreas tinham sofrido incêndio; que Mario e Geilson foram removidos do Buraco Quente e tiveram suas casas demolidas; que Mario continua aguardando o atendimento habitacional prometido; que em fevereiro de 2016 a polícia ameaçou derrubar os barracos da comunidade Levanta-Saia. Fomos percebendo, então, a pluralidade de situações de moradia, de problemas, de ameaças



foto 14: encontro com moradores dos assentamentos atingidos ou ameaçados por remoções no setor Brooklin com o Observatório de Remoções. Observatório de Remoções, 2016.

e de agentes de remoção: CDHU, Guarda Civil Metropolitana, DER, Ministério da Fazenda, só nas comunidades do setor Brooklin.

Uma das demandas dos moradores era de esclarecimentos por parte da CDHU, e foi nesse período que também marcamos reuniões e solicitamos informações oficiais desse e de outros órgãos. Em uma reunião com a CDHU, da qual participamos enquanto Observatório de Remoções, os moradores do Comando e Buraco Quente foram surpreendidos com uma alteração no projeto habitacional: uma das três torres de habitação prevista para o terreno não seria mais construída. A justificativa da CDHU para a não construção do empreendimento seria a falta de demanda, pois grande parte dos moradores, nas

palavras de um dos técnicos da CDHU, “optou pela indenização”, em detrimento da obtenção da unidade habitacional definitiva. Nessa reunião também estavam presentes moradores, e a reunião terminou com a expressão de incredulidade dos moradores: “*Por que derrubaram nossas casas se não vão fazer nada no terreno?*”.

Posteriormente, também organizamos algumas idas a campo para conhecer mais de perto as comunidades, e recolher informações com os moradores individualmente. Num dia de visita, acompanhadas pelos moradores, visitamos as comunidades do setor Brooklin: Bernardino de Campos, Vila Rica, Tibiriça, Palmares, Brooklin, da Laje, Água Espreada, Canão, Gabriel de Lara, Bartolomeu Feio, Niágara, Levanta Saia.



foto 15: encontro com o Fórum de Lideranças, realizado na sede da associação de moradores do Vietnã, setor Jabaquara. Lara Ferreira, 2016.

No segundo semestre de 2016, nos concentramos em trabalhos como Fórum de Lideranças da Água Espraiada, nos setores Jabaquara e Americanópolis. Através de disciplina da graduação, ministrada no primeiro semestre de 2016 (AUP 282, ver adiante), havíamos nos aproximado do presidente do Fórum, João das Virgens e da secretária do Fórum, Sheyla. A partir de outubro, iniciamos um processo permanente diálogo, reuniões de equipe a direção do Fórum, a ainda, reuniões ampliadas com representantes de várias comunidades, como as que aconteceram nos dias 12/10/16 e 02/11/2016, na sede da associação de moradores da comunidade Vietnã.

Foi em conversa com pessoas vinculadas ao Fórum de Lideranças da Água Espraiada que

passamos a ter contato com as comunidades do setor Jabaquara e a mapear as novas ocupações, os reassentamentos, as ameaças vividas, as incertezas no atendimento, os incêndios recorrentes. Foi assim que tivemos contato com casos, como o de Elias, do Fórum de Lideranças e morador da Beira Rio, conta que em 2008 e 2009 muita gente saiu por causa de risco ou incêndio e, em 2013, muita gente saiu por frente de obra, mas que ainda muita gente havia permanecido. Ele contou que a Prefeitura comprou terreno para construir o prédio e quando saiu a lista dos contemplados, muita gente ficou de fora. Eliésio, também da Beira Rio, contou que três meses antes houve um incêndio na favela e nenhum atingido está recebendo auxílio aluguel. Efraim, por sua vez, criticou a falta de continuidade da política



foto 16: mapeamento da situação de cada assentamento, relativamente à remoção ou ameaça de remoção, realizado no encontro com o Fórum de Lideranças. Lara Ferreira, 2016.

pública habitacional: “*é como um jogo de futebol quando o capitão só joga a bola pra frente e o time não está entrosado, cada governo entra e muda tudo*”.

Assim, começamos um processo de debate sobre as possibilidades de ação e reivindicações do Fórum, no sentido de discutir outras alternativas às que têm sido recorrentemente utilizadas pelo poder público na região.

A BUSCA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. OS MOTIVOS DE REMOÇÕES

Como já explicitado, acompanhamos casos de moradores da região que estão vivendo diferentes situações no que diz respeito à permanência em

suas casas: alguns já foram removidos; outros estão sob a ameaça de remoção, por distintos fatores. A partir dessas reuniões, comprometemo-nos a buscar algumas respostas oficiais dos órgãos responsáveis pelas remoções, pelas obras e pelos possíveis atendimentos. Fizemos contato, via Lei de Acesso à Informação, com a SEHAB, a CDHU e o METRÔ para pedir esclarecimentos sobre o que havia programado para a região; e consultamos a correspondência entre o Metrô e a Defensoria. As respostas foram pouco ou nada esclarecedoras fragmentadas, com referências muitas vezes pouco palpáveis.

Cabe lembrar que historicamente, as intervenções na região da OUCAE foram pautadas pelo argumento de que melhorias na mobilidade



foto 17: Sheyla na varanda do edifício Corruiras. Lara Ferreira, 2016.

são de interesse público, coletivo e beneficiariam a cidade como um todo, o discurso oficial reitera essas ideias. Por exemplo, a criação e ampliação da Avenida Jornalista Roberto Marinho; seus projetos de continuidade para interligação com a rodovia dos Imigrantes e a criação de um parque linear, o Via Parque; além do mais recente projeto da linha Ouro 17 do Metrô (monotrilho), são exemplos dessa primazia. O argumento da universalidade dos benefícios de investimentos em mobilidade funcionam, no caso, perversamente: como justificativa para embasar desapropriações e remoções forçadas de famílias e pessoas cuja permanência na região colide com os interesses dos vultosos investimentos privados de capital imobiliário e de infraestrutura,

que veem na área possibilidade de expansão e retorno financeiro.

O Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo contém um importante acervo de pesquisa sobre litigância envolvendo as intervenções na OUCAE. Foram abertos vários procedimentos administrativos visando prestação de informações, na forma de troca de ofícios, ao Governo do Estado e à PMSP, que versam sobre as intervenções e remoções em curso na OUCAE e o consequente atendimento de moradores. Os procedimentos de pedidos de informações¹ alcança praticamente todos os setores territoriais da OUCAE.

Estes questionamentos tiveram mais ênfase durante os períodos de 2013 e 2014, quando as obras do monotrilho (Linha 17- Ouro) provocaram as remoções das favelas Comando e Buraco Quente, ambas no Bairro de Campo Belo.

No procedimento extra-judicial, que questionou as remoções das citadas favelas, foi anexado um estudo comparativo sobre remoções e critérios de reassentamento, realizado pelo Metrô, para a OUCAE, por solicitação do Ministério Público, em inquéritos instaurados na Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, visando acompanhar o atendimento habitacional aos grupos. O quadro levantou indicadores que demonstram diferenças entre os atendimentos às pessoas atingidas por remoções do Metrô (Linha 17-Ouro) de um lado, e por outro, como paradigma, o plano de remoções aplicados pela DERSA (Rodoanel Mário Covas- Trecho Norte). Relacionados aos dois grandes projetos, a Política Habitacional do Estado, que deve atuar na solução de casos omissos aos planos de remoções.

Não obstante os instrumentos próprios de atendimento e controle de reassentamentos, o Metrô com o “Regulamento para assentamento de famílias vulneráveis atingidas pelas obras de expansão do Metrô”, e o DERSA S.A. DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO, com o “Plano diretor de reassentamento e indenização, diretrizes do BID”, ambos processos de remoção implicam em cadastramento, opção por unidade habitacional ou indenização, e/ou encaminhamento ao auxílio aluguel.

A partir de um quadro comparativo produzido para o inquérito no MP, é notável que ambas políticas

de remoção e reassentamento, decorrentes de obras do Governo do Estado, estejam sob atenção da Política Habitacional do Estado. Porém, é também notável, não se trata de políticas de remoções semelhantes e nem visam os mesmos objetivos em relação ao reassentamento: Enquanto o Plano de reassentamento do Rodoanel trecho norte, previu soluções habitacionais no entorno, inclusive com assessorias específicas para reinstalação de atividades comerciais, obtenção de documentos necessários à formalização do atendimento e em alguns casos a entrega de unidade habitacional quitada, o Metrô priorizou e direcionou o atendimento para o recebimento de valores indenizatórios das acessões e benfeitorias apuradas em laudo de avaliação e, uma vez que não existe, no plano do Metrô, a entrega de unidade quitada, sequer para inquilinos ou cessionários, as opções de atendimento do Metrô dificultaram a escolha das famílias, que quase massivamente preferiram indenizações em dinheiro.⁷

Outra lide de importante repercussão judicial, e no território, envolvendo o governo do Estado, foi a resistência dos moradores do Campo Belo às tentativas de venda, por leilão, de lotes e áreas de propriedade do Estado de São Paulo e da DERSA S.A. DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO, empresa de capital misto, controlada pelo Governo do Estado, através de um Conselho de administração formado por engenheiros civis, economistas e juristas, que transitam habitualmente nos gabinetes das Secretarias do Governo do Estado, e também nos postos de direção de empresas públicas, como SABESP e CETESB.

7 A Defensoria Pública, ao contrário do Ministério Público, não possui a prerrogativa da instauração de inquérito civil, preparatório às ações coletivas.

O leilão dos imóveis foi autorizado pela Assembleia Legislativa. A Defensoria Pública, procurada pelos moradores e apoios técnicos, andou bem com a suspensão judicial dos leilões das áreas ocupadas por moradores tradicionais. Mas estes moradores, dos assentamentos populares das Ruas Bernardino de Campos, Arizona, João Álvares Soares e Gabriel de Lara, e vizinhança de assentamentos, contudo, não conseguiram garantir direitos de posse e de propriedade que os deixa em posição frágil, por isso se esforçam para manter uma unidade. A luta pela regularização fundiária pela via da CUEM nos assentamentos foi um ponto que os uniu, mas a opção de ajuizamento de demanda individual pela CUEM, adotada pela mesma Defensoria Pública, com o agendamento e atendimento individual, tendeu a dispersar o grupo.⁸

Com relação à litigância em face da Municipalidade, não se trata de resistência propriamente. Trata-se de uma decisão que não interessa a ninguém, ano menos aparentemente: a obras do Jardim Edite II foram paralisadas judicialmente em face do debate sobre a implantação do equipamento de saúde.

A Prefeitura de São Paulo, através da SP Urbanismo, é gestora dos CEPACs; do controle de estoques construtivos e demais obras de obras de infraestrutura, drenagem e, também conjuntos populares; e presta contas do todo ao Grupo de Gestão: espaço participativo da operação urbana consorciada, onde participam gestores municipais, empresários, sindicatos, associações de classe, ONGs,

universidade e representantes de moradores⁹, que se reúnem trimestralmente para verificar o orçamento do OUCAE e o andamento das intervenções.

Sabe-se que as remoções na OUCAE são contínuas em maior ou menor escala. Estima-se o atendimento habitacional à 8.500 famílias, e o planejamento de obras apresentado em agosto de 2016 prevê a construção de 8.393 UHs envolvendo SP Obras e COHAB. Mas diante da mudança administrativa, e do laço entre Prefeitura e Governo do Estado que contam com chefes do mesmo partido, salutar é acompanhar e exigir os empreendimentos e atendimentos dignos, garantindo ao menos o que está pactuado no Grupo de Gestão.

Representantes dos movimentos e das favelas no Grupo de Gestão, subestimam o número de 8.500 atendimentos. É importante lembrar que desde a primeira reunião do Grupo de Gestão, em 2003, se trabalha com a média de 8.500 atendimentos habitacionais de interesse social no território da operação urbana. Também é de lembrar, encerrando este item dos litígios coletivos, que a força das ações judiciais e dos controles administrativos não tem impedido o cometimento de injustiças e desatendimentos habitacionais. O caso da moradora do Jardim Edite, que teve a casa demolida na remoção de 2009 e que foi excluída de atendimento em virtude de um CADMUT (Cadastro nacional de mutuários) em outro estado da federação, é um exemplo de invisibilidade e negligência da política habitacional de interesse social conduzida no atacado, e que deixa suas vítimas pelo caminho.

8 <<http://www.dersa.sp.gov.br/quem-somos/pessoas/conselho-de-administracao/>> acesso em 20/02/2017.

9 <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_espraiada/index.php?p=19600> acesso em 20/02/2017.



MOTIVOS DE REMOÇÃO OU AMEAÇA DE REMOÇÃO

As remoções ensejadas pelas áreas do DER

Nos anos 1970, por ocasião de um projeto de anel viário, e posteriormente com a construção da Avenida Jornalista Roberto Marinho, terrenos às margens do córrego Água Espreada foram desapropriados pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), órgão do Governo do Estado de São Paulo, que se tornou proprietário dessas áreas. Após a concretização da Avenida, alguns dos imóveis previamente desapropriados foram cedidos como moradia para funcionários do DER, outros alugados e alguns lotes foram ocupados irregularmente para fins de moradia.

Em 2006, 60 lotes do DER foram doados para a Fazenda do Estado e, em 2013, esse estoque foi oferecido em leilão público pelo Estado de São Paulo em proposta de venda por licitação, ou seja, compra através do melhor preço.

Os moradores desses terrenos e que não tinham relações com o DER, isto é, que ocuparam alguns lotes sem consentimento nem fiscalização do órgão, tomaram conhecimento da ação e, com o auxílio da Defensoria Pública, viabilizaram a suspensão dos leilões. Porém, para as famílias moradoras dessas áreas – conhecidas como Gabriel de Lara, Bernardino de Campos, João Álvares Soares e Arizona –, o risco da remoção continua existindo,



mapa 13: mapa dos assentamentos precários existentes dentro da OUCAE diferenciados por motivo de remoção.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- LEILÃO EX-TERRENOS DER
- METRÔ
- VIA PARQUE
- PROVISÃO HABITACIONAL
- PRECARIEDADE
- INFRAESTRUTURA VIÁRIA
- SEM INFORMAÇÃO

uma vez que ainda não conquistaram a garantia da posse de suas moradias.

Mas não são apenas essas famílias que estão sendo removidas ou ameaçadas de remoção. Outras áreas de moradia irregular estão sendo afetadas pelos projetos dentro do perímetro da OUCAE.

As remoções ensejadas pela obra do METRÔ

Segundo o Metrô, no caso das áreas desapropriadas para construção da linha Ouro 17–Monotrilho, em convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), do Estado de São Paulo, as indenizações foram

calculadas a partir do tempo de moradia na região e das benfeitorias feitas no imóvel. Para iniciar a obra do Monotrilho, em 2012, o Estado removeu 421 edificações. Foram identificadas e removidas: a favela do Comando, com 104 Unidades Habitacionais (UHs); a favela do Buraco Quente, com 204 UHs; áreas do DER, com 57 UHs: edificações esparsas, somando 37 UHs; e uma parte da favela do Buté, com 19 UHs. Cabe lembrar no entanto, que segundo depoimentos colhidos por nossa equipe, as famílias residentes predominantemente nas favelas do Comando e Buraco Quente se organizaram e procuraram o apoio da Defensoria Pública antes de serem removidas,

o que não impediu, contudo, o processo de remoção da área.¹⁰

Consultando o processo administrativo que orientou as providências adotadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em defesa dos moradores, percebemos que questões importantes foram colocadas pelos moradores atingidos, começando pela pressão para assinarem o acordo de indenização em dinheiro a partir do tempo de moradia e benfeitorias ou opção pelo apartamento a ser construído pela CDHU. As famílias residentes predominantemente nas favelas do Comando e Buraco Quente se organizaram e procuraram o apoio da Defensoria Pública antes de serem removidas, a fim de impedir a remoção. A CDHU garantiu reassentamento em conjunto habitacional bastante próximo à região das moradias originais, o conjunto habitacional Campo Belo A, B e C (integrando 3 edifícios de apartamentos). No decorrer do processo, algumas famílias optaram pela indenização e foram excluídas, pela CDHU, da lista de famílias a serem contempladas com moradia definitiva.

Posteriormente, em reunião com a CDHU, os moradores foram surpreendidos com uma alteração no projeto e a supressão de um dos edifícios de apartamentos que deveriam ser construídos. A justificativa para a não construção seria a falta de demanda por habitação, já que parte dos moradores foram indenizados.

Verificam-se várias inconsistências e ambiguidades no processo. Entre elas, a falta da participação dos moradores nas decisões que os afetariam diretamente, o tipo de atendimento disponibilizado e o prazo para a sua escolha, as mudanças no projeto habitacional inicialmente garantido e a imprevisão

quanto à sua concretização e entrega das chaves. O projeto habitacional ainda se encontra em processo de licenciamento. Ao mesmo tempo a obra do Metrô encontra-se em morosa evolução.

As remoções ensejadas pela PMSP (Via Parque, Provisão Habitacional)

Outras favelas próximas das intervenções em curso estão na agenda pública de remoção. Os relatos de moradores revelam insegurança a partir de incêndios e despejos realizados. A favela do Piolho já sofreu uma série de incêndios e agora tenta se reerguer e resistir no bairro do Campo Belo e a favela Levanta Saia resiste ao lado do pátio de manobras do Metrô.

Na restante área da OUCAE, a jusante do córrego Água Espraiada com projetos públicos como a Via Parque e o túnel, é a Prefeitura que responde pelas intervenções.

A OUCAE é regida pela lei municipal 13260/2001, que prevê e garante o reassentamento definitivo das famílias removidas. A SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação), em comunicado oficial à Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 13/03/2014, garantiu que todas as famílias removidas serão reassentadas.

A SEHAB informou à Defensoria Pública ter realizado em 2009 o cadastro de 16 favelas – destas, 09 estariam diretamente afetadas nesta intervenção, ou seja, seriam removidas na sua totalidade. Na mesma fonte de informação, a Prefeitura prevê o atendimento das famílias e a construção das unidades necessárias para os reassentamentos no projeto de prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho. Esse prolongamento, com previsão de implantação

10 <<https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/deslocamentos-e-resistencia-na-agua-espraiada/>> acesso em 20/03/2017.

de parque linear, chamado de Via Parque, prevê a remoção de 8.500 famílias, e afetará, segundo informe do órgão municipal, as favelas Rocinha Paulistana, Beira Rio, Henrique Mindlin, Alba-Souza Dantas, Ponte Fonte de São Bento, Babilônia, Americanópolis, Tiquaritiba, Muzambinho, Guian Corruíras e Vietnã. Os moradores das favelas, no entanto, não foram historicamente consultados nem bem informados dos processos.

Obtivemos informações oficiais muito questionáveis sobre alguns casos de comunidades específicas.

O Observatório de Remoções solicitou, via Lei de Acesso à Informação, mais informações sobre remoções e atendimentos previstos para a favela Levanta Saia e para a Rocinha Paulistana. No caso da favela Levanta Saia, a resposta que obtivemos foi pouco precisa, pois o chefe de gabinete da SEHAB afirmou que, pelos estudos pré-remoções, 7 famílias deverão ser reassentadas de 2021 a 2024, de acordo com o Plano Municipal de Habitação; e que a favela Levanta Saia, embora incluída no perímetro da OUCAE, não está incluída para regularização, embora esteja demarcada como ZEIS. No caso da Rocinha Paulistana, a SEHAB afirmou que as remoções começaram em junho/2015 e seguem em andamento, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2016. Ainda com respeito a esse mesmo caso, afirmou que as famílias cadastradas pela SEHAB em 2009, com atualização de cadastro em 2015, serão atendidas com auxílio aluguel até o recebimento de sua unidade habitacional definitiva. No final de 2014, a SEHAB observou novas ocupações, que não faziam parte do cadastro original da SEHAB. Reproduzimos o informe que obtivemos pela SEHAB via Lei de Acesso

à Informação em 19/04/2016: “Ficou determinado que estas novas ocupações serão atendidas com verba de Apoio Habitacional, por parte da SEHAB. O valor de R\$1200,00 (mil e duzentos reais) será pago em uma única parcela, sem a possibilidade de recebimento de Auxílio Aluguel e/ou Unidade Habitacional definitiva. Além desta verba de Apoio Habitacional, foi oferecido o cadastro na demanda da COHAB”.

Mesmo sem a definição de atendimento para os moradores de favela, nestes trechos mencionados, é notável a existência de remoções de favelas ou parte delas, e a imprevisibilidade de atendimento por parte dos diferentes agentes do poder público.

O Observatório de Remoções tem acompanhado estes processos e continua a sua pesquisa na coleta de informações e contatos com lideranças locais. Nos importa verificar e analisar como o atendimento habitacional historicamente não tem correspondido ao volume de remoções realizadas. Pairam sobre essa região, há mais de quatro décadas, uma trajetória de indenizações injustas, expulsões violentas, remoções sem processos de consulta e participação respeitosas, grandes deslocamentos de famílias e milhares de atendimentos questionáveis e provisórios.

Para ilustrar a pesquisa descrita e territorializar as diferentes ameaças sentidas pelos moradores das comunidades da OUCAE, iniciamos a série de mapas que chamamos de: Mapeamento Crítico, começando pelo mapa de motivos de remoções. Para além dessa temática, estes mapas procuram a representação territorial das justificativas das ameaças, através de uma série de questões levantadas em cada uma das temáticas resultantes.



MAPEAMENTO CRÍTICO

Esta série de mapas foi realizada com a colaboração de uma pesquisadora de graduação da FAUUSP em iniciação científica ligada ao LABHAB (Beatriz Nobumoto). Com o intuito de obter materiais que possibilitassem o estudo da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE) no presente tempo, o Observatório de Remoções elaborou mapas que contêm a temática em diversas abordagens, como a compreensão dos agentes atuantes no território, os projetos que nele incidem e os assentamentos precários existentes na região. A territorialização das informações obtidas pelo grupo permitiu a representação gráfica do discurso propagado pelo poder público, assim como uma contra-narrativa e seu cenário em 2016. Para tais

produtos, utilizou-se plataformas digitais de dados da Prefeitura de São Paulo, ferramentas de imagens de satélite e visitas de campo. Estas viabilizaram referências inéditas e relatos de moradores que vivenciam a OUCAE, contribuindo imensamente para a pesquisa e seu respectivo intuito de denúncia de violação de direitos.

Depois de selecionarmos e identificarmos os casos: os 52 assentamentos (incluindo o Imigrantes) seria determinante a representação da situação dos mesmos: se tinham sido removidos ou parcialmente removidos ou se eram ameaçados. Partimos do princípio que todos os assentamentos dentro do perímetro da OUCAE estavam ameaçados de remoção, pelas ações e transformações evidentes



mapa 14: mapa dos assentamentos precários dentro da OUCAE em situação de remoção. Utilizados para os mapeamentos realizados pela equipe do Observatório de Remoções, no estudo de caso.

Elaboração Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- AMEAÇA DIRETA
- AMEAÇA INDIRETA
- PARCIALMENTE REMOVIDOS
- REMOVIDOS

no território. Foi distinguida entre ameaça direta ou indireta; direta para os casos de haver uma previsão ou ameaça oficial para a remoção, como o projeto Via-Parque e Túnel, ou o Leilão DER. Inicialmente, buscou-se executar a base que seria utilizada para todos os mapas do mapeamento crítico. Por meio do Geosampa, obteve-se as edificações da área da OUCAE pelo Mapa Digital da Cidade (MDC); por meio do Habisp, os assentamentos precários existentes na região. Em seguida, elaborou-se o mapa de **Situação de Remoção** utilizando as informações de visitas de campo, conversas com moradores e imagens de satélite (Google Maps/Earth) que possibilitaram analisar e distinguir as diferentes situações em que as favelas se encontram.

Pesquisando os projetos atuantes no território, como as construções do Metrô (linhas 5 e 17), a obra da Via Parque, os leilões de terrenos do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e a provisão habitacional, o Observatório de Remoções mapeou os motivos de desapropriação e remoção aos respectivos terrenos (mapa de **Motivo de Remoção**). Notou-se o maior número de favelas em ameaça direta devido ao projeto da Via Parque, tendo em vista a maior concentração de assentamentos precários no setor Jabaquara. Para apurar essa definição, foram definidos os seguintes motivos: Leilão Ex-Terrenos DER, Metrô, Via Parque, Precariedade, Provisão Habitacional,



Infraestrutura Viária, nos casos onde a informação era insuficiente: Sem Informação.

Mapeou-se a informação sobre a propriedade legal de cada assentamentos, para testar algumas hipóteses, como: qual a relação entre terrenos públicos e privados para a definição das remoções, e se essa relação existia. Este mapa foi realizado a partir da recolha das informações abertas sobre cada lote fiscal, que muitas vezes não corresponde a um só assentamento. Na maioria das vezes, um assentamento é dividido em muitos lotes fiscais, e portanto, oficialmente é de vários proprietários. Identificou-se situações em que os proprietários são exclusivamente privados, outros públicos, distinguindo-se propriedade municipal, estadual ou

federal. Em muitos casos, a propriedade é mista com lotes de proprietários privados e lotes de proprietários públicos.

O mapa de **Proprietários de Lotes Fiscais** foi produzido pelas informações de cadastros fiscais coletadas no Geosampa. Dos assentamentos que dispunham informações, contabilizou-se cerca de 7% dos lotes pertencentes ao poder estatal (Estado de São Paulo, Fazenda do Estado de São Paulo, Departamento de Estrada e Rodagem - DER, Metrô), 3% ao poder municipal e 90% a proprietários particulares. Ainda que junto a outros lotes fiscais particulares, foi possível notar uma clara concentração do poder público estatal a oeste, já a leste, do poder municipal e particular.



mapa 15: mapa dos assentamentos precários dentro da OUCAE diferenciados por motivo de remoção.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- LEILÃO EX-TERRENOS DER
- METRÔ
- VIA PARQUE
- PROVISÃO HABITACIONAL
- PRECARIEDADE
- INFRAESTRUTURA VIÁRIA
- SEM INFORMAÇÃO

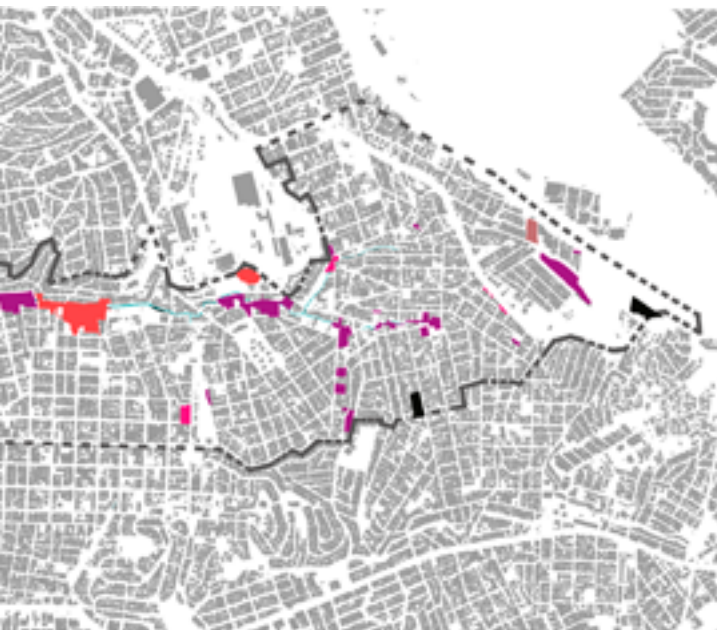
Por fim, mapeou-se a previsão final dos projetos aprovados com incidência na OUCAE, entre projetos de infraestrutura viária, espaço público e HIS. O caso de HIS, principalmente pelos recentes acontecimentos da última gestão municipal: desapropriação de terrenos para construção, licitação de obras, construção e entregas de unidades de HIS, originou o mapeamento dos terrenos destinados para HIS na região, e da sua situação em 2016. Para o mapa de **Terrenos HIS**, recorreu-se às informações publicadas no Mapa de Chamamento da COHAB, possibilitando o estudo dos terrenos que se destinam a habitação de interesse social. Para o mapa de **Situação HIS**, baseamo-nos nas informações recolhidas nas entidades oficiais, associadas às verificações feitas em visitas a campo.

PROPRIETÁRIOS DOS LOTES FISCAIS



TERRENOS HIS





mapa 16: mapa dos assentamentos precários dentro da OUCAE diferenciados por proprietários dos lotes fiscais.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- PARTICULARES E ESTADO
- PARTICULARES E MUNICÍPIO
- PARTICULARES
- SEM INFORMAÇÃO



mapa 17: mapa dos terrenos destinados a Habitação de Interesse Social (HIS)* dentro da OUCAE.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- COHAB (AGRUPAMENTO 1 *) - RGA
- COHAB (AGRUPAMENTO 2*) - CURY
- OUTROS TERRENOS HAB.

*Em Junho de 2015 foram determinados e distinguidos em agrupamentos 1 e 2 os terrenos da COHAB que se referem às construtoras responsáveis pela construção das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

SITUAÇÃO HIS



MONITORAMENTO DOS TERRENOS





mapa 18: mapa dos terrenos destinados a Habitação de Interesse Social (HIS) dentro da OUCAE segundo sua situação.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- CONSTRUÍDO
- EM ANDAMENTO
- INTERROMPIDO
- DESAPROPRIADO



mapa 19: mapa de monitoramento de terrenos dentro da OUCAE segundo sua situação*.

Elaboração Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- PMCMV
- CDHU
- OUTROS TERRENOS
- CONSTRUÍDO
- SEM INFORMAÇÃO

*As fotos destacadas são imagens das placas dos terrenos com previsão habitacional via PMCMV, no perímetro da OUCAE. Recorreu-se à verificação das imagens das placas dos terrenos destinados à construção de HIS através da verificação via Google Street View.



Num desmembramento dessa informação, procurou-se identificar quais os organismos e programas oficiais responsáveis por essas ações, através da identificação das placas de licenciamento presentes em cada terreno (mapa: **Monitoramento dos Terrenos**, pp. 86).

Em dezembro de 2016, a prefeitura de São Paulo lançou o caderno da Operação Urbana Consorciada Água Espreada (OUCAE), que apresenta dados e mapas atualizados da operação, auxiliando a construção da narrativa sobre a questão habitacional (mapa de Situação de HIS), que o Observatório de Remoções possuía apenas informações esparsas. Considerou-se propício utilizar o Google Street View para acompanhar o andamento

das construções dos conjuntos habitacionais e representar o tipo de construção – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), etc. (mapa de Monitoramento de Terrenos), possibilitando o monitoramento e aferição do mapa do caderno OUCAE.

Por fim, o mapa de Previsão foi realizado por meio da planta da Via Parque da SP Obras, pela consulta do trajeto das novas linhas do Metrô e da previsão dos assentamentos removidos, assim como pela previsão das futuras HIS na OUCAE. Foi por meio dos dados obtidos até então que se constituiu o mapa de previsão, que demonstra supostamente o cenário da OUCAE em um futuro

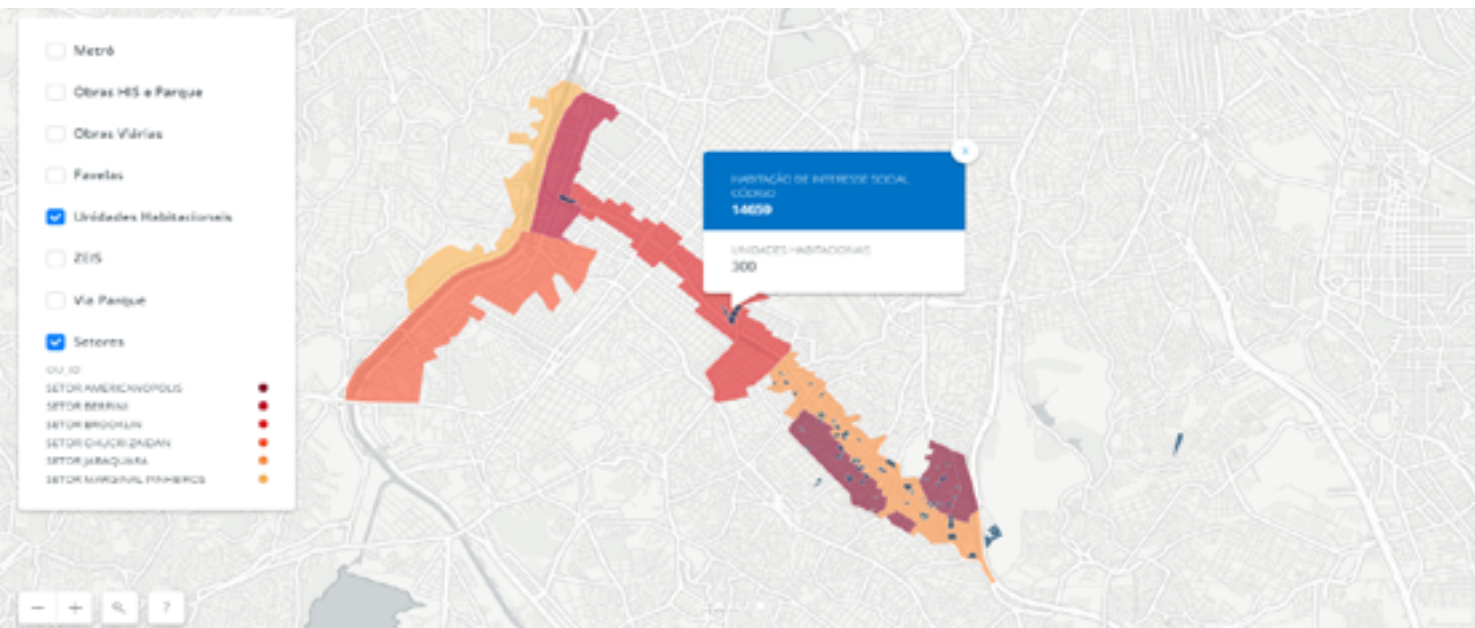


mapa 20: mapa do cenário previsto dentro da OUCAE segundo os objetivos da Operação.

Elaboração: Beatriz Nobumoto e Lara Ferreira, 2016.

- LIMITE OUCAE
- CURSO D'ÁGUA
- METRÔ - LINHA 17 LILÁS
- METRÔ - LINHA 5 OURO
- VIA PARQUE
- ASSENTAMENTOS EXISTENTES
- ASSENTAMENTOS REMOVIDOS
- ASSENTAMENTOS A REMOVER
- HIS

próximo: as duas linhas de monotrilho, a localização da Via Parque, os assentamentos precários removidos e as novas HIS construídas. Assim como os outros mapas mencionados, o mapa de previsão se apresenta como um instrumento, tanto para o Observatório de Remoções como para os moradores das favelas da Água Espraiada.



MAPEAMENTO INTERATIVO

Uma das maiores dificuldades sobre este caso, era a compreensão sobre a localização dos investimentos oriundos na OUCAE neste território. Para tal, por iniciativa e colaboração de uma aluna de graduação da FAUUSP (Midori Hamada), desenvolvendo um mapa interativo aberto como trabalho de disciplina, procurou-se a representação das informações territoriais relevantes, para a identificação dos investimentos no território. Para isso utilizou-se o CARTHO e uma pesquisa sobre os documentos financeiros oficiais e abertos da OUCAE, o que chamamos de MAPEAMENTO INTERATIVO.

Com o intuito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido na disciplina Desenho Urbano na graduação da FAUUSP, e se valendo do espaço

da disciplina AUP 1301 – Tópicos de Design para Ambientes Digitais, respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2016 foi desenvolvido um mapa online através da plataforma Cartho, com as informações e leituras da operação urbana, buscando territorializar o conteúdo consolidado e, dessa maneira, promover a aproximação da população com a perspectiva espacial da intervenção, assimilação da linguagem e instrumento do mapa, compreensão da extensão territorial e social da OUCAE e além de indicar espacialmente o conteúdo de forma mais detalhada. A concepção do mapa retoma a intenção de publicizar e instrumentalizar a população com informações acessíveis e, a partir de então, territorialmente compreensíveis. Abre-se a possibilidade de um acompanhamento

VAZIO ESPAÇO-TEMPO

considerações sobre a temporalidade na operação urbana água espraiada

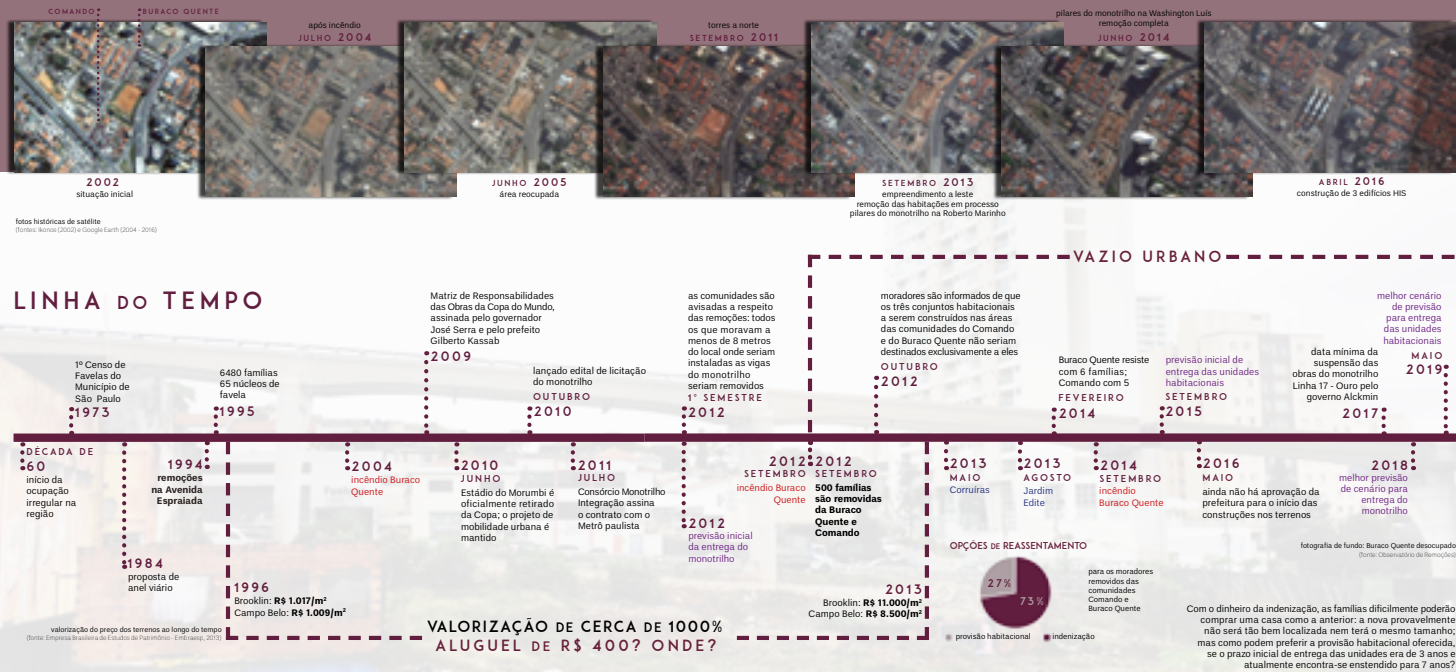


figura 1: trabalho realizado pelo grupo 25. Linha do tempo da OUCAE e Agenda de Remoções. FAUUSP, 2016.

POR QUE NÃO REMOVER?

O caso Água Espraiada encontra-se em processo de transformação profunda, e as informações aqui colocadas são datas, e provavelmente desatualizadas no período breve. No entanto, a sua representação revela as transformações ocorridas ao longo do tempo num território sujeito a múltiplas pressões urbanas.

A pesquisa cartográfica do Observatório alimentou ou foi alimentada por outras iniciativas paralelas como as pesquisas em andamento já referidas, e os trabalhos e reflexões desenvolvidos na

disciplina da FAUUSP – AUP 282, no 1º semestre de 2016, dos quais vale destacar alguns trabalhos.

FAUUSP AUP 282, 1º Semestre 2016

Nesta disciplina, tradicionalmente dedicada ao estudo de áreas precárias e ou informais na cidade de São Paulo, 28 equipes (em média de 6 alunos) se dedicaram a analisar as transformações sócio-espaciais na região da Água Espraiada. Como se pode verificar, faziam parte do corpo docente, a Profa Karina Leitão e a monitora Lara Ferreira,

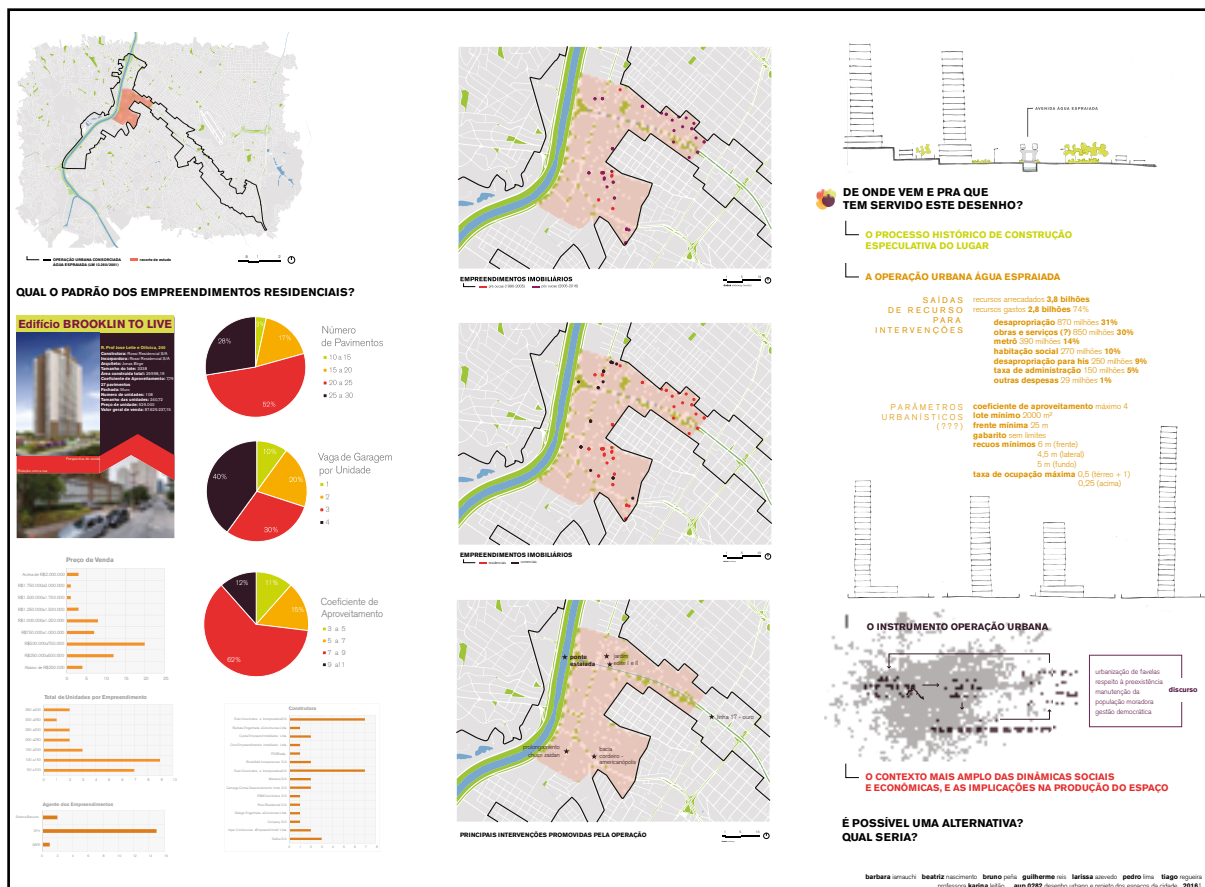


figura 2: trabalho realizado pelo grupo 13. Reflexões sobre os padrões construtivos utilizados no setor Brooklin e Marginal e as possibilidades de alternativas aos mesmos. FAUUSP, 2016.

ambas integrantes do Projeto Observatório de Remoções. Compunha o corpo de professores também a Profa Maria Lucia Refinetti Martins, representante da FAUUSP no conselho da OUCAE e acompanha por longa data os movimentos da operação, conduzindo no Labhab, pesquisa que tem como um dos estudos de caso a região. Compunham ainda a equipe, os Prof João Sette (então Secretário de Habitação no Município de São Paulo) e Eduardo Nobre, conhecedores da região e especialistas em estudos

sobre transformações socioterritoriais. A equipe do observatório esteve presente em aulas, debates e atendimentos de projeto. Os demais monitores da disciplina, pós-graduandos da USP, foram de grande importância para a orientação dos trabalhos dos alunos, que se concentraram em quatro grandes temas:

- o estudo sobre a viabilidade da urbanização de favelas com previsão de remoção total;
- o questionamento do caráter ambiental do projeto de parque previsto para a região;

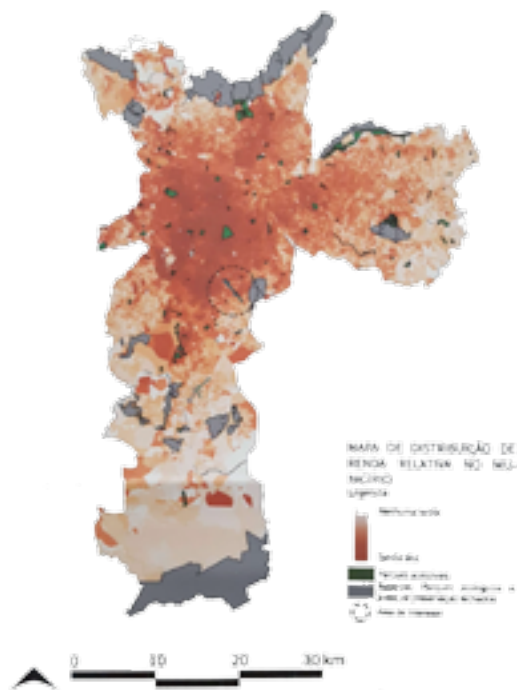


figura 3: trabalho realizado pelo grupo 20. Mapa de Distribuição de Renda Relativa, com identificação da OUCAE. FAUUSP, 2016.

- crítica e estudo das soluções de provisão habitacional para a região da OUCAE;
- análises crítico-propositivas sobre a operação urbana como um todo na região.

Cabe destacar que os produtos da disciplina chegaram a conclusões sobre as possibilidades reais de consolidação de favelas previstas para remoção total. Os estudos indicaram que a demolição total ensejaria remoção de casas consolidadas e consolidáveis, em que caberia ação de urbanização para qualificação da região, com maiores possibilidades de manutenção da população originária na área em questão, maior respeito às famílias moradoras do local, e consequentemente, na permanência



figura 4 e 5: trabalho realizado pelo grupo 23. Ilustrações críticas sobre o processo político na OUCAE. FAUUSP, 2016.

de camadas mais populares tradicionalmente expulsas deste setor de fronteira do capital imobiliário na cidade. Sem mencionar a grande quantidade de entulho que a demolição geraria, o que significa um contrassenso ambiental quando se pensa na metragem cúbica a ser depositada em aterro. Destacaram ainda que as justificativa ambiental tem servido paradoxalmente para legitimar uma ação de limpeza social e uma visão conservadora do qualificação ambiental possível naquela região.

Merece destaque aqui neste relatório, duas pesquisas no entanto, que tiveram maior articulação com as reflexões do observatório de remoções, e através das quais três alunos tornaram-se colaboradores e bolsista do projeto.

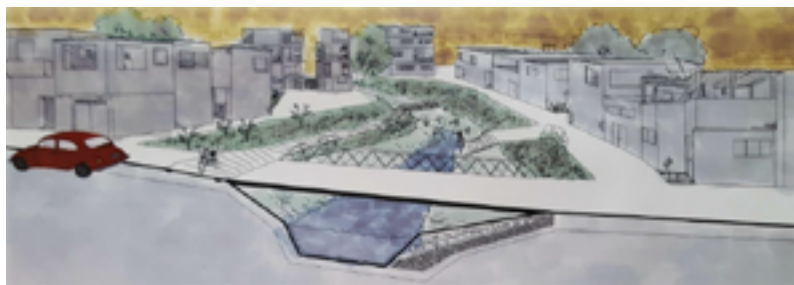


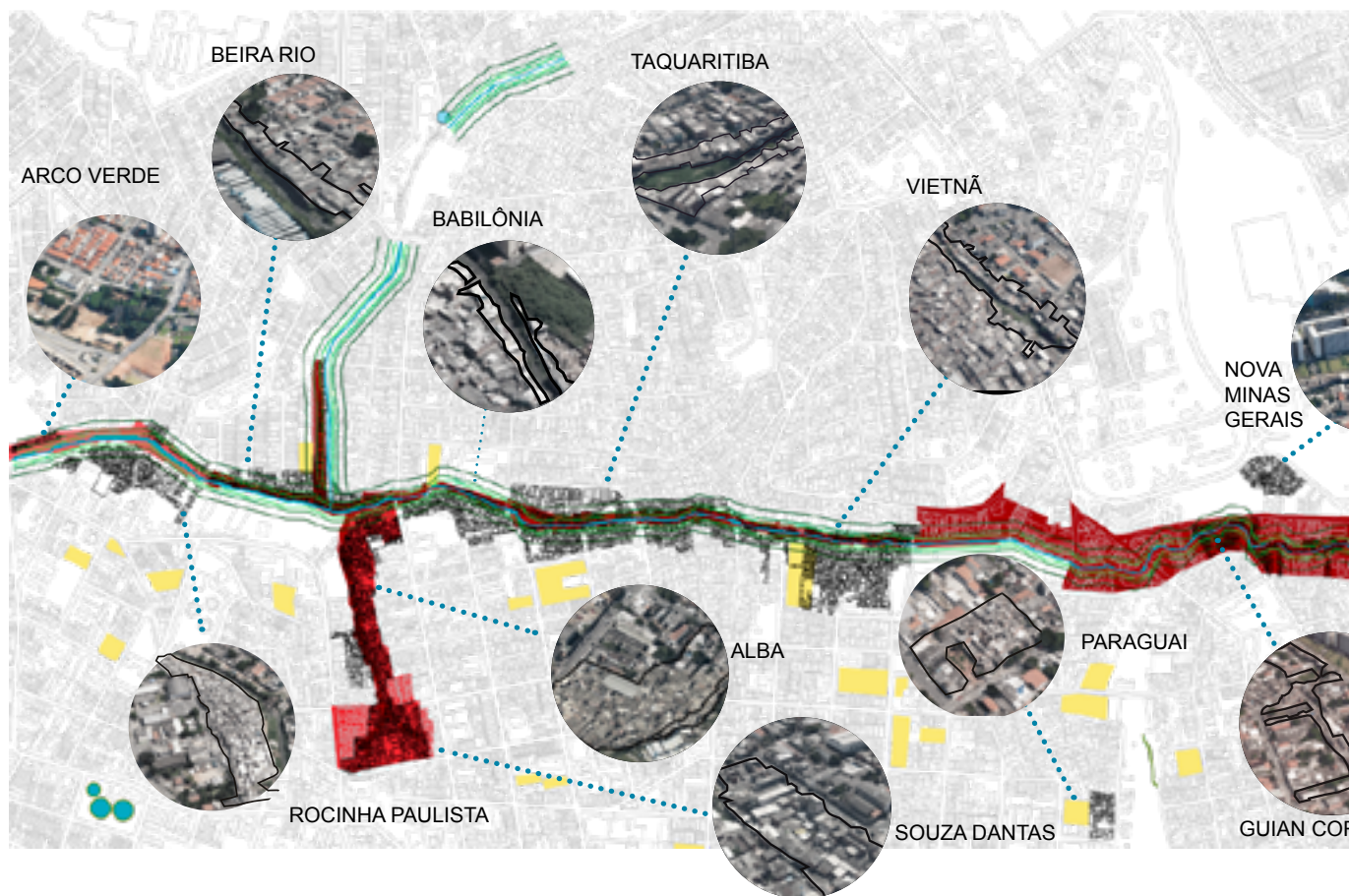
figura 6, 7, 8 e 9: trabalho realizado pelo grupo 7. Ilustrações da visita ao assentamento Vietnã. FAUUSP, 2016.

figura 10: trabalho realizado pelo grupo 1. Esta proposta se insere em um contexto de tratamento de todo o córrego Água Espraiada. Assim, foram utilizadas no projeto medidas alternativas de drenagem associada a requalificação de toda a margem do rio. A transposição da circulação principal para a beira do rio entra como ferramenta essencial para o incentivo a reaproximação da população com a água. FAUUSP, 2016.

Em uma delas, a equipe desenvolve uma problematização acerca da recorrente alusão aos riscos ambientais para justificar a remoção de assentamentos precários na região, que tem situações de risco muito diversas do mapeamento de risco na escala da cidade como um todo. Este trabalho foi apresentado em reunião com fórum de lideranças em dezembro de 2016 e discutido publicamente.

Outro trabalho a ser mencionado reflete uma campanha em que alunos se engajaram a

desmistificar e publicizar dados da OUCAE, afixando material impresso e divulgado eletronicamente seus cartazes. Esse trabalho também foi divulgado em reunião com moradores em outubro de 2016, muitos aderiram à página no facebook a partir desta divulgação.



ENTENDA O RISCO

Análise do território → Produção de Cartas Geotécnicas → Suscetibilidade + Aptidão à Urbanização + Risco

Fatores geológicos



Carta de Aptidão à Urbanização



Área de interesse

com base nas investigações geológicas

Mapeamento Áreas de Risco

Riscos associados a **escorregamentos** em áreas de encostas e a **solapamentos** de margens de córregos

↑
Contrato entre a PMSP-SMSP e o IPT



LEGENDA

- Risco R1
- Risco R2
- Risco R3
- Risco R4
- Mancha d'água
- Ponto de alagamento
- APP 30m
- APP 15m
- APP 7,5m

Níveis de risco por probabilidade de acidente:



Programa de Intervenção em Áreas de Risco (SMSP)
Programa de Urbanização de Favelas
Programa Mananciais (SEHAB)
Programa de Implantação de Parques Lineares (SVMA)

QUESTIONANDO O RISCO NA REGIÃO DA OUCAE

Elaboração do trabalho e autoria das

imagens: Thalissa Burgi, Lucas Meirelles, Isabel De Vivo, Julia Camargo, Julia Jobim, Paulo Paiva, Clement Laureille.

O trabalho teve como foco a temática das remoções, buscando entender os motivos que levam a tais atos. Percebeu-se que, na maior parte das vezes, são justificadas por duas vertentes: ambientais e risco. Sendo a questão ambiental mais conhecida, o grupo aprofundou-se na temática do risco, tendo como objetivo principal a desmistificação de tal conceito como decisivo para a remoção de assentamentos. Assim, o estudo se baseou na observação de 16 favelas na área da OUCAE que serão removidas com a justificativa de estarem em área de risco, além de uma pesquisa sobre como são feitos e definidos os estudos de risco pelos órgãos públicos, buscando maior entendimento sobre o assunto. Foram mapeadas as áreas de risco geológico marcadas pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e as áreas de APP's (áreas de preservação permanente) na região. Percebe-se que a questão não deve ser analisada de maneira superficial, a leitura deve ser feita lote a lote pois muitas vezes a generalização contempla lotes que não necessariamente precisariam ser removidos.

Características físicas: tipo de solo, altura do morro ou barranco, inclinação etc

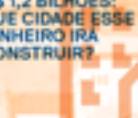
Características ocupacionais: tipo de moradias, distância, presença de aterros

Água: concentração, minas d'água, vazamentos

Vegetação: árvores, áreas desmatadas

Evidências de movimentação: cicatrizes, trincas, muros embarrigados etc

[illegible]



**R\$ 1,2 BILHÕES:
QUE CIDADE ESSE
DINHEIRO IRÁ
CONSTRUIR?**

QUESTÃO DE QUALIDADE

Melhorar a qualidade costuma gerar mais retorno econômico, além de proporcionar mais segurança, eficiência e sustentabilidade para o cliente. Mas, para isso, é preciso investir em tecnologia e em pessoas. O setor de tecnologia, por exemplo, já representa 10% do PIB brasileiro.

QUESTÃO DE INOVAÇÃO

É preciso que exista uma cultura baseada em inovação, seja no nível pessoal, seja no nível organizacional. Isso pode ser feito por meio de programas de incentivo à inovação, como o Prêmio de Inovação da FINEP, que premia projetos de inovação em empresas e instituições de ensino superior.

QUESTÃO DE GESTÃO

É preciso que haja uma cultura baseada em gestão, seja no nível pessoal, seja no nível organizacional. Isso pode ser feito por meio de programas de incentivo à gestão, como o Prêmio de Gestão da FINEP, que premia projetos de gestão em empresas e instituições de ensino superior.

QUANTO CUSTA A OPERAÇÃO URBANA?

Por **Roberto de Almeida**

A origem do conceito de CUSTO é a ideia de reconhecer os custos das ações de gestão imobiliária analisadas a curto prazo, mas com consequências para o longo prazo, considerando o desenvolvimento urbano de longo prazo. Mas qual é o custo de um acionista?

PROBLEMA 1: AVALIAÇÃO
o custo médio de uma ação imobiliária

Na área atual de 10 mil m², podemos considerar 100 unidades no condomínio da Fátima e apenas 10 unidades no condomínio da Carolina. Já agora, imagine que o preço médio das unidades da Fátima (propriedade Carolina) seja de R\$ 100 mil e o valor médio das unidades da Carolina (propriedade Roberto) seja de R\$ 200 mil. Assim, o custo médio das unidades imobiliárias de Roberto é de R\$ 150 mil. Roberto tem 10 unidades e o custo médio de cada unidade é de R\$ 150 mil. Assim, o custo médio de cada unidade é de R\$ 150 mil.



O QUE É UMA OPERAÇÃO URBANA?

INTRODUÇÃO

Operação Urbana é uma intervenção pública de política urbana que utiliza instrumentos de planejamento urbano para promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.

CONCEITO DE OPERAÇÃO URBANA

A OUP é um instrumento de planejamento urbano que visa promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.

OBJETIVOS DA OUP

Os objetivos da OUP são:

- Promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.
- Promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.
- Promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.

CONCLUSÃO

A OUP é um instrumento de planejamento urbano que visa promover a transformação da cidade, através de ações estruturais e pontuais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população.

R\$ 1,2 BILHÕES: QUE CIDADE ESSE DINHEIRO IRÁ CONSTRUIR?

O QUE É UMA OPERAÇÃO URBANA?

[illegible][illegible]

**R\$483 MILHÕES*
EM PONTE**

**PROBLEMA DE INFRA-ESTRUTURA
SAO PAULO**

Se o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo fosse o mesmo que o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo, o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo seria o mesmo que o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo.

**R\$242 MILHÕES
EM HABITAÇÃO***

**PROBLEMA DE HABITAÇÃO
SAO PAULO**

Se o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo fosse o mesmo que o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo, o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo seria o mesmo que o custo de uma ponte para o metrô de São Paulo.

ESPRAI-
ADA PRA
QUEM?

#ESPRAIDAPARAQUEM?

Disponível em: <https://www.facebook.com/espraiadapraquem>

Elaboração do trabalho e autoria das imagens: Midori Hamada, Alina Paias, Beatriz Sombra, Clara Troia, João Pedro Nogueira e Marina Lima.

A iniciativa teve como princípio fundador a intenção de publicizar e socializar as informações sobre a OUCAE, fossem elas oficiais como informes técnicos e financeiros, acompanhamento das intervenções e previsão das obras assim como informações produzidas pelo Observatório de Remoções a partir do contato direto com a população e o território atingidos. O processo envolveu levantamento, catalogação e leitura crítica das informações não oficiais e oficiais coletadas, onde foram trabalhando relatórios de fiscalização, resumos financeiros, pareceres técnicos, informes da Prefeitura, dados e mapas disponíveis; criação de eixos temáticos com o intuito de organizar e cruzar as camadas de informações e leituras produzidas (o que é uma operação urbana, custos, remoções e HIS, obras de infraestrutura, Setor Chucrí Zaidan); produção e colagem de lambes em pontos estratégicos da área da operação urbana com o intuito de informar, possibilitar o reconhecimento do território por parte da população, assim como publicizar a página no facebook. O trabalho culminou na criação da página na rede social sob nome de #EspraiadapraQuem onde foram postados os dados e fontes coletados, estudados e elaborados. Foi essencial o esforço

de tornar a informação acessível e compreensível à população interessada, expressa em linguagem desobstruída de termos excessivamente técnicos (porém de forma a instrumentalizar acerca de termos comumente usados, componentes da operação urbana, leis, etc), ao mesmo tempo em que possibilitava a leitura de diversas camadas de informações que raramente se cruzavam em pareceres oficiais. As postagens se apresentam como peças gráficas em que foram explorados os textos produzidos e elementos iconográficos, de modo a fomentar questionamentos e se afastar de conteúdos ideológicos ou afirmações partidárias. Além disso, o grupo de estudantes responsável se preocupou em manter-se anônimo, entendendo que dessa maneira favoreceria a leitura e envolvimento dos interessados sem intervir com identificação dos autores da iniciativa.



Frame do vídeo: “E AS PESSOAS? Uma crítica à propaganda o Parque Linear da Água Espraiada”. Vídeo elaborado por Adrien Mejia Rios e Ninon Van Den Berg e disponível em: <https://www.facebook.com/espraiadapraquem/videos/vb.1785249908376752/1893626757539066/?type=2&theater>

Cabe indicar que o trabalho deste grupo, inspirou dois intercambistas alunos da disciplina a produzirem vídeo questionando as remoções, e demonstrando sobre as imagens de um vídeo oficial da OUCAE, como as obras ensejam a saída de famílias sem longo debate público.

O trabalho foi produzido por Adrien Mejia Rios e Ninon Van Den Berg, intitulado “**E AS PESSOAS? Uma crítica à propaganda o Parque**

Linear da Água Espraiada” - uma reinterpretação do vídeo divulgação da Prefeitura de São Paulo para a OUCAE (2012)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Laura Rocha de. O impacto da operação urbana consorciada água espraçada na implantação de habitação de interesse social. Dissertação Unicamp, 2016.
- CASTRO, LAURA ROCHA DE. O impacto da operação urbana consorciada água espraçada na implantação de habitação de interesse social. Dissertação Unicamp, 2016.
- DIAGONAL/PMSP. OUCAE. Relatório executivo. Áreas diretamente beneficiadas. Volume tabelas estatísticas, São Paulo, dez de 2011.
- EMURB; TECNOSAN Engenharia s/c Ltda. Estudo de Impacto Ambiental – EIA Operação Urbana Consorciada Água Espraçada – complementações e conclusões. São Paulo, setembro de 2003, vol. 7.
- FERREIRA, Paulo Emilio B. Urbanização de favelas vs desfavelamento: notas sobre uma operação paulistana. 3 cihel. São Paulo, 2015.
- FIX, M. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraçada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FIX, Mariana, São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. Boitempo. São Paulo, 2007.
- MALERONKA, C. Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento ‘operação urbana consorciada’ à luz da experiência paulistana. Tese de doutorado. São Paulo, FAUUSP, 2010.
- MARICATO, Erminia; FERREIRA, João Sette; . Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?. In: OSÓRIO, L. M. (org.). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 2002. PMSP. Operação Urbana água Espraçada. São Paulo, 2016 (disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-metropolitana/oucae/>, acessado em 10/02/2017)
- SANTORO, Paula; MACEDO, Sara. A (des)articulação dos instrumentos de planejamento urbano sob a ótica das soluções habitacionais: remover, relocar ou indenizar na Operação Urbana Consorciada Água Espraçada. III ENANPARQ, 2016.
- SILVA, Ângela dos Santos. Operação Urbana Consorciada Água Espraçada: análise de política pública para implantação de projetos de habitação de interesse social no setor Jabaquara ano 2001-2012 / Angela dos Santos Silva. –São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – FAUUSP.

REFERÊNCIAS PARA A ELABORAÇÃO DOS MAPAS

Centro de Estudos da Metrópole

EMPLASA

GEOSampa

Google Earth 2016

Google Street View 2016

Habisp

HABITASampa

SP Urbanismo

Página da OUCAE no site da Prefeitura de São Paulo (disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_espraiada/index.php?p=19590, acessado em 10/12/2016).

CVM/CEF. Relatório Água Espraiada, 2º Trimestre 2016.

CVM/Sp Urbanismo. Relatório Água Espraiada, 2º Trimestre 2016.

FIPE. Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro atualizado.

Resumo Financeiro, resumo de movimentação até fevereiro de 2016.

Resumo Geral de vinculação de CEPAC e estoque disponível, 2º Trimestre 2016.

Projeto de Lei 722/15.

Plano Urbanístico para o Setor Chucri Zaidan.

GEOTEC. EIA/RIMA da Operação Urbana Água Espraiada.

Relatório de Andamento de Projetos, 38ª Reunião Ordinária, novembro de 2015.



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

figura 1: localização da ocupação na cidade. Imagem Google Earth. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

OCUPAÇÃO DOUGLAS RODRIGUES: FACES DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

Ana Carvalho, Carolina Sacconi e Stella Paterniani

A ocupação Douglas Rodrigues situa-se em um terreno de 50 mil m² lindeiro à marginal Tietê, entre as rodovias Fernão Dias e Presidente Dutra, no bairro do Parque Novo Mundo, a 15 km da região central da cidade (ver figura 1). O terreno particular abandonado foi ocupado em agosto de 2013 por aproximadamente duas mil famílias, que se encontram hoje completamente estabelecidas no local, visto que a área do entorno¹ possui boa provisão de equipamentos públicos, principalmente de saúde e educação, estes últimos muito frequentados pelas crianças e jovens da ocupação. Muitos dos moradores também trabalham dentro do terreno ou no entorno próximo.

1 Definimos o “entorno” da ocupação Douglas Rodrigues a partir de duas possibilidades: I) o raio de 1,5km a partir do terreno, uma distância confortável para um pedestre caminhar de um ponto a outro e II) barreiras urbanísticas, como, por exemplo, a Avenida Marginal Tietê e a Rodovia Fernão Dias, ambas com difícil transposição de pedestres, por não possuírem passarelas.

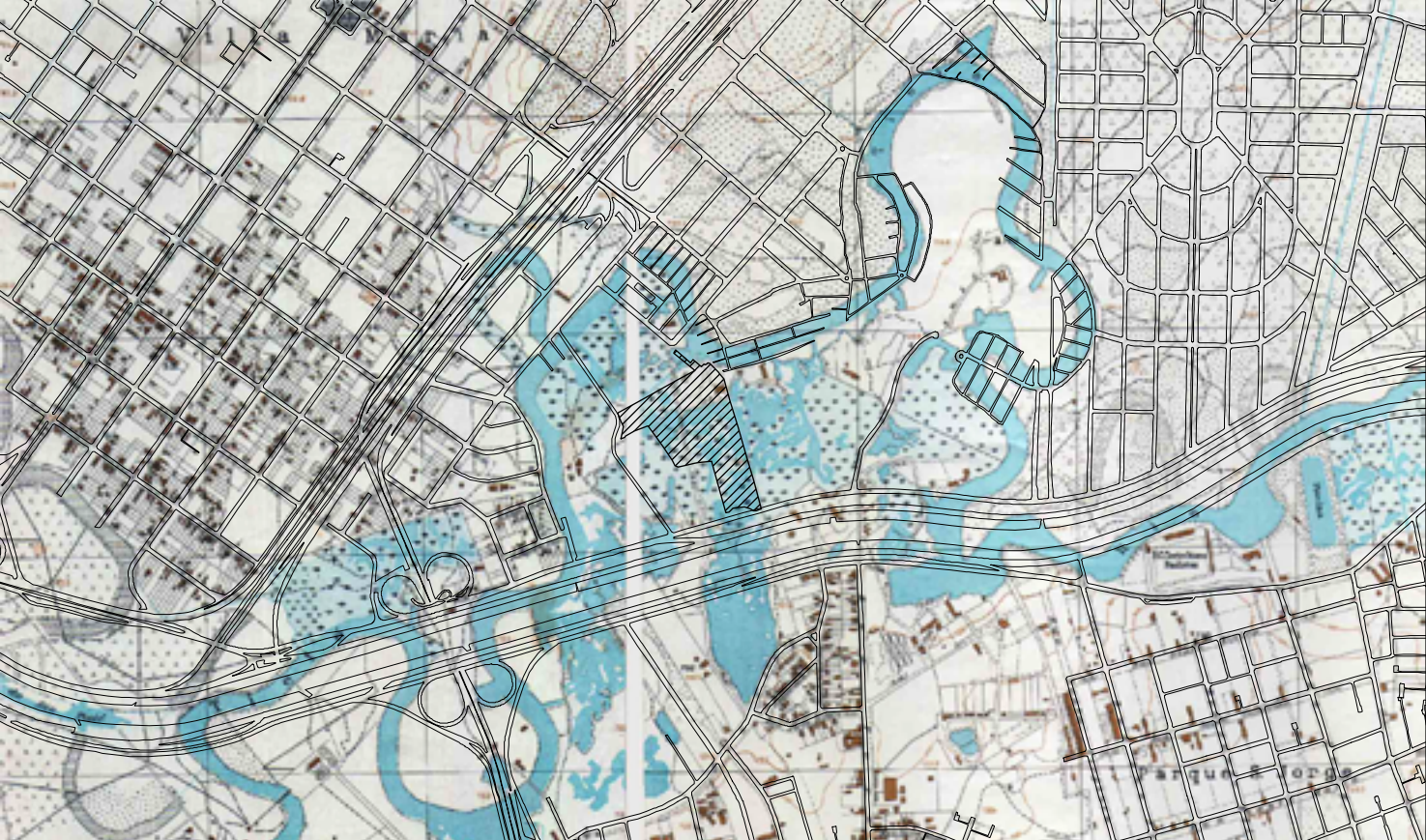


figura 2: atual traçado urbano com a Ocupação Douglas Rodrigues sobreposta ao antigo leito do rio Tietê. Fonte: SARA BRASI, 1930.

Apesar de sua boa localização e da provisão de serviços básicos no entorno, a ocupação se encontra em situação bastante precária do ponto de vista urbanístico, carecendo de soluções de esgotamento, energia elétrica, água encanada e drenagem, e muito suscetível a alagamentos em épocas de chuva, por se tratar da área do antigo leito do rio (ver figura 2).

Desde o início da ocupação os moradores sofrem constantes ameaças de reintegração de posse, e vem resistindo na defesa da ocupação e melhorias das condições de moradia através de um movimento criado dentro da própria comunidade, o Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (MIVM).

O MIVM é composto em grande parte por lideranças moradoras da ocupação, mas há também liderança que já morou no terreno e agora mora no entorno (seus familiares ainda moram na ocupação), lutando não apenas pelo terreno, mas pela futura moradia ali que pretendem conseguir construir um dia. Há também um vínculo claro do movimento com partido político, através de liderança que não é moradora e nem nunca morou na ocupação.

O terreno é atualmente propriedade de uma empresa do ramo de empreendimentos imobiliários e antes de sua ocupação em 2013 esteve abandonado por mais de vinte anos, não cumprindo portanto qualquer função social na cidade. Segundo os moradores, vizinhos e comerciantes

locais, o terreno era utilizado como depósito clandestino de lixo e de automóveis roubados (Observatório de Remoções, 2016).

Segundo a matrícula do terreno, arquivada no 17º registro de imóveis da capital, a empresa proprietária, denominada Ideal Empreendimentos Imobiliários, recebeu o terreno de outra empresa do mesmo ramo de atividades; porém, em decorrência de dívidas fiscais desta e das proprietárias anteriores, a matrícula foi bloqueada e foi registrada a penhora, por ordem da Justiça Federal do Estado de Pernambuco. Isto significa que o imóvel torna-se garantia para pagamento da dívida fiscal em processo de execução promovido pela Procuradoria da União.

Contudo, como não há acordo com a empresa proprietária, o poder judiciário não garante segurança para os moradores permanecerem no imóvel; ao contrário, é ponto pacífico na justiça brasileira que, pela condição de titularidade do imóvel, a empresa tem legitimidade para pedir a reintegração de posse. Desse modo, o juiz do caso, focalizando apenas na titularidade do imóvel e desconhecendo a situação dos ocupantes, assim como o abandono do imóvel e suas dívidas com o Estado, pode acolher e conceder a medida liminar, como é prática no judiciário nestes casos (Observatório de Remoções, 2016).

O Observatório de Remoções se interessou em se aproximar da ocupação Douglas Rodrigues por se tratar de um terreno ocupado na Zona Norte, em uma área de ZEIS, próxima ao centro, de dimensões significativas, não possuindo prédios previamente construídos - com exceção de algumas estruturas de galpões deteriorados -, o

que permitiria eventualmente o desenvolvimento de um projeto colaborativo de urbanização, uma das hipóteses de atuação do projeto em sua dimensão de intervenção. Após uma série de reuniões e conversas com o movimento e as dificuldades de iniciar algum tipo de trabalho devido a urgências que a ameaça da iminência da reintegração de posse traziam, foi demandado pelo movimento o apoio do Observatório de Remoções para a realização de um o mapeamento, assim como intervenções por melhorias emergenciais das condições de vida local, fortalecendo o movimento e a resistência à remoção.

Assim, durante o final de 2015 e todo o ano de 2016, foram desenvolvidas as atividades na ocupação Douglas Rodrigues, desde as conversas iniciais, atividades de exploração de cartografias, até o mapeamento da ocupação, realizado com a colaboração de voluntários de dentro e fora da comunidade. Tal mapeamento, georreferenciado, resultou no registro cartográfico e survey junto aos moradores, contendo informações sócio demográficas sobre os ocupantes e as condições de moradia. A partir da tabulação dos dados deste mapeamento, foi possível conhecer um pouco da realidade desta ocupação. Além disso, novas frentes de trabalho se descortinaram, notadamente o desenvolvimento de um plano de melhorias imediatas e provisórias em drenagem e esgotamento sanitário.

Porém, um incêndio ocorrido na ocupação alguns meses depois do mapeamento, antes que o plano de melhorias imediatas fosse elaborado, mudou o rumo do trabalho do Observatório de Remoções na ocupação: diante da tragédia e da urgência, elaboramos um plano de reocupação das

famílias que perderam suas casas e seus pertences com o incêndio; estabelecemos uma articulação com a Sabesp, na tentativa de construir ações de saneamento no terreno; e, por fim, realizamos oficinas de educação ambiental e esgotamento sanitário direcionadas aos moradores e à formação de uma brigada de saneamento na ocupação.

A seguir, descreveremos um pouco sobre cada uma dessas atividades desenvolvidas na Douglas Rodrigues.

MAPEAMENTO

Nossa primeira atividade de mapeamento com os moradores consistiu em, a partir de fotografias aéreas da ocupação e do entorno em diferentes escalas, os moradores identificarem suas moradias, as moradias dos vizinhos, os salões de beleza, os bares, as padarias, as igrejas os serviços públicos que utilizam na própria comunidade. Na sequência, decidimos, junto com o movimento, que elaboraríamos um mapa georreferenciado da ocupação vinculado à aplicação de questionários em cada um dos domicílios. Essa demanda surgiu para descobrir quantas crianças existiam na ocupação naquele momento e estudavam em escolas do entorno, desse modo evitando uma reintegração de posse. Além disso, esse cadastro ajudaria o movimento a ter um controle de quantas famílias ali moravam para requerir habitações via Programa Minha Casa Minha Vida – a maior demanda do movimento, que almejava ser contemplado pelo programa.

Através do mapeamento então, foi possível identificar os usos dos imóveis e os perfis das famílias que moram na ocupação, entender a razão de ter saído da moradia anterior e de terem chegado à ocupação; mapear de onde vieram, se desejam continuar ali e por que; se recebem benefícios do governo; se trabalham e qual é o tipo de vínculo empregatício; se estudam e onde; e, de modo geral, os vínculos, atividades e equipamentos públicos utilizados no bairro. A seguir, organizamos um mutirão de uma semana, em março de 2016, do qual participaram, além da equipe do Observatório, moradores da ocupação e voluntários, em sua maioria estudantes de arquitetura.

Conforme os recenseadores iam passando de casa em casa conversando com o morador, este recebia um bilhete com o número provisório de sua casa para vinculá-la ao desenho no mapa. Com isto, também tínhamos como intenção denominar as ruas e numerar as casas a seguir. Nas casas onde não encontrávamos ninguém, deixávamos um outro bilhete, indicando que tínhamos estado ali e convidando o morador a nos telefonar ou a nos procurar na sede do movimento para responder o questionário relativo à sua casa. Optamos por trabalhar com bilhetes porque vimos aí uma opção mais amigável e horizontal de trabalho, como alternativa à prática de numerar as casas à maneira do Estado em seus trabalhos de selagem². No entanto, mesmo assim, a presença dos bilhetes causou furor entre os moradores, que nos procuravam preocupados ou, às vezes, por mais que esclarecêssemos

2 No Rio de Janeiro pré-Copa do Mundo, em 2014, as pichações da Secretaria Municipal de Habitação nas casas que seriam removidas rendeu ao acrônimo SMH um outro significado, por parte dos moradores: Saia do Morro Hoje (cf. Birman, Fernandes e Pierobon, 2014).



figura 3: mapa dos questionários respondidos. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

que não éramos da Prefeitura, insistiam em fazer constar em seus cadastros informações de que seriam prioridade no atendimento habitacional³.

Com o mutirão de mapeamento conseguimos uma boa amostra da ocupação, dos 1272 imóveis constantes no mapeamento identificamos que 74,1% são residenciais e tiveram questionário respondido, 0,9% dos imóveis têm outros usos que não moradia (comércio, serviços, sede do movimento

ou igreja) e 25,1% dos imóveis não tiveram questionários respondidos (ver figura 3).

A partir dos questionários foram realizadas as leituras sócio-demográficas e urbanísticas da ocupação.

A totalidade das casas não tem água, energia nem sistema de esgotamento sanitário regularizados, e a melhoria na infraestrutura básica - que comporta também iluminação, asfalto, limpeza

3 A Portaria 131/2015 definiu que o atendimento habitacional urgente só pode ser direcionado a pessoas em situação de “extrema vulnerabilidade”, cuja definição, segundo a portaria, restringe-a a mulheres que sofrem violência doméstica; idosos com mais de 60 anos; portadores de deficiência; e crianças em situação de desabrigo. Outros critérios da portaria incluem o candidato ao atendimento ter sido removido de áreas de impacto de grandes projetos urbanos, ou de áreas ameaçadas de risco geológico-geotécnico, ou, ainda, alvo de desastres socioambientais.

qual a primeira coisa que precisa ser feita?	total (%)
infraestrutura básica	81,14
regularizar a situação do terreno	8,08
melhoria das condições das casas	6,68
equipamentos	2,37
fortalecimento da união dos moradores	1,29
segurança ⁴	0,43
total	100

tabela 1: “Qual a primeira coisa que precisa ser feita?”. Observatório de Remoções, 2016.

e drenagem - foi a principal resposta que obtivemos quando perguntamos qual a primeira coisa que precisaria ser feita para a vida na ocupação melhorar, com 81,14% de nossos respondentes tendo mencionado alguns dos elementos por nós denominados de “infraestrutura básica”. Outras respostas que apareceram a essa pergunta, que era uma pergunta aberta, foram: melhorias nas condições das casas; regularização da situação do terreno; criação de equipamentos (escolas, áreas de lazer, posto de saúde, farmácia, quadra, parquinho); segurança; e fortalecimento da união dos moradores (ver tabela 1).

Percebemos também diferenças dentro da própria ocupação quanto à consolidação e ao grau de habitabilidade das casas, nos fornecendo insumos para pensarmos na geografia das diferentes vidas, demandas e vulnerabilidades dentro da própria ocupação. Dos questionários respondidos, 62,38% das casas à época de nossa pesquisa eram de madeira; 30,66%, de alvenaria e 6,95%, mistas (ver figura 4). Com uma diferença estatística mínima, 41,56% das casas dos questionários respondentes tinham somente um cômodo; outras 39,98%, dois cômodos; 14,03%, três cômodos e menos de 5%

era composta por mais de três cômodos.

Apesar de não ter sistema de água nem de saneamento regular, 87% de nossos respondentes moravam em casas com banheiro; 81,28% tinham água via rede irregular (enquanto 18,72% acesavam a água só via baldes ou torneiras exteriores); e 59,77% afirmaram que seu modo de lidar com o esgoto era via fossa.

A ocupação contava com dois galpões, e as famílias que moravam nos galpões moravam nas piores condições por conta da dificuldade ainda maior em se obter água - a principal demanda das famílias moradoras do galpão, diferentemente das famílias moradoras em outras áreas, não era o esgotamento sanitário, mas sim a subida da água -; dos alagamentos frequentes; e da falta de luminosidade e ventilação que acometia os galpões. A diferença era possível de ser observada, inclusive, entre os galpões: enquanto o galpão central tinha casas cimentadas e o esgoto era despejado no córrego, o galpão mais próximo ao acesso da ocupação - “Galpão do Perreco”, como os moradores o chamavam -, tinha casas de madeirite e os dejetos eram despejados em fossas negras.

4 Na categoria “segurança”, se enquadraram as seguintes respostas: tranquilidade, segurança, proteção da Avenida Marginal Tietê, menos drogas.



figura 4: materiais das casas. em destaque, perímetro atingido pelo incêndio, do qual falaremos no próximo item. Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

O mapa abaixo apresenta que grande parte dos domicílios da ocupação é de madeirite, especialmente em seu miolo onde situava-se o galpão central do terreno, que acabou sofrendo um incêndio, sobre o qual falaremos mais adiante. Além de esse material demonstrar o nível precário das casas, a cobertura do galpão impedia que estas casas não tivessem iluminação ou ventilação adequada, além de dificultar a drenagem devido à depressão no terreno neste local. O fato de se localizar na parte mais central da ocupação e, conseqüentemente mais

distante de suas entradas, era ainda um empecilho para o acesso aos serviços do entorno.

Identificamos que a ocupação é composta por 49,4% de homens e 50,6% de mulheres: o número de arranjos familiares nos quais as mulheres são as únicas responsáveis pela renda familiar (28,64%), se mostrou inferior às médias de mulheres chefes de família no Brasil (39,8%). A população da ocupação é majoritariamente formada por crianças, adolescentes e jovens até 29 anos, conformando 67,6% dos moradores. Os adultos compõem 29,2% e os

grupos	homens (%)	mulheres (%)	total (%)	total cumulativo (%)
crianças (0 a 11)	14,1	14,4	28,5	28,5
adolescentes (12 a 17)	5,2	5,3	10,4	38,9
jovens (18 a 29)	14,8	13,8	28,7	67,6
adultos (30 a 59)	13,8	15,3	29,2	96,8
idosos (60+)	1,1	1,2	2,3	99,1
não respondeu	0,4	0,6	0,9	100
total geral	49,4	50,6	100	100

tabela 2: percentual de homens e mulheres por faixa etária na ocupação. Observatório de Remoções, 2016.

idosos 2,3% (0,9% das pessoas não responderam a essa pergunta) (ver tabela 1). Ficou evidente também a quantidade predominante de famílias jovens (grupo de pessoas entre 18 e 29 anos, segundo o IPEA), totalizando 41% dos domicílios cujos responsáveis responderam nossos questionários. Trata-se de um grupo específico de jovens que decidem formar uma nova família, sair da coabitação do arranjo familiar anterior e se tornam jovens responsáveis por uma casa, que não podem, no entanto, arcar com os gastos de um aluguel. Casais com filhos representam 15,7% das famílias totais da ocupação, sendo ainda que outras 5,6% são constituídas por mães ou pais solteiros.

Relacionando a intensa presença de crianças, adolescentes e jovens, conformando 67,6% dos moradores, como foi dito, ao levantamento de escolas frequentadas pelos estudantes da ocupação, vemos que a maioria das crianças e adolescentes que estudam vão às escolas do entorno do bairro. Dos 901 moradores que estudam, 680 (75,47%) vão para as escolas a pé ou de bicicleta. Vimos também que a maioria dos moradores vai a pé trabalhar: dos 980 moradores que disseram trabalhar, 467 (47,65%) vão para o trabalho a pé ou de bicicleta. O uso dos serviços e equipamentos do entorno da ocupação

pela população é reforçado por uma série de informações, além da ida à escola ou trabalho a pé pela maioria dos moradores. São elas: o uso do posto de saúde do entorno (UBS Parque Novo Mundo I) por 42,3% das famílias entrevistadas e 94,17% das que disseram frequentar posto de saúde, bem como o uso do hospital Vereador José Storopoli e o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa, frequentados, respectivamente, por 35,31% e 3,98% das famílias totais e, ainda respectivamente, por 81,44% e 9,19% dos que disseram frequentar hospital (ver figura 5 para a localização dos equipamentos mencionados). Outra atividade que se destaca no entorno é o uso dos parques e praças na região: 55,7% dos que disseram frequentar praças ou parques o fazem na Praça Parque Novo Mundo e 7,6% outros parques e praças da região.

Aliado ao alto índice de uso dos equipamentos do entorno pela população moradora da ocupação, percebemos que mais da metade das famílias que responderam nossos questionários (53,26%) vieram do entorno da ocupação, isto é, já moravam na região antes de ir morar na ocupação. Categorizamos as seguintes respostas como “entorno”: Área 4; Chácara Bela Vista; Cidade Nova; Parque Novo Mundo; Cingapura; Favela Funerária; Jardim

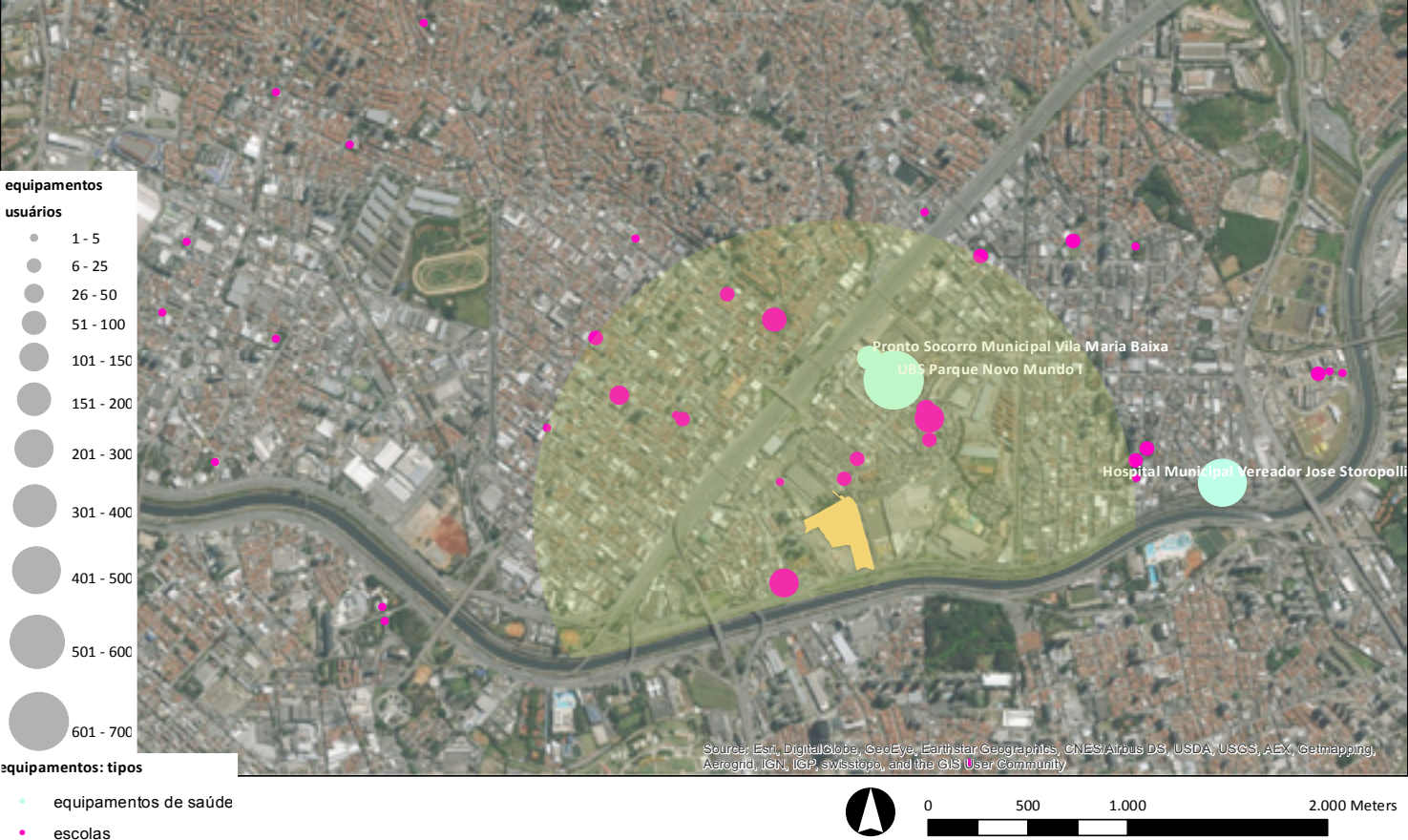


figura 5: escolas e equipamentos do entorno (demarcado com seu raio de 1,5km). Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

Andaraí; Ocupação Marcone; Parque Vila Maria e Vila Maria (ver figura 6).

O principal motivo que levou as famílias a deixar sua moradia anterior foi a dificuldade de pagar o aluguel e/ou o desemprego, indicado por 65,5% das famílias do total de questionários respondidos, aqui por nós sumarizado como “problemas de renda”. Entre as famílias que vieram do entorno, esse percentual é ainda maior: 75%. Outros motivos que apareceram foram: sair da coabitação; questões familiares; saída forçada (incêndio, despejo, reintegração de posse); mudança de cidade ou estado; e situação de rua (ver comparativamente tabelas 3 e 4).

Em consonância com o problema de renda ser o principal motivo de deslocamento, temos 72,27%

Em consonância com o problema de renda ser o principal motivo de deslocamento, temos 72,27% dos nossos respondentes afirmando que, imediatamente antes de morar na ocupação, moravam em casa alugada. Entre as famílias que vieram do entorno, esse percentual consolida: 77,71% dos respondentes afirmaram morar em casa alugada imediatamente antes de ir morar na ocupação (ver comparativamente tabelas 5 e 6).

Assim, vemos que o deslocamento por problema de renda é bastante expressivo na ocupação Douglas Rodrigues. A ocupação se encontra na região norte da cidade, que tem sofrido procesos intensos de valorização imobiliária em função da implementação de obras do Rodoanel, entre outros.

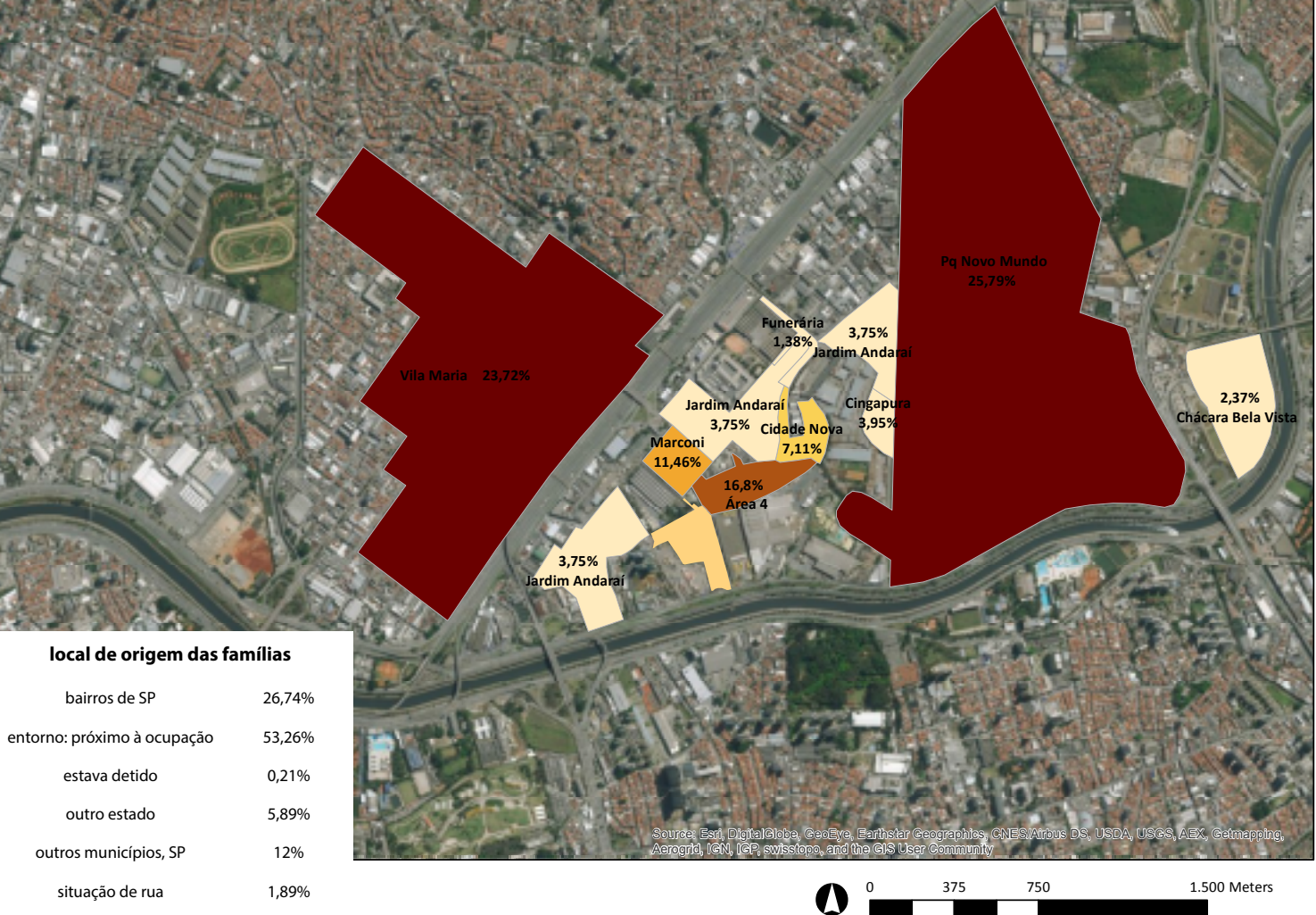


figura 6: percentual de famílias que vieram do entorno, dentro do universo das famílias que responderam o questionário.

Elaboração: Observatório de Remoções, 2016.

razão da chegada	total (%)
problemas de renda	65,5
questões familiares	10,5
saída forçada	6,8
sair da coabitação	4,7
mudou de cidade ou estado	2
situação de rua	1,9
outros/não sabe/não respondeu	8,4
total geral	100

tabela 3: razão da chegada na ocupação. Observatório de Remoções, 2016.

razão da chegada das famílias que vieram do entorno	total (%)
problemas de renda	75,89
questões familiares	9,88
saída forçada	3,95
sair da coabitação	4,35
mudou de cidade ou estado	NSA
situação de rua	NSA
outros/não sabe/não respondeu	3,75
total geral	100

tabela 4: razão da chegada entre as famílias do entorno. Observatório de Remoções, 2016.

tipo de moradia anterior	total (%)
casa alugada	72,27
de favor/casa cedida	9,39
casa própria em ocupação/favela	7,64
casa própria regular	4,48
casa ou cômodo alugado em ocupação, favela ou cortiço	3,93
situação de rua	2,07
estava detido	0,22
total geral	100

tabela 5: tipo de moradia anterior. Observatório de Remoções, 2016.

tipo de moradia anterior das famílias que vieram do entorno	total (%)
casa alugada	77,71
de favor/casa cedida	10,63
casa própria em ocupação/favela	4,5
casa própria regular	3,07
casa ou cômodo alugado em ocupação, favela ou cortiço	4,09
situação de rua	NSA
estava detido	NSA
total geral	100

tabela 6: tipo de moradia anterior das famílias que vieram do entorno. Observatório de Remoções, 2016.



O INCÊNDIO

No dia 17 de julho de 2016, a Ocupação Douglas Rodrigues sofreu um incêndio que atingiu 1/4 de seus domicílios. A causa da tragédia, que causou a morte de dois moradores da ocupação, ainda é desconhecida, mas se sabe que o fogo teve início em um local bem central do terreno, sob uma das antigas estrutura de galpão (ver figuras 13 e 14), onde havia domicílios construídos com madeirite, que fez com o incêndio se alastrasse rapidamente (ver, novamente, figura 4).

No dia seguinte à tragédia, o Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (MIVM) conseguiu com o Prefeito Fernando Haddad a retirada dos escombros, demolição e remoção da estrutura comprometida do antigo galpão e o nivelamento o solo do terreno, ações que foram

realizadas pela Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme. O atendimento às famílias por parte da prefeitura, no entanto, consistiu em: oferecimento de um kit, por parte da secretaria de assistência social, que continha colchão, cesta básica e um cobertor; montagem de um estande no Poupa-Tempo para que as famílias pudessem tirar as segundas vias de seus documentos perdidos no incêndio; e o oferecimento de abrigo provisório em albergues - os mesmos que acolhem os moradores de rua.

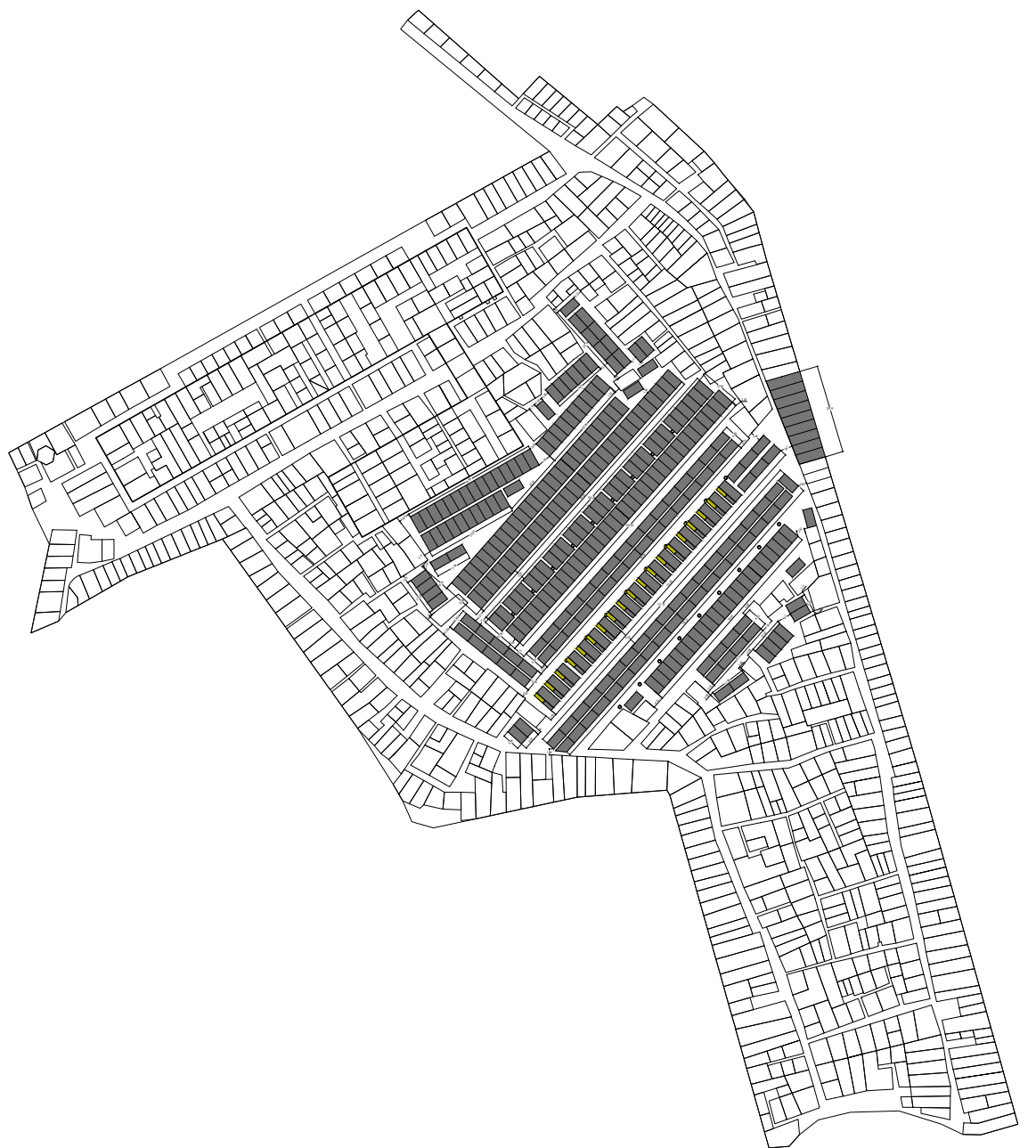
Após a demolição do galpão, o Observatório de Remoções foi acionado pelo movimento para que acompanhasse o trabalho da Subprefeitura e elaborasse um plano de reocupação da área. A demanda pelo Minha Casa, Minha Vida, nesse momento, foi completamente ofuscada pela emergência em



fotos 1 e 2: incêndio que atingiu casas da ocupação que se localizavam embaixo de um galpão, central na ocupação.
Carolina Sacconi, 2016.

reconstruir as casas das pessoas que tinham sido atingidas pelo incêndio. O desenho do reassentamento (ver figura 7) foi discutido integralmente com o movimento e muitas versões foram feitas, em que se alteravam o tamanho e disposição dos lotes, largura das ruas, em função de pressão por mais lotes. O Observatório também averiguou com a Prefeitura se haveria possibilidade de alguma contribuição em material de construção ou financeira para a reconstrução das casas, mas não houve essa possibilidade. Desta forma, o Observatório colocou em contato o movimento com a ONG Teto-Brasil e acordaram a construção de 25 casas para famílias mais vulneráveis, que foram construídas após a demarcação dos lotes.

A demarcação dos lotes no terreno foi feita com uma equipe de dez homens moradores que ajudaram os pesquisadores do Observatório a bater as estacas e demarcar os lotes com cal. Em apenas um dia, todos foram demarcados (350). No início do dia houve muita confusão, gente que queria invadir e não morava lá antes, gente que estava insatisfeita com o tamanho do lote, gente que queria saber onde ia morar, mas com o apoio do movimento e de moradores locais, foi possível entrar em acordo com a população e executar o trabalho. Para verificar se a população tinha gostado do trabalho, houve uma assembleia ao fim promovida pelos dirigentes do tráfico, que tinham mediado os conflitos no início da manhã. Já o Movimento se encarregou de distribuir as famílias nos lotes.



0 10 50 100

CASA TETO PARA MEU PAÍS E AUTOCONSTRUÇÃO
 LOTES DE 4X7M E 3X6M

figura 7: desenho do reassentamento da ocupação Douglas Rodrigues. ocupação. Elaboração: Carolina Sacconi, 2016.



foto 3: preparo do terreno para demarcação dos lotes na ocupação Douglas Rodrigues. Equipe Juntos com Você, 2016.

As questões envolvidas na reocupação, contudo, não se resumem na construção das casas perdidas e visa sobretudo a melhoria urbanística e ambiental da ocupação como um todo. A Sabesp havia iniciado um projeto de implantação de rede de abastecimento de água no assentamento, processo que foi interrompido em função do incêndio. Em reunião junto aos moradores representados pelo Movimento e o Observatório, a Sabesp se comprometeu a prosseguir na implantação da rede de água assim que os domicílios fossem reconstruídos, e ainda construir três pontos para conexão da coleta de esgoto nos acessos ao terreno. O combinado foi cumprido, embora não tenha resolvido a questão da coleta interna de esgoto.

Para auxiliar na interlocução com a Sabesp, o Observatório contratou um consultor de saneamento que também orientou a elaboração de um plano emergencial de saneamento. Esse plano consistiu em estudos preliminares para uma rede interna de coleta de esgoto que se conecte a rede externa da Sabesp. Esses estudos foram entregues ao Movimento, que vai tentar angariar recursos com a Secretaria de Habitação através do Fundo Municipal de Infraestrutura e Saneamento. Porém, devido à conjuntura do final de 2016, final de mandato e município sem disponibilidade financeira, não são muito promissoras as perspectivas de implementação desta rede. O Observatório de Remoções também pesquisou outras formas de financiamento possíveis para a implantação da rede interna, sem



fotos 4 e 5: fotos de morador da área do incêndio reocupada e as 25 casas construídas pelo Teto na Ocupação Douglas Rodrigues, após algumas semanas da demarcação dos lotes. TETO, 2016.

sucesso. Os estudos, entretanto servirão tanto para demandar fundos públicos, como para orientar também as ações emergenciais internas.

OFICINAS DE SANEAMENTO

Um dos resultados que obtivemos em nosso mapeamento corrobora a visão de muitos urbanistas sobre o principal problema das moradias em áreas não regularizadas, favelas, ocupações: o

saneamento básico (cf. Pasternak, 2016). Também para os moradores da Douglas Rodrigues, o saneamento aparecia muito como um dos principais problemas.

Diante da conquista de regularização da água e de uma interlocução com a Sabesp na ocupação, em conversa com os dirigentes do movimento propusemos uma oficina de saneamento. A Sabesp regularizaria a água mas não o esgoto; e a regularização



foto 6: oficinas de saneamento e educação ambiental. Carolina Sacconi, 2016.

acarretaria a entrada de um volume muito maior de água na ocupação, fazendo produzir também um volume muito maior de esgoto que agravaria a já precária situação do saneamento. Como a Sabesp havia oferecido a construção de três pontos de coleta de esgoto em três acessos estratégicos ao terreno, consideramos que seria fundamental orientar os próprios moradores como fazer estas ligações. Com o apoio de um engenheiro ambiental organizamos as oficinas.

Elas consistiram em, primeiramente, ensinar como construir conexões de esgoto dos domicílios à rede externa implantada pela Sabesp. Mas também incluiu temas como : como fazer pequenos reparos; dicas para melhorar a qualidade de vida, dissipando e evitando, por exemplo, o mau cheiro oriundo de uma instalação de saneamento com problemas; como fazer melhorias nas instalações de esgoto que não exijam alto custo.



fotos 7 e 8: oficinas de saneamento e educação ambiental. Carolina Sacconi, 2016.

A oficina contou com um alto número de mulheres participantes, bem como participação de pessoas que geralmente não participavam das reuniões do movimento. As conversas foram direcionando os assuntos e, ao final da oficina, os presentes estavam discutindo sobre a importância da união dos moradores e das decisões coletivas. O que nos parece é que a discussão sobre uma dimensão específica, material e imediata das condições de vida e habitabilidade do local – o saneamento – conduziu a uma discussão sobre organização política, união e fortalecimento da coletividade e do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho na ocupação Douglas Rodrigues foi possível contribuir para uma análise das remoções na RMSP e também entender algumas questões sobre quem vive e por que vive em favelas e ocupações, bem como nos forneceu algumas pistas para compreender os desenhos e falhas das políticas habitacionais em vigor.

A atividade de mapeamento colaborativo nos mostrou que uma parte dos moradores da Douglas vieram do entorno. O mapeamento também

mostrou que a maioria dos moradores, inclusive a maioria dos que vieram do entorno, saíram de suas casas anteriores por problema de renda: por não mais conseguirem pagar o aluguel e/ou estarem desempregados. O processo de reestruturação urbana da cidade, em curso, tem impactado no aumento do valor dos aluguéis e im[oveis em algumas regiões da cidade,”expulsando” moradores vulneráveis, sem oferecer qlaquer outra alternativa. Isto é particularmente visível no caso da Zona Norte, como jhá apontamos anteriormente.

Foi também possível identificar, a partir da ação do mapeamento que uma frente necessária para a melhoria imediata nas condições de moradia local era a questão da drenagem e do saneamento da ocupação. Porém, após o incêndio ocorrido em julho que atingiu 1/4 dos domicílios, reocupar de forma organizada e reconstruir as casas se agregou ao plano de melhorias emergenciais e inclusive se tornou prioridade, se sobrepondo, também, à demanda inicial do movimento de inserir-se no Minha Casa, Minha Vida. A partir do processo de elaboração do desenho de implantação da reocupação, todas as decisões foram feitas conjuntamente: o



foto 9: mutirão de mapeamento na ocupação Douglas Rodrigues. Lucas Gervilla, 2016.

tamanho dos lotes, quantidade, forma de coleta/tratamento de esgoto, etapas, parceiros (o Teto entrou nesse momento), etc.

A partir do momento em que não foi possível viabilizar o plano de saneamento (diante da conjuntura de eleições, crise e portanto falta de verba, SABESP não colaborando com um levantamento topográfico interno para viabilizar um projeto adequado, etc), entregamos os estudos para o movimento a fim de que estes possam servir de instrumento de luta por uma rede de coleta de esgoto em um próximo momento mais favorável. E assim, finalizamos esta etapa do nosso trabalho na Ocupação Douglas Rodrigues com as oficinas de educação ambiental e de saneamento, além do treinamento de uma brigada de saneamento para a ocupação. Isso significou uma ação de mobilização

da população e o movimento pela resistência e luta por condições melhores de moradia, além de efetivar uma certa capacitação técnica referente a ligações apropriadas de esgoto, assim prevenindo problemas futuros.

Pode-se dizer que apesar de as famílias estarem ainda longe de alcançar o equacionamento dos problemas habitacionais e sanitários, há indícios de que avanços organizativos ocorreram, ampliou-se o conhecimento da própria realidade (potencialmente o auto-conhecimento da realidade por parte de algumas lideranças que participaram mais ativamente dos levantamentos e diagnósticos), alguns moradores foram capacitados e um passo importante foi dado no sentido da compreensão mais geral das ocupações e áreas ameaçadas de remoção em São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Benedito. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influências nas políticas públicas. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC, 2014.
- BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. Rio de Janeiro: Mana, vol. 30, nº 03, dez/2014.
- PASTERNAK, Suzana e D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. Cad. Metrop. [online]. 2016, vol.18, n.35, pp.75-100. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>>.
- OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. Ocupação Douglas Rodrigues: Mapeamento como resistência, 2016. Disponível em: < <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/ocupacao-douglas-rodrigues-mapeamento-como-resistencia/> >.



foto 1: as ocupações da Ecovias. Talita Anzei Gonsales, 2016.

PRECISAMOS FALAR SOBRE MORADIA NAS ÁREAS DA ECOVIAS/IMIGRANTES: RESISTÊNCIA POPULAR E ALTERNATIVAS TÉCNICAS

Francisco Comaru, Carolina Pinho, Fernando Nogueira, Ricardo Moretti, Bruno Dias, Carolina Vigliar, Delana Corazza, Fernanda Kagan, Ibis Cezário, Leonardo Varallo, Luciana Bedeschi, Pedro Moreira, Tamires Barboza, Talita Gonsales

Este texto foi construído como uma ferramenta de de formação e discussão com os moradores, bem como um registro da atuação do Observatório de Remoções junto aos moradores das comunidades Barbosinha e Piratininga.



foto 2: casa na comunidade Piratininga.

Talita Anzei Gonsales, 2016.

APRESENTAÇÃO

O Observatório de Remoções acompanhou algumas comunidades na região metropolitana de São Paulo com a finalidade de “observar de perto” ameaças de remoção e também ouvir famílias que passam por este penoso processo. Nesse caminho, passamos a acompanhar as famílias situadas nas proximidades da Rodovia Imigrantes, município de Diadema, onde o governo estadual, responsável pela contratação dos serviços das concessionárias que operam nas rodovias, pressiona das mais variadas maneiras, para que a remoção das comunidades aconteça.

Com o passar do tempo e a aproximação com os moradores das comunidades Barbosinha e Piratininga entendemos que haveria uma possibilidade de aprofundamento na discussão sobre alternativas à remoção¹. Neste sentido, propomos aos moradores a construção de um documento que sistematizasse as informações e análises que levantamos junto às famílias.

Neste documento encontra-se um registro histórico do processo de luta dos moradores das Comunidades Barbosinha e Piratininga, exemplos da situação de ameaça de remoção das comunidades às margens da Rodovia dos Imigrantes, assim como um diagnóstico local, diretrizes e propostas de intervenção para atingir a proteção do direito a uma moradia digna através de um debate participativo, construídos pelo Observatório de Remoções em conjunto com a população.

1 Entendemos ‘remoção ou ameaça de remoção’, como processos coletivos em que pessoas, em geral de baixa renda, são retiradas (ou ameaçadas de serem retiradas) de forma involuntária de seus locais de moradia. Sendo assim entendemos que despejo, reintegração de posse, entre outros termos utilizados, são formas específicas de tratar de um mesmo processo: a remoção.

DIREITO À MORADIA DIGNA

Você sabia que a moradia é um direito humano? Ela foi reconhecida mundialmente em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, como um dos direitos fundamentais para a vida de todos e todas. As leis brasileiras também prevêm a moradia como um direito na Constituição de 1988.

Quando algo é reconhecido como um direito, como por exemplo saúde, educação e moradia², significa que o Estado, em todas as suas instâncias – Federal, Estadual e Municipal – tem responsabilidade de promover e proteger esse direito!

Infelizmente estamos muito distantes de concretizar esse direito para todos na prática. Milhões de famílias no Brasil não possuem moradia digna e adequada: usam grande parte de seus salários para pagar o aluguel, dividem a casa com outras famílias, moram em áreas sujeitas a inundações ou deslizamentos ou em favelas, cortiços, ocupações, sob pontes ou viadutos, nas ruas ou dormindo em albergues. E é por isso que é tão importante conhecermos os nossos direitos, para lutar e fazer com que eles sejam de fato colocados em prática!

CONJUNTURA NACIONAL E LOCAL EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE MORADIA

A situação atual dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil não está nada fácil, sentimos isso quando vamos ao mercado. O que comprávamos antes com nosso salário, hoje não compramos mais. Arroz, feijão, ovos e frango tiveram um aumento de 129% nos últimos dez anos³. Todos conhecemos pelo menos uma pessoa que está desempregada. Atualmente já são mais 12 milhões e segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), até o fim de 2017 esse número poderá chegar a quase 14 milhões de desempregados⁴!

Em relação à questão da moradia a situação também não é favorável. Segundo dados levantados pelo Observatório de Remoções, aproximadamente 66 mil famílias foram removidas de suas casas desde 2010 em São Paulo e na região do ABC e cerca de 221 mil famílias estão ameaçadas de remoção⁵. Após assumir o governo por meio de um golpe institucional, Michel Temer, além de muitas outras medidas anti-populares, “congelou”, os recursos destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

2 Ter o direito à moradia significa mais do que ter direito a um teto e quatro paredes. Para que ele seja efetivo, é necessário que a moradia contemple: (i) Segurança da posse; (ii) Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; (iii) Custo acessível; (iv) Habitabilidade (materiais adequados, conforto ambiental, segurança física e estrutural); (v) Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; (vi) Localização boa e adequada (em região servida de infra-estrutura e serviços urbanos e próximo aos postos de trabalhos); (vii) Adequação cultural.

3 Folha de São Paulo, 2016 - “Alimentos subiram 129% em dez anos; cebola e batata dispararam”, Folha de São Paulo, 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/alimentos-subiram-129-em-dez-anos-cebola-e-batata-dispararam.html>. Acessado em 06/12/2016.

4 Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4834848/brasil-tera-12-milhao-de-desempregados-mais-em-2017-preve-oit> Último acesso em 06/12/2016.

5 Dados de setembro de 2016.

Recentemente Temer anuncia que deve priorizar os setores de renda mais alta nos financiamentos habitacionais, em detrimento dos segmentos de baixa renda - onde a necessidade habitacional se concentra, de acordo com inúmeros estudos e diagnósticos oficiais. Dessa forma, se antes, o PMCMV já não dava conta do déficit habitacional no país, com os novos cortes certamente o acesso à moradia por parte de trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda ficará mais difícil.

Um diagnóstico realizado pela Universidade Federal do ABC para o Consórcio Intermunicipal do ABC sobre a situação habitacional da região mostra que o número relacionado às necessidades habitacionais nas sete cidades que compõem o ABC é de 230 mil moradias. Destas, pouco mais de 100 mil ainda precisam ser construídas e cerca de 129 mil estão relacionadas à necessidade de serviços de urbanização. Além disso, 707 núcleos habitacionais são irregulares, incluindo aqueles que também necessitam de urbanização⁶.

Apenas no município de Diadema o Observatório de Remoções identificou 28 casos de favelas, comunidades e assentamentos removidos ou ameaçados de remoção desde 2015, o que representa cerca de 2.000 famílias removidas ou ameaçadas de remoção sem solução definitiva. Entre 2015 e 2016, estima-se que cerca de 250 famílias perderam suas casas e aguardam recebendo um auxílio através do programa de 'auxílio aluguel' a tão sonhada casa própria. Isso sem contar com outras tantas famílias que pagam aluguel e que não contam

com nenhum programa habitacional que possa atendê-las. Dos 28 casos de remoção ou ameaça de remoção identificados pelo Observatório de Remoções em Diadema, 18 são de áreas próximas à Rodovia dos Imigrantes, mais da metade do total identificado.

Considerando que Diadema é um dos municípios com a maior densidade habitacional no Brasil segundo dados do CENSO 2010⁷ e que é um município com pouca disponibilidade de áreas livres, é importante que se discuta amplamente as alternativas às remoções.

HISTÓRICO

Ao longo das Rodovias Anchieta e Imigrantes é possível observar a existência de diversas comunidades nas chamadas 'faixas de domínio' e áreas non aedificandi da rodovia. Sabe-se porém, que historicamente, muitas das ocupações foram motivadas pela própria necessidade de trabalhadores para viabilizar as obras de construção das rodovias nas décadas passadas. Inúmeras outras famílias já residiam ali antes mesmo da construção da rodovia. Além disso, a ocupação destas áreas também está relacionada à problemas estruturais do país, marcado pelas imensas desigualdades sócio econômicas.

Desde 1998 a Concessionária Ecovias dos Imigrantes é encarregada pela exploração/expansão, manutenção e conservação (pavimentação, drenagem, sinalização) do Sistema Anchieta-Imigrantes por um período determinado de 20 anos (240 meses) após a assinatura do contrato de

6 Disponível em: <http://www.consorcioabc.sp.gov.br/noticia/2518/deficit-habitacional-no-abc-envolve-230-mil-moradias>.

7 Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

concessão Nº 007/CR/98. A empresa é responsável também por zelar e preservar as faixas de domínio, conforme o Contrato 007/CR/98.

O conflito nestas áreas se estabelece na medida em que a concessionária Ecovias dos Imigrantes é obrigada contratualmente a zelar pela integridade das faixas de domínio. Justamente neste contexto a Ecovias acionou em diversos momentos o judiciário no sentido de cobrar a reintegração de posse, ou seja, que as famílias residentes fossem removidas destas localidades. Ao mesmo tempo, a garantia do direito à moradia (direito social conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988) é competência comum da União, Estados e Municípios, ou seja, os três entes devem contribuir por meio de planos e programas de moradias.

A defensora pública Maiara Marfinati, que atua na cidade de Diadema, escreveu uma ‘Tese Institucional’ (documento) sobre a necessidade de harmonizar a legislação sobre áreas non aedificandi com o direito fundamental à moradia quando esta legislação servir de fundamento para a remoção de pessoas. No texto ela discute sobre a intenção do legislador em reservar estas faixas e impossibilitá-las de edificações na Lei Federal Nº 6.766/1979. Dentre os argumentos apresentados pelo poder público e judiciário, o motivo da proibição seria o direito à segurança dos usuários da via e das famílias residentes nestas áreas, e ainda, o direito ao meio ambiente. Segundo a defensora, é possível interpretar que considerando o crescimento econômico no período em que a Lei foi criada, um dos possíveis objetivos da legislação em reservar estes espaços de terra seria a facilitação para a duplicação das vias, ou seja, direito ao desenvolvimento econômico.

Ainda que fosse constatado risco das famílias, MARFINATI (2014) apresenta que na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Lei Nº 12.608 de 10 de abril de 2012, são definidos critérios mínimos em caso de risco e remoções de famílias. No caso de rodovias, poderiam ser adotadas medidas que mitigassem estes riscos, como a construção de passarelas, muros, barreiras de acesso, assim como instalação de equipamentos de segurança.

Nota-se, por outro lado que a situação das famílias varia bastante entre os 18 núcleos mapeados, tanto do ponto de vista sócio-habitacional, quanto em relação à infraestrutura urbana. Foi possível observar que há vínculos afetivos e comunitários consolidados, mesmo nas áreas com ocupação recente, originárias, tantas vezes, de outros processos de remoção.

A conduta do poder público em relação aos processos de reintegração de posse tem sido a remoção e a inclusão da família num programa de auxílio-aluguel. Segundo informações da prefeitura, aproximadamente 200 famílias estão recebendo auxílio-aluguel há anos sem uma solução definitiva. O Observatório das Remoções entende que este tipo de atendimento não é apropriado para fins de promoção do direito à moradia adequada, que preza pela participação efetiva dos envolvidos no processo de remoção, a realocação em moradias equivalentes ou superiores em qualidade à situação atual, em locais próximos à moradia de origem com a finalidade de preservar vínculos afetivos, sociais, econômicos e territoriais. Além disso, em atividade realizada pela equipe junto aos moradores, as famílias relataram diversos problemas relacionados ao auxílio-aluguel, tais como, insuficiência do valor

frente ao mercado residencial, atrasos, dificuldade de renovação, entre outros. O Observatório de Remoções identificou aos longo destes anos de trabalho, que muitas famílias acabam indo residir em áreas distantes daquelas de origem, por dificuldades de encontrar uma moradia adequada com boa localização e valor de aluguel compatível com a bolsa-aluguel e a renda.

A partir de relatos de moradores em uma oficina de reconstrução da memória reunimos relatos variados sobre o processo de ocupação e resistência das comunidades que vivem no entorno da rodovia Imigrantes. Famílias relataram que em 1989 surgiram as primeiras ameaças e remoções no Barbozinha, e que em 1995 foi realizado o primeiro cadastramento das famílias que residiam em faixa de domínio. Entre 2009 e 2015 ocorreu uma série de remoções, algumas das quais bastante violentas, e um segundo cadastramento das famílias. Este segundo cadastramento, realizado pela Ecovias resultou no chamado ‘congelamento’ das áreas, o que representa a proibição de realizar melhorias nas casas cadastradas, bem como proibição de novas moradias nas áreas. O “congelamento” das áreas que foi imposto unilateralmente (realizado sem participação efetiva das famílias) já há alguns anos, num cenário de ausência de perspectivas ou informações sobre um atendimento habitacional definitivo. Com o processo natural de deterioração das casas, as famílias se vem obrigadas a pedir autorização para realizar melhorias pontuais nas moradias e com isso melhorar a qualidade de vida.

Diante desta situação de incertezas e instabilidade e com a possibilidade de remoção a

qualquer momento, movimentos sociais de luta por moradia de Diadema e moradores se articularam no sentido de exigir tanto da Prefeitura de Diadema, como do Governo do Estado alternativas habitacionais apropriadas e definitivas. Um dos primeiros acordos entre os principais atores ocorreu em 2006, e tinha como objetivo buscar a construção de uma mediação do conflito.

Em 2011 o Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública contra a Ecovias, Prefeitura de Diadema e Governo do Estado requerendo a demolição de 14 moradias em ‘área de risco’ e remoção de moradias nas áreas non aedificandi, e no final de 2015 determinou-se que o processo volte ao estágio inicial, para averiguar as situações de risco e da localização das casas que realmente estão em faixa de domínio. Há também uma possibilidade de discussão sobre a descaracterização da faixa de domínio e área non aedificandi.

Como resultado de muitos anos de mobilização e resistência das famílias, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) se comprometeu a produzir unidades habitacionais para as famílias que já foram removidas e que ainda serão removidas das faixas de domínio. Trata-se dos empreendimentos “N” e “O” que estão em fase de aprovação de projeto, mesmo anos depois do início do processo de licenciamento.

Durante as atividades realizadas pelo Observatório de Remoções também foi possível perceber que uma das reclamações recorrentes por parte dos moradores é a ausência de informações e a impossibilidade de participar do



foto 3: mapeamento participativo e construção da linha do tempo na oficina. Bruno Dias, 2016.

processo de decisões. Apesar da realização de encontros entre as famílias, prefeitura e CDHU, poucas informações são disponibilizadas. Assim, mesmo após anos de ameaças de remoções, as famílias ainda não possuem informações sobre quem de fato será removido e para onde irão.

Durante o processo de identificação das ameaças de remoção, foi possível observar que esta é uma lógica que extrapola o município de Diadema, atingindo toda a extensão das rodovias Imigrantes e Anchieta - tem início no município de São Paulo, desce a serra atravessando sete cidades e diversas comunidades.

Um dos desafios relatados pelos movimentos de resistência consiste em compreender esta questão da ausência de informações e insuficiência de participação das famílias, que possui diversos desdobramentos, enquanto uma prática mais geral associada aos processos de remoção. No município de Diadema esta questão das informações são tratadas isoladamente, seja pela prefeitura, seja pela Ecovias, que abrem processos individuais de reintegração, dificultando uma visão (e tratamento) de conjunto da problemática.

ATORES ENVOLVIDOS E ANÁLISE DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Diversos atores estão envolvidos no caso das comunidades localizadas nas faixas de domínio e áreas não-edificantes da Rodovia dos Imigrantes. Abaixo estão listados os atores e os seus papéis no processo:

ECOVIAS: detentora da concessão das rodovias que integram o Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com o contrato de concessão 07/CR/98. Acionou o judiciário em diversos momentos solicitando reintegração de posse das famílias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA: responsável pela elaboração de um plano de urbanização de favelas para as áreas e por realizar cadastramento e trabalho social junto às famílias.

CDHU: é co-responsável pela produção solução do problema da moradia, por meio da

produção de unidades habitacionais. Para famílias que já foram, e as que ainda serão removidas do entorno da rodovia, estão projetando dois empreendimentos (“N” e “O”).

MINISTÉRIO PÚBLICO: Na Ação Civil Pública promovida em 2012, quem aciona a justiça é o Ministério Público (MP), que entra com um pedido de liminar contra a Ecovias dos Imigrantes, Prefeitura de Diadema e Governo do Estado alegando defesa da ordem urbanística, defesa de interesse difuso e coletivo, e o direito à moradia.

DEFENSORIA PÚBLICA: Instituição responsável pela promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados. No caso da Ação Civil Pública envolvendo as comunidades que vivem no entorno da rodovia, a Defensoria tem prestado assistência jurídica para as famílias que estão envolvidas nos casos de ação de reintegração de posse e da Ação Civil Pública.

MOVIMENTOS SOCIAIS: A CMP (Central dos Movimentos Populares) e UMM (União dos Movimentos de Moradia) são movimentos de moradia que se articularam e realizaram uma série de ações ao longo do processo, lutando, ao lado das famílias, pelo reconhecimento do direito à moradia.

FAMÍLIAS: Aproximadamente 2000 famílias moram ao longo da Rodovia dos Imigrantes em Diadema. Apesar de serem os maiores interessados e atingidos pelas ameaças de remoção, as famílias não foram incluídas (nem ouvidas ou notificadas) como parte da Ação Civil Pública.

PANORAMA JURÍDICO

Em abril de 2011 instaurou-se um inquérito civil (nº 271/11) sobre as ocupações existentes em faixa de domínio na Rodovia dos Imigrantes. Segundo a Ecovias, diversas moradias encontravam-se em risco e seus habitantes precisariam ser retirados com urgência e encaminhados a programas de moradia.

Em 2012 foi promovida uma Ação Civil Pública pelo MP para acionar o judiciário, que entra com um pedido de liminar contra a Ecovias dos Imigrantes, Prefeitura de Diadema e Governo do Estado. A Ação Civil Pública⁸ se diferencia dos casos que havíamos identificado até então, em que a Ecovias acionava o judiciário solicitando reintegração de posse, especialmente nas áreas de faixa de domínio (casos individuais).

Na Ação o MP requer em caráter liminar o deferimento para que Ecovias dos Imigrantes, Prefeitura de Diadema e Estado de São Paulo sejam obrigados a promover a desocupação de 14 moradias em risco iminente no quilometro 16 no prazo de 48 horas, com todas as medidas para cessação de riscos, incluindo demolição se necessário, e encaminhando as famílias para atendimento habitacional. Esta desocupação foi realizada e as 14 famílias recebem

8 Ação Civil Pública é um instrumento processual para acionar a justiça quando há interesses coletivos e/ou difusos envolvidos, como meio ambiente, ordem urbanística, direito do consumidor, entre outros.

auxílio-aluguel desde 2012 até hoje sem perspectivas de atendimento definitivo.

O Ministério Público solicita também que os réus sejam condenados a promover a desocupação das moradias em área de risco das faixas de domínio e área non aedificandi situadas entre os quilômetros 13 e 19 da Rodovia dos Imigrantes (área em que a Rodovia passa por Diadema), encaminhando as famílias para o cadastramento em programas de moradia.

O Tribunal de Justiça anulou a decisão da Vara Cível de Diadema e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), considerado inconcluso por apresentar perícia de risco de apenas 14 dos domicílios que foram removidos - e não de todas as áreas de risco. O tribunal alega que os laudos produzidos acerca dos 14 domicílios não apresentam conclusões em relação à localização e titularidade da área e indica que as moradias estariam em áreas remanescentes de desapropriação da DERSA. Assim o juiz solicita a inclusão do DERSA no processo, e uma perícia para que fique clara a titularidade das áreas e a localização exata das eventuais moradias em áreas non aedificandi e faixas de domínio, sob risco.

As partes do processo (Ecovias dos Imigrantes, CDHU, Prefeitura de Diadema e Dersa), juntamente com o Ministério Público, estão discutindo responsabilidades para um novo protocolo de intenções e um futuro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no intuito de promover a desocupação destas áreas consideradas em risco, a urbanização e o atendimento destas famílias em unidades habitacionais. Até o momento não foi apresentado para os moradores quais serão as atribuições, as responsabilidades

e os prazos de execução de cada um dos atores envolvidos neste TAC.

Ao mesmo tempo verifica-se que as famílias envolvidas na Ação vem sendo excluídas de todo o processo, tanto na esfera jurídica, como também das mesas de negociações para a formulação do TAC e atribuição de responsabilidade dos atores envolvidos (ECOVIAS, CDHU, Prefeitura de Diadema e Dersa). Ou seja, na prática as famílias (que são os diretamente atingidas pelo processo e intimamente interessadas) não têm assistido seu direito de informação, de participação na tomada de decisões, de defesa, tampouco de argumentação sobre o futuro da sua própria moradia.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A partir de uma breve reflexão sobre o que vem acontecendo com as famílias que moram ao longo da Rodovia dos Imigrantes é possível perceber que uma série de direitos que foram e continuam sendo violados ao longo do processo. Fique atento!

Direito à moradia digna e direito à cidade

Muitas famílias já foram removidas ao longo dos anos, e outras tantas permanecem sob ameaça constante de remoção. As famílias já removidas não tiveram uma alternativa definitiva e estão há anos recebendo auxílio-aluguel. Além disso, muitas remoções foram realizadas de forma violenta. Há relatos de moradores que tiveram sequelas na sua saúde e de moradores que sofreram violência psicológica no processo de remoção. Com o “congelamento” as famílias são impedidas de realizar qualquer melhoria ou reparo em suas casas, levando a condições construtivas bastante precárias.

Direito à informação

As famílias relatam que pouco se sabe sobre o seu futuro. Ela figuram como parte da Ação Civil Pública, mas não possuem informações sobre a possibilidade de urbanização, quais as famílias que estão cadastradas, qual a finalidade do cadastro, entre outras informações. As famílias também não participam das tomadas de decisão sobre fatos que atingirão seu futuro.

Direito à participação e gestão democrática da cidade

O direito à gestão democrática da cidade é uma das diretrizes do Estatuto da Cidade e define que todas as ações relacionadas à política urbana devem ser planejadas e implementadas com a população interessada ou atingida. Apesar da existência de reuniões públicas que incluam moradores, prefeitura e CDHU, este não é um espaço de decisão e em geral as informações apresentadas durante estas reuniões não respondem às expectativas da população.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Em uma das oficinas organizadas pela equipe do Observatório de Remoções com o objetivo de discutir as ameaças de remoção e possibilidades de mobilização e resistência, foi proposta a construção de uma lista de reivindicações coletivas. Ao final da atividade as reivindicações propostas pelos moradores de seis áreas foram:

- Solicitação da listagem com os nomes dos moradores cadastrados pela Ecovias.
- Informacoes sobre quantas e quais famílias serão removidas?

- Qual a justificativa para a remoção?
- Qual o tipo de atendimento que será para estas famílias?
- Quais as responsabilidades da DERSA, da Ecovias, da Prefeitura e do Governo do Estado na garantia constitucional do direito a moradia digna?
- Quem são os atores responsáveis pelas remoções/cadastramento/regularização? Prefeitura? Ecovias? Dersa?
- Por que a Prefeitura cadastrou apenas parte das famílias?
- Quais as áreas de risco e qual o tipo de risco alegado baseado em qual laudo ou perícia?
- Exigir da Ecovias medidas de segurança para conter acidentes: poda de árvores, sistema de canalização e drenagem beirando a rodovia, barreiras de isolamento acústico entre a rodovia e as comunidades, 'guard rail para proteção dos moradores em caso de acidentes com os veículos;
- Autorização para realizar melhorias mínimas nas casas cadastradas.

BARBOSINHA E PIRATININGA

Ao longo do processo a equipe se aproximou dos moradores das comunidades Barbosinha e Piratininga e, entendendo que há uma grande heterogeneidade entre as comunidades, optou-se por aprofundar as análises sobre estas duas comunidades com a finalidade de construir uma sistematização de informações, dentre elas uma proposta de intervenção. Para isso foi necessária a construção de um breve diagnóstico.



foto 4: construção da lista de reivindicações dos moradores. Tamires Barboza, 2016.

O município de Diadema localiza-se a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), denominada ABC Paulista, e se limita com os municípios de São Paulo, a oeste, e São Bernardo do Campo nas demais direções. Diadema apresenta uma população de 412.428 habitantes e uma extensão territorial de 30,7 km². Sua população é a 14^a maior do estado de São Paulo. (IBGE, 2015). O mapa abaixo identifica duas comunidades assentadas ao longo da Rodovia dos Imigrantes, Barbosinha e Piratininga, respectivamente.

No que diz respeito à infraestrutura urbana e equipamentos públicos, foi possível perceber

através do mapa a seguir (Equipamentos públicos e serviços), a região que compreende raio de 500 metros e de 1 km do centro das comunidades. Nota-se uma diversidade de equipamentos públicos de saúde, educação, parques, praças e uma diversidade de serviços como mercados locais, restaurantes, bancos. Uma oficina realizada com as moradoras de ambas as comunidades apontou a necessidade de creches no entorno das comunidades, assim como problemas com o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (restrita para adultos) e portanto criando demanda por outros hospitais para atendimento das crianças.



figura 1: mapa de localização das comunidades Barbosinha e Piratininga em Diadema – SP. Elaboração: Bruno Dias. LABJUTA, 2016.



figura 2: mapeamento dos equipamentos públicos e serviços no raio de 500m e 1 km das comunidades Barbosinha e Piratininga.

Elaboração: Bruno Dias e Tamires Barboza, 2016.

Uma das atividades da oficina⁹ consistiu em avaliar o acesso aos equipamentos públicos mapeados, além disso avaliamos os caminhos feitos pelos moradores comparando-se o caminho indicado pelo Google Maps e o caminho de fato utilizado, com a finalidade de estudar possibilidades de melhorar o

acesso aos equipamentos públicos locais.

Na figura 4 podemos ver que a região é servida com diversos pontos e linhas de ônibus. No mapa os pontos em vermelho atendem a comunidade Barbosinha, os pontos em verde, o Piratininga e os pontos em preto atendem ambas no raio

9 Outros resultados da oficina de mapeamento colaborativo estão listados abaixo:

- Barbosinha: a maioria das mães informaram que os filhos estudam em uma das escolas listadas e realizam o trajeto sugerido na figura 6.
- Alguns dos caminhos utilizados pelos moradores para chegar às escolas coincidiram com os caminhos indicados pelo Google, no entanto outros moradores fizeram alterações no mapa indicando caminho que utilizam, justificado por se tratarem de caminhos mais curtos, utilizando inclusive a travessia pela rodovia para agilizar a chegada à escola.
- Segundo os moradores do Barbosinha a UBS mais utilizada é a unidade Serraria, que fica a 1km de distância do núcleo (12 minutos caminhando). No entanto, por hora, os moradores tiveram seus atendimentos transferidos para a UBS Conceição, que fica a 2km de distância do núcleo, aproximadamente 25 minutos de caminhada devido as obras de reforma na UBS Serraria, conforme é possível observar na figura 8.

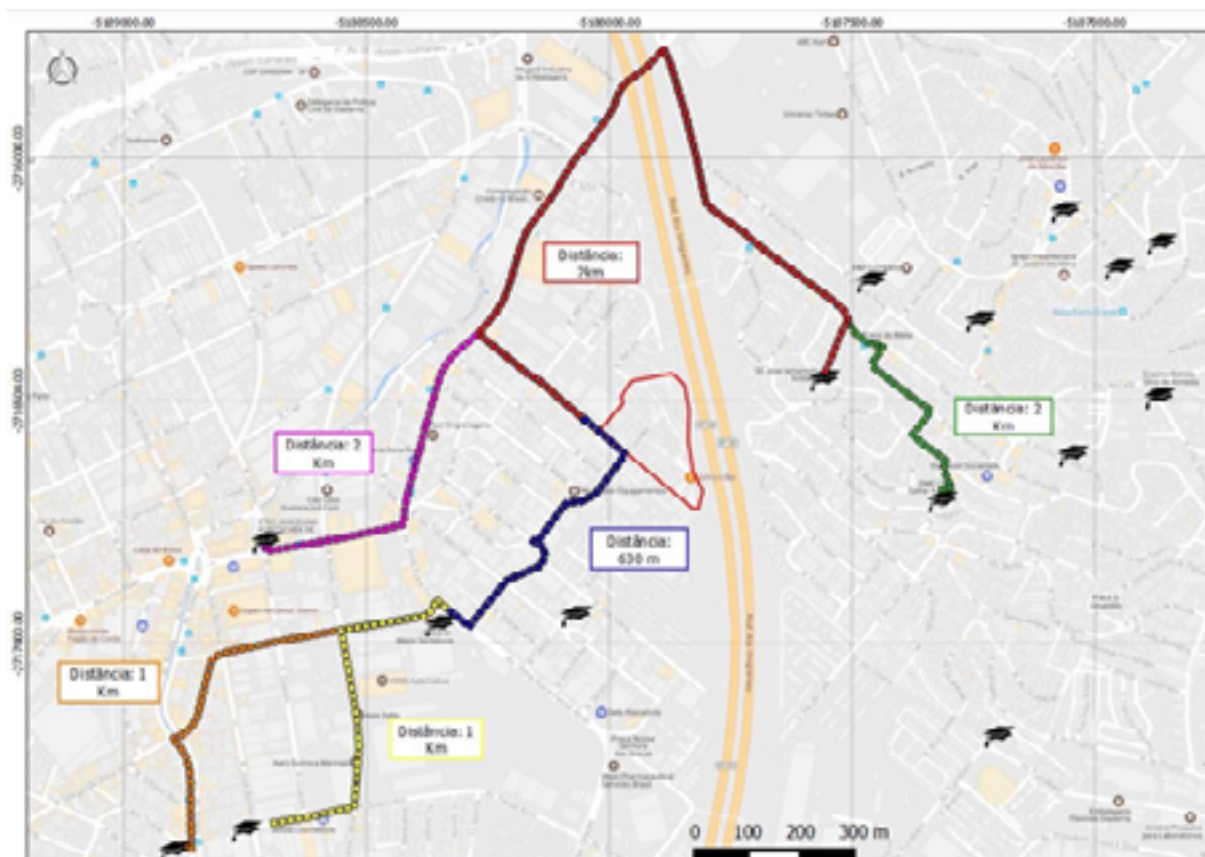


figura 3: mapeamento de escolas e trajetos utilizados. Elaboração: Bruno Dias e Tamires Barboza, 2016.

escolhido. Na oficina de mapeamento foi possível qualificar as informações quanto ao atendimento dos pontos de ônibus uma vez que os moradores confirmaram que a oferta é boa, no entanto a utilização fica prejudicada devido à violência na região, como assaltos nos pontos de ônibus.

Na figura 5 podemos ver que a região é servida com diversos pontos e linhas de ônibus. No mapa os pontos em vermelho atendem a comunidade Barbosinha, os pontos em verde, o Piratininga e os pontos em preto atendem ambas no raio escolhido. Na oficina de mapeamento foi possível qualificar as informações quanto ao atendimento dos pontos de ônibus uma vez que os

moradores confirmaram que a oferta é boa, no entanto a utilização fica prejudicada devido à violência na região, como assaltos nos pontos de ônibus.

QUESTIONÁRIOS

Uma das etapas da pesquisa sobre as comunidades Barbosinha e Piratininga consistiu na aplicação de questionários e entrevistas estruturadas contendo questões socioeconômicas e questões relacionadas às preferências pessoais e levantamento de percepções sobre o bairro.

No Barbosinha optou-se por aplicar o máximo possível de questionários, abrangendo cerca de

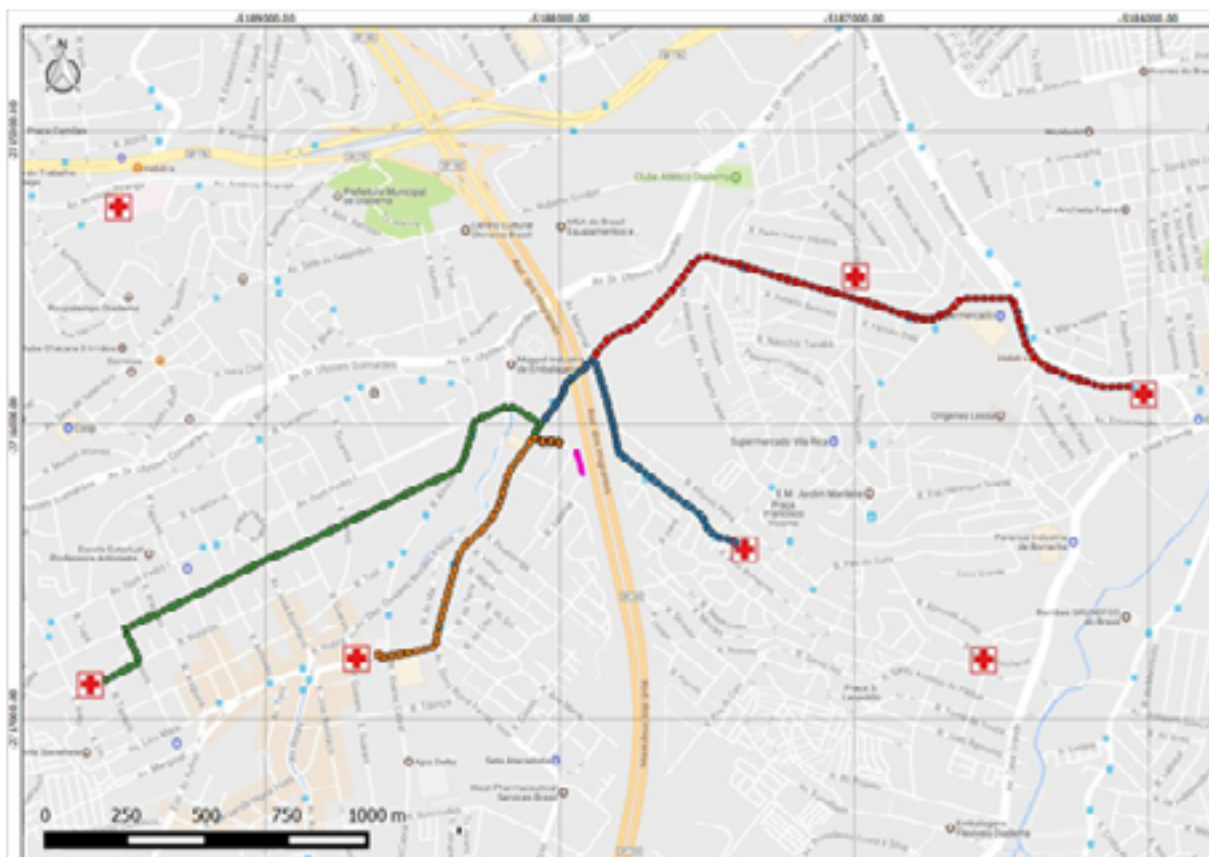


figura 4: mapeamento equipamentos de saúde utilizados e trajetos. Elaboração: Bruno Dias e Tamires Barboza, 2016.

75% das casas (os pesquisadores foram em todas as residências da comunidade e entrevistaram todos os que estavam presentes e que concordaram com a entrevista). Já no Piratininga, optou-se pela aplicação de questionários numa amostra intencional e, portanto, sem valor estatístico. Além disso, no Piratininga utilizamos um recorte espacial, focando nas áreas mais próximas à rodovia onde as casas estão sob ameaça de remoção.

Barbosinha

O Barbosinha é uma comunidade relativamente pequena e homogênea, formada basicamente por uma

viela localizada no topo do talude, com casas nos dois lados. Todas as casas foram seladas durante o cadastramento da Ecovias. Durante a aplicação do questionário por parte das equipes do Observatório foram contabilizadas aproximadamente 43 casas, sendo que há um ligeiro predomínio de pessoas do sexo feminino, com 52% de mulheres e 48% de homens. Estima-se que cerca de 130 pessoas vivem no Barbosinha, sendo que destas contabilizamos 30% de crianças e 9% de idosos. Foram entrevistadas 32 famílias.

Das pessoas entrevistadas que possuem mais de 16 anos, 24 estão desempregadas e 32 estão exercendo atividade remunerada, sendo que 20 são

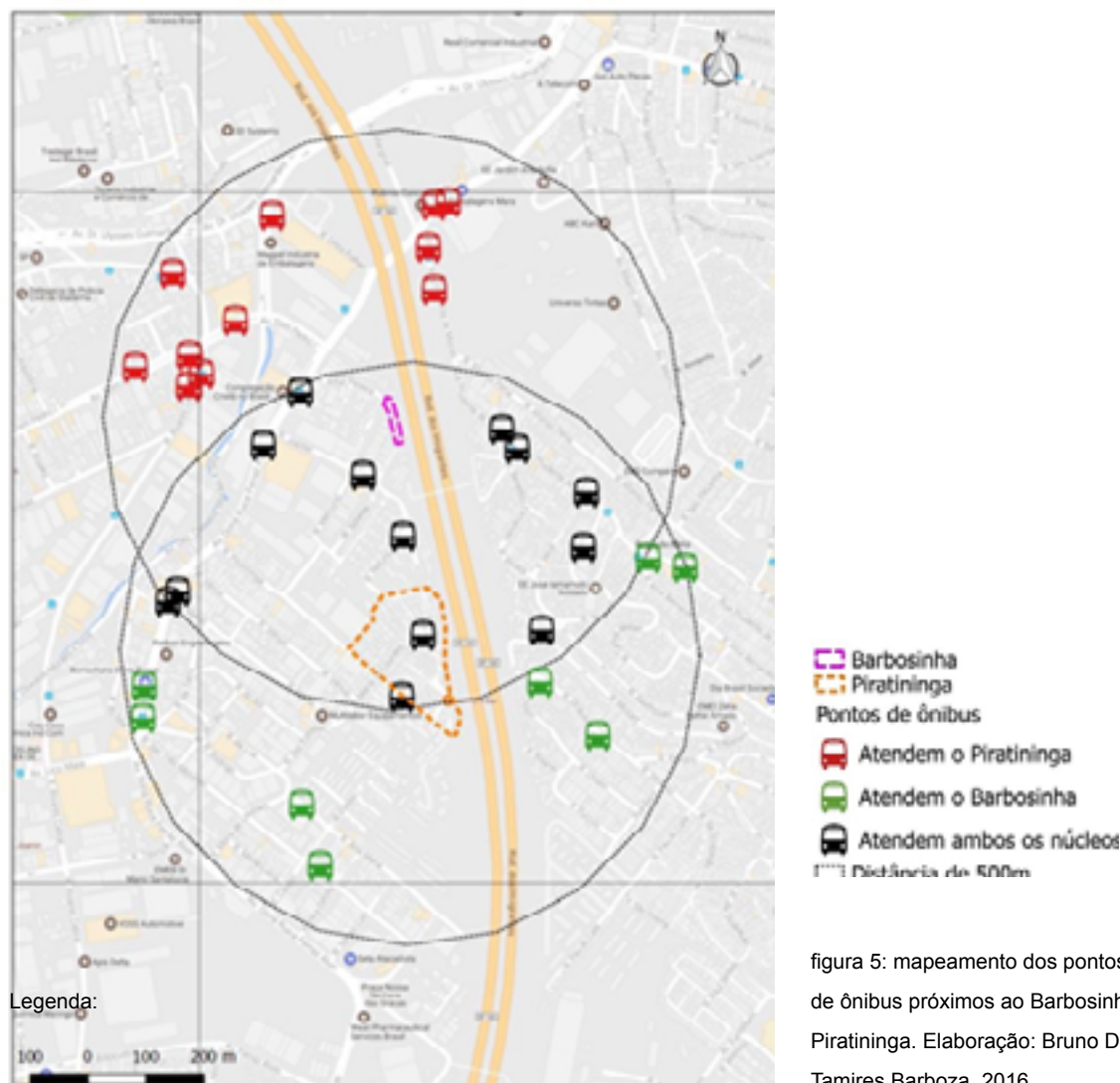


figura 5: mapeamento dos pontos de ônibus próximos ao Barbosinha e Piratininga. Elaboração: Bruno Dias e Tamires Barboza, 2016.

registradas e 12 exercem atividades informais ou não possuem registro em carteira. Ou seja, 36% dos moradores estão desempregados e não contribuem com a composição de renda familiar e 18% possuem atividades informais.

Em relação à faixa de renda familiar, verificamos que 34% das famílias entrevistadas possuem renda

entre zero e um salário mínimo e que 47% famílias possuem renda familiar mensal entre um e três salários mínimos. A renda per capita das famílias com menos de um salário é de R\$ 293,00.

Quando questionados sobre o motivo de mudança para o Barbosinha, 34% dos moradores apontaram como principal a dificuldade para arcar com os custos



figura 6: proporção entre homens e mulheres no Barbosinha.
Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 8: situação do emprego no Barbosinha.
Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

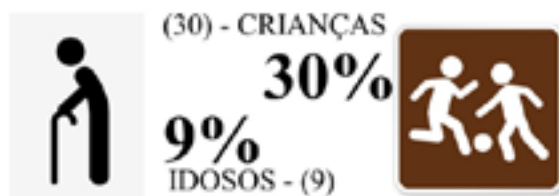


figura 7: quantidade de crianças e idosos no Barbosinha.
Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

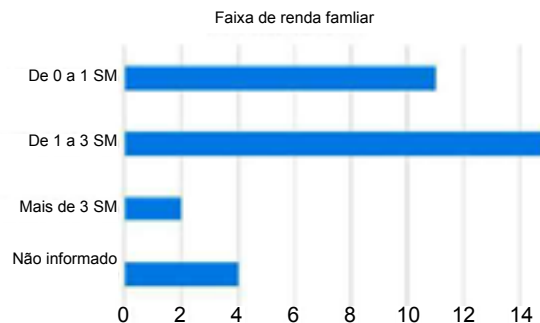


figura 9: quantidade de crianças e idosos no Barbosinha.
Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

do aluguel na moradia anterior. Ainda que se trate de uma ocupação com mais de cinco anos. Como veremos a seguir, é importante lembrar que esta é uma das principais justificativas relacionadas à ocupação de áreas mais problemáticas e que, a partir do que foi observado, a dificuldade para arcar com os custos relativos à habitação vem aumentando - principalmente com relação ao pagamento dos alugueis. Na Ocupação Douglas Rodrigues também acompanhada pelo Observatório de Remoções, notamos uma quantidade grande de famílias que foram residir na ocupação por não conseguirem arcar com o preço do aluguel.

A maioria das casas no Barbosinha foram construídas pelas próprias famílias, sendo que 46% declararam que lançaram mão da autoconstrução como meio de produzir a moradia.

No que se refere ao tempo de ocupação das famílias, é possível notar que 31,25% das famílias mora no Barbosinha há menos de dez anos e a grande maioria mora na área há mais de dez anos. Cerca de 25% vive ali há mais de 30 anos. Desta forma, a maioria da população construiu laços comunitários, afetivos e territoriais fortes, o que se relaciona ao fato de 53% das famílias terem a intenção de permanecer na comunidade.



figura 10: motivos de mudança – Barbosinha.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016

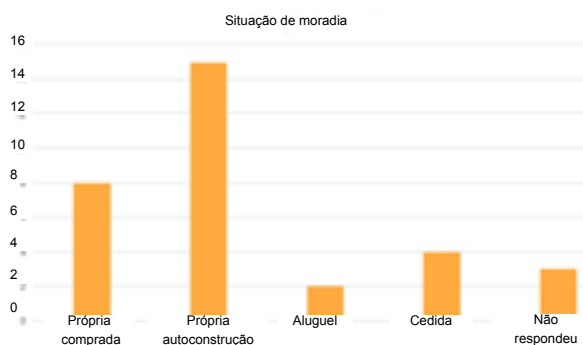


figura 11: situação de moradia no Barbosinha.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Chama a atenção, para o caso do Barbosinha que apenas 34% das famílias demonstraram interesse em se mudar do bairro.

Outra questão que relaciona-se ao fato de parte das famílias não demonstrar interesse em se mudar da comunidade está ligada à avaliação do bairro pelos moradores. Como é possível perceber no gráfico abaixo, a maioria dos moradores avalia positivamente diferentes aspectos do bairro. No gráfico, a parte da barra de cor verde escuro representa a avaliação positiva e o vermelho uma avaliação negativa, que difere para cada aspecto questionado.

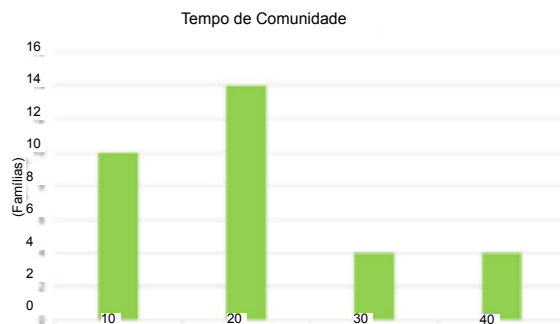


figura 12: tempo de moradia no Barbosinha.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 13: intenção de futuro das famílias do Barbosinha.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Questões relacionadas à segurança e a qualidade de serviços públicos como educação, saúde e lazer foram os pontos avaliados negativamente. Já a relação com os vizinhos, localização da comunidade em relação ao município de Diadema e circulação e transporte foram bem avaliados pela maioria dos moradores entrevistados.

Em relação à estrutura das casas, verificamos que, por se tratar de uma comunidade existente há muitos anos, boa parte das casas encontram-se consolidadas, havendo exceções em relação à algumas unidades mais próximas à rodovia e ao talude.



figura 14: avaliação do Barbosinha pelos moradores. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 15: material das casas do Barbosinha. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Ainda que a maioria das casas tenha como material predominante a alvenaria, nota-se a necessidade de realização de melhorias, o que não é autorizado pela Ecovias e que consequentemente afeta diretamente a vida dos moradores do Barbosinha.

Piratininga

Diferentemente do Barbosinha, o Piratininga é uma comunidade consideravelmente maior e mais heterogênea em relação às datas de ocupação e graus de complexidade (referente à consolidação das casas e locais de ocupação). Há uma parte mais antiga e consolidada e uma parte que é mais próxima da rodovia, sendo mais recente e com maior grau de precariedade. Além disso, a área do Piratininga mais próxima à rodovia encontra-se sob risco iminente de remoção.

É importante lembrar que tanto a aplicação de questionários quanto a busca por soluções se concentrou na área mais próxima à rodovia, justamente pelo fato de ser a região com maior necessidade de intervenções. Destaca-se que, neste caso, os números apresentados não refletem a totalidade dos moradores do Piratininga e nem possuem representatividade estatística já que optou-se por utilizar uma amostra intencional e territorializada da comunidade.

Foram aplicados 20 questionários a partir do método ‘bola de neve’¹⁰, que consiste em pedir indicações de próximos entrevistados para o morador que está sendo entrevistado. Ou seja, quem indica e define a amostra não é o pesquisador, mas sim, os próprios moradores. Essa opção de metodologia se deu principalmente pelo fato do Piratininga ser uma área de maiores proporções em que a equipe tinha menos acesso ao conjunto de todos os moradores. Estima-se que nesta área do Piratininga há cerca de 70 casas e 250 pessoas.

Das famílias entrevistadas há 48% de mulheres e 52% de homens, sendo que há 38% de crianças e apenas 3% de jovens. Durante as visitas realizadas no Piratininga foi possível observar a grande presença de crianças, o que foi confirmado pela aplicação dos questionários, ainda que utilizando-se uma amostra intencional. Pensando nisso, entendemos que se faz extremamente necessária a discussão sobre políticas públicas que considerem esta realidade.

Em relação ao acesso às escolas, das 18 crianças em idade escolar identificadas durante as entrevistas, 17 estão matriculadas e frequentam a escola.

No que diz respeito ao emprego, dentre as pessoas entrevistadas com mais de 16 anos, aproximadamente 30% encontra-se desempregada no momento, não contribuindo para a constituição da renda familiar e 26 pessoas estão empregadas, sendo que apenas 11 pessoas possuem registro na carteira de trabalho e 15 pessoas exercem atividades informais.

(30) Mulheres - Homens (33)



figura 16: proporção entre homens e mulheres entrevistados no Piratininga. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

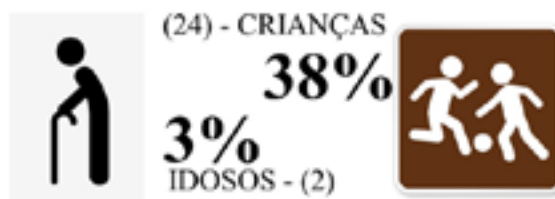


figura 17: quantidade de crianças e idosos entre os entrevistados. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Dentre as pessoas empregadas, 13 vão ao trabalho a pé, 2 de moto, 3 de bicicleta, e de 3 de ônibus e apenas 6 pessoas não informaram. Sendo assim, supõe-se que parte dos entrevistados que estão empregados trabalham próximos ao Piratininga.

Em relação a faixa de renda familiar, dentre as famílias entrevistadas, sete famílias declararam possuir renda familiar entre zero e um salário mínimo, onze famílias declararam renda mensal entre um e três salários mínimos. Outras famílias optaram por não informar sua renda mensal. Sete famílias declararam receber algum tipo de auxílio econômico do poder público.

10 ALBUQUERQUE, E. M. de. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.



figura 18: situação de emprego entre os entrevistados.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

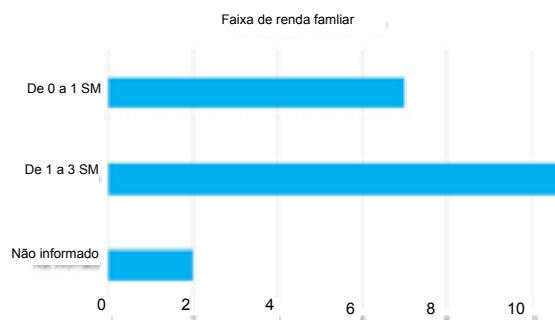


figura 19: faixa de renda familiar no Piratininga.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016

No que se refere ao tempo de ocupação nesta região do Piratininga, dentre as famílias entrevistadas, oito chegaram na área há dois anos e apenas uma famílias declarou ocupar a área há mais de cinco anos. Importante relembrar que a aplicação de questionários focou no levantamento das famílias que vivem mais próximas à rodovia, e que diferentemente do Barbosinha, esta parte do Piratininga tem uma ocupação mais recente.

Quando questionados sobre o motivo de mudança para o Piratininga, 41% dos entrevistados alegaram a dificuldade para arcar com os custos do aluguel como a principal justificativa.



figura 20: tempo de moradia no Piratininga.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 21: motivo de mudança entre os entrevistados.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Ao avaliarmos a questão do emprego e renda e as motivações que levaram os moradores do Barbosinha e Piratininga a ocupar ou comprar sua casa em uma área cuja a estabilidade seria difícil, podemos perceber que essa situação não difere de outras milhares de famílias brasileiras: não conseguindo mais pagar o aluguel ou morando em condições ainda mais precárias na casa de parentes, muitas famílias acabam indo morar em áreas consideradas de risco pelo poder público, em faixas de domínio de grandes rodovias, em terrenos particulares abandonados, etc. Entendemos que estas não são situações isoladas ou exceções, mas ao contrário, são

respostas muito comuns dos trabalhadores e trabalhadoras ao custo de vida cada vez mais elevado, somado ao descaso por parte do poder público no que tange a garantia do direito à moradia digna.

Quando questionados sobre a possibilidade de se mudar dali, 80% dos entrevistados do Piratininga responderam que gostariam de se mudar. Provavelmente esse alto índice está relacionado à precariedade habitacional das casas. Além disso, esta parte do Piratininga é onde a ameaça de remoção é maior, fazendo com que os moradores convivam diariamente com a falta de informação e perspectivas futuras.

Com o ‘congelamento’ da área, os moradores não são autorizados a realizar melhorias, mesmo que pontuais, em suas casas, o que faz com que as casas estejam com problemas construtivos, dificultando a rotina dos moradores, em alguns casos aumentando problemas de salubridade e de risco.

Durante o tempo que a equipe atuou junto à comunidade foi possível acompanhar atos que aumentaram a situação de pressão das famílias, por exemplo a retirada das cercas de proteção que os moradores haviam feito nas suas casas - retirada realizada pela Ecovias. Essas situações trazem insegurança e aumentam a pressão exercida sobre as famílias.

Além disso, diversos moradores relataram situações de violência no local, agravada pela dificuldade no acesso, falta de iluminação, entre outras questões. Como é possível observar no gráfico abaixo, a avaliação do bairro é consideravelmente negativa pelos entrevistados, principalmente no que diz respeito ao perigo ocasionado pela proximidade da rodovia e às questões relacionadas à violência e insegurança, havendo

Intenção de futuro em relação à moradia



figura 22: intenção de futuro dos moradores. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

relatos de violência estatal, como por exemplo abuso de autoridade por parte da polícia.

A relação com os vizinhos foi um dos pontos avaliados positivamente, o que pode estar relacionado com a interação e mobilização para resistir a violações de direitos ocorridas na área.

A maioria dos entrevistados declararam a autoconstrução como forma de obter moradia, seis famílias também relataram a compra da moradia. A autoconstrução é entendida como a única alternativa para muitas das famílias e, considerando-se que este processo ocorre sem a supervisão de técnicos especializados e com materiais improvisados, pode gerar condições precárias de habitação podendo impactar diretamente na saúde dos moradores.

Diferentemente do Barbosinha, a maioria das casas dessa região do Piratininga possui a madeira ou compensado como principal material construtivo da casa, muitas vezes em estado precário, justificado pela impossibilidade de implementação de melhorias construtivas nas casas.



figura 23: avaliação do Piratininga pelos moradores. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 24: situação de moradia no Piratininga.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.



figura 25: material das casas do Piratininga.

Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

UMA (BREVE) AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS RISCOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS NAS COMUNIDADES

Técnicos do Laboratório de Gestão de Riscos (LabGRIS)¹¹ UFABC, em parceria com o Observatório de Remoções e acompanhados por lideranças locais, realizaram duas vistorias

para identificação e análise de situações de riscos ambientais atuantes nas duas comunidades. Puderam observar problemas distintos em cada um dos assentamentos e, no parecer técnico que segue abaixo, discutem-se sugestões de como enfrentar tais problemas. Estas sugestões, apoiadas no princípio de que todos têm direito a uma moradia digna e segura, reforçam

11 Lab Risco da UFABC: Coordenado pelo prof. Fernando Nogueira. Além do prof. Fernando, contamos também com a participação do Eng. Ambiental e Urbano Leonardo Varallo na realização da avaliação técnica.

que a ocupação de alguns trechos inadequados do Barbosinha, mais especialmente do Piratininga, comprometem a qualidade de vida dos ocupantes, e podem ocasionar impactos na saúde, assim como colocar em risco os bens e a integridade física dos próprios moradores. Porém, o parecer aponta que, apesar das precariedades construtivas encontradas na área, e da localização delicada de algumas casas, a implementação de medidas mitigadoras pode minimizar algumas situações de risco encontradas.

No núcleo Barbosinha, uma faixa de moradias se instalou adjacente à Rodovia dos Imigrantes, próximas ao talude de corte realizado para construção da rodovia. Em sua maioria, estas edificações mantiveram um afastamento adequado da crista deste talude, mas algumas delas se aproximaram da borda do “barranco”. O material do terreno tem boa capacidade de suporte de carga, o que garante estabilidade para as casas que se encontram sobre ele. No entanto, a sobrecarga produzida por construções muito próximas à crista do talude artificial, em que, ao corte do “barranco” para a implantação da estrada, se somam porções de aterro utilizadas para regularização da superfície inclinada. Uma sobrecarga na crista do talude pode resultar em ruptura e deslizamento de parte deste material e danos às moradias.

Também, nesta mesma faixa de moradias ao longo da rodovia, é possível perceber que as águas de chuva são lançadas pelos telhados de várias das moradias, diretamente em direção ao talude de corte e não em direção à via pavimentada à frente das casas. Este lançamento de águas pluviais pode também produzir rompimento do talude e danos às moradias mais próximas.

Para tratar destes dois problemas apontados, sugere-se a construção de uma canaleta de drenagem aos fundos das moradias, a aproximadamente 50 cm de distância da crista do talude, onde começa a superfície inclinada. Desta forma, fica estabelecida uma faixa com cerca de um metro da crista, que não deve ser ocupada por construções. Recomenda-se que as poucas moradias que atualmente ultrapassem esta faixa, para sua própria segurança, recuem a parte dos imóveis que estejam avançando.

As águas das chuvas, que escoam do alto deste talude e de outros pontos mais altos, inclusive da rodovia, concentram-se numa linha de drenagem natural ainda à margem da rodovia, um pouco mais a sul do núcleo Barbosinha. A partir desse ponto de concentração, orientada pela topografia, a água busca se deslocar em direção ao largo próximo à horta, no Núcleo Piratininga.

Sendo este um segundo problema a discutir: há uma ou duas casas no caminho das águas na comunidade Piratininga. Nos momentos de chuva mais intensa, isso pode significar alagamento, umedecimento / emboloramento intenso das paredes e grande possibilidade de danos às moradias e à saúde dos moradores. Caso a luta das comunidades conduza a uma reorganização do espaço ocupado, ao longo desta linha de drenagem, o ideal seria que não houvessem moradias nessa área. Por outro lado, há medidas emergenciais que podem minimizar estes impactos.

No núcleo Piratininga não foram identificadas situações de instabilidade de encostas, mas as águas das chuvas podem gerar alagamentos e são as principais causadoras de problemas aos bens e à saúde dos moradores.



foto 5: visita técnica nas comunidades Barbosinha e Piratininga. Talita Anzei Gonsales, 2016.

Este acúmulo de água observado no trecho em questão está associado a vários fatores. O aterramento para construção da rodovia e para a implantação de um conjunto habitacional localizado na rua Júpiter modificou as formas naturais do terreno e criou uma depressão fechada artificial em fundo de vale, ou seja, uma área com maior profundidade, sem saída e que consequentemente acumula água que escoar da estrada e das ruas no entorno.

A ocupação da área impermeabilizou o solo com a pavimentação das vias e com as casas muito próximas umas às outras. A abertura de vias e a impermeabilização do solo não foram acompanhadas da implantação de sarjetas, bocas de lobo e galerias subterrâneas devidamente dimensionadas. Quando existente, a infraestrutura

observada está subdimensionada e fora dos padrões hidráulicos e urbanísticos. Este problema da precariedade da drenagem se refere também à ausência de elementos adequados na Rodovia dos Imigrantes.

A infraestrutura de microdrenagem implantada na pista é insuficiente e precária e, quando chove mais intensamente, não consegue dar escoamento à água que se acumula e se espalha por todo o trecho em volta. Além dos problemas associados aos possíveis alagamentos, nota-se em alguns trechos, que a água acumulada gera umidade nas paredes das moradias, especialmente nos becos mais estreitos, onde há deficiência de insolação e ventilação. Podem-se observar edifícios (casas com até 3 ou 4 pavimentos) com as paredes umedecidas, embolodadas, portanto insalubres.

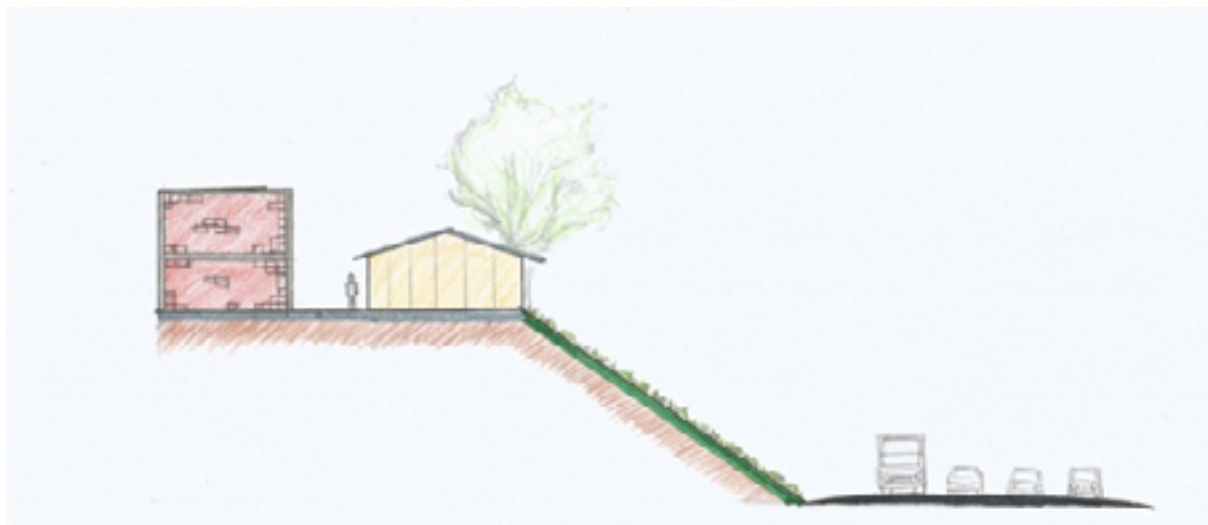


figura 26: perfil do Barbosinha. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

Por isso, a sugestão para estes problemas está ligada à reurbanização da comunidade, à redução da densidade da ocupação, à implantação de sistema eficiente de microdrenagem e esgotamento e de vias mais largas para aeração e insolação das moradias.

DIRETRIZES

A partir das atividades desenvolvidas junto às famílias, das discussões realizadas e da análise da avaliação geotécnica e dos resultados encontrados nos questionários, sugerimos um conjunto de diretrizes e propostas de intervenção técnicas que têm como objetivo e foco central a melhoria da qualidade de vida das famílias.

As diretrizes são indicações gerais (técnicas e políticas e referentes a programas e projetos) sobre as quais discorreremos para cada núcleo.

São elas:

- Permanência dos domicílios onde há possibilidade de consolidação;
- Garantia de atendimento definitivo nos empreendimentos “N” e “O” da CDHU para as famílias que necessitam ser reassentadas através do sistema ‘chave por chave’¹²;
- Não devem ser aceitos inclusão em programas como o “auxílio-aluguel” para as famílias que estão em situações precárias, apenas atendimento definitivo;
- Implementação de medidas emergenciais de gestão de risco indicadas nas propostas de intervenção;
- Autorização imediata para manutenção e intervenções mínimas nas casas, respeitando-se a capacidade de carga do solo, sem acréscimo de área construída ou novos pavimentos;

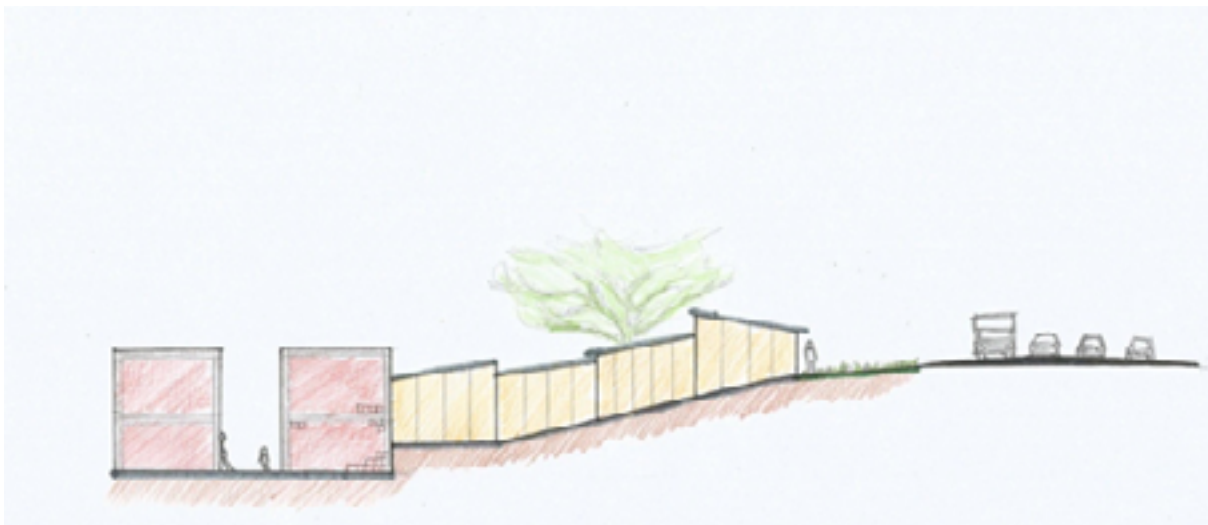


figura 27: perfil do Piratininga. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

- Realização de melhorias habitacionais para as casas que irão permanecer, evitando-se sobrecarga de peso em áreas próximas aos taludes e privilegiando soluções que permitam melhores condições de insolação e ventilação;
- Garantia da utilização de materiais próprios para a construção de moradias e que respeitem as especificidades de cada área;
- Contratação de técnicos especializados para assessoria¹³ na manutenção e melhorias habitacionais;
- Encontros e oficinas para discussão de medidas de gestão de risco com participação dos moradores;
- Garantia de condições básicas de infraestrutura para todas as casas (luz, água, esgoto);
- Garantia de melhorias urbanas relacionadas à segurança pública: iluminação e melhoria dos acessos (principalmente no Piratininga);
- Garantia do direito à gestão democrática da cidade – participação nos processos de decisão no planejamento e gestão no nível das comunidades e da cidade.

12 O sistema chave por chave refere-se à garantia de que a família só sairá de sua casa atual para a moradia definitiva, no momento que esta estiver pronta para ser ocupada e habitada - evitando-se assim as inconveniências, desgastes e desperdícios representados pelo bolsa-aluguel / auxílio-aluguel ou os alojamentos provisórios.

13 Arquitetos, engenheiros, geólogos, mestres de obras para assistência técnica, orientação e acompanhamento de reformas e melhorias

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Entendemos que as intervenções necessárias para a melhoria as condições de habitação nos assentamentos citados a seguir contém elementos de direitos fundamentais, como a moradia, e objetivos constitucionais, como a dignidade humana. Propostas de intervenção, neste caso, se assemelham em garantias de direitos materializadas nas benfeitorias necessárias, previstas na Lei Civil¹⁴, e exigíveis para evitar que um bem se deteriore, no caso concreto, as casas que abrigam famílias. Neste sentido, é legítimo aos moradores afetados pelas ameaças de remoção, e sem perspectivas de reassentamento, exigir da concessionária - e ela encontra neste mesmo direito fundamental, e no princípio da função social da propriedade - o respaldo para conceder as permissões para efetuar as melhorias construtivas apresentadas na propostas a seguir:

Barbosinha

Para o Barbosinha foram formuladas duas perspectivas de intervenção visando mitigar as condições de precariedade e aumentar a qualidade de vida das famílias.

A primeira delas é um modelo de adequação e melhorias habitacionais para as casas que estão mais próximas ao talude:

- Correção da inclinação do telhado e/ou colocação de calha que possibilite que as águas de chuva não sejam lançadas no talude; (direcionar águas somente para a rua/viela interna)

- Adaptação das casas que se encontram mais críticas quanto à proximidade da crista do talude, com adoção de um sistema construtivo leve: Base em blocos de concreto (2 fiadas de bloco; para funcionar como fundação e evitar a umidade do chão) e restante das paredes em madeira (para não ampliar sobrepeso no talude).
- Aplicação de revestimentos (madeira = fundo de preparação e tinta esmalte sintético; bloco de concreto = chapisco, emboço, reboco e pintura; para proteger contra umidade e aumentar a durabilidade do material);
- Alteração da forma de acesso (porta de entrada saindo para a rua - viela -, sempre que possível)
- Sugestão de instalar dispositivos para conforto térmico - forro (instalação de forro pra diminuir troca de calor da telha com o ambiente)

Na figura a seguir apresentamos de forma esquemática e sem escala, um corte com as alterações sugeridas para uma 'casa genérica' que esteja mais próxima da crista do talude.

A segunda perspectiva está relacionada à comunidade como um todo, atentando-se para os aspectos geotécnicos e de drenagem que irão impactar diretamente na gestão de risco:

- Construção de um sistema de drenagem que inclua a Rua Sebastião Barbosa de Oliveira, trecho onde se encontra o núcleo do Barbosinha, integração com a rede pública e a crista do talude;

14 artigos 79 e 80 da lei 10.406 de 2002 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.html



figura 28: Proposta de intervenção do Barbosinha. Elaboração: Pedro Moreira, 2016.

- Manutenção da cobertura vegetal do talude, evitando-se o acúmulo de resíduos.
- Para o Piratininga designou-se medidas que possuem caráter emergencial, com o objetivo de gerir riscos e aumentar a qualidade de vida das famílias:
- Criação de um sistema de drenagem, incluindo uma faixa de drenagem da rodovia, canal de drenagem a ser construído no último trecho e do beco adjacente a Rua Netuno;
- Criação de um anteparo isolante anti-ruído para amenizar a poluição sonora, mas que possibilite a visão (acrílico ou vegetal);
- Instalação de cercas protetoras com a finalidade de evitar o acesso das crianças à rodovia;
- Instalação de postes de iluminação para melhoria da segurança no período noturno, principalmente para as mulheres;
- Melhoria do acesso às casas (que inclui melhorias nas vias para os pedestres, como calçamento, vielas, escadarias, corrimãos).

Para concluir consideramos ressaltar que a garantia do direito à moradia adequada e a melhoria das condições de vida como um todo, sobretudo das populações vulneráveis, depende de um permanente processo de monitoramento, participação, capacitação e educação popular e técnica para a cidadania envolvendo moradores, lideranças, movimentos populares, entidades locais, acadêmicos, técnicos e órgãos públicos, no esforço de construção de políticas e investimentos públicos necessários à transformação de assentamentos precários em comunidades e bairros consolidados, dignos, seguros e sustentáveis, como devem ser todas as cidades e as cidades como um todo, de nosso país.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS NESTE CAPÍTULO:

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP

CMP - Central dos Movimentos Populares

DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A

MLB - Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas

MP - Ministério Público

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UMM - União dos Movimentos de Moradia



figura 1: localização da ocupação na cidade. Fonte: GoogleEARTH 2016. Elaboração: LabJUTA, 2016.

MAUÁ: FORMAÇÃO POPULAR EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL APRESENTAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE RESULTADOS

Delana Corazza, Carolina Lacerda, Ricardo Moretti, Talita Gonsales, Ibis Cezário

RESUMO

Este texto registra a iniciativa de formação popular em planejamento territorial ocorrida na cidade de Mauá-SP, no período de maio a novembro de 2016, que teve como objetivo compartilhar o debate sobre a formação da cidade brasileira, sobre os processos que levam à segregação sócio-espacial e sobre os desafios associados à conquista do direito à cidade para todos junto a jovens moradores de comunidades ameaçadas de remoção. Pretende-se aqui descrever as atividades desenvolvidas, apresentar os resultados obtidos e as indicações para acessar alguns dos produtos resultantes do trabalho conjunto desenvolvido ao longo desse período e, principalmente, trazer uma reflexão crítica sobre os avanços e dificuldades encontradas nesse processo formativo, com a expectativa de que esse relato possa contribuir para o aperfeiçoamento de atividades com objetivos convergentes que venham a ser desenvolvidas.



foto 1: roda de discussão entre formandos e formadores. Ibis Cezário, 2016.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A experiência relatada trata de um projeto de formação popular em planejamento territorial que foi desenvolvido no âmbito do Observatório de Remoções com o apoio da PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC.

Buscou-se avançar para a superação daquilo que Erminia Maricato chamou de analfabetismo urbano, dado que podemos dizer que grande parte da população enxerga que existe de fato uma desigualdade social e econômica no país, mas não consegue relacionar a (des)organização territorial com essas desigualdades. Para isso, se coloca o desafio de compreender os a desigualdade no âmbito das dinâmicas territoriais:

“Como interpretar a invisibilidade do universo urbano? Como interpretar a cegueira diante de algo que é tão visível e tão concreto? Quais são as causas que fomentam tantas teorias urbanas, propostas, planos e leis que não se aplicam? E a ausência de dados minimamente confiáveis sobre o universo urbano inclusive no ensino superior? Como interpretar essa ignorância da universidade, do Estado (em especial do judiciário) e da mídia?” (MARICATO, 2002)¹

A maior parte dos encontros presenciais do processo formativo aconteceu no prédio onde em 2016 estava instalada a Escola Preparatória da UFABC, no centro da cidade de Mauá. O processo

formativo foi ofertado aos alunos e ex-alunos dessa escola, que é conduzida por discentes da UFABC e que visa apoiar os estudantes do ensino médio no seu esforço para ingressar no ensino superior. A proposta incluía a reaplicação dos debates ocorridos em áreas de assentamentos precários da cidade de Mauá, ou seja, o projeto visava também a formação de multiplicadores.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para a realização da atividade formativa tomou-se como referências metodológicas, princípios e conceitos de educação popular, sistematizado por diversos autores, com destaque para o professor e intelectual brasileiro Paulo Freire.

Entende-se que a abordagem da educação popular é muito adequada para situações-problema que envolvem grupos historicamente excluídos e desfavorecidos dos processos de desenvolvimento econômico e urbano do país e da metrópole - como neste caso.

A abordagem em educação popular pressupõe que educadores e educandos se relacionem de forma horizontal, rompendo as tradicionais relações hierárquicas e verticais que historicamente caracterizam as práticas acadêmicas convencionais no Brasil (FREIRE, 1996)².

Parte-se do princípio que os educandos possuem conhecimentos empíricos relevantes, a partir de sua experiência de vida e de luta cotidiana. Além disso os educandos possuem uma trajetória histórica, no

mais das vezes, muito rica, que merece e precisa ser considerada e resgatada durante o processo ensino-aprendizagem, como um dos ingredientes do processo de construção do conhecimento.

A educação popular exige também postura crítica diante dos processos e dinâmicas históricas, econômicas e sociais, numa perspectiva emancipatória. Esta postura crítica refere-se também sobre a própria prática dos educadores (FREIRE, 1996). Neste sentido, ensinar não pode ser definido como simples transmissão de conhecimento, ou treinamento, mas sim, elaboração e construção conjunta de conhecimentos renovados a partir do reconhecimento de um determinado contexto e de um esforço de apreensão da realidade, considerando práticas, experiências e referências conceituais.

Os preceitos da educação popular permitem ainda que os educadores explicitem o seu engajamento evitando um possível posicionamento “neutro” diante da interpretação da sociedade em nível local e global, politizando determinadas leituras da realidade.

Por fim, a educação popular adequa-se perfeitamente à prática desenvolvida no neste curso, considerando que ensinar pode (e deve) ser uma forma de intervenção no mundo, exige disponibilidade para o diálogo, humildade dos educadores (e dos educandos) e sobretudo requer um sincero querer bem aos educandos, num clima de alegria e esperança (FREIRE, 1996).

Por fim, cabe esclarecer que esta iniciativa de formação popular em planejamento territorial foi

1. MARICATO, E. Erradicar o analfabetismo urbanístico. Revista FASE. 2002.

2. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa. São Paulo, 1996.

construída a partir do debate sobre a importância estratégica de a universidade engajar-se em processos formativos e educacionais junto a comunidades historicamente excluídas de sua região, de modo a buscar enfrentar e superar o alfabetismo urbanístico (MARICATO, 2002), de um lado, e promover a reaproximação em certa profundidade, da academia com os princípios, valores e práticas da educação popular, como idealizada por Paulo Freire.

ENCADEAMENTO DE ATIVIDADES DO PROCESSO FORMATIVO

O processo formativo contemplou a realização de 10 encontros presenciais que contou com a participação de 14 estudantes, sendo que no primeiro deles se debateu a formação da cidade brasileira e da segregação na metrópole de São Paulo. Nesse mesmo dia foram selecionados por processo de votação, outros quatro temas, a serem abordados nos encontros subsequentes, que são os quatro primeiros da listagem adiante, que foi ofertada como sugestão inicial de possibilidades. Os temas sugeridos foram:

- Realidade Brasileira - a questão da terra
- Direitos humanos, direito à cidade e direito à moradia
- Legislação urbanística e regularização fundiária
- Desenvolvimento Urbano em São Paulo e em Mauá
- Urbanização de assentamentos precários- alcance e limitações
- Memória cultural em bairros de formação recente

- Movimentos sociais, ações coletivas e advocacia pública
- Noções de cartografia e mapeamento
- Riscos geotécnicos e sua prevenção
- Formulação, implementação e funcionamento de associações e cooperativas- economia solidária
- Fluxo de energia no ambiente urbano
- Globalização: transformação e impactos nas dinâmicas territoriais

Essas atividades presenciais se deram principalmente por meio de rodas de conversa. Nestas rodas, logo após uma pequena apresentação expositiva, apresentação de um filme ou leitura de um texto, se procurava contextualizar como aquele conteúdo se relacionava com a realidade vivenciada pelos participantes do processo formativo, considerando-se prioritariamente a realidade de Mauá e do ABC.

A partir do sexto encontro presencial, buscou-se debater como se daria a replicação do conteúdo desses debates em comunidades moradoras de assentamentos precários de Mauá. A partir da sugestão de um dos participantes do processo formativo, surgiu a possibilidade de realizar programas de divulgação dos debates e reflexões em uma rádio comunitária situada no Jardim Zaira- a Rádio Z. Essa rádio tem uma audiência significativa no município, em especial junto à comunidade do Jardim Zaira, que é o maior bairro de Mauá e é resultante de um processo de urbanização informal com graus diferenciados de consolidação, encontrando-se áreas completamente consolidadas e urbanizadas e também alguns setores de urbanização mais recente e precária, em terrenos de alta suscetibilidade a problemas geotécnicos.



foto 2: encontro na Rádio Z. Talita Anzei Gonsales, 2016.

Além dos 10 encontros presenciais, que contaram com a participação dos estudantes foram realizados outros 5 encontros na sede da Rádio Z, para que se planejasse a gravação de uma série de programas de rádio sobre o direito à cidade, incluindo as seguintes temáticas:

Por trás da notícia

Este foi o primeiro programa realizado pelo projeto e tem como objetivo discutir sobre democratização da mídia e a luta pela atuação das rádios comunitárias no Brasil. Durante o programa foram entrevistados o professor da Universidade Federal do ABC, Sérgio Amadeu e o coordenador da Rádio Comunitária Z, Valmir Maia.

O outro lado da história da cidade

O programa propõe remontar a história do Jardim Zaíra, a partir de uma perspectiva de luta e resistência, para isso conta com a presença de Raquel Quintino, professora da Faculdade de Mauá (FAMA) e moradora do bairro. Raquel desmistifica a história do bairro através do cotidiano de moradores que viveram e nasceram no Zaíra.

O direito à cidade e à legalidade

O programa é uma entrevista com a professora Ermínia Maricato e tem como objetivo discutir o direito à cidade tendo como ponto de partida o direito à legalidade. Durante a entrevista a professora mostra que na realidade a legalidade é um privilégio de poucos, resultado de uma segregação estrutural da sociedade.

Direito à moradia digna

O programa é um misto de entrevistas entre moradores de assentamentos precários do município de Mauá contando os desafios da busca pela moradia digna e do advogado especializado em regularização fundiária da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Mauá, Marcos Panini, que conta as dificuldades para a regularização fundiária durante suas experiências na área.

O grupo de participantes, incluindo de forma mesclada os formadores e formandos, foi separado em grupos menores e cada um desses ficou responsável pela realização de uma pesquisa e preparação do roteiro para gravação de um programa de rádio ao vivo e pela posterior preparação de um áudio síntese da gravação realizada. Essas atividades propiciaram uma aproximação e coesão muito grande entre os participantes.

O processo formativo foi encerrado com uma atividade realizada na Escola de ensino médio: Escola Estadual Profª Marlene Camargo Ribeiro, em que os formandos, após um encontro presencial de preparação, conduziram um debate sobre “O direito à cidade e formação da cidade segregada”, que se realizou em 3 diferentes turmas de estudantes desta escola no período noturno, envolvendo um número total aproximado de 100 participantes.

OS PERCALÇOS E NECESSIDADES DE AJUSTES NO PLANEJAMENTO INICIAL

Pode-se afirmar que as atividades desenvolvidas no projeto de “Formação popular em planejamento territorial” constituíram um aprendizado dinâmico



foto 3: programa de rádio ao vivo na Rádio Z.

Delana Corazza, 2016.

para o conjunto de envolvidos, formadores e formandos. Os imprevistos tornaram necessárias diversas alterações na programação e roteiro originalmente propostos. Logo no início o grupo organizador se deparou com uma dificuldade estrutural. O processo formativo havia sido ofertado para 35 vagas. Foi feita um grande esforço de divulgação junto aos alunos e ex-alunos da Escola Preparatória, que constituíam o público alvo do processo formativo, mas houve apenas 28 inscrições. O horário das atividades presenciais deve ter constituído um sério obstáculo a maior adesão- face ao cronograma de atividades da Escola Preparatória, os encontros presenciais tiveram que ser oferecidos nas quintas-feiras no período da manhã, ocasião em muitos possíveis participantes tem outros compromissos de trabalho ou estudo. Avalia-se, a partir dos depoimentos daqueles que participaram do processo, que a inexistência de ajuda de custo para cobertura das despesas de deslocamentos dos participantes constituiu também um empecilho para um maior número de inscritos e participantes. Apesar do envio de mensagens para todos os inscritos, no primeiro encontro compareceram apenas 14 pessoas, além da equipe organizadora. Conseguiu-se um nível de desistências relativamente baixo no decorrer do processo e 11 formandos concluíram o conjunto de atividades.

O plano inicial consistia na separação dos participantes do projetos em grupos que iriam atuar em três diferentes assentamentos no município de Mauá com ameaças de remoções justificada pela execução de projetos de urbanização ou pela

do processo formativo tinha grande interesse de acompanhar uma iniciativa prática dos formandos atuando como responsáveis por um processo de debate ao vivo, como forma de avaliar as possibilidades práticas de formação de multiplicadores. A realização da atividade na escola foi propiciada por uma das formandas, aluna da escola, que fez o contato com sua direção que por sua vez abriu as portas para realização do debate, que integrou a programação de uma semana especial de atividades não curriculares da escola.

BALANÇO GERAL DOS RESULTADOS

Há uma avaliação predominantemente positiva dos resultados obtidos do processo de formação, em função dos produtos, entre eles os programas realizados na rádio e o debate na escola de ensino médio, mas também pela formação propiciada ao conjunto de envolvidos, formadores e formandos, que totalizam um grupo de cerca de 20 pessoas. Uma das características do processo foi que, a partir de um determinado momento, o conjunto de envolvidos se mesclou de forma interativa para organizar os programas de rádio e a distinção usual entre formadores e formandos se tornou muito mais tênue do que o usual, resultando em uma relação onde foi possível experimentar a construção conjunta de conhecimento na qual formandos e formadores trocaram saberes construindo um processo participativo entre as partes.

Conseguiu-se na prática, implementar alguns conceitos de Paulo Freire, em especial, de aprendizado baseado no contexto, de troca de saberes e de

condução do processo incluindo um tempo escola e um tempo comunidade.

Considera-se que a possibilidade de escolha dos temas de debate e a farta utilização de imagens e de filmes para alimentar o debate de conteúdos, que foi sistematicamente utilizada, foram importantes para manter a permanência nos encontros presenciais que aconteceram na primeira parte do processo formativo. Posteriormente, a autonomia propiciada a cada pequeno grupo, para elaboração do roteiro dos programas de rádio bem como a expectativa e tensão envolvidas no processo da gravação das entrevistas e programas ao vivo, tiveram um papel catalisador importante na agregação e fortalecimento da união entre os envolvidos no processo formativo. Em suma, avalia-se que a dinâmica dos debates nos encontros presenciais, assim como a energia envolvida na realização dos programas na rádio contribuíram para que grande parte dos que iniciaram a formação tenham permanecido até o final, ou seja, contribuíram para assegurar a permanência, dedicação e união dos formandos e formadores, ao longo do processo.

Depois de iniciado o processo formativo passaram a participar das atividades duas lideranças engajadas com os problemas e com as lutas das comunidades dos assentamentos informais de Mauá. As duas lideranças estão ligadas à movimentos culturais da cidade e o contato foi realizado a partir de um primeiro levantamento de movimentos sociais do município de Mauá através de pesquisadores do Observatório de Remoções. A equipe

de formadores então convidou algumas lideranças para um dos encontros presenciais do grupo.

A participação dessas lideranças pode ser considerada também estratégica para o dinamismo das atividades finais do projeto, já que elas trouxeram a oportunidade de interação entre formandos e formadores com espaços populares, proporcionando a experiência de transmissão do conhecimento discutido em sala de aula, em especial a gravação dos programas de rádio e a realização do debate na Escola de Ensino Médio de Mauá.

Na reflexão sobre os problemas e dificuldades encontradas ao longo do processo formativo, cabe destaque ao pequeno número de inscritos e, principalmente, à presença de apenas metade dos inscritos no primeiro dia de atividades. Vale lembrar que um processo formativo dessa natureza apresenta um apelo que não é necessariamente de fácil compreensão, em especial para o público jovem, que era o público alvo predominante. Antes do período de inscrição um grupo de formadores passou em todas as salas da escola preparatória para esclarecer a proposta do processo formativo e sua importância. De qualquer forma, esse tipo de iniciativa não se mostrou suficiente e outras abordagens devem ser cogitadas. Entre elas, buscar formas de facilitar a participação, inclusive na definição das datas dos encontros presenciais. A realização dos encontros aos sábados ou no período da noite pode ser estratégica, dependendo da comunidade envolvida. De qualquer forma, se forem aos sábados sugere-se periodicidade quinzenal, face aos outros

compromissos do final de semana dos participantes, formandos e formadores. A ajuda de custo para os deslocamentos pode ser considerada outro fator de importância- o transporte coletivo tem um custo que não é baixo e a ausência da ajuda para custear essas despesas é um empecilho a se considerar. Ainda na linha da busca de elementos que aumentem a demanda inicial e matrícula dos interessados considera-se estratégica a oferta e anúncio da existência de titulação, diploma ou certificado para os concluintes do processo formativo, em especial se for possível identificar uma titulação que possa ser útil ou valorizada na vida profissional dos formandos.

Havia, no início do projeto, uma curiosidade muito grande quanto ao alcance efetivo da formação de multiplicadores, ou seja, em que medida os participantes das atividades teriam condições de repassar os conhecimentos adquiridos em outras comunidades, a partir de um período curto de interação, no caso de cerca de 6 meses? Foi possível avaliar o repasse de conhecimento, no caso, em duas diferentes situações: na preparação e gravação dos programas de rádio e na coordenação dos debates que aconteceram na Escola de ensino médio de Mauá.

No caso dos programas de rádio, as equipes com 3 ou 4 pessoas eram mescladas entre formadores e formandos. Ou seja, cada grupo que ficou responsável por um programa de rádio tinha pelo menos um professor, ou aluno de graduação e pós-graduação da UFABC. Considera-se que foi possível obter um nível muito bom dos programas de

rádio. Não chegou a ser testada a possibilidade de que apenas os formandos preparassem os roteiros dos programas. Considera-se promissora esta possibilidade, que deve ser testada em projetos futuros.

A proposta era de que debates na escola de ensino médio de Mauá fossem totalmente conduzidos pelos formandos, com a participação dos formadores apenas como ouvintes ou expectadores. A preparação prévia do debate contou com uma tarde de trabalho, em que estiverem juntos formadores e formandos. Na prática, durante a atividade realizada na escola, em alguns momentos foi necessária a intervenção dos formadores. O andamento da coordenação do processo de debate apresentou resultados muito diferenciados entre os diferentes formandos. Foi possível perceber que essa condução depende, em parte, de uma habilidade natural para a comunicação. Alguns formandos se conduziram com grande desenvoltura e naturalidade e outros se mostraram tímidos e um pouco intimidados pelo desafio da comunicação e mediação de idéias divergentes. Por outro lado, o livre debate fez brotar demandas de conexões de informações e de conhecimentos que exigem uma maturidade de formação, que alguns dos formandos ainda não possuem. Também foi possível perceber a necessidade de uma organização prévia muito maior do que aquela realizada.

Quando se reflete sobre a formação de multiplicadores, fica a percepção de que o trabalho de formação popular pode deixar um saldo inequívoco de pessoas interessadas na temática, na busca e no compartilhamento de análises e de

informações- sementes que vão seguir seu processo de crescimento. Parte dos formandos, em função de um interesse diferenciado na temática, ou de uma facilidade natural de comunicação, ou de uma experiência prévia como educador ou ainda de um acúmulo prévio de conhecimentos e de maturidade de reflexão podem se iniciar como formadores em curto prazo. Parte dos formandos demandará um tempo maior ou mesmo não se interessará em ser um multiplicador do conhecimento nessa área temática.

Passados alguns meses de conclusão desta etapa do projeto, a equipe de formadores segue recebendo mensagens dos que participaram do processo, em que se pede orientação para busca de informações ou se relatam novas iniciativas por eles desencadeadas. Não resta dúvida que uma parte dos que participaram do projeto vão atuar, de alguma forma, na multiplicação do conhecimento que foi gerado de forma coletiva no decorrer do processo de formação.

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS REALIZADOS

Durante o projeto foram construídos alguns produtos, dentre eles um vídeo realizado pelo Observatório de Remoções e quatro programas de rádio. Todos os produtos estão disponíveis no site do Observatório de Remoções (<https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br>).



foto 4: debate final do projeto "Formação Popular em Planejamento Territorial". LabJUTA, 2016.

LISTA DE PARTICIPANTES FORMADORES E FORMANDOS

Alan Alves
Carolina Lacerda
Delana Corazza
Denise Marin Mazeto
Eduardo Garcia Júnior
Gecimar Evangelista
Gisele Dias
Hector Rodrigues
Ibis Cezário Lourenço
Karina Francisco
Leticia

Luanne Santos
Marcos Alexandre
Pedro Moreira
Rafaela Melo
Ricardo Moretti
Stephany Dias dos Santos
Talita Anzei Gonsales
Valmir Maia
Victória Eugênio
Wagner Feliciano

EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE MAPEAMENTO

Bruno Dias e Gabriel Negri Nilson

INTRODUÇÃO

Desde a formação inicial do Observatório de Remoções em 2012 o desenvolvimento de mapeamentos dos processos de remoção é uma das estratégias chave para se entender os impactos sociais dos deslocamentos forçados nos municípios. A ação de gerar leituras, análises críticas e simplesmente o processo de tornar públicas e visíveis a real situação, além de contribuir com o fortalecimento de resistência das comunidades atingidas, atua como ponto de partida para as outras frentes de trabalho da pesquisa: as ações colaborativas, articulação e multiplicação da metodologia.

Para se alcançar os resultados desejados, a pesquisa desenvolveu ferramentas de mapeamento online de característica colaborativa. Através do preenchimento de um formulário que solicita informações e a localização sobre as denúncias de favelas atingidas por remoções ou ameaças de remoção para os municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá foi gerado um mapa da região em que são mostrados, dentre outras informações, os pontos denunciados. O formulário pode ser preenchido por qualquer usuário interessado que incluiu, entre outros, movimentos de moradia, comunidades atingidas, advogados populares e pesquisadores do tema.

O desenvolvimento da plataforma para permitir a visualização de um mapeamento condizente com o processo, que incluiu a obtenção de dados geográficos, a sistematização das informações adquiridas e

possibilitar a entrada de informações colaborativas, foi um processo complexo que enfrentou diversas dificuldades, mas que hoje já apresenta resultados. Além disso, existe ainda a possibilidade de sua replicabilidade e desenvolvimento contínuo: novas pesquisas de outros observatórios e/ou grupos podem utilizar seu método de funcionamento e reproduzi-la para produzir seus próprios mapeamentos.

Dessa maneira, a plataforma de mapeamento online e colaborativa surgiu como aliada na tentativa de tornar públicas e visíveis as ações dos diversos atores envolvidos nos processos de remoção. O empoderamento da população vulnerável com informações consolidadas gera possibilidade de articulação conjunta das comunidades que passam por processos semelhantes.

O mapeamento se tornou importante, podendo ser uma ferramenta estratégica para entendermos a dimensão do fenômeno, transformando o mapeamento de remoções em um importante espaço de visibilidade e de denúncia e em mais uma ferramenta para o enfrentamento das remoções forçadas.

É fundamental que a plataforma de mapeamento não estivesse isolada de alternativas de empoderamento popular, através da informação, como: os mapas alternativos, a cartografia social, os processos de educação popular e mobilização social. Este conjunto de instrumentos podem se tornar ferramentas importantes para a visibilidade das situações do conflito e para busca

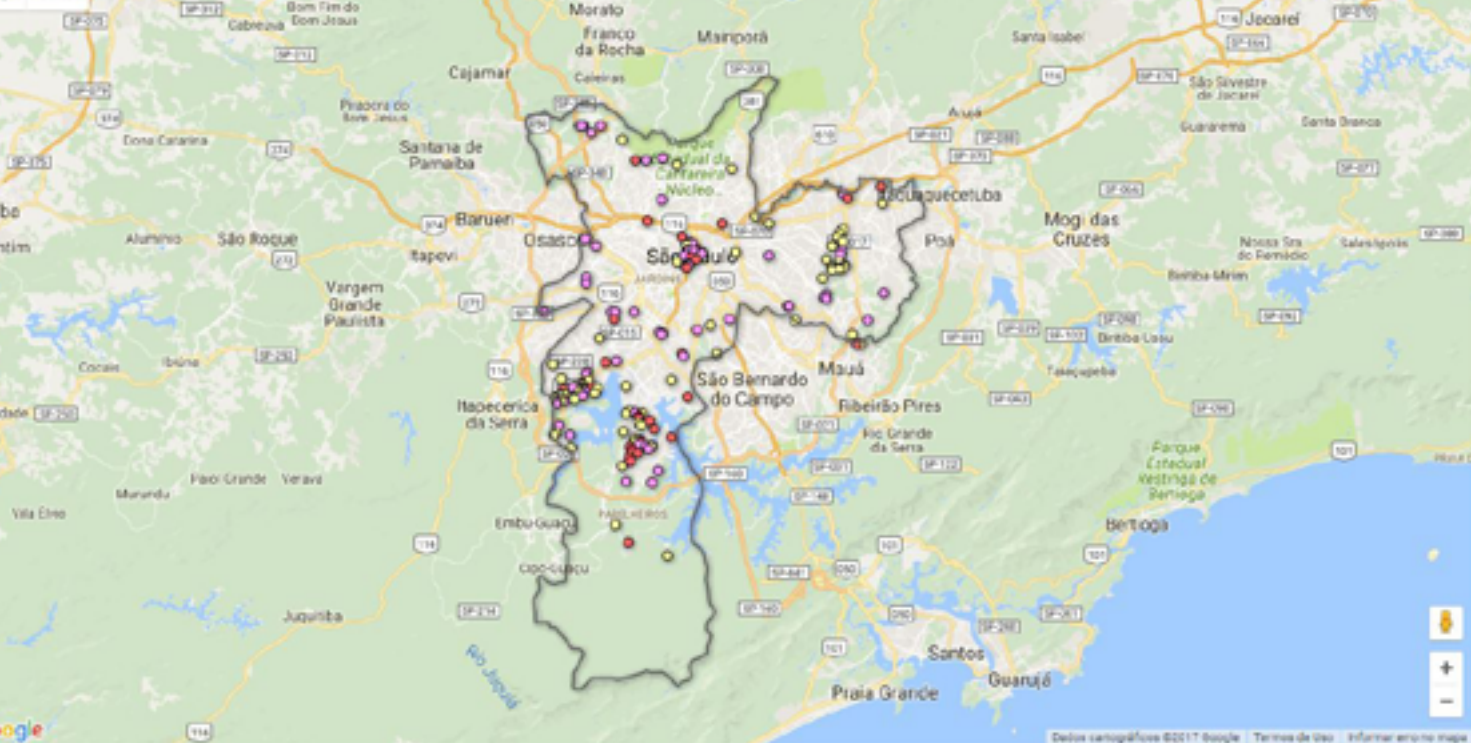


figura 1: mapeamento realizado em 2012. Observatório de Remoções, 2012.

coletiva de enfrentamento da questão em busca de alternativas.

Como o mapeamento em geral envolve o uso de tecnologias é necessário que o uso desta ferramenta seja acessível e de fácil entendimento, seja do ponto de vista da tecnologia, como também no seu formato e linguagem.

Outra questão que pode ser importante para o envolvimento das comunidades e dos atingidos pelo conflito, é a clareza do objetivo ou a finalidade que o mapeamento, a que ele se propõe ou a que e a quem ele se dirige.

Para que serve uma plataforma de mapeamento? Servindo a propósitos de pesquisa ou como para ferramenta de denúncia o mapeamento precisa ser apropriado e compreendido pelas comunidades que vão se utilizar da ferramenta.

DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE DENÚNCIAS DE PROCESSOS DE REMOÇÃO

A primeira fase do projeto finalizou em 2012 (figura 1) com uma abordagem inicial do mapeamento que se tornou base para a determinação de um modelo de representação de nossos dados. A pesquisa contava com um mapeamento interativo online não colaborativo, ou seja, o mapa poderia ser carregado e visualizado, porém novos dados poderiam ser inseridos apenas pelo administrador. A plataforma escolhida para esse projeto foi o Google Fusion Tables, plataforma já descontinuada que possibilitava facilidade na disposição de dados geográficos em um mapa online. Possuiu grande êxito na compilação de informações até então dispersas sobre remoções forçadas e sobre os projetos

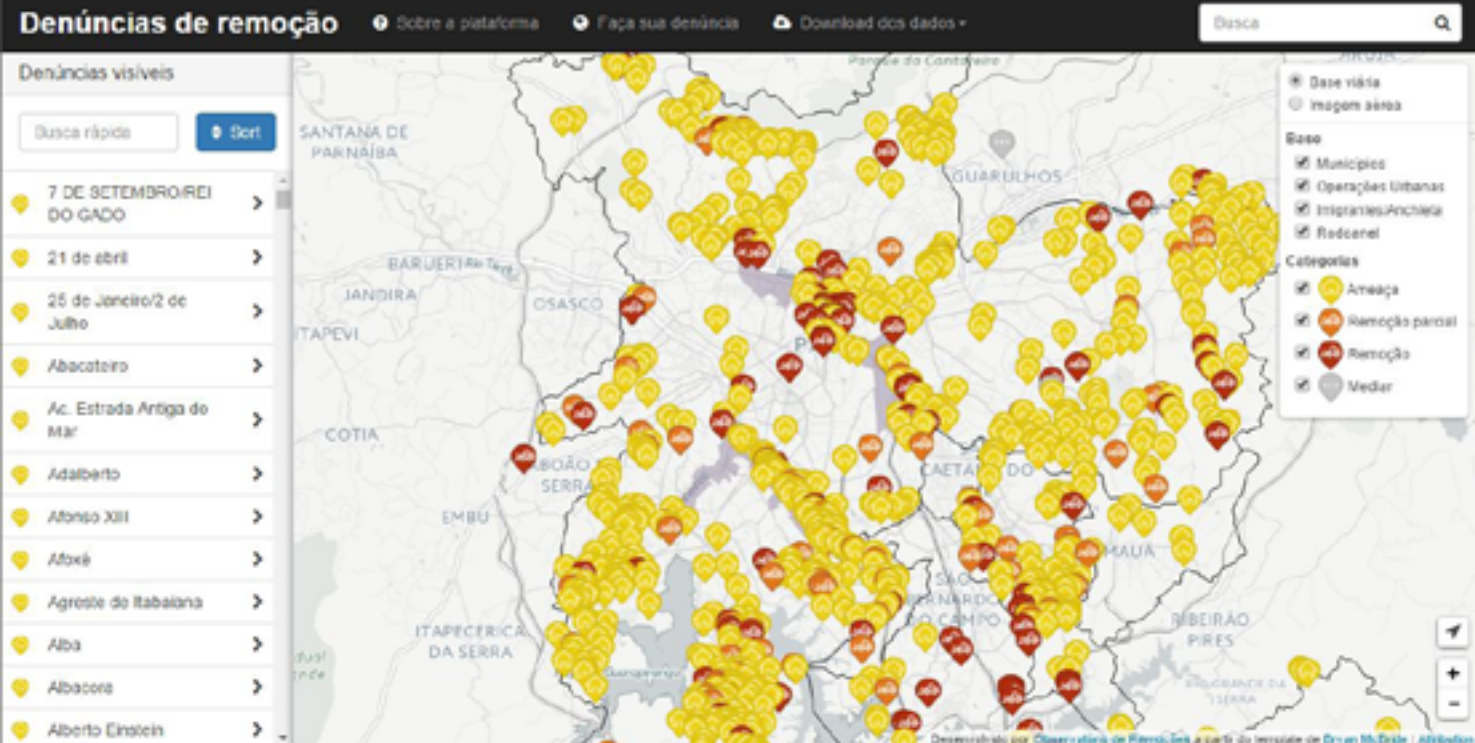


figura 2: plataforma em uso disponível em <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapeamento-participativo/map.html>. Observatório de Remoções, 2016.

de intervenção, tornando-as públicas e dimensionando esses processos subsidiando as comunidades ameaçadas.

Um dos grandes desafios que a pesquisa enfrentou foi a dificuldade de padronização das informações de naturezas diferentes, que contava com algumas limitações, como por exemplo, não poder exibir todos os elementos cartográficos de apoio às leituras, como os perímetros dos agentes promotores da remoção. Além também da intenção de desenvolvimento de uma ferramenta colaborativa em que as informações sobre processos de remoções pudessem ser atualizados e complementados pelas próprias comunidades ameaçadas ou removidas assim como pela sociedade civil.

Já com a finalização da segunda fase do projeto no início de 2017 a plataforma de mapeamento

contou com novas funcionalidades e diferentes possibilidades de leitura (figura 2). Por estar hospedado em um domínio próprio da Universidade de São Paulo e possuir ferramentas próprias de criação de mapas, não está mais condicionada à existência ou não de um financiamento de pesquisa ou à disponibilização de um serviço online e poderá continuar a ser utilizada e estudada livremente. Com suas novas funções tornou-se possível também inserir novas denúncias que alimentarão o banco de dados em tempo real por qualquer parcela da sociedade interessada dando ao mapeamento o caráter de ferramenta colaborativa.

Estão disponíveis para leitura os pontos de denúncia dos processos de remoção desde 2010 das cidades de estudo (São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá) em uma

base cartográfica formada pelos limites dos municípios e que conta também com os perímetros das principais intervenções territoriais que tem impactado nas remoções nos últimos anos identificadas pelo projeto: Rodoanel, Operações Urbanas Consorciadas, as Rodovias Anchieta e Imigrantes. Além dessas leituras, das possibilidades de ligar e desligar todos os layers de informações e da escolha do mapa base (que pode ser do viário ou imagem aérea) também é possível buscar as denúncias pelo nome da comunidade, favela ou ocupação, ou então baixar a planilha com todos os dados disponíveis na plataforma.

a) Três momentos da sistematização do banco de dados

Apesar de não estar em destaque ou visível para o público, o banco de dados da plataforma do mapeamento é um dos pontos chave do projeto. O mapeamento online nada pode gerar de visualizações e leituras caso não tenha um banco de dados bem estruturado. Em função disto, em pelo menos três momentos distintos da pesquisa foram feitas releituras e revisões do banco de dados para se moldar de acordo com as necessidades específicas do momento e do projeto como um todo.

O primeiro momento se deu durante a retomada do projeto no primeiro semestre de 2015. Todos os dados sobre remoções estavam configurados em planilhas que serviam de base para o mapeamento, porém elas deveriam ser atualizadas e recriadas para adequar a sistematização de 2012 para a segunda fase da pesquisa. Vale ressaltar a categorização das remoções que o que antes era

configurado por “Estágio de remoção” e configurava as opções:

- Já removido;
- Já notificado;
- Com contrato de obras já assinado;
- Com sobreposição de comunidade;
- (Dentro do) Perímetro de intervenção.

Passou a valer depois de exaustivas discussões dentro da equipe como “Categoria de remoção” e configurava:

- Ameaça (de remoção);
- Iminência (de remoção);
- Removido.

Com isso a primeira grande força-tarefa da equipe foi atualizar todos os dados inseridos até 2012 (que tinham como fontes os processos veiculados na mídia, informações de campo das pesquisas nos laboratórios envolvidos (LabCidade e LabHab), Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Escritório Modelo da PUC SP, movimentos de moradia e material oficial da Prefeitura de São Paulo) e recuperar os processos de remoção ocorridos entre 2013 e 2015. Tornou-se notável a diferença de disponibilização de informações entre os municípios analisados na pesquisa, enquanto São Paulo possui diversas fontes de dados, o mesmo não pode ser afirmado para os novos municípios agregados em 2015 – Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Dessa maneira, esses municípios do ABC além de não possuírem informações sobre remoções desde 2010 como é o caso de São Paulo tiveram de ser muito mais trabalhados na busca de fontes confiáveis.



figura 3: plataforma Habisp. Fonte: PMSP, 2015.

Para o caso da capital paulista, uma das fontes de auxílio principais utilizadas no processo de atualização dos dados foi o Habisp (Sistema de informações para Habitação Social na cidade de São Paulo – figura 3) que desde 2006 tornou públicas as informações municipais sobre assentamentos precários e a partir de então passou a ser uma referência brasileira na gestão de dados de habitação. A plataforma da prefeitura foi analisada em sua totalidade para que todos os dados sobre favelas que seriam ou foram total ou parcialmente removidas em função de obras, intervenções urbanas fossem inseridas em nosso banco de dados.

A exemplo do Habisp, apenas o município de São Bernardo do Campo possui uma experiência semelhante, o SHISB (Sistema de Informação de Habitação de Interesse Social – figura 4), que desde 2013 disponibiliza dados sistematizados geograficamente, facilitando a visualização e até mesmo o download das informações necessárias. Dessa maneira, essa plataforma foi um grande facilitador na obtenção de dados de favelas ameaçadas de remoção sobre o município.

Além do SHISB, São Bernardo do Campo contou, assim como Santo André, com informações retiradas de seus respectivos PLHIS¹ (Plano local de Habitação de Interesse Social). Ambos os

1 O PLHIS tem como objetivo principal fomentar o planejamento das atuações do setor habitacional de forma a assegurar o acesso à moradia digna e consolidar os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É um instrumento importante de articulação entre a ação em favelas e as políticas habitacionais municipais, estaduais e nacional.

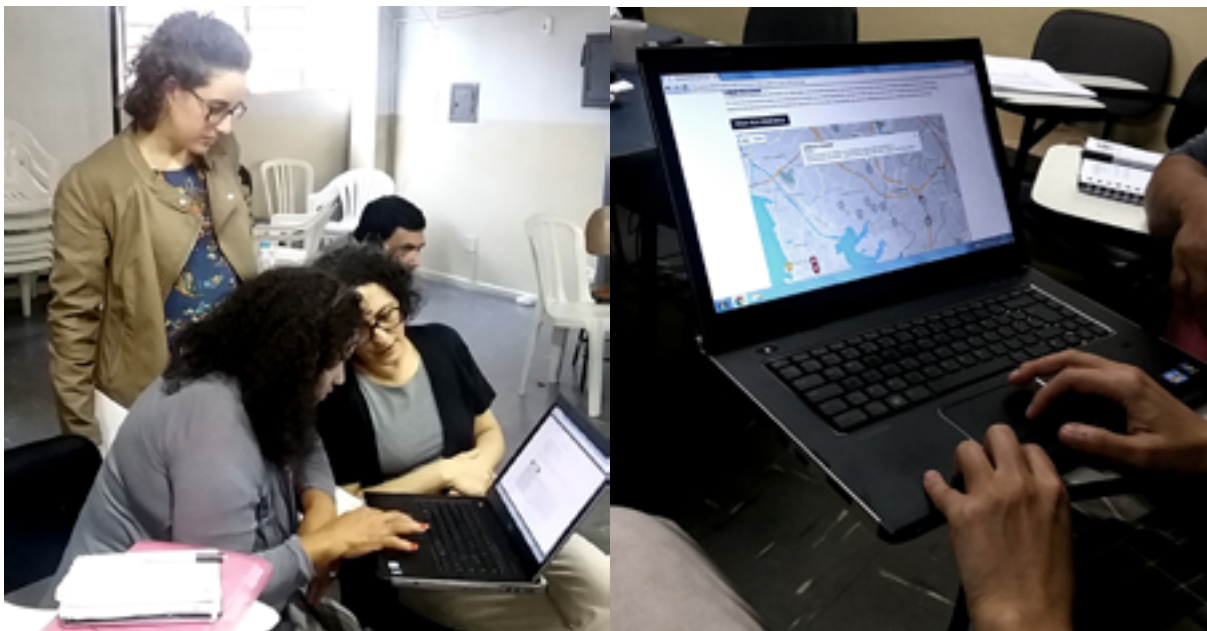


foto 1: atividade da oficina de mapeamento na FLM. LABJUTA, 2016.

atendimento e também sobre os projetos e intervenções, juntamente com o não reconhecimento das ocupações, contribui para as tentativas de desmobilização dos movimentos de moradia, gera insegurança e aumenta a vulnerabilidade das comunidades ameaçadas.

O segundo grande momento se deu no final do primeiro semestre de 2016 com a finalização da plataforma online colaborativa, nosso mapeamento estaria então apto para receber contribuições em tempo real de qualquer usuário. Além das discussões internas sobre revisões e necessidades do banco de dados pudemos contar com o apoio dos movimentos de moradia, comunidades atingidas e advogados populares que, através da exposição de nossa plataforma e do trabalho feito pelo Observatório de Remoções até então, nos

indicaram suas necessidades de mapeamento e contribuições para a plataforma.

Dessa maneira foram realizadas um total de seis oficinas em que o objetivo era responder as seguintes perguntas: “Nossa plataforma é o ideal para o usuário final? Como podemos melhorá-la?”. Foram realizados encontros com a Escola Popular em Mauá (ativistas da temática de habitação), ULCM (Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia) da Mooca em São Paulo, FLM (Frente de Luta por Moradia) no Centro de São Paulo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, moradores do entorno da Ecovias em Diadema, além de um encontro com as lideranças da Ocupação Paris, Ocupação Terra Prometida e Jardim São Roberto. Com duração total entre 1h e 2h foram realizadas em cada uma delas uma breve apresentação do

Observatório de Remoções e da plataforma de mapeamento com a realização de uma denúncia teste para então o próprio público da oficina poder realizar eventuais denúncias auxiliados pela equipe.

Em diálogo sobre a plataforma, com a moradora Marta, da Ocupação Terra Prometida ela disse que não foi difícil adicionar sua ocupação ao mapeamento. No entanto, o Kleber, morador da Ocupação Paris, declara que teve dificuldades na utilização e de compreensão das etapas. Talvez para estas situações seria importante um panfleto explicativo ou tutoriais de como acessar e utilizar o site do Observatório para registrar a denúncia.

Veja que a linguagem deve ser para aproximar e para que o atingido possa registrar sua área de conflito assim, como compreender e responder sobre os indicadores de preenchimento, até que ele ou ela possa concluir o processo de inserção de sua comunidade no mapeamento. Assim, quanto mais acessível mais os usuários perceberão a importância da ferramenta.

Não se coloca aqui qualquer dúvida sobre a importância do registro e necessidade de um diagnóstico que pode nos levar a compreender conceitualmente os problemas. No entanto, o desafio que se nos coloca é: como fazer com que esta importante ferramenta seja assumida e incorporada pelas lideranças populares, de modo que possam registrar informações e buscá-las sem qualquer dificuldade?

Neste diálogo com lideranças de três ocupações, (Ocupação Paris – Terra Prometida e Jardim São Roberto) onde a plataforma de mapeamento foi apresentada e utilizada, os moradores consultados, de forma unânime, avaliaram que seria muito melhor quando a plataforma de remoções puder ser alimentada por meio de um aplicativo de celular. Todos ainda, consideram muito importante a visualização de sua comunidade numa plataforma de conflitos e remoções, neste sentido todos entendem que a visibilidade de situação pode contar pontos a seu favor, fortalecendo processos de resistência na situação de conflito.

Dessa maneira, pudemos prever o acréscimo de algumas funcionalidades sugeridas como busca de endereço por GPS, maior facilidade em acrescentar dados via celular e busca por nome de comunidades no mapeamento (essa acrescida apenas no terceiro momento), além de poder divulgar a plataforma e tentar promover sua utilização e colaboração. Vale ressaltar que depois de intensas reflexões agrupamos a categoria de “Iminência de remoção” com a de “Ameaça de remoção” e adicionamos também as categorias “Removido parcialmente” e “Mediar”.

Com a inserção do caráter colaborativo achamos necessária a inserção da categoria “Mediar”, que se trata apenas de uma proteção do mapeamento contra denúncias falsas ou spam, assim, todas as denúncias inseridas são automaticamente marcadas nessa categoria e após uma leitura da denúncia por

2 https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_de_dados_relacional acessado em 17/02/2017

Os Bancos de Dados Relacionais foram desenvolvidos para prover acesso facilitado aos dados, possibilitando que os usuários utilizassem uma grande variedade de abordagens no tratamento das informações. Pois, enquanto em um banco de dados hierárquico os usuários precisam definir as questões de negócios de maneira específica, iniciando pela sua raiz, nos Bancos de Dados Relacionais os usuários podem fazer perguntas relacionadas aos negócios por meio de vários pontos. A linguagem padrão dos Bancos de Dados Relacionais é a Structured Query Language, ou simplesmente SQL, como é mais conhecida.

ID	NOME	DE	EM	CATEGORIA	FUGA	OCORR	PRECATORIO	MOVIMENTO	DATA	DATA	COMPLETO	SIREN	FAMILIA	TOTAL	ENDEREÇO	CIDADE	LAT
1	Chapado Douglas Rodrigues	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
2	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
3	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
4	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
5	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
6	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
7	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
8	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
9	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção
10	Chapado Ruan de Carmo	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção	Remoção

figura 5: banco de dados utilizado para o projeto. Observatório de Remoções, 2016.

parte da equipe ela é reclassificada para a categoria real. Além disso, o que até o momento era configurado como planilha offline passou para um banco de dados relacionados em SQL² no servidor da USP, um sistema eficiente, com dados íntegros e mais confiáveis, evitando possíveis erros comuns de inserção, falhas de leitura pelos softwares e maior proteção da informação (figura 6). A partir daqui foi possível também dar início a disponibilização para download de nosso banco de dados, já que a versão online disponível em nosso site seria sempre a versão mais atualizada, tornando possível que pesquisadores interessados ou movimentos de moradia possam fazer suas próprias análises ou leituras da situação das remoções das cidades estudadas.

O terceiro e último momento se deu nas análises realizadas em preparação para o Seminário Nacional que ocorreu em novembro 2016 na qual foram geradas novas leituras de nossos dados através de softwares de edição de mapas como o ArcGIS ou o QGIS acerca das causas de remoção, dos agentes removedores, das quantidades de famílias afetadas. Tanto o banco de dados quanto as possibilidades de visualização do mapeamento online tiveram de ser retrabalhadas para atender a essas novas demandas.

Apesar de estar no plano de fundo da plataforma, o banco de dados age como agente estruturante e base para toda a programação dos mapas online. Dessa maneira, mesmo que o mapeamento seja inteiramente reformulado ou acrescido de

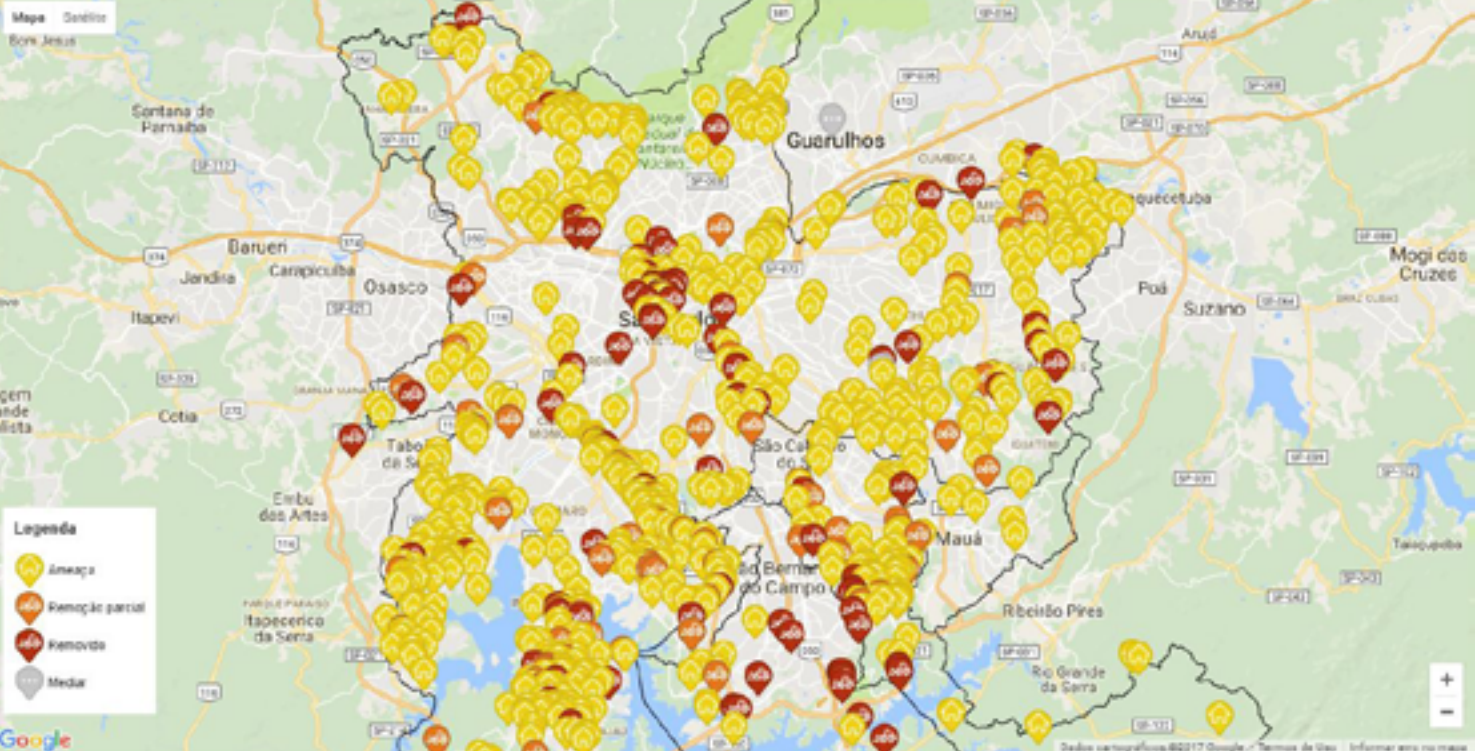


figura 8: mapeamento com a API do Google Maps. Observatório de Remoções, 2016.

outras informações, o banco de dados continuará pronto para ser adaptado a diferentes visualizações.

b) Evoluções do mapeamento com desenvolvimento de um projeto próprio

No processo de transformação do mapeamento online em uma ferramenta colaborativa de fato, acabamos entendendo que esse é um processo em constante atualização, sendo caracterizado pelas novas visualizações que essa dinâmica possibilita, ou seja, novas ideias e possibilidades vão sendo geradas pelos pesquisadores de acordo com a evolução da plataforma. Tivemos até o momento três versões da plataforma, a primeira desenvolvida

dentro da plataforma de sites Wordpress, a segunda já utilizando nosso banco de dados relacionado através da API³ do Google Maps e a terceira que passou a utilizar os plugins de mapeamento open-source Mapbox e Leaflet.

A primeira versão acabou por ser uma experiência frustrante já que foi realizado de forma terceirizada e houve diversas barreiras em seu desenvolvimento, além de seu resultado não ter suprido as necessidades da pesquisa. Questões envolvendo problemas na alimentação das denúncias, obrigatoriedade de login dos usuários (o que avaliávamos que seria um empecilho para a colaboração dos interessados), dificuldades em suas atualizações,

3 <https://canaltech.com.br/o-que-e/software/o-que-e-api/> acessado em 17/02/2017

API é um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web. A sigla API refere-se ao termo em inglês “Application Programming Interface” que significa em tradução para o português “Interface de Programação de Aplicativos”.

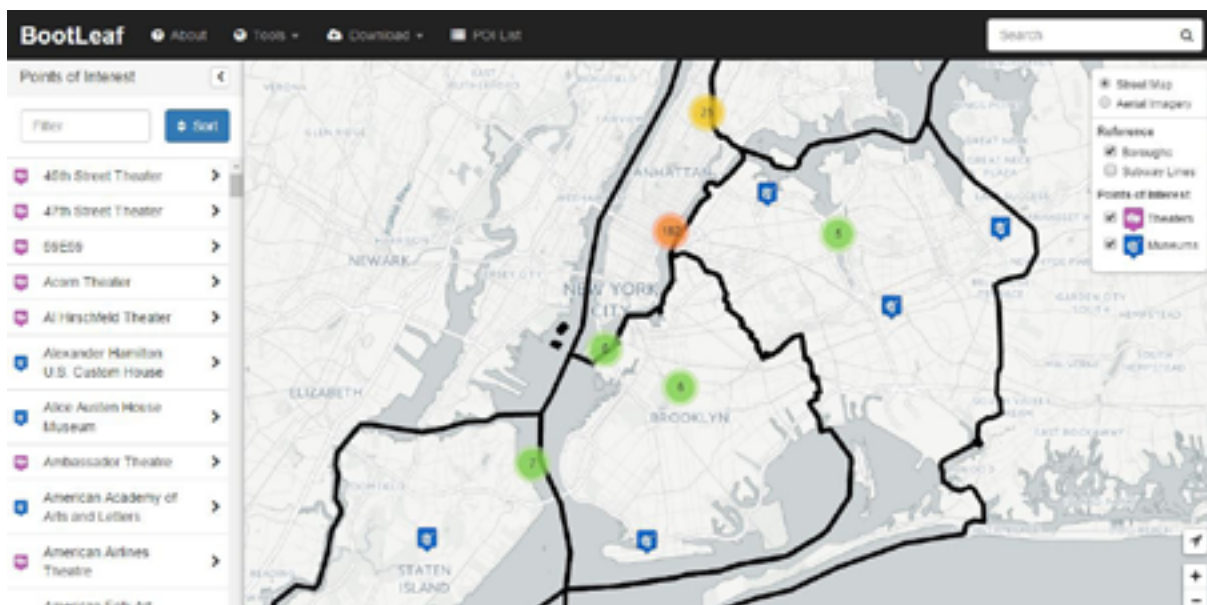


figura 9: modelo da plataforma do Bryan McBride. Fonte: Bryan McBride, sem data.

entraves na divulgação das informações coletadas e limitações nos mapeamentos envolvendo tanto estética quanto impossibilidade de inserir bases de referência, nos fizeram buscar novas alternativas.

O lado positivo da frustração se deu com a capacitação por parte da equipe das ferramentas de mapeamento online e suas particularidades. Esse aprendizado foi fundamental para o desenvolvimento de uma nova plataforma que não apenas atendesse ainda mais as necessidades e objetivos do projeto, mas também que fosse possível de ser atualizada constantemente quer fossem as informações solicitadas do formulário online de denúncia ou então relativos ao mapa base, tipologia dos ícones, legendas, perímetros de elementos de apoio à leitura, ou outras eventuais possibilidades visualizadas. Dessa maneira, foi possível desenvolver

nosso novo formulário e o consequente banco de dados online que alimentava um novo mapeamento através da API do Google Maps (figura 7). O mapeamento desse processo contou com um mapa base disponibilizado pelo Google, além dos pontos de denúncia georreferenciados com seus ícones de acordo com a categoria correspondente além dos limites dos municípios estudados.

Esse novo mapa se tornou um excelente ponto de partida do mapeamento colaborativo, entretanto novas limitações impossibilitaram de continuar com essa alternativa. Em função da API utilizada ser relativamente simples, muitos comandos e funções devem ser programados do zero, ou seja, para um mapeamento exatamente como estava executado até o momento estava ideal, porém para inserirmos outras funcionalidades, como simples comandos de

4 <https://github.com/bmcbride> acessado em 17/02/2017

Denúncia de remoção

Envie aqui suas denúncias de remoção das cidades de São Paulo e do ABC. Os campos com * são obrigatórios.

1 Localização da denúncia 2 Informações da denúncia 3 Informações pessoais

VOLTAR

Endereço *

Digite o endereço ou assente o ícone do mapa até a localização desejada.

Enter a location

Se se preferir, você está no local, clique no botão abaixo para atualizar a localização da denúncia por GPS.

PROCURE POR GPS



Cidade

São Paulo

PRÓXIMA

Nome da comunidade/Terrela/ocupação *

Início da comunidade

Preencha com a data aproximada do início. Se não souber o dia preencher com dia 1, se não souber o mês preencher com janeiro, se não souber o ano deixar em branco.

dd/mm/aaaa

Descrição do problema *

Conte-nos em algumas palavras o que está acontecendo.

Qual a justificativa da ameaça / remoção?

- ☐ Área ambiental
- ☐ Retomada da posse
- ☐ Projeto ou Pólo de obras
- ☐ Outros

Tipo da ocupação

- ☐ Prédio / Casa
- ☐ Galpão
- ☐ Terreno vazio
- ☐ Espaço público
- ☐ Outros

Dono da propriedade

- ☐ Particular
- ☐ Prefeitura
- ☐ Governo do Estado
- ☐ Governo Federal
- ☐ Outros

Você sabe por que a ameaça / remoção está acontecendo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

figura 10: telas do formulário de denúncia de remoção. Observatório de Remoções, 2016.

ligar e desligar layers ou de fazer buscas nas informações inseridas torna-se mais interessante utilizar outras possibilidades por já possuírem essas ferramentas prontas. Nesse momento se deu a entrada do Mapbox e Leaflet, plugins open-source de mapeamento interativo com funções desenvolvidas pelos próprios usuários.

Durante as pesquisas de possibilidades foi encontrada a página de um programador estadunidense chamado Bryan McBride⁴, em que é divulgado um modelo de mapeamento desenvolvido por ele através dos plugins já citados que continha grande parte de

nossas necessidades (figura 8). Trata-se de mapeamentos já implantados que possuem diversas funcionalidades que podem ser utilizados por qualquer interessado. Essa plataforma foi então apropriada pela equipe e reconfigurada de acordo com as necessidades, agregando novas possibilidades para nossas leituras como a criação de grupos de layers das denúncias e informações dos agentes de remoção com opções de ligar e desligar, opção de base cartográfica ou imagem aérea, busca rápida das denúncias, janelas de informações de cada ponto de denúncia com melhor leitura das informações.

Nesse momento da pesquisa datado do segundo semestre de 2016, surgiu uma dúvida de se migrar para um servidor de mapas online ou continuar com as plataformas open-source. Em função da complexidade de se ter um servidor de mapas instalado em nossa página, além da exigência do sistema das máquinas virtuais que ele demanda acabamos abandonando essa ideia aproveitando também que a nossa solução até então estava lidando bem como plataforma de mapeamento.

REPLICABILIDADE DO MODELO

Por se tratar de ferramentas open-source e de banco de dados relacional de simples modelagem a replicabilidade desse modelo de mapeamento é bem possível de ser realizada. Tudo que basta para executar é um domínio próprio na internet com servidor e acesso a banco de dados e alguma experiência em programação. Apesar de complexo a princípio o desenvolvimento de uma nova plataforma nos moldes do Observatório de Remoções é viável por interessados do campo do geoprocessamento.

A pesquisa do Observatório de Remoções possui um site baseado em sistema Wordpress em que um formulário de denúncias recebe as informações básicas sobre a remoção incluindo endereço, geolocalização, nome da comunidade/favela/remoção, descrição do problema, se já houve remoção de alguma família e as informações

de contato do usuário (figura 9). Todas essas informações são salvas automaticamente em um banco de dados relacional instalado no MySQL⁵ e algumas conversões simples convertem o banco de dados no formato compatível com os editores de planilha (versão que é disponibilizada para download em formato csv). O banco de dados é então processado e convertido em geojson, um formato de codificação popular em webmapping, já que preserva estruturas geográficas dos bancos de dados. Com todos os dados prontos para serem utilizados, o template modificado do Bryan McBride chama os arquivos geojson e os projeta no mapeamento online.

Possibilidades de intercambialidade entre plataformas

Paralelamente à plataforma do Observatório de Remoções outras equipes estudam fenômenos semelhantes em outras regiões brasileiras. Esse é o caso do Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro⁶ (figura 10), coordenado pelos Professores Carlos Vainer e Henri Acselrad e localizado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ, e do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR – figura 11)⁷, articulação formada do encontro de diferentes grupos como movimentos populares e sociais ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa.

5 <https://www.mysql.com/> acessado em 17/02/2017.

O MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD), que utiliza a linguagem SQL (Linguagem de Consulta Estruturada, do inglês Structured Query Language) como interface. É atualmente um dos bancos de dados mais populares[1], com mais de 10 milhões de instalações pelo mundo.

6 Disponível em http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/ippur/google/index_02.php.

7 Disponível em <http://www.mapadeconflitos.org.br/>.

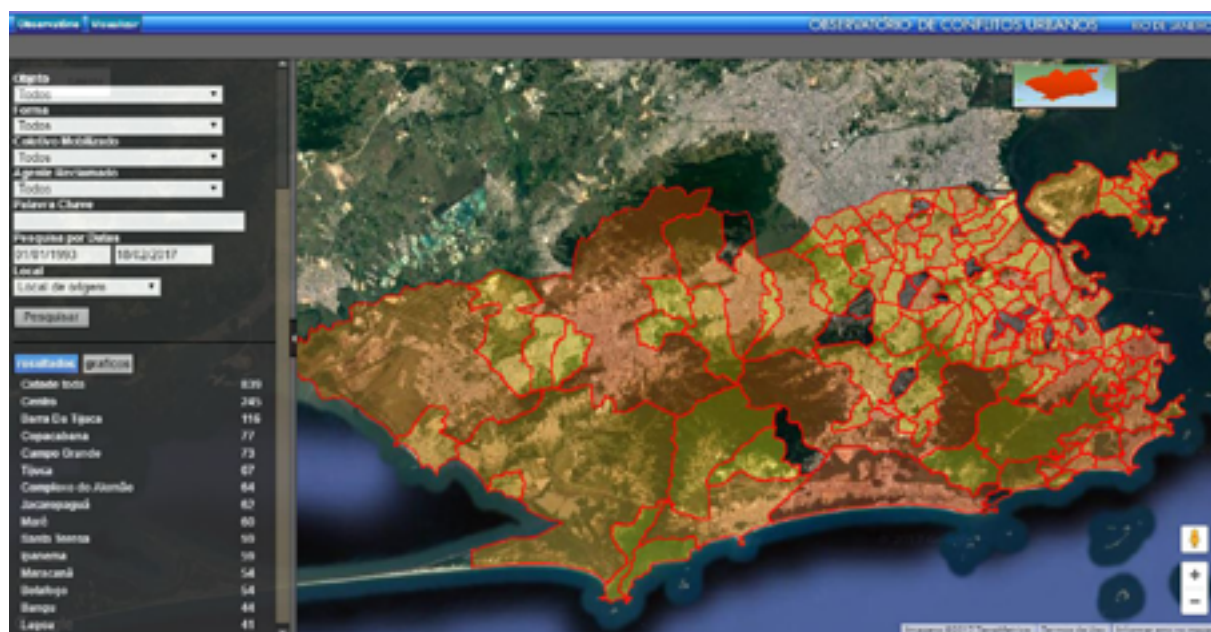


figura 11: Observatório de Conflitos Urbanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Disponível em <http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/>

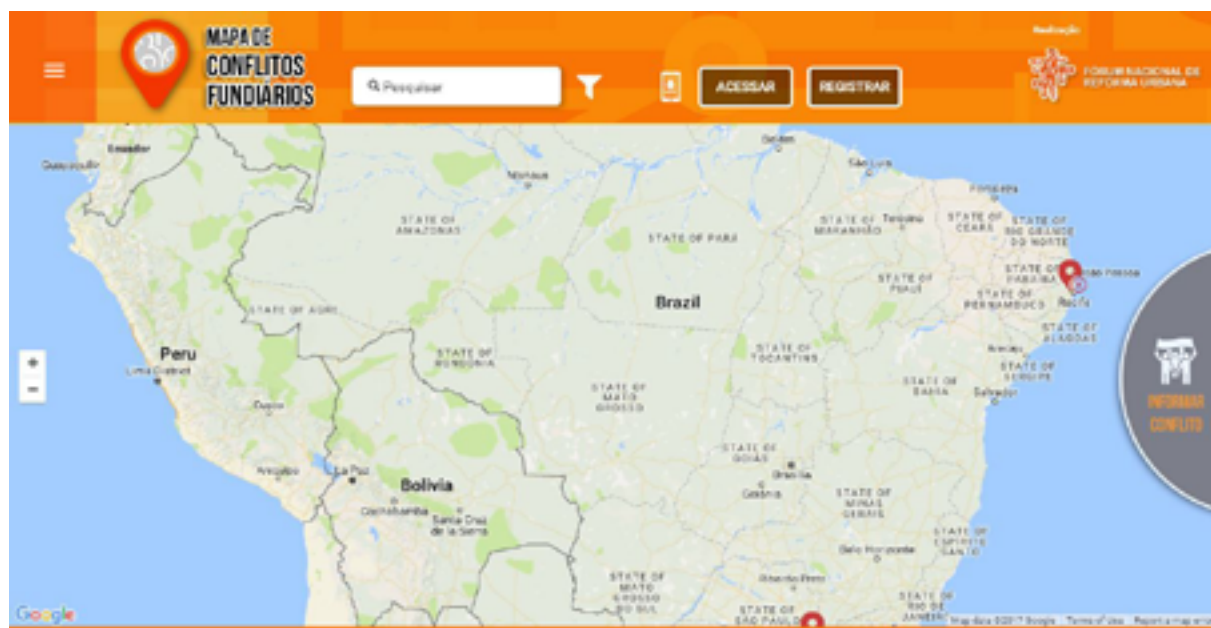


figura 12: mapa de conflitos fundiários do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Disponível em <http://www.mapadeconflitos.org.br/>

Ambos estudam as denúncias em relação às injustiças dos grupos sociais vulneráveis, porém em diferentes níveis.

Enquanto o Observatório dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro registra manifestações públicas em relação a infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas que ocorrem em espaço público retratando as desigualdades sociais e a diferença de aplicações das políticas governamentais, o FNRU reúne dados nacionais de conflitos por terra urbana em que ocorra disputa da posse ou propriedade do imóvel promovendo a luta pelo direito à cidade.

Torna-se interessante uma convergência dos dados entre as plataformas de modo que retratem em um mesmo mapeamento as entradas dos diferentes bancos de dados. Uma vantagem do template utilizado para o Observatório de Remoções é que os plugins contam com a funcionalidade de chamar outros arquivos, como por exemplo, arquivos geojson, csv ou kml que são muito utilizados em mapeamentos online. Existe, portanto a possibilidade de agregar novas informações ao nosso mapeamento (ou utilizarem nossas denúncias para aprimorar seus próprios mapeamentos).

Apesar de ainda não ter sido finalizada essa intercambiabilidade entre as plataformas em função de dificuldades de acerto entre as equipes a respeito da disponibilidade e representação dos dados, sua realização é factível e a continuação dos esforços poderá alcançar esse resultado. Dessa maneira, a apropriação das plataformas de mapeamento por parte da população vulnerável e das frentes de apoio se torna mais provável com a concentração de mais dados disponíveis em uma mesma base única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São imprescindíveis, portanto, novos investimentos em oficinas e diálogos no sentido de apropriação da plataforma por parte tanto dos moradores e líderes comunitários atingidos por remoções quanto de advogados populares, movimentos de luta por moradia ou qualquer pessoa que deseje colaborar, a intercambialidade com outros observatórios nacionais ou internacionais além da sobreposição com outras fontes de dados que possam interessar na exploração das informações.

Atualmente contamos com uma plataforma complexa no sentido de possibilidades a serem atingidas e na criação de leituras de acordo com a demanda dos pesquisadores. Entretanto sua alimentação deve ser constante ou as informações se tornarão desconstruídas e desatualizadas. Dessa maneira, somente a adesão completa da ferramenta por parte da sociedade civil poderá mantê-la confiável e completa subsidiando a luta pelo direito a moradia.



foto 1: Apresentação do Seminário Nacional Remoções, Resistências e Intervenções urbanas.
Observatório de Remoções, 2016.

REMOÇÕES, RESISTÊNCIAS E INTERVENÇÕES URBANAS: UM RELATO SINTÉTICO

Regina Lins e Francisco Comaru

Um dos objetivos do projeto Observatório de Remoções consiste em acompanhar e fortalecer comunidades, sociedade civil e redes em processos de resistência a remoções e defesa dos direitos de atingidos. Este objetivo pressupõe como um de seus meios a cooperação com outros grupos de pesquisas em outras metrópoles nacionais e internacionais de forma a contextualizar mais ampla e criticamente os processos observados. Este trabalho em rede busca também avaliar e ampliar a utilização da plataforma digital e do mapeamento colaborativo construído nas fases iniciais do Observatório de Remoções, encerradas em fevereiro de 2017.

Um das ações realizadas para atingir o objetivo referido constituiu-se no Seminário Nacional Remoções, resistências e intervenções urbanas realizado em São Paulo, nos dias 18 e 19 de novembro de 2016, no Centro de Formação e Pesquisa do SESC, São Paulo.



foto 2: apresentação de resultados do Observatório de Remoções.

Observatório de Remoções, 2016.

O Seminário foi organizado pela equipe do Observatório, oriunda de duas instituições de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP por meio de seus laboratórios LabCidade e LABHAB e UFABC, com o LabJuta. Assim como o projeto, o seminário obteve o apoio financeiro da Ford Foundation (FFORD) e institucional da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP).

O objetivo específico do seminário centrou-se no compartilhamento dos resultados produzidos no contexto do projeto Observatório de Remoções e no aprofundamento das suas reflexões em conjunto com o/a/s participantes pesquisadores/a/s convidado/a/s de outras

partes do Brasil, assim como do estado de São Paulo. Assim, e como resultado da natureza do seminário, todo/a/s o/a/s apresentadore/a/s de trabalhos também exerceram a função de debatedore/a/s de um total de 19 trabalhos apresentados.

O Observatório de Remoções apresentou seus resultados em dois trabalhos intitulados:

- (i) Mapeando colaborativamente remoções e ameaças de remoções em São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá;
- (ii) Ações colaborativas e fortalecimento das resistências.

O primeiro apresentou os resultados produzidos na escala da metrópole (municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá) enquanto o segundo, “observou de perto” os processos mapeados mais amplamente em quatro situações específicas (Água Espraiada e Douglas Rodrigues em São Paulo; Ecovias, em Diadema e Jardim Zaira em Mauá).

Além destas duas reflexões outras 16 reflexões sobre o tema das remoções foram apresentadas.

A representante da Fundação FORD, Leticia Osório, apresentou uma reflexão intitulada: Proteção da posse e da moradia em processos de desapropriação – desafios à sua implementação à luz da CF e dos tratados internacionais de direitos humanos. Discutiu-se à luz dos objetivos mais amplos do seminário, a abordagem da interferência no direito à posse e à moradia por meio da desapropriação, evidenciando os conteúdos da proteção à moradia, os conceitos de deslocamento involuntário/despejo forçado/remoções, as correspondentes obrigações do Estado e as soluções jurídico-sociais possíveis e desejadas.

Uma do **Ceará:**

(i) Ocupações, remoções e resistências em Fortaleza: mudanças e permanências – Renato Pequeno (Lehab/UFC)

A apresentação levanta questões e hipóteses, ainda preliminares, sobre processos de ocupação e de remoção na cidade de Fortaleza, assim como as resistências a elas associadas, em contexto de um intenso crescimento de suas áreas de ocupação. Estima-se que atualmente mais de um milhão de

pessoas vivam em assentamentos precários urbanos nesta capital, revelando suas condições de desenvolvimento desigual. Por outro lado, despontam ao longo da sua história práticas da remoção e despejos, os quais foram muito pouco investigados e registrados.

Estas famílias, via de regra, tiveram como destino novas áreas de ocupação em setores menos valorizados, assim como em grandes conjuntos habitacionais periféricos. Tais práticas prosseguiram ao longo de décadas por diferentes razões, dentre as quais a desocupação de áreas de risco, promovendo a segregação involuntária de comunidades inteiras, preponderando sobre as frágeis tentativas de resistência da população. Desde a última década, estas ações têm se intensificado em decorrência de grandes intervenções promovidas pelo Estado vinculadas à mobilidade urbana, que tem como grandes beneficiários o setor da construção civil.

Como bases de dados, recorrem-se aos levantamentos de favelas e aos planos municipais de intervenção em assentamentos precários. Em seguida, faz-se uso da cartografia social obtida nos encontros de comunidades, e das ameaças de remoção e despejos violentos realizadas junto aos escritórios de direitos humanos. Destaca-se ainda a inclusão de estudos de caso dos processos de ocupação na periferia, assim como das tentativas de remoção e resistência.

Três de **Minas Gerais:**

(i) Luta por moradia em Belo Horizonte: reflexões sobre uma outra lógica da prática – Denise Morado (PRAXIS/UFG)

A partir do exercício teórico-prático na condução de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão do grupo PRAXIS, junto às ocupações urbanas e vilas em Belo Horizonte, propomos refletir sobre a pergunta: é possível construir outras práticas que enfrentem a desigualdade sócio-espacial contemporânea, expressa estruturalmente na luta por moradia, para além da política habitacional pública?

Hoje, diante do atual momento econômico-político, não temos encontrado espaços para a argumentação e uma possível transformação estrutural dos procedimentos que fazem a cidade. Precisamos inventar uma outra lógica da prática que nasça das imprecisões, irregularidades e incoerências das “práticas intrinsecamente coerentes ao mesmo tempo que compatíveis com as condições objetivas, [...] facilmente dominadas e manejáveis porque obedecem uma lógica pobre e econômica”, acatando Bourdieu. Uma lógica da prática que emerge da luta por moradia onde encontram-se outros esquemas de percepção, de apreciação e de ação adquiridos pela prática, colocados em ação no estado prático, com estrutura temporal – ritmo, andamento e orientação – constitutiva de seu sentido

(ii) #resisteizidora: Ocupações urbanas como resistência positiva ao urbanismo Neoliberal – Joviano Mayer (Indisciplinar/UFMG)

Não faltam exemplos nas metrópoles brasileiras de lutas que implicam na reapropriação espacial pelos pobres urbanos em oposição aos cercamentos operados pelo Estado-capital, resistências positivas que desafiam o domínio espacial e, ao mesmo tempo, espacializam a política. Especialmente na

última década e, ainda com maior intensidade, após as jornadas de junho de 2013, as ocupações organizadas por movimentos sociais se multiplicam nas metrópoles brasileiras, não raro garantindo o assentamento de milhares de famílias pobres que não podem aceder à aquisição da moradia, nem mesmo pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Em Belo Horizonte, cidade palco de um conflito fundiário que ganhou projeção nacional, envolvendo as três ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), as lideranças das famílias sem teto ousaram em 2015 dizer “não” à proposta colocada à mesa de negociação, elaborada unilateralmente pela construtora proprietária da maior fração dos imóveis ocupados e apresentada pelo governo estadual como “única saída”. A rejeição da proposta ocorreu apesar de haver decisão judicial que determina a reintegração de posse das áreas ocupadas, localizadas na maior área verde remanescente da cidade, destinada a uma Operação Urbana já aprovada pela Câmara Municipal.

Simultaneamente à rejeição da proposta oficial, a rede que acompanha as famílias das ocupações sustentou uma contraproposta que previa a manutenção da maior parte das casas de alvenaria auto-construídas pelos (as) moradores (as), preservando seu modo de vida e sua forma de apropriação do espaço urbano. Bastante simbólico o conflito que envolve as ocupações da Izidora que, não apenas resistiram aos despejos e escancaram, mais uma vez, o drama da questão habitacional e a quem serve o Poder judiciário, mas também suscitaram amplamente um debate de cidade, de política urbana e metropolitana que coloca, de um lado, a

proposição público-privada (Operação Urbana do Isidoro e MCMV) amparada pela democracia direta do capital, do outro, o espaço comum dos pobres, a luta pelo direito à cidade e por democracia real. Exemplo concreto de que nossa luta também é pelo direito de nos autogovernar, começando pelo espaço. Afinal, o espaço é político, e sem democracia real o espaço não nos cabe.

(iii) A reforma urbana, a luta pela moradia e a resistência popular – Leonardo Péricles (MLB/MG)

A luta pelo direito à cidade, para mudá-la, recriá-la: “Não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no feirão da Caixa: o aumento da renda, que possibilita o crescimento do consumo, não ‘resolve’ nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte”.

Mudar o sistema econômico e político para mudar as cidades: a luta pela reforma urbana e pelo socialismo: A reforma urbana apesar de ser uma medida que pode ser aplicada nos marcos do próprio capitalismo; Muito pouco provável, pelas características do Brasil, com uma Burguesia altamente dependente, submetida aos interesses internacionais, que fica cada dia mais rica mantendo a enorme desigualdade existente, não tem interesses de fazer reformas estruturais; Por isso a defesa do Socialismo, como sistema que possa garantir as conquistas vidas do acúmulo de forças, das lutas, do poder popular construído pelas classes trabalhadoras e oprimidas

nessa sociedade; Sempre lembrando que as experiências revolucionárias têm suas próprias características, nunca são iguais as outras, mas também com particularidades comuns; Mas essa mudança será decidida pela ação de milhões e por forças sociais que vão além das que lutam apenas pelo direito à cidade.

Duas do **Rio de Janeiro:**

(i) Vila Autódromo em Disputa: Sujeitos, Instrumentos e Estratégias para a Reinvenção do Espaço – Fernanda Sanchez (NEPLAC/UFF)

A luta dos moradores da Vila Autódromo para reinventar seu território, violentamente afetado pela marcha da reestruturação urbana em tempos de urbanismo olímpico na cidade do Rio de Janeiro, é tomada como caso emblemático de produção do espaço conflitual, neste caso, contra as Remoções. Ao discutir esta formulação evidencio os diversos instrumentos, recursos e estratégias dos quais os moradores e apoiadores fizeram uso para resistir ao atual projeto de cidade.

A capacidade imaginativa dos sujeitos para desfigurar as linguagens do poder e reconfigurar os sentidos da luta ao longo dos anos permitiu inscrever o caso na esfera pública em múltiplas escalas: local, nacional e internacional. Para desenvolver a reflexão a apresentação constitui-se das seguintes partes: breve caracterização da Vila Autódromo como território disputado; a mídia como instrumento ativo na produção do espaço; as violências institucionais no território; lugares e espaços para a comunicação da luta; as gramáticas territoriais da insurgência. Nas considerações finais serão retomadas algumas

ideias chave que enfatizam as possibilidades de aprendizado e emancipação, transformadoras para todos aqueles que participaram do processo.

(ii) Do planejamento negocial ao planejamento conflitual – Carlos Vainer (NEPLAC/IPPUR/UFRJ)

É na conflituosidade quotidiana, e não apenas, nem principalmente, nas explosões e crises, que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais através das quais, se assim se pode dizer, falamos nossas cidades. É por esta razão que o estudo da conflituosidade urbana oferece rica chave para a leitura da realidade e dinâmica urbanas; ipso facto, a conflituosidade constitui promissora entrada para estudos urbanos comparados.

A diversidade e multiplicidade da cidade, quase sem mediações e ruídos, como se em estado virgem, aparecem nos conflitos, eles mesmos dispersos, múltiplos e diversos. Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas, imaginários e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? Que reivindicações, anseios e frustrações traduzem? Que tensões entre grupos e indivíduos trazem à luz? De que maneira a desigualdade sócio-espacial se expõe a partir de informações sistemáticas sobre conflitos? Movimentos sociais organizados e manifestações de multidões, ações coletivas na justiça ou baixo-assinados, conflitos de vizinhança, inúmeras são as formas através das quais a cidade explicita sua urbanidade, sua diversidade e desigualdade e, mais do que isso, elabora as formas de enfrentá-las.

Mas os conflitos podem iluminar muito mais que os estudos urbanos. Podem inspirar novas formas de conceber e implementar políticas e planos. A principal inovação propiciada por uma abordagem que lê a cidade a partir de sua conflituosidade é que ela oferece um rico conjunto de conhecimentos que pode informar e sustentar um novo tipo de intervenção planejada, pleno de potencialidades até hoje inexploradas, que designamos de Planejamento Conflitual.

Como teoria e perspectiva, como conceito, metodologia e prática inovadoras de Planejamento Urbano, o Planejamento Conflitual concebe e aciona a conflituosidade urbana como fundamento, informação e dinâmica sobre a qual, e a partir da qual, se constroem políticas, planos e projetos. E, também, talvez, sobretudo, sobre a qual, e a partir da qual, se constrói um novo sujeito planejador – um coletivo social. O Planejamento Conflitual aponta e aposta no potencial criativo do conflito, do qual emergem sujeitos coletivos que resgatam a cidade enquanto arena política, isto é, enquanto espaço em que cidadãos se encontram e confrontam para debater e arbitrar os destinos da urbe.

Três do **Paraná**:

(i) O poder do proprietário e a justiça para poucos – Luana Xavier (Terra de Direitos/PR)

Os conflitos urbanos pela disputa da posse de um imóvel ou pela ocupação de um espaço público ou, ainda, pelo direito de reivindicar ou protestar são, em um momento ou outro, levados à resolução do Poder Judiciário, a quem compete definir “quem tem o melhor direito”. Mas que Poder é esse? Qual sua capacidade de avaliar o “melhor direito” ao

caso concreto? Ou ainda, até que ponto conflitos sociais da escala dos conflitos fundiários coletivos ou grandes processos de manifestação, resistência ou confrontação tem na caneta de um juiz a melhor solução?

Apesar de avanços consideráveis no reconhecimento de direitos, em especial o direito à moradia adequada, as remoções de milhares de famílias dão-se como um processo continuado, sempre reinventando as motivações e justificativas. Um elemento, contudo, mantém-se pouco modificado: o papel do Poder Judiciário na legitimação de todos estes processos. Um poder que se manteve quase inalterado com a democratização e a Constituição de 1988, constituído majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais e católicos, representa a continuidade de uma cultura patrimonialista na jurisprudência nacional apesar dos avanços legislativos em contrário. Sua maior pauta ainda é corporativa, enquanto mantém uma estrutura rígida e autoritária. Propõe-se um olhar para este Poder, trazendo a reflexão que o avanço em direitos depende, ainda, de um repensar sobre a política de justiça e uma democratização do Sistema de Justiça.

(ii) Conflitos fundiários e Poder Judiciário: o papel das decisões jurisdicionais nos despejos coletivos urbanos – Giovanna Milano (UFPR)

Direito e espacialidade encontram-se sob filtros de seletividade que se manifestam nos interditos e permissões que conformam as relações entre sujeitos e espaços urbanos. Da tensão dialética entre a negação ao direito à cidade e as experiências sócio-espaciais de resistência emergem os conflitos

urbanos e, particularmente, os conflitos fundiários urbanos. A disputa pelo acesso à terra pela moradia é geradora de enfrentamentos entre interesses de proprietários e não proprietários, os quais frequentemente são traduzidos à esfera institucional para intervenção jurisdicional.

No intuito de aprofundar a leitura sobre a atuação do Poder Judiciário realizou-se a análise das decisões sobre conflitos fundiários urbanos coletivos, proferidas em Tribunais de Justiça das cinco regiões brasileiras, no período entre 2014 e 2015. Incorporou-se, ainda, o acervo jurisprudencial dos Tribunais Superiores sobre a temática, produzido no período entre 2002 a 2015. Das fontes analisadas concluiu-se que participação do Poder Judiciário ocorre por meio de um comportamento típico, manifestado na construção da figura do “invasor” como elemento decisivo na resolução jurisdicional da disputa. A partir da identificação deste personagem urbano nas decisões, a atuação jurisdicional opera de maneira seletiva, com a suspensão de garantias processuais, a massiva concessão de liminares e a indicação do despejo forçado como único desfecho possível

(iii) A experiência da Escola Popular de Planejamento da Cidade na Fronteira Trinacional – Cecilia M. Machado (UNILA)

A Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC) é uma proposta colaborativa de produção de conhecimento que articula ensino, pesquisa e extensão e envolve universidade, instituições de Direitos Humanos, estudantes, professores, movimentos sociais e moradores da Fronteira

Trinacional (Brasil, Paraguai e Argentina). Tem como proposição o princípio de que a paisagem não deve ser compreendida e planejada com procedimentos de estudo e intervenção padronizados, concebidos a partir de um enfoque distanciado. Entende-se como decisiva a inserção do pesquisador na realidade que pretende conhecer e atuar, e dos interlocutores desses estudos como protagonistas de sua realização.

A EPPC atualmente analisa e contribui com o dimensionamento dos impactos da reestruturação urbana e social que envolve a Fronteira Trinacional, caracterizada por mais de 30 Grandes Projetos Urbanos (públicos e privados), questionando análises subestimadas, em especial relacionadas ao deslocamento populacional forçado. Deste modo, a partir de diferentes escalas, identificamos e mapeamos regiões e grupos de grande vulnerabilidade socioambiental decorrentes desse processo, e os apoiamos com ferramentas de compreensão desse fenômeno urbano e de defesa do seu Direito à Moradia.

A partir de encontros itinerantes nas comunidades, realizamos debates entre lideranças e movimentos sociais da região, grupos de estudo, cineclube, mutirões de pesquisa, arrastões culturais, entre outras ações de fortalecimento da luta cotidiana desta população por moradia. Todo o conhecimento resultante deste processo é disseminado por meio de mapas, blogs, jornais populares, cordéis, cartões postais e planos populares. Em todo o trabalho, tem-se como premissa o envolvimento da população no processo de produção de conhecimento e de comunicação social. Entendemos que a resistência às remoções forçadas passa também pelo reconhecimento dos moradores como produtores

destas informações e não só espectadores, tornando-os mais críticos e conscientes do processo em que se vive, sendo este um direito.

Uma do **Rio Grande do Sul:**

(i) Possibilidades de empoderamento da luta contra os despejos a partir da teoria – Cristiano Muller (CEDES/RS)

Parte-se da teoria Crítica dos Direitos Humanos numa aproximação em direção aos conflitos fundiários urbanos a partir do relato de 5 práticas de luta por direitos humanos. Trata-se do empoderamento da luta contra os despejos a partir de uma perspectiva crítica dos Direitos Humanos.

Conclui-se argumentando que Falar de estratégias jurídicas, é falar de um caos jurídico: o sistema de justiça só reconhece esses processos como esbulho possessório, numa visão formalista. Faz-se necessário colocar a pauta dos conflitos fundiários urbanos na pauta do Brasil, de forma a perceber e entender esses conflitos de um modo complexo e não meramente formal, burocrático, tecnocrático. A idéia de que todos têm direitos iguais é uma abstração, pois a partir de Locke o sujeito do contrato social é o homem branco.

Por fim, cinco trabalhos refletiram a partir de **São Paulo:**

(i) Conflitos Fundiários Urbanos e o Sistema de Justiça – Henrique Frota (PUC/IBDU/SP)

Discutem-se os conflitos fundiários urbanos a partir de uma dimensão de atuação institucional,

considerando que, em muitos casos, o Poder Judiciário é instado e decidir sobre disputas pela terra. Quando o conflito fundiário se converte em litígio judicial, a tendência da realidade processual é de invisibilização de diversos aspectos que conformam o caso real. Verifica-se uma dificuldade profunda das estruturas judiciárias em lidar com situações que implicam em disputas coletivas, uma vez que o processo é um esquema formulado a partir de uma lógica individual, na qual as partes são conhecidas. Por outro lado, atores que integram o conflito no sentido mais amplo não possuem lugar na relação processual, o que dificulta uma solução mais adequada para os casos.

Em pesquisa recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico sobre processos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, detectou-se que, em grande número, os conflitos fundiários são tratados no âmbito de ações de reintegração de posse, nas quais figuram entre as partes, de um lado, o pretense proprietário e, de outro, as famílias ocupantes, ignorando a responsabilidade do Poder Público e de outros agentes, como se o conflito fosse estritamente de ordem privada. Isto evidencia que questões relativas à desigualdade social, ausência ou insuficiência de políticas públicas não encontram meios de solução adequadas na arena judicial. Outro fator que leva a distorção dos conflitos é a pouca capacidade que o Sistema de Justiça demonstra em incorporar aspectos jurídico-urbanísticos, privilegiando a proteção de interesses privados consubstanciados no instituto da propriedade privada. Diante desses aspectos, a arena do Poder Judiciário tem se mostrado historicamente

como um agravante dos conflitos e não como via de solução adequada. Remoções com uso de força policial e, por vezes, emprego de medidas violentas, não raramente são decorrentes de decisões judiciais. O presente trabalho visa apresentar estudos recentes com enfoque em casos de conflitos fundiários judicializados e o papel desempenhado pelos diversos integrantes do Sistema de Justiça, problematizando as dicotomias e insuficiências da função jurisdicional.

(ii) Ocupações urbanas em Campinas/SP: resistências e contra-racionalidades ao processo de urbanização corporativa – Helena Rizatti (UNICAMP/SP)

A pesquisa parte da compreensão da cidade de Campinas-SP enquanto uma metrópole corporativa e analisa as duas maiores ocupações de terras urbanas (Jardim Campo Belo e Parque Oziel) instaladas em seu território, no ano de 1997. Neste estudo, analisamos o processo de instalação e manutenção dessas ocupações a partir da implantação, da instalação de infraestrutura e de serviços urbanos informais realizadas pela própria população ocupante; os casos de remoções e, também, como se deram os casos de permanência nesses lugares através do processo de urbanização formal e regularização das áreas. Essas permanências foram possíveis através do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, denominado, no âmbito municipal, como Projeto Social Vip-Viracopos

(iii) Favelas e Ocupações: territórios de conflitos em São Paulo, resistência popular e luta pela terra – Benedito Roberto Barbosa (CMP/SP)

Aborda a partir de um relato histórico a inserção do movimento de moradia em pautas mais institucionais, de forma mais ampla, por exemplo, apontando para a discussão sobre os projetos do PMCMV que ainda não foram iniciados e serão congelados.

Aponta que há uma pauta nacional em curso e questiona-se como o movimento, a partir das dinâmicas no território, coloca essas pautas em curso. Relembra ainda a plenária nacional realizada com a reunião de todos da Via Campesina e dos movimentos urbanos que conclui que o problema comum é do acesso à Terra.

Questiona: como ampliar com os movimentos de moradia, no campo e na cidade, o debate sobre o tema e como aprofundar trocas com outros movimentos e instituições construindo redes nesses processos.

Aponta, por fim, para as contradições de uma luta coletiva, baseada em vários aspectos culturais identificados nos territórios e como ir lidando com isto aos poucos. Alerta também para os processos de criminalização da pobreza e, conseqüentemente, das lideranças envolvidas, com uma violência policial crescente.

(iv) O “padrão Pinheirinho” de fazer cidade - Isadora de Andrade Guerreiro (Usina-CTAH/SP)

Pretende-se apresentar o caso da ocupação “Pinheirinho”, em São José dos Campos – SP,

que por oito anos manteve situação estável, consolidando um bairro de cerca de 1.800 famílias em localização privilegiada, com espaço urbano generoso e ordenado, com lotes de 250m² e áreas comuns. Sua reintegração de posse, em janeiro de 2012, foi realizada de maneira ilegal e extremamente violenta, resultando em sanção da OEA ao país.

O Pinheirinho é um caso paradigmático, pois a organização e resistência das famílias tiveram como consequência a construção de novas unidades pelo PMCMV, num bairro distante, com um projeto padrão. Procura-se entender, a partir destes elementos, uma espécie de modelo, adotado posteriormente em outras grandes ocupações, que destrói (exemplarmente) uma organização espacial que expressava as necessidades de habitar de uma classe social, adotando uma política de reassentamento muito mais custosa do que a sua regularização. O PMCMV, como instrumento único e totalizante da política pública, cumpre papel importante: institucionaliza processos autônomos de organização popular; judicializa a política em mesas de negociação executivas que depois são incorporadas ao poder judiciário (como o GAORP, no TJ-SP); aumenta o preço da terra periférica, tornando-a mais cara (por m²) do que os terrenos originais de ocupação; aciona uma rede extensa de produção da cidade (construção civil, imobiliária e institucional) que a desurbaniza e amolda as forças populares organizadas à sua lógica.

(v) Dois lados da moeda: remoções planejadas e resistência nas ocupações – Caio Santo Amore (PEABIRU/TCA/SP)



foto 3: Seminário Nacional. Observatório de Remoções, 2016.

Abordam-se dois aspectos do tema:

- (1) Remoções nos processos de intervenção e urbanização de favelas;
- (2) Ocupações, resistência e a remoção como ameaças cotidianas.

Nas intervenções em favelas (1), abordaremos métodos de levantamentos (selagem, cadastro) e elaboração de diagnósticos (risco, precariedade) que indicam as remoções necessárias e seus critérios e o modo como podem orientar tanto os diálogos com os moradores quanto as diretrizes dos projetos. Desse modo, espera-se problematizar, inclusive as práticas contemporâneas de intervenção em favelas, que têm como pressupostos a remoção e a extinção física desses territórios. E em (2), nas ocupações promovidas pelos movimentos de luta por moradia, a remoção é tratada pelo seu

oposto e como uma ameaça cotidiana às famílias que se sujeitam a colocar seu próprio corpo em luta. Trataremos de experiências recentes nas quais a Peabiru atuou como assessoria técnica, visando tanto à organização territorial no próprio processo da ocupação, à proposição de alternativas e interlocução técnica com os poderes públicos, quanto à consolidação dos assentamentos.

Por fim, como síntese geral das discussões realizadas no Seminário Nacional, após todas as apresentações e todos os debates que se seguiram, conclui-se que este evento superou em muito a expectativa inicial, dado comprometimento do/a/s que participaram com a constituição, com o fortalecimento e com a ampliação dessa rede vinculando o tema em vários campos: jurídico, arquitetônico, urbanístico, pedagógico, a uma agenda de pesquisa



foto 4: Equipe do Observatório de Remoções apresentando os casos. Observatório de Remoções, 2016.

que propicie o entendimento mais profundo do que se passa hoje e dos novos processos de transformação do território de das políticas, públicas e privadas, a ele dirigidas. A reunião de quem está na prática, no território, a partir de várias ações com aquele/a/s que refletem sobre o tema das remoções e seus impactos sobre o/as/ atingido/a/s apontam para um próximo encontro.

SÍNTESE DOS DEBATES E APRESENTAÇÕES

Como extensamente registrado por literatura técnica e acadêmica, as cidades brasileiras são marcadas por profundas desigualdades e injustiças sócio-territoriais e processos de remoções tem se intensificado nos últimos anos.

As apresentações e debates demonstraram que os sem-teto vêm, nas últimas décadas, de forma organizada ou não, ocupando espaços abandonados por proprietários de imóveis que não cumprem com sua função social, e que na maioria das vezes também não pagam impostos essenciais para a ordem urbanística, como o IPTU.

Os movimentos populares urbanos e associações de moradores, por meio das ocupações, buscam pressionar o poder público por políticas urbanas e de habitação inclusivas, visando dar visibilidade à sociedade como um todo da gravidade do problema habitacional, e “resolver” mesmo que de forma provisória, o problema de abrigo para muitas famílias que não têm condições de arcar com os custos do aluguel ou que foram removidas

por outros processos. Além disso, pode-se observar também, a ocupação como tática para um atendimento definitivo daquela demanda envolvida.

Em muitos desses espaços das ocupações a juventude tem procurado novas formas de sociabilidade - com relação aos alimentos, arte e cultura e afetividade. É uma geração inteira que está sendo moldada de forma diferente. Inúmeros jovens já nasceram dentro das ocupações e hoje compõem os movimentos.

Cada ocupação questiona, mesmo que indiretamente, que cidade queremos.

As experiências a partir de relatos de casos e pesquisas conduzidas a partir de referências e de dados empíricos mostra que o poder judiciário, com raríssimas exceções, têm se mostrado muito despreparado para dar respostas que a sociedade necessita. Trata-se de um poder constituído em sua maioria por homens, brancos, heterossexuais e católicos com perfil bastante conservador.

O poder judiciário sofre uma síndrome de visão formalista e burocrática. Trata-se de um poder muito hierarquizado e praticamente sem controle social, nem ouvidorias externas – e os especialistas relatam que discutir isso dentro do judiciário é extremamente difícil. A sua estrutura de poder é feita para dar vazão ao conflito na sua dimensão individual e não na dimensão coletiva. Em inúmeros processos de remoções, os réus sequer são chamados para serem ouvidos. Os invasores são tratados como desconhecidos, ignorando-se os seus nomes. Trata-se assim de um setor pouco permeável, democrático, aberto e despreparado para lidar com os conflitos em questão.

O judiciário tem considerado na grande maioria de suas decisões somente a dimensão da propriedade individual privada. Fatores, como direito a moradia, direito a privacidade e a segurança, ordem urbanística, função social da cidade e da propriedade são consideradas subalternas e no mais das vezes, são ignoradas negligenciadas nos processos e sentenças.

Os poderes executivos, por sua vez têm se mostrado com uma atuação muito aquém do necessário, tanto com relação à ordem urbanística, quanto em relação à promoção do direito à moradia e à cidade. Assim, o Estado tem se firmado como “escravo do mercado”. E a grande mídia, por sua vez, no mais das vezes, reforça o jargão da “invasão” criminalizando lideranças, comunidades e movimentos.

Entre outros desafios de fundo, colocam-se a presença das milícias e do crime organizado nas comunidades vulneráveis, considerando que eles influenciam na produção do espaço e na vida cotidiana das pessoas. Além disso, ressalta-se o papel das polícias militares e do uso de sua força (desproporcionalmente violenta, na grande maioria dos casos), por meio de balas de borracha, sprays de pimenta e outros aparatos de repressão e agressão. Discute-se ainda o papel das Guardas Municipais que em alguns relatos têm sido utilizadas para cumprir remoções sem o devido mandato judicial.

ALGUMAS POTÊNCIAS PARA REFLEXÃO

As comunidades, movimentos e coletivos são desafiados para o desenvolvimento da capacidade de expansão de relações e para criarem relações e vínculos com outras comunidades, assim como ampliar o apoio da opinião pública na causa do direito à moradia digna para todos.

Importante aprofundar a questão da moradia, para além do direito a propriedade individual, mas também como serviço público e como propriedade coletiva.

Registra-se a importância de continuidade de sistematização de todas as experiências que geram algum aprendizado, numa perspectiva de pesquisa-ação, de educação popular e pedagogia do confronto, lançando-se mão do uso de geotecnologias, mapeamentos colaborativos e planejamento conflitual.

Entende-se que estratégias e iniciativas de arte, cultura e comunicação popular são alternativas vistas como entre as mais apropriadas para lidar com parte dos desafios colocados.

Demanda-se sobre a necessidade de se questionar os privilégios de classe como um meio essencial para se discutir a possibilidade de universalização de direitos.

Por fim, destaca-se a importância de reforçar as abordagens dos direitos humanos que prezam pelo cuidado, respeito e proteção da pessoa humana, de sua integridade e de sua dignidade, no contexto da diversidade e da pluralidade de situações da sociedade brasileira.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA



foto 1: foto da Apresentação Pública do Observatório de Remoções. Carolina Sacconi, 2017.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES: RELATOS DA RESISTÊNCIA, CONSTRUINDO CAMINHOS COMUNS NA LUTA PELA TERRA E O DIREITO À CIDADE E AO TERRITÓRIO

Benedito Barbosa

Dia 04 de Março de 2017 foi um dia histórico para a luta de ocupações e favelas ameaçadas por remoções em São Paulo e cidades do Grande ABC. Mais de 350 lideranças e moradores de ocupações e assentamentos atenderam ao convite do Observatório das Remoções para participar da Apresentação Pública do Observatório na Casa do Povo na Região do Bom Retiro em São Paulo.

O Encontro demonstrou que há necessidade de articulação entre os atingidos pelos processos de remoções em São Paulo e na Região Metropolitana, dada a escala do processo e sua importância para as lutas pelo direito a moradia e a cidade.

A Apresentação Pública do Observatório das Remoções, foi um encontro de moradores de áreas ameaçadas de remoções e despejos, defensores de direitos humanos, movimentos populares e pesquisadores engajados, e como há muito não se via, abrindo perspectivas para que os atingidos por processos de remoções ou despejos forçados continuem se organizando e entrelacem redes de solidariedade, aproximando suas pautas comuns, associados a processos de resistência ou construção de identidades e alternativas.



foto 2: comunidade Levanta Saia ao lado da Obra do Monotrilho – Linha 17 Ouro do Metro. Observatório de Remoções, 2016.



foto 3: Tiêta, moradora da comunidade Levanta Saia. Observatório de Remoções, 2017.

Um elemento de destaque entre os presentes para construção de uma agenda comum de resistência é papel estratégico do Observatório das Remoções que de forma colaborativa construiu uma Plataforma de registros sobre as remoções na Cidade de São Paulo e Região do ABC Paulista.

Muitos relatos dos presentes na planária indicam que muitas vezes as Comunidades estão sozinhas e sem amparo, o Caso da Comunidade Levanta Saia, na região da Operação Urbana Águas Espraiadas, demonstra claramente o cerco que Comunidade vem sofrendo. Tieta, liderança da Comunidade relatou que a Favela está sob enorme pressão em função da Obra do Monotrilho da Linha 17 Ouro do Metrô e do outro lado por enormes torres de apartamentos, onde moradores de imóveis de alta renda,



foto 4: Vila Itaim Várzea do Tietê. Observatório de Remoções, 2016.

vêm pressionando o poder público pela remoção da Comunidade.

Não é diferente o caso da favela da Vila Prudente, situada no perímetro de intervenção da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, relatado por André Silva do MDF, que elevará a pressão sobre favelas e cortiços entre a Baixada do Glicério, Bairro da Mooca e da Vila Carioca. André Silva também relatou sobre o avanço da especulação imobiliária no entrono da Favela Prudente e da importância da unidade entre as ocupações e favelas e sugeriu uma frente das Ocupações para resistir as ações do mercado imobiliário e para enfrentar de forma articulada os processos e as ameaças de remoções e forçadas e as reintegrações de posse na cidade e região metropolitana.

Outro caso greve de remoção por obra pública de implantação de área verde (19% dos casos mapeados) e que foi trazido à plenária é a ameaça do Polder (Dique) da Vila Itaim, para contenção de enchentes. Esta obra associada ao Complexo das Obras do Parque Linear da Várzea do Tietê, removerá 200 famílias. Já há diversos processos de desapropriação em curso porém o destino destas famílias ainda não está claro.

Outro tema que teve destaque na Apresentação Pública foram os casos que envolvem as reintegrações de posse no centro da Cidade de São Paulo. Ivanete Araujo, Neti, liderança no movimento social Frente de Luta por Moradia e moradora da Ocupação Mauá, relatou a gravidade da situação no centro da Cidade onde dezenas de ocupações

estão ameaçadas ou por processos de Imissão na posse, processos de desapropriação, ou reintegrações posse por particulares.

Um dos mais emergenciais relatados na apresentação do Observatório, é o caso da Ocupação São João, nº 588, onde as famílias já moram no local há 07 anos, porém, agora ameaçados pela reintegração de posse agendada para o dia 1º de Abril de 2017.

A presença de Comunidades de todas as regiões da cidade, do centro e da periferia, e de uma parte da Região Metropolitana demonstra a generalização dos conflitos pela terra, com motivacoes semelhantes, e como em geral estes conflitos e as violacoes de direitos que eles engendram são ignorados pelo poder executivo, judiciário e legislativo, apresentando um forte componente de criminalização, estigmatização das Comunidades e seus moradores.

Muitas Ocupações e Comunidades participantes da Apresentação Pública vem utilizando com relativo sucesso estas estratégias de construção de redes de solidariedade, que ajudam muito na superação destes processos de estigmatização, como também contribui para uma certa blindagem dos processos mais cotidianos de violência policial.

Dentre as ocupações presentes neste encontro a Comunidade Vila Nova Esperança da Região do Butantã ao lado do Parque Tizo, na Avenida Eiras Garcia, desde 2008, vem sofrendo uma série de ameaças remoção por parte da CDHU e do Ministério Público do Meio Ambiente. A Comunidade vem construindo sua resistência buscando contruir uma forte rede de solidariedade, e vem também uma série de iniciativas no sentido de se tornar ambientalmente sustentável com geração de trabalho e renda, horta comunitária e educação ambiental para

as crianças da Comunidade, tais iniciativas tornou a Vila Nova Esperança Internacionalmente conhecida, o que vem dificultando a remoção da Vila.

O Encontro indicou ainda, que há uma necessidade de que as Comunidades possam se encontrar e falar de suas lutas e dos processos de resistência, e percebe se também que uma parte destas Comunidades estão organizadas em entidades ou movimentos populares, como Frente de Luta por Moradia FLM, central de movimentos Populares CMP, União dos Movimentos de Moradia UMM, Movimento de Defesa do Favelado MDF, porém, grande parte destas ocupações ocorrem de forma espontanea e não são pautados por qualquer organização mais ampla dos movimentos.

Além destes casos acima relatados participaram da apresentação publica do mais de outras trinta comunidades de todas as regiões da cidade, além de Comunidades dos Municípios de Diadema e Itapeverica de Serra, conforme relato abaixo.

Da Região Central da Cidade participaram, Ocupação São João 588, Ocupação Prestes Maia, Ipiranga 908, Ocupação Mauá, Ocupação 09 Julho, Ocupação Rio Branco, José Bonifácio 237, Ocupação Capitão Salomão, Ocupação Marconni e Favela do Moinho. Grande parte destas Ocupações são organizadas pela FLM e MMPT.

Grande parte destas ocupações enfrentam forte pressão do setor imobiliário ou estão sob ameaça de remoção forçada, juntamente com a São João 588, estão sob ameaça ou ações de Reintegrações de Posse.

A ocupação Prestes Maia é maior ocupação vertical da cidade e passou por processo de desapropriação pela prefeitura de São Paulo, para a



foto 5: grupo representante da ocupação Mauá. Observatório de Remoções, 2017.

implantação de um projeto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, no entanto a prefeitura quer que todas as famílias, mais de 500, deixem o prédio, para a prefeitura assumir o imóvel. Entretanto a prefeitura não garantiu que estas famílias poderão voltar depois do prédio reformado.

A ocupação Mauá nº 340, ocupação localizada ao lado da Estação da Luz no centro de São Paulo onde vivem 230 famílias sob ameaça de reintegração de posse, há uma ação de desapropriação em curso que avaliou o prédio em mais 24 milhões de reais, o que deve inviabilizar a desapropriação.

Ocupação 9 de Julho, trata-se de um imóvel que vem sendo ocupado desde 1997, e é um marco na luta dos movimentos de moradia que lutam por moradia no centro. Este imóvel pertence ao INSS, que tenta transferi-lo para Prefeitura para transformá-lo em habitação Social. O prédio havia sido desocupado no ano de 2003, e voltou novamente a ser ocupado no dia 30 de outubro de 2016.

Ocupação Rio Branco, cerca de 100 famílias, ao lado do largo do Paissandu, são imóveis da prefeitura de São Paulo, ocupados desde 2012, houve tentativa de retomada do imóvel, no entanto as famílias moradoras da ocupação conseguiram na justiça impedir a desocupação, as famílias aguardam solução.

Ocupação José Bonifácio, 237, trata-se de um imóvel do INSS, que foi transferido para a prefeitura, neste momento a ocupação não sofre ameaça de reintegração de posse.

Ocupação Marconni, trata-se de uma ocupação das onde moram 68 famílias, que existe desde 2012, há uma ação de desapropriação em curso como o caso da Rua Mauá um impasse no processo de desapropriação em função dos altos valores de avaliação, a reintegração de posse foi suspensa Tribunal de Justiça.

Capitão Salomão trata -se uma Massa falida 54 famílias, a ocupação desde 2013, não há ação de reintegração de posse.



foto 6: ocupação Ana Clara em Guaianazes. Observatório de Remoções, 2016.

Favela do Moinho é uma favela na região do Bom Retiro, Campos Elíseos, e Luz, no local vivem mais de 400 famílias, foi atingida por diversos incêndios e vive sob ameaça constante de remoção e sob constante pressão do mercado imobiliário. A Favela está às margens do trilhão da CPTM próxima a Julio Prestes, sob o Viaduto Orlando Murgel na Avenida Rio Branco. Após diversas tentativas de remoção, uma liminar numa ação de usucapião impetrada pelo Escritório Modelo da PUC SP, vem segurando a remoção desta Comunidade.

Da Região Leste de São Paulo, participaram o MDF Movimento de Defesa do Favelado que trabalha em cerca de 30 favelas na região de São Mateus, Vila Prudente e Sapopemba, Parque Savoy, Ocupação Ana Clara em Guaianazes, Ocupação Terra Prometida- ULCM, Ocupação 21 de Abril, Ocupações na Região das Várzeas do Tietê.

Ocupação Ana Clara em Guaianazes possui cerca de 120 famílias em área da Prefeitura de São Paulo desde o dia 30 de outubro de 2016. Não há ação de reintegração de Posse.



foto 7: manifestação da Comunidade Vila Cristina e Vila da Paz. Observatório de Remoções, 2016.

Ocupação Parque Savoy, ocupação em área da Prefeitura de São Paulo, cerca de 100 famílias morando na área como ameaça de Imissão na posse para o dia 10 de abril de 2017.

Ocupação Terra Prometida, encontra-se há cerca de 9 meses num terreno da Caixa Econômica Federal, no local vivem cerca de 280 famílias, que já receberam notificação da Caixa, mas não há ação de reintegração de posse, as famílias a ALDM e a ULCM tenta negociar o terreno para transformá-lo em um projeto habitacional.

Ocupação 21 de Abril cerca de 250 famílias na Região do Brás, com ameaça de reintegração de posse pela CDHU.

Da Região Oeste, participaram as Comunidades Vila Nova Esperança, já mencionada.

Da Região Sudeste, participaram a Favela de Heliópolis- UNAS, a Associação Estrela Guia que atua em 20 favelas na Região do Ipiranga, Comunidade Vila Cristina e Vila da Paz.

Heliópolis é maior favela de São Paulo, iniciada em uma área do INSS, com mais de 1 milhão de metros quadrados na região do Ipiranga próxima



foto 8: comunidade do Buraco Quente Removida no ano de 2014. Observatório de Remoções, 2015.

ao Hospital Heliópolis, no início dos anos 1980 a favela foi maior ocupação de São Paulo, e sofreu diversas ameaças de remoção, porém após a luta resistência da Favela desde, 1985 a favela vem passando por diversos projetos de urbanização. O grande desafio é garantir o direito à posse, moradia e acesso a serviços públicos, para 130 mil pessoas que vivem na Comunidade.

Favela Vila Cristina e Vila da Paz, são duas favelas em área da Prefeitura de São Paulo, com mais de 2.000 mil famílias que desde 2010, sofrem

ameaça de remoção por conta de um projeto de um parque linear, a luta e a resistência destas duas comunidades que impediu o seu processo de remoção.

Da Região Sul, participaram diversas Comunidades e Ocupações: Ocupação Aristocrata, Ocupação Anchieta, Ocupação Vitória/Cecasul, além do Fórum de Lideranças das Águas Espreadas, Comunidades da Região da Avenida Roberto Marinho, Comunidade Levanta Saia, Cruz de Malta e Vietnã.



foto 9: manifestação Ocupação Douglas Rodrigues contra a reintegração de posse. Observatório de Remoções, 2016.

Ocupação Aristocrata na região do Grajaú, no terreno do antigo clube Aristocrata, a ocupação existe desde 2016, esta em uma área da prefeitura tem o apoio do MTST e vem sofrendo ameaça de reintegração de posse por parte da prefeitura a Ocupação fez um acordo com a prefeitura para deixar a área em 06 meses, moram cerca de 500 famílias no terreno.

Ocupação Anchieta no Grajaú com mais de 500 famílias área do Colégio Anchieta, ocupada no ano de 2016, há ação de reintegração de posse, que tramita no fórum de Santo Amaro.SP.

Ocupação Vitória na Avenida Cupecê cerca de 200 famílias desde 30 de outubro de 2016, ocupam um Motel abandonado, há decisão liminar para desocupação e as famílias são defendidas pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Na região da Avenida Roberto Marinho e Águas Espraiadas milhares, entre as regiões dos Bairros do Campo Belo, Brooklin, Jabaquara, Santo Amaro e Americanópolis, milhares de famílias são ameaçadas de remoção em função da Operação Urbana Águas Espraiadas e pela Obra

do Monotrilho da Linha 17 Ouro. A partir da ponte Washington Luiz no sentido Jabaquara, 8500 famílias foram cadastradas pela Operação Urbana, nos 2008 e 2009, porém após mais de 07 anos não foram destinadas as habitações para as famílias dos projeto, muitas Comunidades não aceitam a remoção e vem resistindo ao acelerado processo de especulação imobiliária na região. Entre as pontes Washington Luiz e a Ponte Estaiada, na Avenida Roberto Marinho, mais de 10 Comunidades vem resistindo as tentativas de remoção por parte do governo do estado que tenta vender as áreas da Dersa onde estão estas comunidades. Há ainda a ameaça da linha 17 ouro do Metrô, sentido Aeroporto de Congonhas que removeu cerca de 400 famílias no ano de 2014, de duas Comunidades denominadas, Comunidade do Comando e Buraco Quente.

Da Região Norte, participaram as Ocupações Douglas Rodrigues na Vila Maria e Nova Paris na Região do trecho norte do Rodoanel.

Ocupação Douglas Rodrigues, trata-se de uma Ocupação na Vila Maria, com cerca de cerca de 08 mil pessoas. Numa região muito valorizada, próxima ao Bairro do Tatuapé e a Marginal Tietê, esta Ocupação vem sofrendo desde 2014, ameaça de reintegração posse por parte de uma incorporadora. Há uma disputa pela área por parte do governo federal em função de enormes dívidas com a União Federal. A Comunidade passou por um enorme incêndio no mês de junho de 2016, que atingiu mais de 400 barracos e pessoas morreram. Apesar das inúmeras tentativas de

reintegração de posse e diversas liminares suspensas, a Comunidade com o apoio da Defensoria Pública e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos vem resistindo as ameaças de reintegração.

Ocupação Nova Paris, na Zona Norte de São Paulo na Região do Jaçanã, próxima a Rodovia Fernão Dias, possui cerca de 250 famílias, ao lado do trecho norte do Rodoanel, ainda não sofre ameaça de reintegração de posse.

Da Região do ABC em Diadema, participaram a Comunidade Barbosinha e Piratininga, além de representantes da UMM, CMP e MLB que atuam nas favelas e Ocupações na cidade Diadema.

A Comunidade Barbosinha e Piratininga duas favelas um ao lado da outra, com cerca de 340 famílias, no município de Diadema próxima a Rodovia dos Imigrantes, no Bairro do Serraria, que sofrendo parte da Ecovias – Empresa Concessionária que administra a Rodovia forte ameaça de reintegração de posse. Há cerca de 08 anos, há um projeto de CDHU para atendimento habitacional das duas Comunidades, porém até momento o projeto sequer foi aprovado. E as duas Comunidades sofrem ameaças constantes por parte da Ecovias.

Do Município de Itapecerica da Serra, participaram duas Ocupações, Chapecó do Carmo e Ocupação do Carmo, acompanhada pelo Movimento Povo em Ação, ILS e AMPO

Trata de uma ocupação Conjunto Habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida com mais de 400 famílias no Município de Itapecerica da Serra, há ação de reintegração de posse e as famílias da

Ocupação tentam negociar com a prefeitura deste município um destino para as 400 famílias ameaçadas. A outra ocupação denominada Ocupação do Carmo com 100 famílias, acompanhada pelo Movimento Povo em Ação, também no Município de Itapequerica da Serra em terreno municipal no Bairro do Carmo, foi violentamente removida no dia 21 de fevereiro de 2017. Reocupou novamente parte do terreno, mas vem sofrendo ameaças por parte da prefeitura.

Finalmente outro elemento que podemos discutir no âmbito da construção das redes de solidariedade e apoio, é a defesa jurídica das Comunidades, como um dos pilares do processo de resistência, considerando que este elemento como parte de uma estratégia que esta associada a outros elementos, considerando o conservadorismo do judiciário, que quase nunca decide em favor das Comunidades. Há uma necessidade de ampliar a rede de advogados populares e considerar que há poucas organizações trabalhando em defesa destas Comunidades, em tempo integral.

Neste sentido, a plenária reuniu diversos grupos que têm atuado na defesa de comunidades removidas ou ameaçadas por remoções. A Defensora Pública do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado DPESP e o Ouvidor Externo da DPESP participaram de todo o encontro e também ouviram todas as questões colocadas pelos moradores; o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; o Escritório da Pontifícia Universidade Católica,

estiveram presentes enquanto entidades que prestam assessoria técnica jurídica à grupos de baixa renda na defesa da moradia na cidade de São Paulo, além da assessoria técnica urbanística com as presenças de técnicos da Usina, Teto Brasil e Instituto Pólis. Deve-se ainda destacar a presença de mais de 60 alunos estudantes de graduação e pós graduação na plenária, das Universidade de São Paulo, Universidade Federal do ABC, Unicamp, UFMG, UFSJ-MG, Escola da Cidade, Pontifícia Universidade Católica PUCSP, FMU-FIAM-FAAM, ETECs e Mackenzie.

FRONTEIRA TRINACIONAL



foto 1: imagem da Ocupação Bubas. Lucas Gaspar, 2014.

ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE - FRONTEIRA TRINACIONAL

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli

RESISTÊNCIA PARA DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE

A Escola Popular de Planejamento da Cidade, está localizada na Fronteira Trinacional (Brasil, Argentina, Paraguai). É um espaço de produção de conhecimento colaborativo e solidário que envolve pesquisadores, moradores, técnicos e lideranças locais. Ao longo de diversos encontros itinerantes realizados em universidades locais, organizações de direitos humanos e nas comunidades vulneráveis às remoções forçadas, os participantes aprofundam temáticas específicas referentes aos impactos dos grandes projetos urbanos na região, bem como desenvolvem ações de resistência.

A criação da escola popular, teve como premissa tratar do debate das remoções forçadas diluindo fronteiras históricas e classistas entre a universidade, os movimentos sociais e população. Para isso, a construção de um banco de dados sobre esta temática definida na metodologia inicial do Observatório de Remoções



figura 1: Escola Popular de Planejamento da Cidade.

EPPC, 2016

de SP e ABC Paulista e da qual participei da elaboração, teria que avançar na perspectiva de uma construção efetivamente conjunta destas informações, bem como na difusão das mesmas através de ferramentas de comunicação social. Somente assim, conseguiríamos mais do que dimensionar as remoções forçadas, de fato subsidiar comunidades afetadas com ferramentas de conhecimento e análise da situação, fortalecendo a defesa do direito à moradia.

É importante dizer que a produção colaborativa de conhecimento, não pode ser entendida somente como uma aproximação das áreas de estudo e ação

no qual o pesquisador “transfere” conhecimentos, mas como um processo partilhado¹ de saberes. Este partilhar ativo entre pesquisador e morador tem como base a educação libertária, no qual para construir junto o conhecimento é preciso se reconhecer enquanto ser inacabado² como propõe FREIRE (2010). Não existe, deste modo, ensinar sem aprender, e vice-versa, é uma troca onde o outro é reconhecido igualmente como produtor de conhecimento. Contraria assim a ciência moderna, que privilegia o conhecimento-regulação, regidos por um certo colonialismo, transformando o outro em um objeto manipulável (SOUZA SANTOS, 2011).

Em busca de aprimorar o nosso trabalho na Fronteira Trinacional, entendemos que a multiplicação da metodologia do Observatorio de Remoções sob essa perspectiva passaria por enfrentamentos internos e externos a academia. A escola popular assim, tratou a produção de conhecimento como práxis emancipatória, tensionando comunidades e a própria universidade a questionar e mudar suas práticas a partir da observação e análise conjunta das mesmas (PEREIRA, 2007). Intencionamos nos aproximar cada vez mais da Epistemologia da Visão proposta por Boaventura Souza Santos.

Epistemologia da Visão é a que pergunta pela validade de uma forma de conhecimento cujo momento e forma de ignorância é o colonialismo e cujo momento e forma de saber é a solidariedade. Enquanto, pela forma hegemônica

1 Paisagens partilhadas, é um desafio teórico e metodológico de desenvolver pesquisas na ação transformadora e participante em processos e ações colaborativos com a população (SANDEVILLE, 2010).

2 Freire (2010) entende o homem e a mulher como seres inacabados, sendo sobre esta compreensão que se funda sua inteligência no processo de conhecer.

de conhecimento, conhecemos criando ordem, a epistemologia da visão levanta a questão sobre se é possível conhecer criando solidariedade. A solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco de identidade.(SOUZA, 2011:246)

Entendemos que o debate sobre a produção desigual das cidades é pauta das universidades, porém, o grande desafio está na escolha dos nossos interlocutores, com quem estamos debatendo estes conflitos e como. Assim, a superação passa não só pela produção do conhecimento colaborativa mas também por sua difusão, ou seja, deve-se buscar também a inserção das pessoas no processo de comunicação (PERUZZO, 1998:13).

A comunicação significa, no *latim*, “*o que pertence a todos e a muitos*”, palavra também definida como o ato de “*comungar*”, “*tornar comum*”, “*estar em relação*”, “*ação em comum*” (LOPES, 2009), mostrando-se como um importante mecanismo de pesquisa que fortalece a partilha dos saberes. Pretendemos assim, **tornar comum o debate a produção desigual da cidade**, sendo isso um processo educativo. Quando moradores, lideranças locais, movimentos

sociais se reconhecem como produtores³ de conhecimento e não só espectadores, se tornam mais críticos e conscientes do processo em que se vive (de quem eu sirvo, e quais padrões reproduzo), sendo este um direito:

“(…)o direito e o poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias”. (BRANDÃO, 1999:10)

Mas como produzir junto conhecimento, se aprendemos na academia na maior parte das vezes a produzir informações distantes da realidade concreta? Uma limitação.

Entendemos que as áreas de estudo e ação não devem ser compreendidas e planejadas apenas com procedimentos de estudo e intervenção prontos / padronizados, concebidos a partir de um enfoque universalista e distanciado, excluindo seu caráter local. Que favelas, ocupações, loteamentos populares não podem ser reduzidos a uma superposição homogênea de carências, resultado de meros efeitos de causas estruturais (Angileli 2012), não sendo possível a replicação de uma metodologia sem ter como base a perspectiva local.

A compreensão destes espaços passa pelo entendimento de suas particularidades, ligadas

3 Cabe ressaltar que a participação da população nesse processo não deve ser de forma “fabril” com divisão de tarefas, deve-se buscar que todos participem de tudo, criando uma atmosfera na qual a relação entre pesquisador e morador se dê dentro de uma horizontalidade de poder, diluindo as fronteiras hierárquicas entre discípulos e tutores com a defesa dos valores máximos da democracia, sem saberes mais importantes, sem hierarquia de conhecimentos (TASSARA; ARDANS, 2005).

4 A esse entendimento, Machado (1988: 3) acrescenta que são necessários estudos interativos sobre o homem e a paisagem que ultrapassem o enfoque científico tradicional, já que este não dá conta de resolver os problemas humanos mais importantes, por resultarem de questões perceptivas, sendo necessária a fusão entre a “objetividade do cientista e a preocupação do humanista”.

diretamente a diversos patamares de significações culturais⁴, bem como pelo domínio de um quadro de referências documentais das condições estruturais dessa paisagem. Quando reconhecemos estas particularidades, o mercado imobiliário informal tem nome, as ações do estado são descritas, seus agentes revelam-se através de posturas concretas, bem como a postura dos diversos sujeitos políticos da comunidade frente a estes agentes e a estas paisagens. Possibilitando ações concretas de resistência as remoções Angileli, 2012).

Para isso se faz necessária a vivência do pesquisador/planejador nestas paisagens, porque é a partir dela que surgirão momentos de formação e transformação para o pesquisador e para os grupos envolvidos nos estudos. Na medida em que estamos também comprometidos com uma perspectiva de ação, essa troca exige do pesquisador mais do que envolver-se, exige fazer parte, sem deixar no entanto de compreender seu papel de pesquisador (Angileli, 2012).

Ultrapassar essas limitações está sendo o desafio da Escola Popular de Planejamento da Cidade: Fronteira Trinacional. Imersos na realidade concreta, convidando moradores e academicos a pensar, dimensionar e interferir nos impactos dos grandes projetos urbanos, com parâmetros que se dão na vivência do cotidiano das populações afetadas, em um contexto urbano que traz outros enfrentamentos para além dos já debatidos nas grandes cidades.

Sim, o debate acadêmico e recursos para pesquisa sobre as remoções forçadas centram-se nas grandes cidades e regiões metropolitanas. Porém, não se reduzem aos grandes centros o protagonismo

dos grandes projetos urbanos e seus impactos. Neste sentido, temos uma ausência de discussões sobre como outras dimensões de cidade lidam com tal situação. Como alimentadas também pelo planejamento estratégico atraem capital e consumidores? Como sua gente enfrenta estes processos?

Ao longo do trabalho percebemos como nas grandes cidades, que as transformações urbanas se dariam em todo o território. Não se reduziriam a regiões bem localizadas com prédios deteriorados ou ociosos, se ampliando para áreas com grande concentração de favelas, ocupações e loteamentos irregulares que demandam um valor de remoção muito baixo, e que na concepção do mercado podem ser rapidamente transformadas em “zonas livres” com potencial para atrair novos investimentos. Neste contexto, nos parecia que tais reestruturações físicas e sociais reproduzidas em pequenas e médias cidades, seriam mais violentas por serem menos debatidas.

No lado brasileiro da Fronteira Trinacional, na cidade de Foz do Iguaçu, estão sendo pensados mais de 30 grandes projetos urbanos para os próximos anos, muitos desses projetos se concentram na margem do Rio Paraná uma região considerada de “violência e contrabando”. Nesta região, existe uma sobreposição de projetos que visam sua “requalificação”, e que se dará a partir da construção de condomínios residenciais de luxo, hotéis, bases das polícias Federal, Ambiental, e da Marinha em áreas na beira do rio, nova ponte, novos eixos rodoviários, parques, teatro municipal, centro cultural, balneários, entre outros.

De acordo com seus proponentes, sendo estes Itaipu Binacional responsável pela doação da

maior parte dos projetos urbanos ao Codefoz⁵ (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu), com essa requalificação será possível “*trazer a população para perto do Rio Paraná*” desconsiderando as mais de 2000 famílias já moradoras das favelas em sua margem e que serão removidas.

Na região as discussões sobre os impactos negativos de tal reestruturação urbana em cadeia inexistem, as críticas dos movimentos ambientais e sociais são pontuais o que amplia a violência de tal processo. Isto porque, podemos dizer que todos esses projetos foram desenvolvidos de forma descontextualizada, onde um não considera o outro em seu diagnóstico, relatório de impacto ambiental e realização, porém, apresentam-se interconectados em seus discursos ideológicos.

O projeto destacado pela mídia neste contexto é o Beira Foz - Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Integrado, que alinhava essa complexa transformação e de grande aceitação pública. Ao longo de seu eixo viário junto ao Rio Paraná existirão novos espaços de lazer e eventos que potencializarão novas formas de acumulação e consumo, tornando a fronteira neste contexto um espaço com grande potencial para novos produtos imobiliários. Atualmente o desenvolvimento do projeto é feito pela ARUP - Multinacional de Arquitetura com 11.000 funcionários no mundo, e presente em 38 países.



figura 2: Projetos Urbanos vc Áreas Vulneráveis.
Elaboração: Nicolas Pereyra, 2016.

5 Composto pelo poder público local, sindicatos, universidades, associação de comerciantes e empresários. Tem como meta a priorização de cinco projetos: 1) a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (PDE); 2) o Projeto Beira Foz (tendo como primeira etapa a revitalização e iluminação da Ponte Internacional da Amizade – PIA); 3) a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM); 4) a Discussão sobre o Plano Plurianual do Município (PPA); 5) e o Fórum Foz 2040, que será composto pelos desdobramentos dos 04 primeiros projetos (Codefoz.org.br).



figura 3: condomínios de Luxo, Master Plan Beira Foz, Parques Temáticos.

Fonte: Royal Boulevard, ARUP, Marco das Três Fronteiras, 2016.

Atualmente, nossos estudos e ações centram-se em outro projeto, sendo este a segunda ponte de acesso ao Paraguai, interligando a cidade de Foz do Iguaçu – BR, e a cidade de Presidente Franco - PY. Na análise dos impactos dos grandes projetos urbanos na região, entendemos que este projeto é estratégico para a consolidação de novos polos industriais no Paraguai, que contam atualmente com mais de 80 empresas em sua maioria brasileiras. Este projeto de infraestrutura viária, seria fundamental para o escoamento desta produção a partir da implantação associada de um anel viário entre as duas cidades, favorecendo o acesso rápido e estratégico ao Porto de Paranaguá, localizado no litoral do Estado do Paraná.

A força do capital para efetivar a implantação deste projeto, é fortalecido pelas diversas consultorias que promovem a expansão destes polos industriais no Paraguai junto a investidores brasileiros. Segundo os consultores e o próprio governo paraguaio, o território é atrativo devido a energia elétrica abundante e barata, poucos impostos e mão de obra barata e de fácil treinamento. Nos últimos

três anos estas consultorias promoveram viagens com 640 empresários para conhecerem e investirem na região (Revista Pib, 2016). As empresas já instaladas pretendem competir no mercado com preços tão baixos quanto os da China, porém com menor tempo de entrega das mercadorias, em até 24hs no território nacional, bem diferente dos 60 dias – média de tempo dos containers importados da China.

Neste contexto, percebemos que a força motora de transformação urbana de grande impacto na região, está além da construção de pontos de lazer e turismo em Foz do Iguaçu, é também alimentada pela expansão industrial do Paraguai. O Paraguai atualmente tem diversas obras de infraestrutura viária em implantação, além de projetos já concluídos de requalificação dos espaços públicos, implantação de condomínios residenciais de alto luxo, bem como novos centros comerciais. E associado as transformações relatadas anteriormente do lado brasileiro em Foz do Iguaçu, corresponde a uma grande transformação na região com grandes impactos sociais.

No Brasil, pudemos estudar nos últimos dois anos os efeitos deste processo sobre o preço da terra e dos imóveis, período em que Foz do Iguaçu teve as maiores valorizações imobiliárias do Estado do Paraná (Inpespar). Essas mudanças reforçam a expulsão da população mais pobre não necessariamente moradora de áreas irregulares próximas a tais intervenções urbanas, já que esse aumento se reflete nos aluguéis e nos impostos.

Deve-se atentar que a partir de estratégias de marketing urbano, os impactos sociais de tal reestruturação são diluídos. Foz do Iguaçu, vem sendo apresentada sob outras imagens que não só a de “Maravilhas da Natureza”, mas como “Destino do Mundo”, “Hub do Mercosul e Países Andinos” e “Cidade de Eventos”. O turismo se amplia para o setor empresarial formal, que de acordo com o Fundo de Desenvolvimento Empresarial da cidade, é estratégico para o desenvolvimento e para mudar a imagem como a “*cidade dos sacoleiros, contrabando, tráfico de drogas e armas*”.

Em relação ao Projeto Beira Foz, trabalha-se o consenso entre a população da região sobre a necessidade da transformação desta paisagem, dando valor as representações na mídia de “qualidade de vida”, no qual a beira do rio é um espaço “nobre”, como pode ser visto na propaganda do projeto em vídeo atualmente disponibilizado na internet. No senso comum, não é associado a um projeto imposto por parcerias público e privadas, e sim como a realização de um “desejo” da cidade, sendo lançado estrategicamente em paralelo a uma série de discussões e debates sobre a crise⁶ de segurança na

região. Assim, no vídeo de apresentação do projeto as favelas somem e se tornam parques, diferente dos espaços de serviços múltiplos no qual empresários de diversos setores irão receber incentivos fiscais para ocupar a mesma margem.

Assim, utilizando-se da percepção da população sobre a crise na região fronteira, é fortalecida a instauração do discurso ideológico de requalificação urbana e ambiental, legitimando um projeto hegemônico de cidade no qual a população pobre moradora dessas regiões, não irá usufruir dessas transformações, mantendo desta maneira sua condição de subcidadão, expulsos para áreas distantes e carentes.

Em especial essa expulsão na cidade de Foz do Iguaçu, desde a década de 1990, vem mascarada como projetos habitacionais de reassentamento em áreas isoladas, onde a população é obrigada a dar início a diversas lutas em seu processo de autoconstrução do novo território. São esforços cotidianos para reconstruir suas redes sociais, em meio a uma agenda ampla na conquista de equipamentos públicos e infraestrutura mínima para sua sobrevivência.

Assim aqui, o reassentamento é uma das violências do processo de remoção, porque legitima tais transformações urbanas, e por vezes fragiliza a resistência da população. Foram diversas as remoções forçadas junto aos rios Paraná e Iguaçu, sendo os reassentamentos no extremo Norte da cidade - 15 Km das antigas áreas de moradia. Tais distancias sem projetos de mobilidade urbana, associada ao

6 De acordo com Vainer (2000:94) apud Forn y Foxa (1993:11) a crise em si não é condição para legitimar os grandes projetos urbanos e sim sua percepção. O autor lembra que o sentimento de “união para a salvação urbana” pode ser passageira, com isso o mesmo deve ser estimulado a se transformar em patriotismo de cidade.

grande número de famílias de catadores ampliaram a vulnerabilidade social de tais comunidades, pois dependem diretamente da região central da cidade, onerando de forma significativa o seu cotidiano.

Esses reassentamentos se deram nos bairros Cidade Nova I e II, e foram extremamente violentos, principalmente por desconsiderarem os conflitos internos de cada favela reassentada, tendo como resultado um grande número de jovens mortos e desaparecidos, decorrentes da disputa pelo domínio do poder paralelo na região. Neste período Foz do Iguaçu foi considerada a cidade com maior número de jovens mortos do país, sendo muito comum nestas paisagens, mães sem filhos.

Atualmente esta “*periferia planejada*” está em plena expansão, nos dois últimos anos cerca de 900 unidades habitacionais foram entregues. Os novos conjuntos habitacionais horizontais vêm sendo implantados junto à focos de pressão ambiental, como a Subestação de Furnas. São comuns, relatos sobre problemas de saúde como câncer, depressão e irritabilidade nos moradores decorrentes da poluição sonora e eletromagnética da região⁷. Além disso, em meio a uma habitação isolada, moradores com renda entre R\$180,00 e R\$900,00⁸ sofrem com a falta de mobilidade em ações cotidianas. As carências são múltiplas, transporte público a cada uma hora, escolas públicas em bairros distantes, falta de comércio, e rodizio para o atendimento em equipamentos de saúde. Ou seja, eles têm a casa mas não tem direito à cidade.

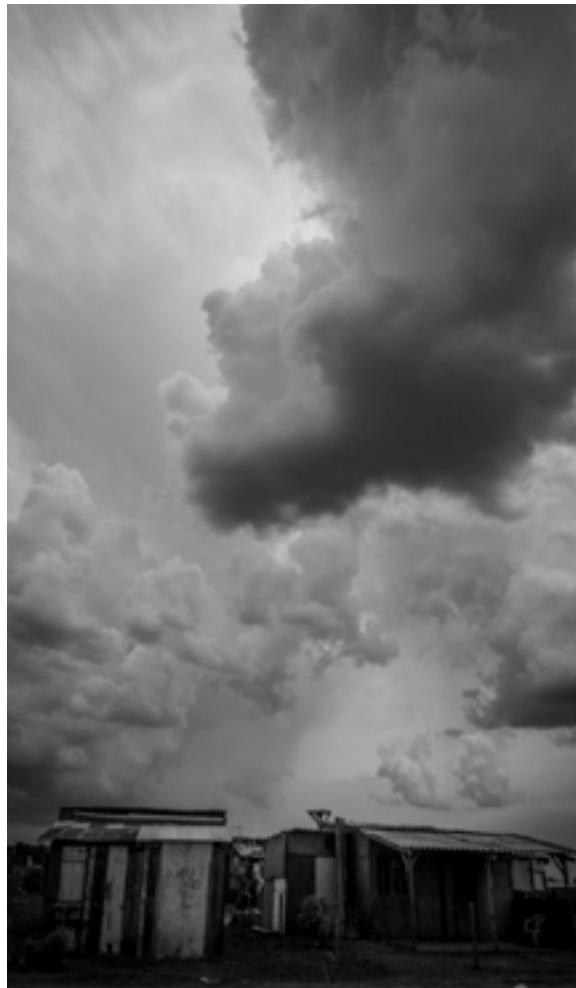


foto 2: Ocupação Bubas. Lucas Gaspar, 2014.

7 Atualmente a Escola Popular coordena estudos sobre contaminação eletromagnética nas regiões de reassentamento, também com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

8 Pesquisa realizada pelos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA, 2015.

NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA - OCUPAÇÃO BUBAS

Em novembro de 2014, percorrendo outras paisagens e me tocando com outras histórias de luta, pisava em um novo chão de resistência popular e de moradia, não mais em um grande centro mais em uma fronteira do nosso país. É assim que começa a experiência de produção colaborativa e solidária de conhecimento entre uma jovem universidade pública UNILA e a maior ocupação urbana do Estado do Paraná – Ocupação Bubas, Foz do Iguaçu.

Novamente a história se repetia, grandes projetos urbanos, muitos interesses, políticos dominando através do medo uma população que já tinha um processo de reintegração de posse em curso, e aguardava sem resistência a remoção e um possível reassentamento, entendendo inclusive esta como a única saída. Tinham como sonho promessas de um teto mais quatro paredes em lugar bem distante de sua estrutura e base social, e mais nada. Porém, esse “mais nada” para aquela população era algo simbólico, a ilusão da casa própria mesmo debaixo de um linhão, utopia que fomentou inclusive ocupações desta mesma população nesta possível área de reassentamento a então chamada Gleba Guarani, área com potencial de contaminação eletromagnética no extremo norte da cidade de Foz do Iguaçu.

A primeira oportunidade de caminhar na ocupação, foi em um evento organizado pelas universidades públicas locais em 2014, eram as Jornadas Universitárias pela Reforma Agrária e Urbana. Nos recebendo para apresentar a ocupação, sob o sol de 40 graus de Foz do Iguaçu, as mulheres lideranças, falavam sobre o sofrimento da espera. Em suas falas, misturavam dramas de suas vidas ao que

entendiam ser resistência, organizar o povo para o chamado “cadastro”, que garantiria a então sonhada casa em outro lugar mesmo que não fosse para todos.

O que chamou a atenção naquele momento, era a contradição de conhecer a maior ocupação do Estado do Paraná com mais de 800 famílias, em uma área total 25ha porém, refém de promessas de organizações sociais e políticos e sem qualquer defesa jurídica frente ao processo de reintegração de posse. Isso nos fez olhar com maior atenção sobre as formas já consolidadas de ocupação de terras associada a articulação política, e posteriormente a dominação do povo.

Diferente do se tinha desenhado para o projeto do Observatório de Remoções em São Paulo e ABC Paulista, tendo como experiência os grandes centros urbanos, onde os movimentos de moradia independente do refluxo dos últimos 20 anos são referência para a resistência, onde as universidades tem um acúmulo de pesquisas sobre as diversas temáticas que envolvem a luta pela terra nos quais muitos dos atores já estão mapeados, onde as favelas e ocupações são identificadas e mapeadas, tínhamos como desafio produzir tudo.

Esta metodologia não previa a produção de bases cartográficas em regiões com poucas ou nenhuma cartografia disponível, com pouca produção de conhecimento no tema – moradia digna no meio urbano. O que era moradia digna no Paraná – Foz do Iguaçu – Bubas? O que era iniciar um processo de resistência às remoções forçadas em um espaço que em 2014 se mostrava sem resistência, porém,

de forma contraditório cercado e alimentado em sua história por resistências simbólicas na região de luta pela terra no campo. Estamos na região dos expropriados terra e água pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mais de 40.000 pessoas removidas nas décadas de 1970 e 1980 (GERMANI, 2003). Muitos destes expulsos do campo, tanto pela implantação de ITAIPU quanto pela mecanização da produção agrícola, e hoje compõe as periferias da cidade.

Faltava então, um movimento anterior a produção colaborativa de conhecimento sobre as remoções forçadas que levaria a resistência, faltava lembrar, faltava a memória das lutas que constituíram este território, sendo este o fio condutor de todo o nosso trabalho na região – Memória como Resistência.

Não bastava saber os direitos, nem mesmo se algum grande projeto poderia expulsa-los de casa. Seria necessário construir **o sentido da resistência**, que passava não pela expulsão imediata da ocupação Bubas, mas pelo reconhecimento de todas as expulsões históricas contadas muitas vezes nos “causos” de suas famílias. Em geral, muitos dramas em uma só história de vida, naturalizava o percurso de muitos de expulsão, de favela em favela até chegar na ocupação. Assim, ser expulso novamente só faria parte de uma história que conhecem. Resistir para “ficar” não era a prática, ou era a prática até conseguir uma moradia em qualquer lugar da cidade. A localização tão fundamental a constituição da dignidade da moradia

para acesso a serviços, equipamentos, trabalho, não era critério neste contexto.

Após um mês desta primeira visita a ocupação, as lideranças da ocupação nos procuraram na Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, e pediram para falarmos um pouco mais sobre esse tal “direito à moradia”. Isto se deu porque a lógica das ocupações (fomentadas por políticos - levando os moradores a processos reintegração de posse - e novamente os políticos entrando em cena para defende-los dando como solução sua remoção para áreas distantes), havia sido colocada em questionamento pela população. Saber que tinham direito a resistência, ao apoio jurídico gratuito, a produzir informações sobre as suas reais demandas, foi o divisor de águas neste processo.

Estratégias de trabalho na Fronteira - adaptação da metodologia

Como vimos, não era possível simplesmente aplicar os procedimentos definidos na metodologia do Observatório de Remoções a esta outra realidade, mesmo porque, tendo como princípio a pesquisa ação e da educação popular, estaríamos contrariando suas bases fundantes⁹. Assim, a estratégia foi ser flexível e escolher procedimentos metodológicos a partir das necessidades que o campo de estudos e ação apresentava, sem predetermina-los.

Iniciamos com o conhecimento do território, e levantamento documental dos grandes projetos

9 A paisagem periférica é muito complexa para ser reduzida aos seus clichês: faltas, sobreposição de carências e violências. Revelar suas peculiaridades, suas vozes, é um exercício de ultrapassar as formas e estigmas e chegar a seus significados. Assim, a pergunta fundamental não seria sobre a importância da paisagem periférica, mas sobre a nossa capacidade de reconhecer e respeitar suas formas próprias e seu universo de significados e valores (Angileli, 2014).



foto 3: jornadas pela cidade. EPPC, 2016.

urbanos. Foram realizados muitos percursos pela cidade, a pé e de ônibus com estudantes e lideranças, para fazermos um primeiro reconhecimento dos conflitos existentes e mapea-los.

A partir desta base inicial das regiões de conflito, passamos a realizar debates na cidade. Com o grande número de pessoas presentes nos debates, organizamos grupos de trabalho onde aprofundamos investigações sobre temáticas específicas referentes aos impactos dos grandes projetos urbanos na região. Os Gt's funcionaram nos três primeiros meses do projeto, sendo estes: GT Remoções e Reassentamentos, GT Grandes Projetos Urbanos, GT Atores e Recursos envolvidos nas Reestruturações Urbanas, GT Valorização Imobiliária, GT Direito à Cidade, GT Memória da

Paisagem e GT Comunicação Social. Cada GT, tinha a tarefa de trazer novas informações ao grupo sobre os grandes projetos urbanos na região.

A partir deste estudos que definimos como área estratégica a ocupação Bupas, por estar no eixo de maior impacto junto a segunda ponte entre o Brasil e Paraguai.

Paralelamente a organização dos grupos de trabalho, foram realizadas reuniões abertas sobre esta temática, em organizações de direitos humanos locais, na universidade (UNILA). Porém, o perfil dos participantes eram de pesquisadores de graduação e pós graduação. Então, passamos a realizar as discussões nas comunidades vulneráveis as remoções, garantindo a uma multiplicidade de interlocutores.



foto 4: debates nas comunidades. EPPC, 2016.

Tendo como primeira área de ação a ocupação Bubas, desenvolvemos diversos estudos para entender quantos eram, quem eram, como se davam suas redes sociais, quais as disputas locais, quais eram suas histórias. Neste momento foram organizadas duas frentes de ação, uma voltada para o estudo da memória local, e outra para estudos espaciais e socioeconômicos.

Os estudos de memória foram vinculados a disciplina do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA – Arquitetura, Cidade e Sociedade, no qual os estudantes (Turma 2015), tinham como trabalho final após várias vivências em campo, apresentar para a cidade essa população invisibilizada. Assim as histórias de vida foram transformadas em 10 modelos de cartão postal distribuídos nos pontos turísticos da cidade, em uma campanha *“Eu faço parte da cidade”*. Foram feitos estudos de memória na ocupação Bubas bem como em áreas de reassentamento, sendo estas Cidade Nova I e II.

A pesquisa socioeconômica, foi realizada em quatro semanas e contou com a participação de muitos voluntários. Foram pesquisadas 700 famílias

da ocupação, o que permitiu traçar um perfil muito aproximado da população moradora, que na época era de 800 famílias.

Associado a esses levantamentos, percebemos disputas de poder local realizada por agentes externos a ocupação e que não permitiam o acesso da população a defesa jurídica em meio ao processo de reintegração de posse. Assim, montamos um relatório com os dados levantados e entregamos junto a Defensoria Pública do Paraná em Foz do Iguaçu. A Defensoria aceitou defender a população, e fizemos nossa primeira grande assembleia de moradores para apresentá-los a comunidade.

Além da Defensoria Pública, entendemos que seria fundamental a articulação da ocupação com outros movimentos sociais, assim em um novo encontro realizado pela UNILA e UNIOESTE sobre Reforma Agrária e Urbana, contamos com a presença de lideranças nacionais das Brigadas Populares, que em reuniões com pesquisadores, professores e a escola popular articularam visitas na ocupação e posteriormente retornaram a cidade para fazer formações de brigadistas com pesquisadores e moradores.

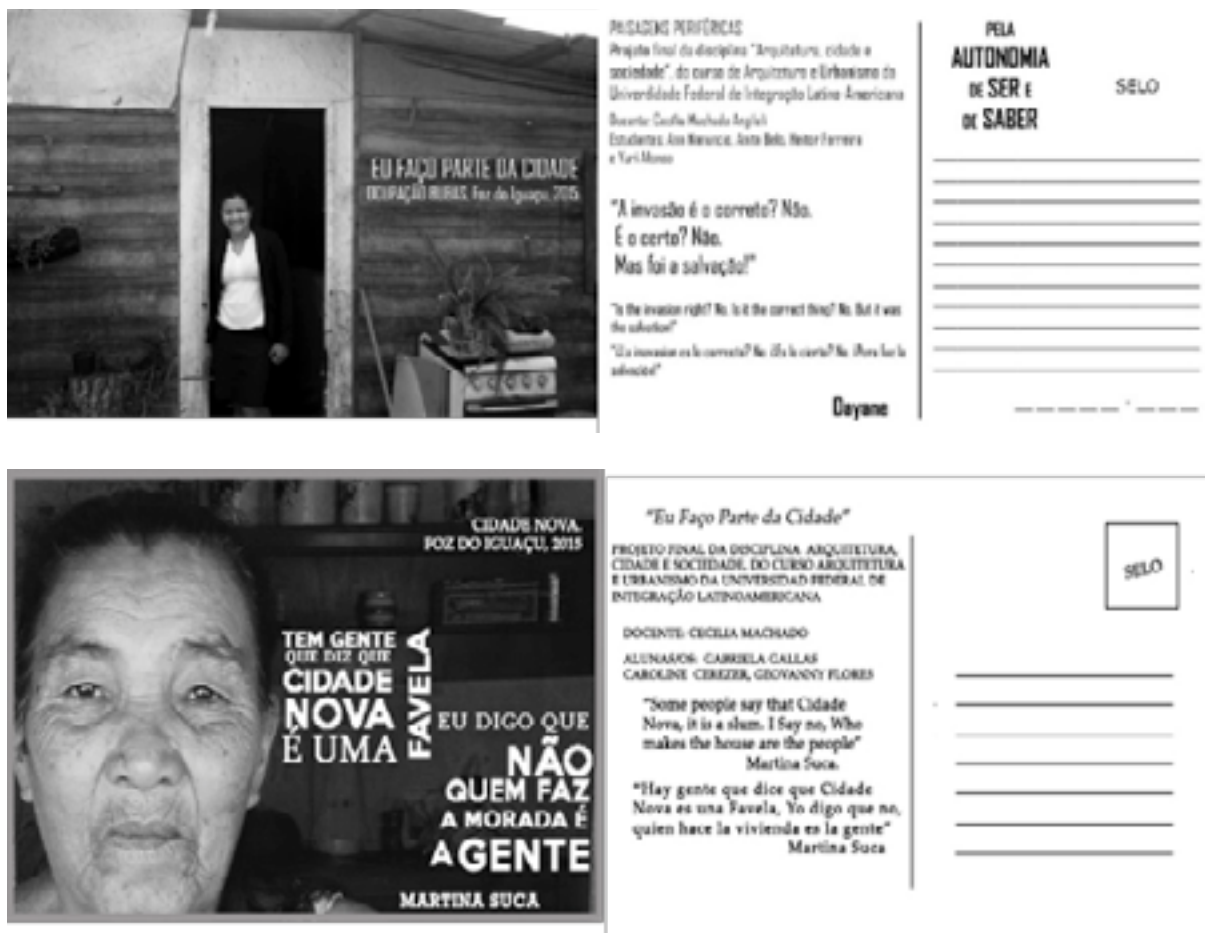


figura 4: cartões postais. Elaboração: EPPC, 2016.

Além das articulações com movimentos sociais urbanos e do campo, precisávamos de tempo para buscar alternativas frente a uma reintegração de posse iminente. Decidimos assim, de forma conjunta com a defensoria que seria estratégica a citação pessoal de todos os moradores no processo de reintegração de posse. E ao invés de três pessoas citadas no processo, passamos a ter 2020 pessoas, aumentando inclusive de forma significativa as custas do mesmo.

Para essa citação, o juiz solicitou dados como nome dos moradores, documentos de registro e endereço. Porém o início do trabalho a ser realizado em 60 dias, não seria com um cadastro da população, visto que nem endereço tinham. Assim, o nosso primeiro passo foi nomear as ruas da ocupação juntamente com a população. Bem como, fazer mapas com os nomes das ruas, placas de ruas e numeração das casas, para que eles pudessem se identificar. Para a realização destas

Conhecer melhor a sua realidade, ajuda a fazer escolhas sobre o que é melhor para toda a comunidade

A ocupação Bubas é um movimento que iniciou na metade do mês de janeiro de 2013, quando algumas famílias ocuparam um terreno na região do Porto Meira, ao sul do município de Foz do Iguaçu. Rapidamente a notícia da ocupação se espalhou e gerou um grande aumento no número de ocupantes desta área. De acordo com estudos realizados pela Escola Popular de Planejamento da Cidade nos meses de Agosto e Setembro de 2015, a ocupação possui pouco mais de 700 famílias, sendo considerada a maior ocupação de moradia em área particular no estado do Paraná.

Atualmente todos os moradores da ocupação são réus em um processo de ação possessória, que o proprietário da terra ajuizou, pretendendo a desocupação e retomada do terreno. Neste processo, a população tem a defesa técnica através da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sendo uma instituição autônoma, livre para agir no interesse daqueles que defende, sem qualquer interferência dos governos, e que tem por função prestar assistência jurídica para todos aqueles que não têm condições de pagar um advogado particular.



figura 5: dados pesquisa socioeconômica. Cartilha EPPC, 2016.

ações realizamos muitos mutirões em uma nova campanha chamada “*Eu tenho Endereço e Faço Parte da Cidade*”.

Posteriormente foram realizados os mutirões de cadastro, e com isso foi possível a citação pessoal dos 2020 moradores, sendo em seguida suspenso o processo de reintegração de posse.

Com a elaboração de mapas da ocupação, estes passaram a ser usados nos mercados locais para a entrega de mercadorias, bem como os postos de saúde passaram a atender os moradores pois as lideranças emitiram comprovantes

de endereço provisórios. Além do serviço social da prefeitura, bombeiros, ambulâncias entre outros, também se apropriaram deste mapeamento. Eles que até então se identificavam somente por blocos, também se identificavam agora por ruas, estratégia que fortaleceu o vínculo da população com a ocupação.

Porém, é importante dizer que esse fortalecimento da população foi paralelo a ameaças a coordenação da escola popular, feitas por políticos locais e representantes de secretarias do governo estadual. Como resistência para dentro e fora da



foto 5: assembleia de moradores. EPPC, 2015.

universidade, solicitamos cartas de apoio a diversas organizações de direito e universidades nacionais e internacionais divulgando estas cartas em debates pela autonomia universitária.

Duas semanas após a colocação das placas na ocupação, a mesma foi atingida por uma chuva de granizos gigantes. Com isso, antes de continuar os trabalhos precisaríamos reconstruir as casas. Foram mutirões com estudantes, professores e moradores. Eram muitas as tarefas, separar doações, organizar e dividir os muitos voluntários que vinham até de outras cidades, ajudar na produção e entrega de alimentos. A própria prefeitura utilizou os estudos da escola popular para conseguir recursos junto ao governo federal auxiliando a comunidade e bairros

do entorno com material de limpeza e reconstrução dos telhados das casas.

Em meio a essa situação de emergência, os mapas da ocupação foram usados por policiais e bombeiros para socorrer pessoas e por entidades de apoio para levar alimentos e roupas. Entendemos que efetivamente essa ação de mapeamento deu uma permeabilidade que antes a ocupação não tinha. As pessoas, entravam agora a qualquer momento, diluindo parte dos estigmas de violência relacionados ao lugar. Fortalecidos em nossas relações de confiança com a população da ocupação após este evento, voltamos a trabalhar de forma estratégica junto as representações sociais da ocupação na cidade.

EPPC
Escola
Popular de
Planejamento
da Cidade



fotos 9, 10, 11: mutirões de cadastro. EPPC, Tribuna de Foz do Iguaçu, 2016.

Foram realizadas entrevistas para jornais, redes de tv e rádio, foram organizdas cartilhas com dados da ocupação, exposição de fotos, e encontros culturais que ampliavam ainda mais permeabilidade da ocupação, sendo estes chamados de arrastões. Estes momentos tiveram o apoio de artistas locais bem como do ponto de cultura da região Saberes pela Paz.

Um dos resultados dos arrastões culturais foi a intensificação dos estudos de memória. Era necessário mostrar a cidade, que mesmo a ocupação sendo recente com três anos de existência, a maior parte de seus moradores já estavam na região a mais de 30 anos.



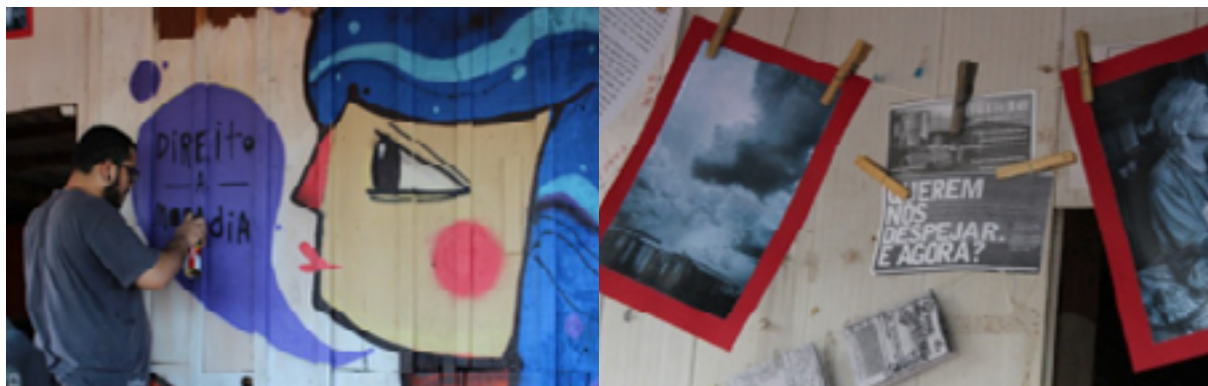


foto 12: Arrastão Cultural. Fonte: Tathiana Guimarães, Ponto de Cultura Saberes pela Paz – Grafite Lalan Bessoni.

foto 13: cartilhas organizadas e distribuídas para a população. EPPC, 2016.

Nos estudos das redes sociais associado a memória da população, a ocupação se caracterizava como um transbordamento da periferia já consolidada em seu entorno. A partir desta percepção, fizemos uma exposição de fotos chamada “Direito à cidade também é direito à memória”. Veiculada em várias redes sociais, com fotos de diversos moradores.

Após essa reverberação das ações da escola popular no território, passamos a ser chamados por diversas comunidades ameaçadas por remoções

de moradia na cidade. Assim, foram realizados debates, oficinas e pesquisas em outras regiões de Foz do Iguaçu sendo estas: Vila Miranda¹⁰, Comunidade Beco de Palma, Bairros Morumbi, Portal da Foz, Vila Independência¹¹ e Cidade Nova II. Neste contexto, destacamos os trabalhos realizados junto ao bairro Cidade Nova II, área de reassentamento com várias denúncias sobrepostas de violência. A primeira violência estaria na sua criação decorrente da remoção forçada na década de 1990, a segunda nas lutas para a construção de um território isolado



figura 7: Campanha Direito a Cidade e a Memória. Tathiana Guimarães, Ponto de Cultura Saberes pela Paz, 2016.

e sem infraestrutura, a terceira na luta intensa pelo controle na região de poderes locais gerando uma série de homicídios, a quarta na possível contaminação silenciosa a ser investigada por estarem morando em meio a oito linhas de ultra alta tensão e ao lado da Subestação de FURNAS. Ao longo de 2016, foram realizadas vários mutirões de pesquisa

nesta região perfazendo um total de 400 pesquisas realizadas. Atualmente estes dados estão sendo sistematizados e já compõe uma nova frente de ação com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Paraná¹².

Mesmo com diversas frentes de atuação na cidade de Foz do Iguaçu, demos sequência aos

10 Na vila Miranda, existem cerca de 10 casas ameaçadas de remoção por estarem em área de preservação ambiental. Em parceria com a professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA Juliana Rammé foram realizados trabalhos associados entre duas disciplinas do curso e um projeto de extensão universitária que teve como objetivo trabalhar a temática das remoções, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos conflitos locais por parte da população, e como metodologia sequencial as oficinas do futuro.

11 Foram realizadas reuniões com lideranças dos bairros, acerca dos enfrentamentos que teriam devido a possível implantação de um projeto viário na região periférica da cidade ainda em consolidação.



figura 8: Jornal Popular. Elaboração: EPPC, 2016.

trabalhos na ocupação Bubas, em especial porque com o processo de reintegração de posse suspenso, a ocupação passou por um adensamento populacional. Muitas pessoas de várias regiões e sem moradia passaram a ocupa-la, assim para dar continuidade ao trabalho foi necessário retomar discussões iniciais sobre direito à moradia na comunidade, bem como sobre a situação atual do processo de reintegração de posse.

Como estratégia a esta nova realidade, criamos o Jornal Popular do Bubas, uma ferramenta de comunicação popular organizada por pesquisadores



e moradores. Neste jornal, tínhamos o mapa da ocupação, dados sobre as dinâmicas de organização local como a coleta de lixo e a chamada feita pelas lideranças, informes da Defensoria Pública sobre a situação do processo de reintegração de posse e dados da cartilha de direito à moradia da ONU.

Na sua primeira edição o jornal também se destacou por apresentar em uma de suas matérias, uma oficina de crianças e jovens produzindo o desenho que os representaria. Sendo a partir desta oficina a criação do desenho que tornou-se posteriormente a bandeira da ocupação, virando inclusive camisetas.

12 Devido a contínua produção de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, solicitou a criação de um convenio com a universidade. O mesmo está em elaboração.

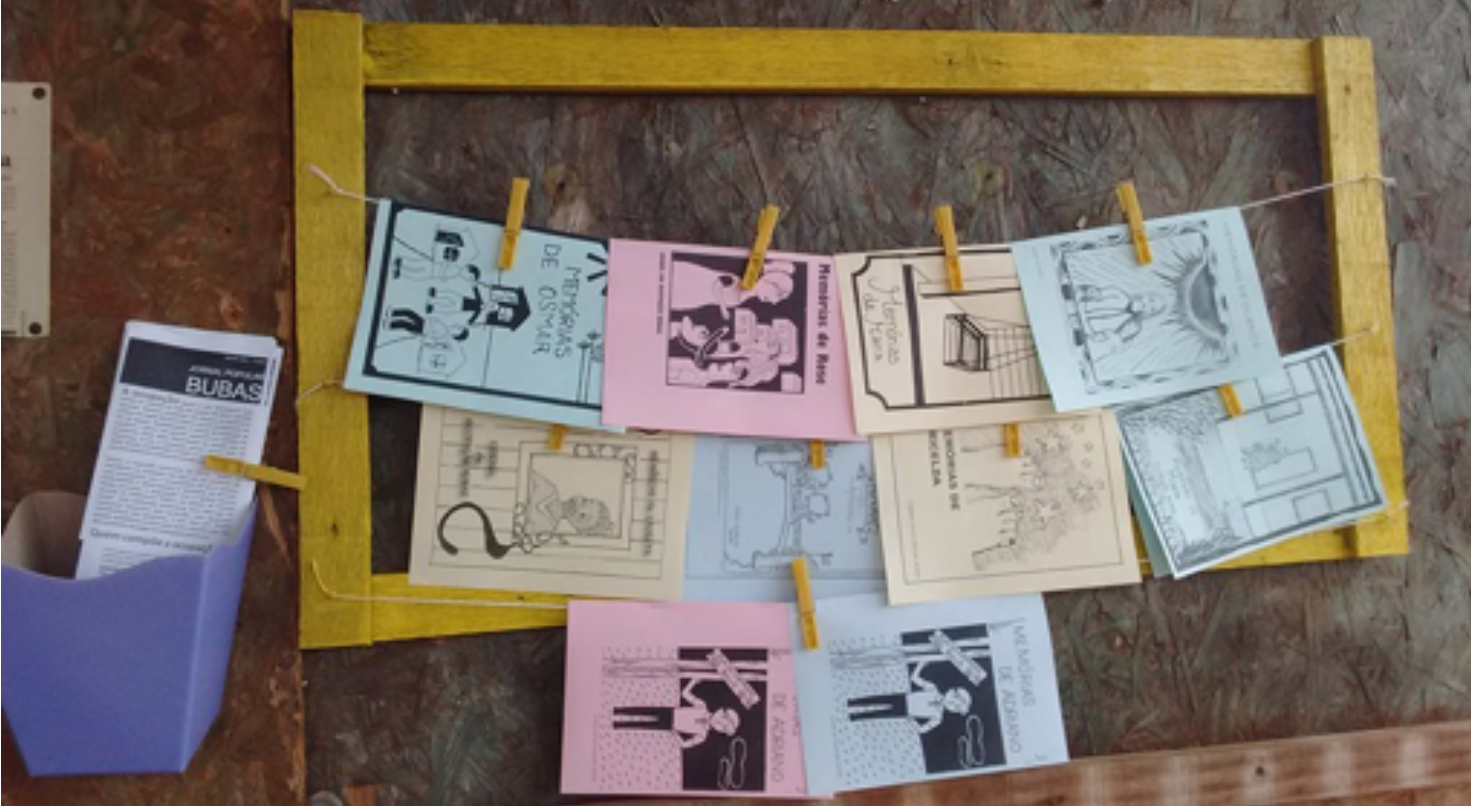


foto 14: cordéis.

Elaboração: EPPC, 2016.



figura 9: produtos realizados a partir da colaboração. Elaboração: EPPC e Brigadas Populares, 2016.

Outra matéria que se destacou foi a de memória dos moradores, onde novos estudos realizados pelos estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unila (Turma 2016), foram transformados em cordéis. Esses cordéis foram expostos na comunidade juntamente com bibliotecas populares também organizadas pelos estudantes em um

campanha de arrecadação de livros infantis.

É importante dizer que os cordéis permitiram uma difusão na cidade sobre a luta de moradia desta população, bem como as bibliotecas que eram pequenas estantes usadas com livros em dois pontos da ocupação, passaram a ser porta de entrada para outros voluntários para aulas de reforço escolar



foto 15 e 16: audiência de mediação. Tathiana Guimarães, 2016.

por exemplo. Assim, as ações realizadas sempre tinham um resultado muito mais amplo do que o imaginado inicialmente.

Posteriormente fomos chamados para uma audiência de mediação. Foram realizadas pelas lideranças diversas reuniões de organização para a participação massiva neste evento. A população compareceu em peso, se manifestaram com dados sobre a população, e suas demandas. Os moradores bem como outros atores da cidade que os apoiavam, haviam se apropriado das informações produzidas de forma colaborativa, e pautaram suas demandas com propriedade, sendo inclusive elogiados em sua organização pelo juiz.

Após a audiência, ficava claro que nossa maior conquista era a apropriação dos dados pela população e assim o seu empoderamento, bem como as relações de confiança e não de dependência entre universidade e comunidade. Essas relações de confiança se davam em diversos momentos, não

somente construídas quando estávamos falando de “direito a moradia”.

Nesta ocupação como em muitas, existem violações diárias não só a fragilidade de perder a casa. Assim, por mais que tenhamos chegado a esses espaços pela temática “remoções forçadas”, não poderíamos não participar de ações que contribuíssem com a mitigação de outras violências, como a falta de documentação, a falta de comida, ou mesmo a falta de um brinquedo ou uma brincadeira. São ações desta maneira, que reforçam as relações, a confiança não entre o doutor e o morador, mas entre pessoas.

Nestas atividades coletivas e em reuniões com a lideranças, percebemos que o número de novos moradores era muito grande, e que seria estratégico para a organização da população um novo cadastro.

Assim, realizamos com o apoio efetivo das Brigadas Populares e de estudantes do curso de Direitos Humanos na UNILA, um novo cadastro. É importante dizer que nesse novo cadastro não houve uma dependência sobre a escola



foto 17 e 18: fila de cadastro e assembleia. EPPC, 2016.

popular em sua organização, um avanço importante na autonomia que buscávamos na ocupação. Primeiramente foram distribuídas senhas casa a casa, que funcionou como um controle de cadastro somente para moradores que participavam efetivamente da ocupação. Posteriormente as famílias com as senhas se dirigiam até uma escola da região para realizar o cadastro. O mesmo foi feito em uma base digital, permitindo a organização atualmente de um sistema de localização destas famílias cadastradas, gerenciada pelas lideranças e Brigadas Populares. Foram cadastradas 2600 pessoas.

Com esse cadastro, as Brigadas Populares passaram a contribuir diretamente com a organização das chamadas locais, onde os moradores eram identificados via livro de chamada pelas lideranças e também pela tabela de cadastro.

Em janeiro de 2017, foi apresentado pelo Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e

Urbanísticas (NUFURB), da Defensoria Pública do Paraná à 2ª Vara da Fazenda de Foz do Iguaçu, a contestação referente ao processo de reintegração de posse. O Defensor público e coordenador do Núcleo, Ricardo Menezes, organizou uma contestação que defendeu que o proprietário não comprovou a posse do local, a partir de levantamentos realizados com fotos aéreas pela escola popular. Além disso, também apresentou novos análises sobre demandas da população, e sobre o alto custo da remoção e do reassentamento, sendo estes últimos estudos desenvolvidos por pesquisadores da UNILA¹³.

Atualmente, a população aguarda a resposta sobre o processo. Mais um tempo de espera diferente do que encontramos em 2014, regado a muita confiança de que a resistência está sendo feita. Falando sobre direitos, partilhando memórias de luta, criando símbolos, mudando suas representações na cidade. Sua gente hoje quer ficar.

13 Estudos realizados no Trabalho Final de Conclusão de Curso de Joara Pimentel, sob a orientação da Profa. Dra. Cecilia Angileli.

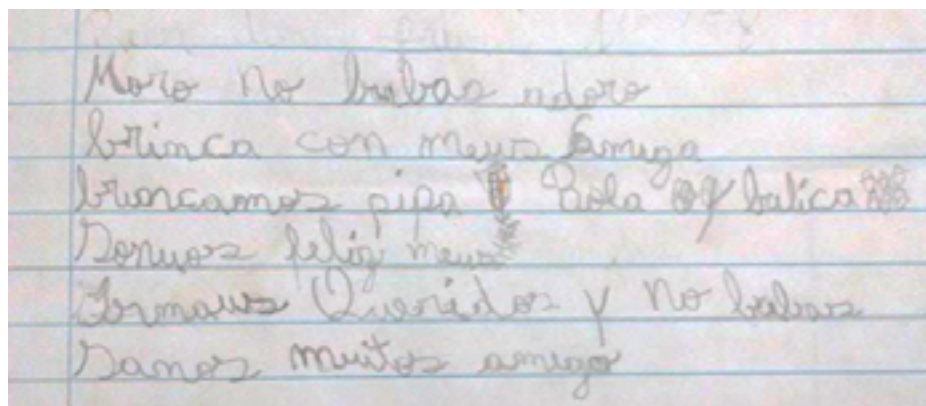


figura 10: Concurso de Po-
esias com crianças da ocu-
pação Buba. EPPC, 2016.

figura 11: gráfico de organi-
zação da equipe. Elabora-
ção: EPPC, 2016.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO - O QUE FICA PARA ALÉM DA RESISTÊNCIA

As redes

Em dois anos de escola popular (2014 a 2016), foram realizadas mais de 50 ações¹⁴ colaborativas na Fronteira Trinacional. Porém, as ações em si não são o principal resultado deste trabalho e sim as redes formadas. A escola popular mais do que um projeto acadêmico se constitui como uma rede com um grande número de pessoas e organizações interagindo entre si. Muitos dos atores que compõe esta rede já tinham contato entre si, mas não com o objetivos em comum como a produção colaborativa de conhecimento e ações resistências as remoções. Porém, ao formar essa rede específica da pesquisa, passaram a se relacionar em torno de questões comuns definidas por esta temática. Alguns dos elementos que a compõem essa rede (pessoas ou organizações) participaram de forma contínua e profunda, outros de forma pontual, respeitando a participação voluntária¹⁵.

Assim, esta rede tem como potencial conectar visões diversas acerca de temas comuns, em busca de um esforço coletivo de compreensão e transformação desta realidade. Hoje, muitos destes elementos que compõem essa rede não só se conhecem, mas se articulam sem a intermediação da escola popular. Ou seja, a rede possui o mesmo número de elementos, porém, com outros tipos de conexões, e sem a dependência central da universidade. Agora moradores da ocupação participam de debates com outros movimentos sociais nacionais, articulam reuniões na Defensoria, promovem ações contra as remoções em parceria de outros atores, fortalecendo a autonomia.

Um ponto importante para destacar sobre esta análise da rede é que mesmo tendo como referência comum a pesquisa, a rede nunca se propôs a uma organização matricial¹⁶. Assim, o objetivo nunca foi organizar os estudos e as ações em torno da escola popular e sim em torno das problemáticas habitacionais locais.

14 Maiores informações sobre as ações estão disponíveis no blog paisagensperifericas.wordpress.com e na página www.facebook.com/escolapopulardacidade

15 Metodologia pautada pela pesquisa ação tendo como base experiências anteriores de trabalho da coordenadora da pesquisa em comunidades populares de São Paulo (Angileli, 2014, 2012).



DURAÇÃO DO PROJETO
24 MESES DEZ 2014/DEZ2016

PESSOAS VOLUNTÁRIAS 220
POR AÇÃO = MÉDIA 30 PESSOAS VOLUNTARIAS

BOLSITAS TOTAL 6
BOLSAS 3
1 BOLSA IC – 16 MESES
1 BOLSA IC – 10 MESES
1 BOLSA IC – 6 MESES
Fundação Ford

BOLSAS 3
2 BOLSAS – 10 MESES
1 BOLSA – 6 MESES
Pro Extensão UNILA

APOIO / RECURSOS

UNILA / TRANSPORTE E IMPRESSÕES (PARCIAL)
COMUNIDADES / ALIMENTAÇÃO

O potencial da articulação entre ensino x pesquisa x extensão

Com poucos recursos e muitas ações devido a emergência das transformações urbanas que já estavam em curso, foram necessárias estratégias internas à universidade para potencializar a produção de informações sobre esta temática na

região, devido à falta de dados como apresentado anteriormente. Assim, foi necessária a articulação fundamental de seis pesquisas, duas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo e três projetos de extensão universitária.

16 É importante dizer que mesmo que a organização inicial desses elementos se dê em torno da pesquisa (que funciona como um ponto hiperconector ou pólo de convergência), o objetivo é que, ao longo desse processo, não haja essa intermediação. Isso é uma armadilha e contraria as premissas do trabalho, pois se colocar como único intermediário empodera o pesquisador perante as conexões e fortalece a dependência à investigação, mas contraria o princípio de rede proposta, a horizontalidade e a descentralização. Ao mesmo tempo, não é possível não ser um hiperconector no início da pesquisa, ou mesmo, não é possível eliminar essa característica de forma brusca, já que poderia, segundo Barabasi (WWF-Brasil, 2003), romper o tecido de conexões, e assim o desligamento de pequenas redes.

No contexto apresentado no quadro acima, percebemos o protagonismo dos voluntários¹⁷ neste trabalho. Muitos destes estudantes da UNILA vindos de diversos países da América Latina e Caribe, e com um perfil diferenciado de militância, reforçado também por um sentimento de reconhecimento de classe, já que muitos são de famílias e baixa renda e estão estudando na Fronteira Trinacional com auxílios restritos para moradia e alimentação.

A necessidade da superação de fronteiras entre saberes

É ainda uma necessidade atual a busca pela coerência entre o debate estabelecido na universidade e a sua prática. Projetos acadêmicos de planejamento do território que se pretendem insurgentes, têm que fortalecer a interação entre diferentes grupos sociais resignificando de fato a produção de conhecimento. Existe assim neste projeto, aqui brevemente apresentado um desejo profundo de que esses potenciais e perspectivas sejam apropriados e multiplicados na universidade, sendo uma possibilidade talvez de escapar das leituras uniformizadas das cidades e das soluções de planejamento urbano e resistência, que anulam a possibilidade do outro em sua constituição de sujeitos políticos.

Assim, antes de falarmos das diferenças entre o planejamento urbano tradicional e o planejamento urbano estratégico e o que acarreta nas cidades, temos que falar das diferentes formas de produção deste conhecimento e enfrentamento a estes processos. Imersos na condição e perspectiva

de uma universidade que valoriza e categoriza profissionais que publicam seus estudos em larga escala porém distantes da realidade, tendemos a nos tornar parte desta lógica *“um pouco lama”*. Como no romance de Josué de Castro (1967) – Homens e Caranguejos:

Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e andar com caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as duras carapaças também enlambuzadas de lama.

Produzir conhecimento a partir da perspectiva colaborativa é necessário um outro tempo. Por isso, não é escolha trabalhar de forma insurgente na escola popular e sim resistência, para dentro e para fora da universidade.

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se. Desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante (FREIRE, 2011).

17 O perfil de voluntários: moradores da região, representantes de movimentos sociais e de organizações de direitos humanos.

EQUIPE - NÚCLEO PERMANENTE

Coordenação do Projeto: Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Bolsistas de Pesquisa Fundação Ford: Nicolas Pereyra Alves; Rafael Jesus Matos; Matheus Soares Cherem

Bolsistas de Extensão PROEX UNILA: Lauri Acuna Rodas

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Centro de Direitos e Memória Popular de Foz do Iguaçu

Ponto de Cultura: Saberes pela Paz

Cidade Nova Informa

Defensoria Pública do Estado do Paraná

Sindicato de Terras Urbanas

Brigadas Populares

Associação Amo Bubas

Unioeste Campus _ Foz do Iguaçu e Marechal Candido Rondon

BIBLIOGRAFIA

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Chão. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia. Ed. Giostri, São Paulo, 2014.

CASTRO, Josué de. Homens e Caranguejos. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1967.

GERMANI, Guiomar Inez. Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu. Ed. UFBA, 2003.

LOPES, Gracia Lima. Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. Tese apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Educação. São Paulo, 2009.

MACHADO, Lucy. A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada. Tese (Doutorado), Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

FREIRE, Paulo. A educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ Ação Cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____ Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, RJ: Paz e Terra, 2000.

_____ Pedagogia da Solidariedade. Indaiatuba, SP: Vila das Letras, 2009.

_____ Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

PEREIRA, Sandra de Castro. Os Loteamentos Clandestinos no Distrito de Jaraguá São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANDEVILLE JR, Euler. Andréia Broering; Cecília Maria Machado Angileli. Paisagem, Cultura e Participação Social. ENEPEA, 2010.

SANTOS, Boaventura S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011

WWF –Brasil. Redes. Uma introdução as dinâmicas de conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF- Brasil, 2003.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

2015-2017

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Raquel Rolnik – FAUUSP/LabCidade

Profa. Dra. Karina Leitao – FAUUSP/LABHAB

Prof. Dr. Francisco Comaru – UFABC/LabJuta

Profa. Dra. Regina Dulce Lins – UFAL/NEST (Pesquisadora Colaboradora)

PESQUISADORES BOLSISTAS

Núcleo USP

Luciana Bedeschi

Ana Carvalho

Beatriz Sayuri Nobumoto

Carolina Sacconi

Gabriel Negri

Lara Ferreira

Stella Paterniani

Thalissa Bechelli

Núcleo UFABC

Delana Corazza

Bruno Dias

Carolina Vigliar

Fernanda Kagan

Ibis Cezário Lourenço

Pedro Moreira

Talita Gonsales

Tamires Barboza

Núcleo UNILA

Profa.Dra Maria Cecília Machado Angileli

Lauri Acuna

Nicolás Pereyra Alvez

Rafael de Jesus Matos

CONSULTORES

Benedito Roberto Barbosa
Leonardo Tannous

COLABORADORES DOCENTES

Profa. Dra. Carolina Pinho (UFABC)
Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC)

OUTROS COLABORADORES

Amanda Ferreira Paiva Moreira
Ana Clara Fior
Ana Cristina S. Morais
Bárbara Nunes Lopes
Bruna Martins Oliveira
Bruno Dias dos Santos
Carolina Lacerda
Caroline Yamashita Coleguer
Catarina de Oliveira Polonio
Cláudia Cruz Soares
Deborah O. Caseiro
Eduardo N. Radomysler
Erika Alves Kubo
Gabriela D. Guaritá
Gabriela Quadros Matsuzaki
Herick Alves Acosta
Isabel De Vivo
Isabela Luisi F. da Costa
Isadora Age Saide Schwartzman
Jamine Oliveira Matos
Jaqueline Araujo Rodolfo
Jessica Tavares Cerqueira
Julia Santoro de Medeiros
Kevin Alves de Carvalho
Laura A. Almeida
Leonardo Varallo
Letícia Ciotti Ramirez
Lucas Meirelles
Luciana Pereira

Mariana Barros de Menezes
Mariana Corrêa Hyppolito
Mariana Ferraz
Mayara Marfinatti
Midori Hamada
Nathalia Proeti Pardo
Raquel Serapicos
Regiane Trajano
Salete Henrique
Sara Belém

FILMES E FOTOS

Lucas Gervilla

PROJETO GRÁFICO

Capa

Thalissa Bechelli

Diagramação

Beatriz Nobumoto
Carolina Sacconi
Lara Ferreira
Thalissa Bechelli

Impressão e Acabamento

Seção Técnica de Produção Editorial (FAUUSP)

Coordenação Didática

Profa. Dra. Clíce de Toledo Sanjar Mazzilli

Supervisão Geral

André Luis Ferreira

Impressão Digital Canon

José Tadeu de Azevedo Maia
Francisco Paulo da Silva

Acabamento

Eduardo Antonio Cardoso
Mário Duarte da Silva
Roseli Aparecida Alves Duarte
Valdinei Antonio Conceição

AGRADECIMENTOS

Todos os integrantes da equipe voluntária do Observatório de Remoções, iniciada em 2012.

Casa do Povo

Central dos Movimentos Populares (CMP)

Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES Direitos Humanos

Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

CMP Diadema

Defensoria Pública de Diadema

Escola Preparatória/UFABC

Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” (PUC-SP)

Ex-moradoras e ex-moradores das favelas do Comando e do Buraco Quente

Fogo no Barraco

Fórum de Lideranças da Água Espraiada

Frente de Luta por Moradia (FLM)

Indisciplinar (UFMG)

Jornalistas Livres

Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará (LEHAB/UFC)

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ)

Moradoras e moradores da ocupação Douglas Rodrigues

Moradoras e moradores das comunidades Barbosinha, Piratininga

Moradoras e moradores das favelas da Rede Comunidade Água Espraiada

Movimento de Direito e Defesa de Moradores de Favela (MDDF)

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (MIVM)

Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Observa SP

Observatório de Conflitos Urbanos (IPPUR/UFRJ)

Peabiru TCA

Praxis (UFMG)

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (UFABC)

Prof. Dr. Caio Santo Amore (FAUUSP)

Prof. Dr. Fernando Nogueira (UFABC)

Profa. Dra. Denise Morado (UFMG)

Profa. Dra. Ermínia Maricato (FAUUSP)

Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (FAUUSP)

Rádio Comunitária Z

Rede Extremo Sul

TETO Brasil

União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM)

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

[labcidade]
laboratório espaço público
e direito à cidade

LAB
HAB

[LABJUTA]



FAUUSF



Universidade Federal do ABC



PRÓ RETORNA DE
EXTENSÃO E CULTURA
Universidade Federal do ABC



**FORD
FOUNDATION**



OBSERVATÓRIO DE

REMOÇÕES

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES
RELATÓRIO FINAL DE PROJETO
LABCIDADE | LABHAB | LABJUTA
FAUUSP | UFABC

APOIO
FUNDAÇÃO FORD

SÃO PAULO 2017



ISBN 85-8089-107-2

9 788580 891072